



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 039 - SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leonmar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 278, de 2006, de autoria do Senador Roméu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 08498

Nº 279, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona..... 08498

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. 08499

Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2006 – Complementar, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que acrescenta § único ao art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para garantir a aplicação das normas legais a todo cidadão, independentemente de gênero. 08499

Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania. 08501

Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. 08505

1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 43/2006, de 7 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.495, de 2005, do Senador Efraim Moraes. 08506

Nº 43/2006, de 8 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.503, de 2005, do Senador Edison Lobão. 08506

Nº 113/2006, de 8 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1, de 2006, da Senadora Heloísa Helena..... 08506

Nºs 184 e 185/2006, de 6 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 1.268 e 1.502, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 08506

Nº 186/2006, de 6 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.451, de 2005, do Senador Osmar Dias..... 08506

1.2.4 – Ofício de Ministro de Estado do Meio Ambiente

Nº 348/2006, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.173, de 2005, do Senador Rodolfo Tourinho... 08506

1.2.5 – Pareceres

Nº 201, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ao Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo. 08506

Nº 202, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes. 08512

Nº 203, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física. (tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2004)..... 08516

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nº 173/2006, de 23 de novembro de 2005, comunicando a aprovação com três emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004.....

08519

1.2.7 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 122/2006, de 15 de dezembro de 2005, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005.....

08519

Nº 120/2005, de 1º de dezembro de 2005, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2004.

08519

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 173, de 2004, e 126, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

08519

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 127 e 192, de 2004 (tratando em conjunto), cujo parecer foi lido anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

08519

1.2.9 – Ofícios

Nºs 21 e 22/2006, de 16 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente.....

08519

Nº 47/2006, de 16 do corrente, da Liderança do Governo no Senado Federal, comunicando que o Senador Garibaldi Alves Filho não é mais vice-Líder do Governo no Senado Federal.

08520

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da aprovação na Comissão de Assuntos Sociais, hoje, de requerimento de autoria de S.Exa. e outros senhores Senadores, para a realização de audiência pública sobre a chamada gripe aviária, contando com a participação da Subcomissão de Saúde e da Comissão de Direitos Humanos.

08520

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Destaque para o esforço do governo Lula em ampliar o acesso e interiorizar o ensino superior.

08521

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Registro da visita do Ministro das Relações Exteriores da Zâmbia, Ronnie Shikapwasha, presente no Plenário do Senado Federal.

08524

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Registro de reportagem do jornal **Zero Hora**, segundo a

qual houve a participação de paraguaias entre as mulheres da Via Campesina que destruíram o horto florestal da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.....

08525

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Defesa da implantação da unidade do Hospital Sarah Kubitschek na cidade de Belém, Estado do Pará, cujas obras estão paralisadas.....

08527

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Protesto contra a atitude do Senador Tião Viana, membro da Mesa do Senado, que impetrou mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, inviabilizando a oitiva do caseiro Nildo na CPI dos Bingos.

08530

1.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 280, de 2006, de autoria da Senadora Roseana Sarney e do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando a inserção em ata, voto de pesar pelo falecimento de Josué Montello, ocorrido hoje, no Rio de Janeiro. **Usa da palavra a autora**, tendo a presidência se associado à homenagem prestada.....

08531

1.2.12 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR RAMEZ TEBET – Júbilo pela ascensão da Ministra Ellen Gracie à Presidência do Supremo Tribunal Federal. Lamento pela decisão de Ministro do STF que concedeu liminar suspendendo a oitiva do caseiro Nildo na CPI dos Bingos.....

08535

1.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 281, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do acadêmico Josué Montello, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. **Usa da palavra o autor**.....

08535

Nº 282, de 2006, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Wilmar Peres de Farias, ex-governador do Estado do Mato Grosso, ocorrido no dia 14 do corrente.....

08537

Nº 283, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Ministra Ellen Gracie Northfleet, eleita ontem, à Presidência do Supremo Tribunal Federal, primeira mulher a ascender a esse posto.....

08537

Nº 284, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do escritor Josué Montello, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro.

08537

Nº 285, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Ministra Ellen Gracie Northfleet pela sua eleição como Presidente do Supremo Tribunal Federal.....

08537

Nº 286, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, comunicando que se ausentará do País no período de 27 do corrente a 7 de abril, para desempenhar missão, na qualidade de observador

do vôo de lançamento do astronauta brasileiro, Tenente-Coronel Marcos César Pontes, da Estação Espacial Internacional.	08538	Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. Apreciação sobreposta , em virtude de não haver acordo das Lideranças.....	08567
Nº 287, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando a retirada do Requerimento nº 37, de 2006. Deferido	08538		
1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)			
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Em defesa do Ministro Antonio Palocci, aplaude decisão do STF concessiva de liminar que suspendeu depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo.	08538		
SENADORA HELOISA HELENA, como Líder – Homenagem ao caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, pelo seu depoimento na CPI dos Bingos, confirmando as denúncias contra o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.	08540		
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que concedeu liminar suspendendo o depoimento do caseiro Nildo. Exige a demissão do Ministro da Fazenda, Sr. Antonio Palocci.	08542		
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Parabeniza a Ministra Ellen Gracie, eleita Presidente do Supremo Tribunal Federal. Considerações em defesa da liminar concedida pelo Ministro Peluso, do STF, contra depoimento do caseiro Nildo na CPI dos Bingos.	08545		
SENADOR EFRAIM MORAIS – Considerações sobre o cumprimento, na condição de Presidente da CPI dos Bingos, da decisão do STF que suspendeu o depoimento do caseiro Nildo, perante aquela Comissão.	08546		
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Comunica que subscreverá todas as providências a serem adotadas pela CPI dos Bingos para garantia da continuação de suas investigações.	08549		
ANTERO PAES DE BARROS – Solicita a transcrição, nos Anais do Senado, questão de ordem que formula à Mesa bem como do inteiro teor do mandado de segurança impetrado pelo Partido dos Trabalhadores contra atos praticados pela CPI dos Bingos.	08550		
SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Considerações sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal em suspender depoimento do caseiro Nildo à CPI dos Bingos.	08565		
1.3 – ORDEM DO DIA			
Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)			
Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o		Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica. Apreciação sobreposta	08567
Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)			
		Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. Apreciação sobreposta	08567
Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)			
		Medida Provisória nº 272, de 2005, que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da	08567
Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)			
		Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da	08567

ração da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. Apreciação sobrestada.	08567
Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.	08568
Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	08568
Item 7 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. Apreciação sobrestada.	08568

Item 8 (Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinqüenta milhões de reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.	08568
Item 9	
Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. Apreciação sobrestada.	08568
Item 10 (Votação nominal, se não houver emendas)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. Apreciação sobrestada.	08569
Item 11	
Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. Apreciação sobrestada.	08569
Item 12	
Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado. Apreciação sobrestada.	08569
Item 13	
Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica. Apreciação sobrestada.	08569
Item 14	
Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas	

de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Apreciação sobrestada.

Item 15

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Apreciação sobrestada.**

Item 16

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela. **Apreciação sobrestada.**

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Crítica aos parlamentares governistas que entraram com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, para suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa na CPI dos Bingos.....

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre o papel do Congresso Nacional, diante da decisão de Ministro do STF que concedeu liminar contra ato da CPI dos Bingos.....

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Inconformismo com ação judicial impetrada pelo Senador Tião Viana junto ao Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar determinando a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Efeitos das pesquisas que indicam melhoria na avaliação do governo Lula. Considerações sobre os trabalhos da CPI dos Bingos e a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Crítica ao PT pelo mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, para suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa na CPI dos Bingos.....

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Considerações referentes à decisão do Supremo Tribunal Federal em suspender depoimento do caseiro Nildo à CPI dos Bingos. Protestos a serem realizados em Santa Catarina em decorrência da visita do Presidente Lula.....

SENADOR WELLINGTON SALGADO – Considerações a respeito do depoimento do publicitá-

08569

rio Duda Mendonça à CPMI dos Correios, ocorrido ontem.....

08588

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Resposta ao pronunciamento do Senador Wellington Salgado.....

08590

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização de audiência pública em Canoas/RS para discussão do Fundeb. Cumprimentos ao Deputado Federal Ivan Ranzolin que apresentou projeto para revogar o fator previdenciário. Apelo pela votação do novo salário mínimo pelo Congresso Nacional.

08592

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao governo Lula e ao mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, para suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa na CPI dos Bingos. Realização de prévias do PMDB, no próximo dia 19 de março, relativas à candidatura para a próxima eleição presidencial.

08592

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Parabeniza o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), pela publicação periódica da Revista Ibama, ressaltando sua importância na conscientização da população brasileira acerca dos problemas ambientais.

08595

SENADOR ROMEU TUMA – Conclama os membros do Congresso no sentido de postular junto ao Ministério da Justiça e Ministério do Planejamento, edição de medida provisória ou projeto de lei de reestruturação do Plano Especial de Cargos para a Polícia Federal.

08596

SENADOR PAULO PAIM – Ponderações atinentes ao artigo escrito pelo professor Gilberto Simões Pires, sobre o fator previdenciário. Resgate da história da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.....

08596

SENADOR EDISON LOBÃO – Homenagem ao maranhense Josué Montello, falecido ontem.

08598

1.4 – ENCERRAMENTO
2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SÉSSES ANTERIORES

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão de 13/03/2006.....

08599

Do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão de 15/03/2006.....

08602

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão de 15/03/2006.....

08609

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 16.03.2006

4 – EMENDAS

Nºs 1 a 16, apresentadas à Medida Provisória nº 286, de 2006.

08614

5 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 285, de
2006..... 08631

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****7 – SECRETARIA DE COMISSÕES****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL****16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO
EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 18º Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de Março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Papaléo Paes, José Maranhão,
Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Mão Santa e Leonel Pavan*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARÉCIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 16/3/2006 07:35:24 até 16/3/2006 20:28:10

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PSDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMÉRIO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 278, DE 2006

Solicita informações ao ministro de Estado da Fazenda a respeito do repasse de recursos por força da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que, ouvida a Mesa, seja solicitado ao ministro de Estado da Fazenda o detalhamento dos recursos públicos repassados no período 2003-2005 aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios por força da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que instituiu o Parcelamento Especial – Paes para o pagamento de tributos federais.

Justificação

A Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, além de dar outras provisões. Com a norma legal, os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, podem ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas.

Esse parcelamento foi acompanhado no processo TC-008.240/2004-6, do Tribunal de Contas da União, que trata das receitas primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, ou seja, aquelas originárias da atividade tributária e da prestação de serviços efetuadas pelo Estado, líquidas de restituições e incentivos fiscais, excluídas as receitas financeiras realizadas até o mês de dezembro de 2004, com vistas a avaliação do cumprimento da meta de arrecadação estabelecida no Anexo de Metas Fiscais contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2004 (Lei nº 10.707 de 30-7-2003).

No processo do TCU sobre a arrecadação do Parcelamento Especial – PAES, constatou-se que não houve reclassificação orçamentária dos valores no Sistema de Administração Financeira – SIAFI em razão da não implementação de sistema para essa finalidade,

com a consequente ausência dos repasses constitucionais e legais decorrentes dessa receita, além da permanência de registro de valores arrecadados em conta de depósito.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

REQUERIMENTO Nº 279, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a estrutura das empresas subsidiárias da Eletrobrás, bem como sobre os custos que envolvem a manutenção dessas empresas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, informações sobre a estrutura das empresas subsidiárias da Eletrobrás, bem como sobre os custos que envolvem a manutenção dessas empresas:

- 1) Quais são as empresas subsidiárias ligadas à Eletrobrás?
- 2) Qual é a estrutura organizacional de cada uma dessas empresas?
- 3) Quais são os níveis de remuneração dos diretores de cada uma dessas empresas? Anexar o **Curriculum Vitae** de cada um dos diretores, constando os cargos públicos já ocupados pelos mesmos.
- 4) Quais são os níveis de remuneração das demais funções de cada uma dessas empresas?
- 5) Quanto foi repassado para custeio de pessoal, anualmente, a cada uma dessas empresas, nos anos de 2003, 2004 e 2005?

Justificação

O jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 12 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Eletrobrás é acusada de empreguismo”, mostrando que “Segundo a Aeel (Associação dos Empregados da Eletrobrás), há cerca de 40 assessores encaixados nas diversas diretorias, departamentos e subsidiárias que provocam gastos mensais da ordem de R\$600 mil”.

A matéria publica, ainda, trechos de cada do ex-presidente da Lightpar Joaquim de Carvalho ao ministro Silas Rondeau (Energia) afirmando que a empresa entrava em ‘regime autofágico’ existindo apenas para “pagar salários” a pessoas sem “atividade-fim”.

Para o ex-presidente da Lightpar, a subsidiária é um exemplo de “cabide de empregos” no sistema elétrico estatal brasileiro.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento sobre as denúncias publicadas pela referida matéria do jornal Folha de S. Paulo.

Sala das Sessões, em de março de 2006. Senador **Arthur Virgílio – Líder do PSDB.**

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006

Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-PASEP, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais e o seu pagamento será imprescritível, acumulando-se anualmente.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A alteração proposta ao art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 visa tomar imprescritível o pagamento do abono salarial anual e dos rendimentos das contas individuais dos beneficiários do PIS-PASEP.

Matéria jornalística recente, publicada pelo jornal **Estado de Minas**, informava que boa parte dos beneficiários sequer sabe que tem direito ao pagamento desses benefícios.

Somente no ano de 2005, mais de 624 mil trabalhadores ainda não haviam sacado o abono referente ao ano de 2004.

Todavia, depois de encenado o calendário de pagamentos, os recursos destinados ao pagamento do abono salarial e dos rendimentos acabam retornando a conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com a presente proposição pretendemos tomar o pagamento desses benefícios imprescritíveis e cumulativos ano após ano, para aqueles trabalhadores que não requereram tempestivamente.

Assim, contamos com o apoio dos nossos eminentes pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – Senador **Valdir Raupp.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Do Abono Salarial

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I – tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II – estejam cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2006 – Complementar

Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para garantir a aplicação das normas legais a todo cidadão, independentemente de gênero.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 11.

.....
Parágrafo único. Na redação dos textos legais, qualquer referência será entendida como abrangendo ambos os gêneros, indistintamente, salvo quando houver disposição expressa em contrário. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de evitar fato negativo que se tem verificado, qual seja, a inaplicação de certos direitos às trabalhadoras, sob o fundamento de que tais direitos beneficiam apenas os trabalhadores homens, não obstante a vedação constitucional de tal discriminação.

Para corrigir essa impropriedade estamos propondo a alteração da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme normas para consolidação dos atos normativos.

Assim, mediante o acréscimo de parágrafo único ao art. 11, estamos preceituando que na redação dos textos legais a referência genérica ao cidadão será entendida como abrangendo ambos os sexos, indistintamente, quando não houver disposição expressa em contrário.

A ressalva da expressão salvo se houver disposição em contrário se deve à necessidade de previsão dos casos em que não cabe a abrangência, inclusive por razões de natureza biológica.

Tendo em vista a importância social de que se reveste a matéria que é objeto do projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos ilustres colegas, solicitamos o necessário apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – **Roseana Sarney.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal; e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO II

DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS

Seção II

Da Articulação e da Redação das Leis

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

- a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;
- b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;
- c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;
- d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;
- e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;
- f) ~~grafar por extenso quaisquer referências feitas, no texto, a números e percentuais;~~
- f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)
- g) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes; (Alinea incluída pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

III - para a obtenção de ordem lógica:

- a) reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;
 - b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;
 - c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;
 - d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.
-

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2006

Institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º De acordo com o disposto nos arts. 26 e 27, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

será incluído na base nacional comum curricular do ensino fundamental e médio componente dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

Art. 2º O componente curricular a que se refere o art. 1º deve observar as seguintes diretrizes:

I – difusão de valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – estudo dos direitos e deveres do cidadão;

III – defesa do pluralismo e rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

IV – estímulo à ação comunitária.

Parágrafo único. No desenvolvimento das diretrizes dispostas neste artigo deve ser dado destaque a

fatos da atualidade, de ordem local, regional, nacional ou internacional.

Art. 3º Os sistemas de ensino decidirão sobre a carga horária a ser dedicada ao componente curricular de que trata esta lei, que poderá também ser cumprida mediante a realização de visitas, conferências, palestras ou outras programações que contribuam para a formação ética e cívica dos alunos.

Art. 4º Será incluído componente curricular de que trata esta lei na base nacional comum curricular dos cursos de formação dos profissionais da educação.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Educação estabelecerá as diretrizes para que o componente curricular de que trata o caput deste artigo seja incluído em:

I – curso de licenciatura, de graduação plena, de qualquer área

II – curso de educação superior, de qualquer área, desde que tenham cumprido programa de formação pedagógica;

III – curso normal superior, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

IV – curso normal de nível médio, para a formação de docentes para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries ou ciclos correspondentes do ensino fundamental.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no ano seguinte à sua publicação.

Justificação

Em 1997 apresentei esta proposta de inclusão na Lei nº 9.394/96 – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – de dispositivo que institui como componente curricular transversal de disciplina voltada para o ensino da ética e dos princípios de cidadania. A proposta foi arquivada, por isso tomo a apresentá-la. Considero que as motivações e os argumentos para justificar a proposta continuam os mesmos, que faço questão de repeti-los:

“A presente proposta tem por finalidade romper com a visão cada vez mais predominante de que a escola de nível básico deve tão-somente transmitir informações e saberes que tenham utilidade para a vida profissional ou para a continuidade dos estudos em nível superior. É preciso rejeitar essa concepção puramente instrumental da escola, tornando mais consequente o fato de que ela é também

responsável pela formação ética e cívica dos estudantes. Essa responsabilidade ganha ainda maior relevância diante do tempo cada vez mais exíguo que muitos pais dispõem para conviver com seus filhos, educando os adequadamente, e também diante do papel por vezes deletério que os meia de comunicação de massa, particularmente a televisão, assumem na formação das personalidades das crianças e adolescentes.

Nesse contexto, a criação de um componente curricular para a abordagem de questões éticas e cívicas se reveste de inequívoca importância.

É bem verdade que a abordagem interdisciplinar e transversal de temas de natureza éticas e cívica tem sido mais valorizada pela maioria dos educadores. Ela permite um tratamento mais flexível a tais conteúdos, evitando a sobrecarga curricular. Assim, por exemplo, um professor que trata da expansão colonial do início da época moderna terá uma excelente oportunidade de falar aos seus alunos sobre o pluralismo cultural e étnico. Um professor de biologia, por sua vez, mostrará a falácia das tentativas de dar caráter científico ao conceito de raça superior. Já o professor de língua portuguesa poderá discorrer sobre as manifestações racistas na literatura brasileira e as suas contestações por poetas e prosadores. Enfim, um mesmo tema, no caso, o pluralismo cultural e étnico, poderá ser abordado por várias disciplinas, com um tratamento voltado para o cotidiano dos alunos.

Entretanto, julgamos insuficiente o tratamento desses temas apenas por meio de abordagem interdisciplinar e transversal. Cada vez mais o professor é pressionado a cumprir o conteúdo tradicional de sua disciplina dentro de um prazo rígido, dispondo de pouco tempo para discorrer sobre questões de fundo ético. As pressões de nossa sociedade utilitária, das cobranças do vestibular, dos concursos e exames de seleção, todos cada vez mais competitivos, retiram do professor a disponibilidade de tempo para tratar desses temas, o que freqüentemente recebe a complacência de pais incautos e de estudantes ainda imaturos, uns e outros mais preocupados com o “sucesso” escolar, medido por notas altas, e com o bom êxito na futura vida profissional, compensando o “investimento” feito pela famí-

lia. Fatos importantes do dia a dia nem sempre encontram a possibilidade de debate em sala de aula. Afinal, há que cumprir um conteúdo para a prova da semana seguinte, ou, então, um tema relevante não se enquadra claramente em nenhuma das disciplinas tradicionais; mais freqüentemente ainda, enquadra-se em várias, com o resultado de que ninguém se sente responsável pela sua abordagem. E o assunto passa em branco.

A proposta ora apresentada é flexível e nada tem a ver com o autoritarismo de que temos um exemplo recente na finada disciplina Educação Moral e Cívica, em boa hora banida das escolas, mediante iniciativa do.

Governo do Presidente Itamar Franco, aprovada pelo Legislativo. Nem mesmo nome possui o componente curricular que propomos. Apenas foram estipuladas as suas diretrizes, que permitem o tratamento de uma diversidade de temas e abordagens, como o respeito às regras de trânsito, a relevância de um convívio respeitoso com os deficientes físicos e os idosos, a discussão sobre os princípios éticos envolvidos na doação de órgãos humanos, o estudo das formas de discriminação étnica, ou debates sobre desigualdades sociais, entre tantos outros.

Fica aberta, ao mesmo tempo, a possibilidade de saída da aula tradicional, mediante a realização de visitas, conferências, palestras ou outras programações que contribuam para a formação ética e cívica dos estudantes. Dessa forma, uma aula sobre violência no trânsito pode ocorrer por meio de uma palestra de um policial especializado na matéria; sobre drogas, pela palestra de um médico ou psicólogo; sobre o respeito aos idosos, por meio de uma visita a um asilo; sobre a importância do Poder Legislativo, pela visita a uma de suas Casas; sobre a ação comunitária, mediante a participação em um trabalho de melhoria das instalações da própria escola. Por outro lado, temas que ganham relevância local, ou mesmo nacional e mundial, poderiam ser discutidos sem tão grandes preocupações com o tempo, usando-se uma linguagem própria para os jovens, que nem sempre está disponível nos programas de televisão, jornais ou revistas.

Os professores do componente curricular poderão ser selecionados entre os licenciados de qualquer área, com graduação

plena; os portadores de diploma de educação superior que tenham cumprido programa de formação pedagógica; e os diplomados em curso normal superior e médio. Como se pode ver, não haveria dificuldades maiores para a seleção de docentes, uma vez que o componente curricular que propomos exige mais um conjunto de conhecimentos gerais e a disposição de trabalhar com as diretrizes e abordagens a serem fixadas na lei do que uma habilitação específica. Para se dedicar a nova área, as escolas públicas tanto poderão convidar professores que já estão na carreira do magistério oficial, mas se dedicam a outras disciplinas, como terão a liberdade de fazer concursos específicos para a seleção de novos profissionais.

Bem sabemos que não se deve esperar que a escola tenha um poder mágico de resolver todos os problemas ligados à formação ética e cívica dos jovens. Entretanto, não podemos admitir que, ante o conhecimento de fatos bárbaros, desafiadores dos mais elementares princípios de civilidade, fiquemos a nos perguntar pelos culpados, como a nos eximir de uma Responsabilidade que também tem um fundo coletivo. E preciso atacar o problema, e a proposta que ora apresentamos constitui uma contribuição para que a escola assuma sua parcela de responsabilidade, ajudando no desenvolvimento de personalidades preocupadas com o respeito aos demais indivíduos de empenhadas na construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, cabe lembrar que a Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, prevê, em seu art. 26, que "os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela ao mesmo tempo, seu art. 27, estabelece que os conteúdos curriculares da educação básica devem observar, como uma de suas diretrizes, "a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática". Dessa forma, julgamos ser plausível admitir que a União institua a sugestão que propomos, usando de

sua prerrogativa de fixar diretrizes e bases da educação nacional (Constituição Federal, art. 22, inciso XXIII), algo que naturalmente não se esgota com a LDB.

Em vista das razões expostas, solicitamos o apoio de nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei."

Sala das Sessões, em 16 de Março de 2006.
– Senador **Pedro Simon.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º-12-2003)

VI – que tenha prole.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino

de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639. De 9-1-2003)

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – programas de formação pedagógica para podadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2006**Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.
.....

§ 2º As taxas previstas neste artigo serão isentas para os proprietários de que trata o § 5º do art. 6º e para os integrantes dos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do artigo 6º nos limites do regulamento desta lei”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As empresas de segurança privada e de transporte de valores são grandes empregadoras de mão-de-obra especializada na segurança do patrimônio de terceiros, inclusive de diversos órgãos públicos, e no transporte de valores.

O Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, dispensa tratamento especial às empresas de segurança privada e transporte de valores. Contudo, no tocante às taxas instituídas, deixou de fazer referência expressa a esse segmento profissional, que passou a ser penalizado com a cobrança de taxas, em valores relevantes que não terão como ser absorvidos pelas empresas, devendo ser acrescidos aos preços dos serviços e repassados às empresas e órgãos contratantes.

Tal omissão, cujos efeitos e impacto não foram sequer discutidos, avaliados pelo Congresso Nacional, embora pareça singela, tem trazido enormes repercussões econômicas para as empresas, cujo ramo de atuação é a segurança privada e o transporte de valores, a ponto de, em alguns casos, inviabilizar economicamente a atividade, devido à oneração em razão da cobrança de elevadas taxas trienais.

Outro ponto a ser considerando é o elevado número de empresas clandestinas que hoje prestam serviços de vigilância por um valor bem inferior ao das legalizadas, a instituição de novas taxas, nos patamares constantes no Anexo da Lei nº 10.826/2003 só fará aumentar este número. Maior será o contingente de policiais militares e civis a prestarem serviços, com armas próprias ou das corporações, e, até mesmo,

vigilantes não habilitados com armas não registradas, no lugar dos vigilantes habilitados, fazendo com que os preços apresentados para a prestação dos serviços sejam bem mais competitivos em relação aos das empresas legalizadas.

É inconcebível que uma omissão mal avaliada tenha o condão de gerar demissões de trabalhadores e fechamentos de empresas, justamente quando o País mais carece de empregos e de crescimento econômico. Assim, propomos que, em relação a esse segmento econômico, seja restaurado o regime anterior, de modo que as empresas de segurança privada e transporte de valores se submetam à tabela de taxas atualmente cobradas.

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante, razão pela qual conclamamos os nobres Pares a aprovarem-na, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – Senador **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003****Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.**

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta lei, pela prestação de serviços relativos:

I – ao registro de arma de fogo;

II – à renovação de registro de arma de fogo;

III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;

IV – à expedição de porte federal de arma de fogo;

V – à renovação de porte de arma de fogo;

VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

§ 1º Os valores arrecadados destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades do Sinarm, da Polícia Federal e do Comando do Exército, no âmbito de suas respectivas responsabilidades.

§ 2º As taxas previstas neste artigo serão isentas para os proprietários de que trata o § 5º do art. 6º e para os integrantes dos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 6º, nos limites do regulamento desta lei.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores, sendo na última em decisão terminativa.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 43/2006, de 7 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.495, de 2005, do Senador Efraim Moraes.
- Nº 43/2006, de 8 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.503, de 2005, do Senador Edison Lobão.
- Nº 113/2006, de 8 do corrente, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1, de 2006, da Senadora Heloísa Helena.
- Nºs 184 e 185/2006, de 6 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 1.268 e 1.502, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 186/2006, de 6 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.451, de 2005, do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

- Nº 348/2006, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.173, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 201, DE 206

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 173, de 10 de junho de 2004 (PLS nº 173/04), de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a (um) salário mínimo, compõe-se de dois artigos.

Seu art. 1º acrescenta o art. 31-A ao texto da Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), com o objetivo de isentar do pagamento de quaisquer taxas bancárias as contas, em instituições financeiras públicas ou privadas, de idosos que recebem proventos de aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a um salário mínimo.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

Em 2 de junho de 2004, o PLS nº 173/04 foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, para posterior encaminhamento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo.

Em 10 de agosto de 2004, a Presidência da CAE encaminhou o PLS nº 173/04 ao Senador Duciomar Costa para relatar.

Em 21 de dezembro de 2004, o Senador Duciomar Costa devolveu o PLS nº 173/04 à CAE para redistribuição em virtude de ter sido eleito Prefeito da Cidade de Belém (PA).

Em 21 de março de 2005, o PLS nº 173/04 foi encaminhado pela CAE à Sub-Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal (SSCLSF), em atendimento ao disposto no Ofício nº SF 293/2005, de 9 de março de 2005, pelo qual a Presidência do Senado Federal determina, em virtude da promulga-

ção da Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, que a Secretaria-Geral da Mesa proceda à análise dos projetos de lei que relaciona (incluído, entre eles, o PLS nº 173/04), para posterior redistribuição.

Em 29 de março de 2005, a SSCLSF encaminhou o PLS nº 173/04 à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH), para decisão em caráter terminativo.

Em 6 de abril de 2005, fui designado relator do PLS nº 173/04 junto à CDH.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 173/04.

II – Análise

Não cabem restrições à constitucionalidade do PLS nº 173/04. O projeto respeita, em especial, o requisito de constitucionalidade de iniciativa tendo em vista que, em conformidade com as disposições do art. 61 da Constituição Federal, cabe a qualquer membro do Senado Federal a iniciativa das leis complementares e ordinárias, sendo de se observar, também, que a matéria não se inclui na área da competência privativa do Presidente da República, de que trata o § 1º do mesmo artigo.

O projeto atende, ainda, às exigências de juridicidade, tendo em vista que se limita a acrescentar artigo à Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, e de boa técnica legislativa, além de não incluir em seu texto matéria diversa ao tema expresso na ementa.

Justificando o projeto de lei de sua autoria, o Senador Sérgio Cabral alega que os bancos públicos e privados, além de usufruírem um enorme benefício da política de juros altos praticada pelo Governo, cobram quantias elevadas a título de tarifas bancárias.

Observando que a prática da cobrança de tarifas bancárias faz com que se tome ainda menor o já pequeno valor recebido a título de aposentadoria, o Senador Sérgio Cabral pondera que os bancos devem ser chamados a prestar colaboração no sentido de contribuírem para a minimização da penúria dos aposentados que recebem até um salário mínimo, o que poderia ser feito mediante o impedimento da cobrança de tarifas bancárias aos correntistas com essas características.

Acato os pontos de vista externados pelo Senador Sérgio Cabral na justificação do PLS nº 173/04, razão pela qual me posiciono a favor da aprovação do projeto de lei. Proponho, porém, duas emendas ao PLS nº 123/04, com vistas a uniformizar seu estilo de redação.

Entendo, por outro lado, que também se devam isentar os maiores de setenta anos do pagamento de tarifas bancárias, independentemente do valor de seus proventos de aposentadoria ou de qualquer outra forma de remuneração de que disponham, razão pela qual apresento uma terceira emenda, esta última referente ao mérito do projeto de lei.

III – Voto

Com base no exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação do PLS nº 173/04 com as seguintes emendas:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 – CDH

Dê-se a seguinte redação à ementa do PLS nº 173/04:

Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), com o objetivo de isentar do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de sessenta anos que recebem proventos de aposentaria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2 – CDH

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 173/04

Art. 1º Acrescente-se o art. 31-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), com a seguinte redação:

Art. 31-A Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de sessenta anos que recebem proventos de aposentaria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

EMENDA Nº 3 – CDH

Acrescente-se art. 2º ao PLS nº 173/04, com a redação abaixo, renumerando-se para art. 3º atual art. 2º:

Art. 2º Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de setenta anos, independentemente do valor de seus proventos de aposentadoria ou de qualquer outra forma de remuneração de que disponham.

Sala da Comissão, 23 de novembro de 2005.

PROPOSIÇÃO: PLS N° 173 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/11/2005, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
RELATOR:	

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

EDISON LOBAO	1 – ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
GILBERTO GOELLNER	2 – DEMÓSTENES TORRES
JORGE BORNHAUSEN	3 – HERÁCLITO FORTES
JOSÉ AGRIPIINO	4 – VAGO
ROMEU TUMA	5 – MARIA DO CARMO ALVES
JUVÊNCIO DA FONSECA	6 – ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA	7 – ÁLVARO DIAS
REGINALDO DUARTE (RELATOR)	8 – FLEXA RIBEIRO

PMDB

LEOMAR QUINTANILHA	1 – LUIZ OTÁVIO
ÍRIS DE ARAÚJO	2 – VAGO
JOSÉ MARANHÃO	3 – MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 – VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	5 – VALDIR RAUPP

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PLE e PPS)

FLÁVIO ARNS	1 – MAGNO MALTA
FÁTIMA CLEIDE	2 – SIBÁ MACHADO
JOÃO CAPIBERIBE	3 – ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA	4 – MOZARILDO CAVALCANTE
PAULO PAIM	5 – AELTON FREITAS

PDT

CRISTOVAM BUARQUE - PRESIDENTE	1 – OSMAR DIAS
--------------------------------	----------------

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS N° 173, DE 2004

TITULARES: PFL		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES: PFL		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
EDISON LOBAO	X							1 - ANTONIO CARLOS MAGALHAES							
GILBERTO GOELLNER								2 - DEMÓSTENES TORRES							
JORGE BORNHAUSEN								3 - HERACILITO FORTES							
JOSE AGripino								4 - VAGO							
ROMEU TUMA								5 - MARIA DO CARMO ALVES							
JUVÉNCIO DA FONSECA								6 - ARTHUR VIRGILIO							
LÚCIA VÁNIA								7 - ALVARO DIAS							
REGINALDO DUARTE <i>RELATOR</i>	X							8 - FLEXA RIBEIRO	X						
TITULARES		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
LEONMAR QUINTANILHA								1 - LUIZ OTAVIO							
IRIS DE ARAUJO	X							2 - VAGO							
JOSE MARANHAO								3 - MAO SANTA							
SÉRGIO CABRAL								4 - VAGO							
GARIBALDI ALVES FILHO								5 - VALDIR RAUPP							
TITULARES DO PT		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES PT		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
FLAVIO ARNS								1 - MAGNO MALTA							
FÁTIMA CLEIDE	X							2 - SIBÁ MACHADO	X						
JOÃO CABIBERIBE								3 - ANTONIO CARLOS VALADARES							
MARCELO CRIVELLA								4 - MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PAULO PAIM	X							5 - AELTON FREITAS	X						
TITULARES		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO		SUPLENTES		SIM		NÃO		ABSTENÇÃO	
CRISTOVAM BUARQUE- PRESIDENTE								OSMAR DIAS							
TOTAL:	0	SIM:	0	NÃO:	0	ABSTENÇÃO:	0	AUTOR:	0	PRESIDENTE:	0	ABSTENÇÃO:	0	ABSTENÇÃO:	0

Sala das reuniões, em 23/11/2004

○ Voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.
Atualizado em 01/11/2005 17:29 e última impressão em 23/11/2005 11

Senador CRISTOVAM BUARQUE
Presidente

Walmir Dantas

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA-CDH

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL
EMENDAS AO PLS N° 173, DE 2004

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)					
TITULARES	PFL	SIM	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	PFL
EDISON LOBAO				1 - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
GILBERTO GOELLNER	X			2 - DEMÓSTENES TORRES	
JORGE BORNHAUSEN				3 - HERÁCLITO FORTES	
JOSÉ AGRIPIÑO				4 - VAGO	
ROMEUTUMA				5 - MARIA DO CARMO ALVES	
JUVÉNCIO DA FONSECA				6 - ARTHUR VIRGILIO	
LÚCIA VÂNIA				7 - ÁLVARO DIAS	
REGINALDO DUARTE (PEL/PROS)	X			8 - FLEXA RIBEIRO	X
PMDB					
TITULARES	PMDB	SIM	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	PMDB
LEONMAR QUINTANILHA				1 - LUIZ OTÁVIO	
IRIS DE ARAUJO	X			2 - VAGO	
JOSÉ MARANHÃO				3 - MÁO SANTA	
SÉRGIO CABRAL				4 - VAGO	
GARIBALDI ALVES FILHO				5 - VALDIR RAUPP	
Bloco de Apoio ao Governo (PT,PSB,PTB, PLE e PPS)					
TITULARES DO PT	PT	SIM	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	PT
FLÁVIO ARNS				1 - MAGNO MALTA	
FÁTIMA CLEIDE	X			2 - SIBA MACHADO	
JOÃO CAPIBERIBÉ				3 - ANTONIO CARLOS VALADARES	
MARCELO CRIVELLA	X			4 - MOZARILDO CAVALCANTI	X
PAULO PAIM				5 - AELTON FREITAS	
PDT					
TITULARES	PDT	SIM	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	PDT
CRISTOVAM BUARQUE-PRESIDENTE				OSMAR DIAS	

TOTAL: 0 SIM: 2 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

Minha Q.
Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente

Sala das reuniões, em 23/11/2004

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.
Atualizado em 01/11/2005 17:29 e última impressão em 23/11/2005 18

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 173, DE 2004,

Na Comissão de Direitos Humanos
e Legislação Participativa que:

Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), com o objetivo de isentar do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de sessenta anos que recebem proventos de aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o art. 31-A à Lei nº 10.741, de 1º Outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), com a seguinte redação:

Art. 31-A Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de sessenta anos que recebem proventos de aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

Art. 2º Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de setenta anos, independentemente do valor de seus proventos de aposentadoria ou de qualquer outra forma de remuneração de que disponham.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de novembro de 2005.
– Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

OF. CDH PLS Nº 173-04

Brasília, 23 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o parágrafo 2º, do artigo 91, ambos, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou, com 3 emendas, o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004, que “acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebem aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

ADENDO

Ao Parecer, de 2005 – CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004, que acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebem aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.

Retorna a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 173, de 2004, com o objetivo de ter retificada sua redação final, com vistas ao atendimento das normas atinentes à técnica de redação legislativa previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Especificamente, objetiva-se integrar o art. 2º do PLS nº 173, de 2004 – conforme consta da redação final do projeto em decorrência da aprovação da Emenda nº 3 – CDH –, ao art. 31-A da Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), proposto como acréscimo à referida lei mediante o art. 1º do projeto.

Adicionalmente, impõe-se, na redação final do projeto, o retorno da cláusula de vigência como art. 2º, conforme constavam em sua redação original, e a adequação da ementa.

Em face do exposto, adota-se para o PLS nº 173, de 2004, o texto final, como se segue:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2004

Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para isentar do pagamento de taxas privadas por cidadãos que se encontrem nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do art. 31-A, com a seguinte redação:

Art. 31-A. Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em Instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de:

I – sessenta anos que recebem proventos de aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a um salário mínimo;

II – setenta anos, independentemente do valor de seus proventos de aposentadoria ou

de qualquer outra forma de remuneração de que disponham."

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Sala da Comissão, – Senador **Reginaldo Duarte.**

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 173, DE 2004

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições, financeiras públicas ou privadas por cidadãos que se encontrem nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do art. 31-A, com a seguinte redação:

"Art. 31-A. Ficam isentas do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos maiores de:

I – sessenta anos que recebem provenientes de aposentaria da Previdência Social até o valor equivalente a um salário mínimo;

II – setenta anos, independentemente do valor de seus provenientes de aposentadoria ou de qualquer outra forma de remuneração de que disponham."

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de novembro de 2005.
– Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARAGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

DESPACHO

PLS Nº 173, DE 2004

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1 de 2005, que cria no Senado Federal a Comissão Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências", e a comunicação desta Presidência feita ao Plenário na sessão de 3 de março de 2005

Decido:

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei às comissões de cabendo a decisão terminativa, à nos termos do inciso I a decisão do art. 49 do Regimento Interno.

Senado Federal, 29 de Março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

PARECER Nº 202, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes.

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE).

Em seu art. 1º, a proposição estabelece como objetivo do PNETE a criação de postos de trabalho para os trabalhadores mais velhos e com experiência. O art. 2º fixa os requisitos que, de forma cumulativa, compõem o perfil do trabalhador beneficiário: ter mais de 45 anos; ter experiência profissional; estar cadastrado em unidade executora do Programa; não estar auferindo renda própria de qualquer natureza; e não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário ou assistencial ou ser beneficiário de programas congêneres e similares.

O art. 3º institui como meta a busca de uma integração com as Comissões de Emprego, o Codefat e o Conselho do Programa Primeiro Emprego. Já o art. 4º estabelece a sistemática de inscrição dos empregadores no PNETE, enquanto o art. 5º fixa a forma da subvenção aos empregadores e o art. 6º determina as condições de contratação dos beneficiários. O tratamento das soluções de continuidade é o cerne do art. 7º. O art. 8º veda o beneficiamento de parentes do empregador, sócio e/ou dirigente da empresa.

O art. 9º prevê a possibilidade de convênios ou cooperação técnica com as demais esferas de poder, assim como com organismos não-governamentais. A articulação com outros programas é estabelecida no art. 10 e a sistemática de financiamento e adequação orçamentária, no art. 11. Já o art. 12 fixa os valores da subvenção, enquanto o art. 13 apresenta os critérios de reajustes desses valores.

O projeto deu entrada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 25 de abril de 2005 pra decisão termi-

nativa. Fimdo o prazo regimental, não recebeu emendas. Em 8 de agosto de 2005, a matéria foi encaminhada a este relator, para elaboração de parecer.

II – Análise

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar, entre outros, sobre questões atinentes a relações, de trabalho, assim como a políticas dirigidas aos mais idosos.

No que se refere à constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade, não há vícios que prejudiquem o projeto. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade.

Quanto ao mérito, é importante ressaltarmos a grande relevância da busca de mecanismos institucionais que proporcionem uma melhor inserção do trabalhador idoso, tendo em vista, sobretudo, a situação do mercado de trabalho do País nos dias atuais.

Com efeito, observamos um processo de franco envelhecimento de nossa força de trabalho, resultante da dinâmica demográfica verificada a partir da década de 1970. A esse processo, assoma-se a incapacidade dos atuais mecanismos institucionais e das políticas existentes na proteção do idoso, mais precisamente, no sentido de sua retirada do mercado de trabalho. A inexistência de um efetivo sistema previdenciário e/ou assistencial, de caráter universal e inclusivo, faz com que grande parte dos trabalhadores brasileiros em idade avançada permaneça em atividade como estratégia de sobrevivência.

Além disso, devemos atentar para a precariedade de nosso mercado de trabalho, caracterizado pela informalidade e pelo significativo e crescente desemprego. Hoje, mais de 30 milhões de trabalhadores exercem atividades informais e cerca de 10 milhões de indivíduos estão em situação de desemprego, de acordo com os dados do IBGE. Cada vez mais a informalização e o desemprego atingem os trabalhadores idosos. De acordo com pesquisa da Fundação Seade, só na Grande São Paulo, o índice de desemprego dos trabalhadores acima dos quarenta anos passou de 4,6%, em 1990, para 12,9%, em 2003. O desemprego para essa faixa etária tem particular relevância, sobretudo por estarmos, assim, abrindo mão de um grande potencial produtivo e de experiências profissionais significativas nos mais diversos ramos. Ademais, há o custo social decorrente do fato de que, em geral, os indivíduos nessa faixa etária são chefes de família e/ou possuem dependentes menores e em situação de maior risco social. Tudo isso vem reforçar a necessidade de proposições nos moldes do PLS em apreço.

Entretanto, devemos ressaltar o fato de que a proposição em análise está fortemente influenciada pelo Programa Primeiro Emprego. Grande parte da estrutura redacional da proposição em apreço é similar à da Lei nº 10.748, de 2003, que instituiu aquele programa. Há mesmo alguns dispositivos que apresentam redação idêntica. Em princípio, nada temos a obstar com relação a tal prática. A busca, por soluções redacionais e/ou caminhos gramaticais já trilhados em proposições afins parece algo salutar à boa técnica legislativa. Entretanto, no presente caso, dois aspectos devem, ser levados em conta.

O primeiro se relaciona ao fato de que alguns dispositivos suprimidos, por iniciativa do Poder Executivo, no Programa Primeiro Emprego, foram resgatados na proposição que cria o PNTE. E o caso do § 3º do § 5º assim como do § 2º do art. 7º Isso implica dizer que haverá seguramente resistência por parte do governo na adoção de tais dispositivos. E importante que se envide esforços no sentido de apurar as arestas que seguramente advirão da parte do Executivo.

O segundo aspecto a destacarmos prende-se ao fato de que, ao adotar como modelo o Programa Primeiro Emprego, a proposição corre o risco de que sejam incorporados a seu escopo os vícios e as inadequações que parecem caracterizar aquele programa, pelo menos nesses primeiros meses de seu funcionamento. Em termos efetivos, o Programa Primeiro Emprego, no qual se espelha o PNTE, ainda não decolou. O próprio Governo Federal já revê as metas do programa, reduzindo-as, tendo em vista as dificuldades operacionais que o cercam. Na verdade, até pelo curto espaço do tempo decorrido desde o lançamento do Programa Primeiro Emprego, o que se observa é a inexistência de uma avaliação qualitativa do mesmo, capaz de balizar seu aperfeiçoamento. Assim, o modelo ao qual se molda o PLS nº 126, de 2005, não logrou, até o presente, constituir-se como uma referência segura.

Corre-se, de fato, o risco de estar trilhando uma via incerta, mercê das vicissitudes e do estágio inicial em que ainda se encontra o Programa Primeiro Emprego.

Em resumo, trata-se de uma iniciativa relevante e meritória que vem enfrentar uma questão candente, para a qual inexistem atualmente mecanismos governamentais capazes de lhe fazer frente. Dessa forma, em que pese os riscos resultantes, para implantação do programa, dos problemas indicados, resulta ser uma contribuição altamente positiva.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é aprovação do PLS nº 126, de 2005.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/2/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL (VAGO)	1- HERÁCLITO FORTES - PFL 2- JOSÉ JORGE - PFL 3- DEMÓSTENES TORRES - PFL 4- ROMEU TUMA - PFL 5- EDUARDO AZEREDO - PSDB. 6- PAPALÉO PAES - PSBD 7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB. 8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA ROMERO JUCÁ VALDIR RAUPP MÃO SANTA SÉRGIO CABRAL (VAGO)	1- WELLINGTON SALGADO 2- RAMEZ TEBET 3- JOSÉ MARANHÃO 4- PEDRO SIMON 5- IRIS DE ARAÚJO 6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) FLÁVIO ARNS (PT) IDELI SALVATTI (PT) MARCELO CRIVELA (PMR) PAULO PAIM (PT) PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT) 2- MAGNO MALTA (PL) 3- EDUARDO SUPLICY (PT) 4- FÁTIMA CLEIDE (PT) 5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) 6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO	1- CRISTÓVAM BUARQUE (VOTO)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA I VOTAÇÃO

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL, PSDB, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PROJETO DE LEI DOS IADOS N° 126, DE 2005.		
					SUPLENTES - Bloco da Minoria (PFL, PSDB)	SIM	NÃO
MARCO MACIEL - PFL (VAGO)					1- HERACLITO FORTES - PFL		
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					2- JOSÉ JORGE - PFL		
RODOLPHO TOURIÑHO - PFL					3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL		
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				4- ROMEU TUMA - PFL	X	
LEONEL PAVAN - PSDB	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB		
LÚCIA VÂNIA - PSDB					6- PAPALEO PAES - PSDB		
REGINALDO DUARTE	X				7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB		
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB		
NEY SUASSUNA					SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO
ROMERO JUCA					1- WELLINGTON SALGADO	X	AUTOR
VALDIR RAUAPP	X				2- RAMEZ TEBET		ABSTENÇÃO
MÁO SANTA					3- JOSÉ MARANHÃO		
SÉRGIO CABRAL					4- PEDRO SIMON		
(VAGO)					5- IRIS DE ARAUJO		
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo, (PT, PSB, PIB, PLE e PPS), ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo, (PT, PSB, PIB, PLE e PPS)	SIM	NÃO
FLÁVIO ARNS - PT	X				1- DEUCÍDIO AMARAL - PT		
IDELEI SALVATTI - PT					2- MAGNO MALTA - PT		
MARCELO CRIVELLA - PMR	X				3- EDUARDO SUPlicy - PT	X	
PAULO PAIM - PT					4- FATIMA CLEIDE - PT		
PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB					5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB		
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	6- (VAGO)		
AUGUSTO BOTELHO	X				SUPLENTES - PDT	SIM	NÃO
					1- CRISTOVAM BUARQUE	X	AUTOR
							ABSTENÇÃO

TOTAL: 12 SIM: 10 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2005.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PRESIDENTE

Of. nº 122 /05 – PRES/CAS

Brasília, 15 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exceléncia que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, que “Institui o programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente

PARECER Nº 203, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, deforma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física, e Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, de modo a aumentar o período máximo de percepção do seguro no caso de trabalhador portador de deficiência física. (Tramitando em conjunto nos termos do Requerimento nº 12, de 2005)

Relator: **Senador Mozarildo Cavalcanti**

Relator ad hoc: **Senador Gerson Camata**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 127, de 2004, de iniciativa do Senador Eduardo Azeredo, e o PLS nº 192, de 2004, apresentado pela Sena-

dora Patrícia Saboya Gomes, tramitam conjuntamente por tratarem da mesma matéria: o aumento do período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso do trabalhador portador de deficiência física.

Ambas as proposições, com redação muito parecida e idêntico mérito, acrescentam um § 2º ao art. 4º da Lei nº 7.998, de 1990, estipulando que o benefício do seguro-desemprego será de, no máximo, seis meses (em vez de quatro) para o trabalhador desempregado portador de deficiência física.

Os projetos foram encaminhados a esta Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Não houve apresentação de emendas no prazo regimental.

II – Análise

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, não há vícios que prejudiquem os projetos. Além disso, os textos seguem a boa técnica legislativa.

É fato que o mercado de trabalho, saturado como está, gera dificuldades para o trabalhador desempregado conseguir uma colocação. Com certeza, mais dificuldades ainda serão impostas ao trabalhador desempregado portador de deficiência física.

Assim, entendemos que a alteração proposta reveste-se de elevado alcance social, sendo pragmática e justa. Além disso, o impacto financeiro não é significativo, tendo em vista o reduzido número de trabalhadores portadores de deficiência física.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004, e, por tratar de matéria idêntica, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2004.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2004 e PLS 192, de 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/2/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: "ad hoc" - Sen. GERSON CAMATA

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES		BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES	
MARCO MACIEL - PFL		1- HERÁCLITO FORTES - PFL	
GILBERTO GOELLNER - PFL		2- JOSÉ JORGE - PFL	
MARIA DO CARMO ALVES - PFL		3- DEMÓSTENES TORRES - PFL	
DOLPHO TOURINHO - PFL		4- ROMEU TUMA - PFL	
FLEXA RIBEIRO - PSDB		5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	
LEONEL PAVAN - PSDB		6- PAPALÉO PAES - PSBD	
LÚCIA VÂNIA - PSDB		7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	
REGINALDO DUARTE - PSDB		8- SÉRGIO GUERRA - PSDB	
PMDB TITULARES		PMDB SUPLENTES	
NEY SUASSUNA		1- WELLINGTON SALGADO	
ROMERO JUCÁ		2- RAMEZ TEBET	
VALDIR RAUPP		3- JOSÉ MARANHÃO	
MÃO SANTA		4- PEDRO SIMON	
SÉRGIO CABRAL		5- IRIS DE ARAÚJO	
(VAGO)		6- GERSON CAMATA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)		1- DELCÍDIO AMARAL (PT)	
VLÁVIO ARNS (PT)		2- MAGNO MALTA (PL)	
IDELEI SALVATTI (PT)		3- EDUARDO SUPLICY (PT)	
MARCELO CRIVELA (PMR)		4- FÁTIMA CLEIDE (PT)	
PAULO PAIM (PT)		5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)		6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	
PDT TITULARES		PDT SUPLENTES	
AUGUSTO BOTELHO.		1- CRISTÓVAM BUARQUE	

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 192, DE 2005.
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 127, DE 2005.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL						1- HERACLITO FORTES - PFL.					
GILBERTO GOELLNER - PFL.						2- JOSE JORGE - PFL.					
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.						3- DEMOSTENES TORRES - PFL.	X				
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	X					4- ROMEU TUMA - PFL.	X				
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	X					5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.		X			
LEONEL PAVAN - PSDB.						6- PAPALEO PAES - PSDB					
LUZIA VÂNIA - PSDB.	X					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.					
REGINALDO DUARTE - PSDB.	X					8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.					
TITULARES - PMDB						SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO
NEY SUASSUNA						1- WELLINGTON SALGADO					
ROMERO JUCA						2- RAMÉZ TEBET	X				
VALDIR RAUPP						3- JOSE MARANHÃO					
MÁO SANTA						4- PEDRO SIMON					
SÉRGIO CABRAL						5- IRIS DE ARAÚJO					
VAGO						6- GERSON CAMATA <i>abst.</i> "est. hoc"	X				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).						SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).					
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB.						1- DELCÍDIO AMARAL - PT					
FLAVIO ARNS - PT.						2- MAGNO MALTA - PL.					
IDEI SALVATTI - PT						3- EDUARDO SUPlicY - PT.					
MARCELO CRIVELLA - PMR.	X					4- FÁTIMA CLEIDE - PT.					
PAULO PAIM - PT.	X					5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.					
PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSS						6- JOÃO CABIBERIBE - PSB.					
TITULARES - PDT						SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO
AUGUSTO BOTELHO						1- CRISTOVAM BUARQUE					

TOTAL: 12 SIM: 10 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 01/12/2005

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF. CDH PLS 173-04

Brasília, 23 de novembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o parágrafo 2º, do artigo 91, ambos, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou, com 3 emendas, o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004, que “acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo”.

Atenciosamente, – Senador **Cristóvam Buarque**, Presidente.

OF. Nº 122 / 05 – PRES/CAS

Brasília, 15 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, que “institui o programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

OF. Nº 120/2005 – PRES/CAS

Brasília, 1º de dezembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2004,

que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego no caso de trabalhador portador de deficiência física”, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e deliberou pelo arquivamento do PLS 192, de 2004, de acordo com o art. 133, § 1º do RISF, de autoria – da Senadora Patrícia Saboya Gomes, por tratar da mesma matéria.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 173, de 2004, e 126, de 2005**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 127 e 192, de 2004** (tratando em conjunto), sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 21/06

Brasília, 16 de março de 2006.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Batista Mota para integrar a Comissão de Educação como membro suplente, em substituição ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Solicito ainda a substituição, como membro titular na Comissão de Educação, do senador Geraldo Mesquita Júnior, que ocupava a vaga de membro titular por cessão da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria, pelo senador Juvêncio da Fonseca.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria

OFÍCIO N° 22/06

Brasília, 16 de março de 2006.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lúcia Vânia, como membro suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao senador Geraldo Mesquita Júnior, que ocupava a vaga por cessão da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. 47/06-GLGOV

Brasília, 16 de março de 2006

Senhor Presidente:

Tendo sido publicamente manifesto há vários meses o afastamento do Exmo. Senador Garibaldi Alves Filho da vice-liderança do Governo, inclusive através de discurso proferido na tribuna do Senado Federal, considerei que seu pronunciamento seria suficiente para tal. No entanto não o tendo sido, oficializo agora que S. Excelência não é mais vice-líder do Governo no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, conforme prevê o Regimento, no momento adequado.

Como estou inscrita, se não houver outros oradores, cedo minha vez para outro nas Breves Comunicações, mas peço minha inscrição para o período das Breves Comunicações

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – V. Exª está inscrita.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solicito a minha inscrição pela Liderança da Bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – A Senadora Roseana Sarney fica inscrita em terceiro lugar, na lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi aprovado, na manhã de hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, requerimento de minha autoria e dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque para a realização de audiência pública sobre a chamada gripe aviária, conhecida cientificamente como H5N1. Logicamente essa audiência pública será feita pela Subcomissão de Saúde em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Este tema merece a atenção de todos os membros desta Casa, pois pode trazer sérias implicações para toda a sociedade brasileira, colocando em risco a população do nosso País.

Além dos riscos à saúde humana, essa doença poderá provocar graves prejuízos ao agronegócio brasileiro, especificamente aos criadores de aves. Contudo, o maior receio é de uma pandemia mundial, possibilidade não descartada por entidade internacionais.

Segundo a revista **IstoÉ**, de 8 de março do corrente, a Organização Mundial de Saúde estima que, se a gripe aviária passar a ser transmitida entre humanos e se tornar uma pandemia severa, as mortes em todo o mundo poderão chegar a 50 milhões de pessoas, o que seria uma tragédia.

Autoridades internacionais já manifestaram suas preocupações. Ainda segundo aquele cenário, o Diretor do Centro de Pesquisas sobre Doenças Infecciosas dos Estados Unidos afirmou que “a pandemia de

uma gripe virá, e a Medicina moderna não sabe como combatê-la". Já o Secretário-Geral da ONU disse que, quando ocorrer a primeira transmissão humana, ou seja, de homem para homem, teremos apenas algumas semanas para evitar sua disseminação.

Movidos por essa mesma preocupação é que desejamos trazer para esta Casa o debate sobre a gripe aviária. Queremos saber quais as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo Federal para a prevenção e para o combate a uma possível pandemia. Queremos saber também que pesquisas os laboratórios e as universidades brasileiras estão desenvolvendo nessa área e que precauções a Anvisa está tomando para alertar e explicar à população brasileira sobre essa terrível doença.

O Senado Federal deve fazer parte desse debate, Sr^{as}s e Srs. Senadores, até mesmo para aproveitar seus canais de comunicação, como o jornal, a TV e a Rádio Senado, e ajudar a ampliar o leque de pessoas informadas sobre a gripe aviária.

Portanto, Sr. Presidente, convido todos os Senadores a participar dessa audiência pública, para que possamos debater o tema e sugerir ações ao Governo. Por enquanto, a informação e a prevenção ainda podem ser armas muito úteis, pois, neste momento, ainda não se tem notícia de transmissão entre seres humanos, mas tão-somente óbitos por contaminação.

Senador Paulo Paim, quero registrar mais uma vez que apresentei neste momento a comunicação da aprovação de nosso requerimento, para que possamos fazer uma audiência pública da mais alta importância para a saúde pública brasileira relativamente a um tema que, inclusive, foi abordado em discurso seu no início da semana: a gripe aviária.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, permita-me um aparte bem rápido. Primeiro, quero ratificar essa informação que V. Ex^a passa ao País. Hoje pela manhã, tive a alegria de fazer a defesa do nosso pedido de audiência – não do meu, do seu, mas do nosso, já que assinado por V. Ex^a, por mim e pelo Senador Cristovam Buarque –, solicitando que seja conjunta. A Senadora Ideli Salvatti concordou com a tese por nós levantada – por V. Ex^a, principalmente, que é médico, portanto, é da área – para que se faça, inclusive, audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Tudo isso, pela repercussão que já está tendo essa falada, infelizmente, gripe aviária no aspecto econômico e social, devido ao desemprego em massa nas indústrias que manipulam frango. No Rio Grande do Sul, são centenas de trabalhadores já demitidos. Meu aparte é para cumprimentá-lo pela

sensibilidade. V. Ex^a teve a grandeza política, inclusive, de conversar com seus Pares para que fosse feito um encaminhamento conjunto nas três Comissões. Esperamos que essa audiência, que vai envolver os Ministérios da Saúde, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento seja realizada o mais rápido possível. Meus cumprimentos, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Devemos reconhecer a grande preocupação com relação ao tema, o que nos fez tomar essas providências de maneira ágil, a fim de que possamos obter as informações de que precisamos. Todos nós, Senadores, devemos participar ativamente dessa audiência pública. Assim, poderemos cobrar medidas imediatas e eficientes do Governo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. José Maranhão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Maranhão, do PMDB da Paraíba.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois, Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a necessidade de investimentos em educação tem sido um tema recorrente em meus pronunciamentos, pois os Países que investiram e investem em educação, em todos os níveis de ensino, despontam como potencialmente desenvolvidos.

Minha preocupação foi sempre a de solicitar às administrações federais mais recursos que viabilizassem a expansão do ensino e a sua interiorização, possibilitando a todas as classes de renda, particularmente àquelas de menor poder aquisitivo, o direito de estudar e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e científico nacionais.

Como fui sempre um cobrador da execução de medidas de políticas educacionais, não poderia deixar de reconhecer e registrar o esforço empreendido pela atual administração federal para expandir e interiorizar o ensino superior.

Dados do Ministério da Educação mostram que, após mais de uma década de marasmo e de reduzidos investimentos na educação superior, o volume de

recursos à disposição das universidades para expandir e interiorizar a educação superior pública no Brasil é de R\$592 milhões, dos quais foram repassados R\$192 milhões em 2005, e os restantes R\$400 milhões serão aplicados em 2006 e 2007.

Os investimentos em construção, em reaparelhamento de novas e velhas unidades de ensino, na reforma e na adequação das instalações e laboratórios são gastos bem-vindos. Contribuirão em curto prazo para a inclusão social e a geração de renda e emprego e em longo prazo para o desenvolvimento regional e nacional, reduzindo desigualdades.

Os números do MEC não nos deixam mentir. Estão em processo de instalação dez novas instituições de ensino superior público e sendo consolidados ou criados 42 **campi**, em diversas unidades federativas, beneficiando 68 Municípios.

A expectativa de criação de 125 mil novas matrículas, em 5 anos, só poderia ser operacionalizada com a expansão do corpo docente e técnico. Assim, foi autorizada a contratação de quatro mil professores do ensino superior e mil para o ensino básico das universidades federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets, além de 1,6 mil técnicos administrativos.

Para complementar as necessidades de preparação dos jovens e o atendimento da população nos hospitais universitários, o MEC autorizou a realização de concurso público para técnico administrativo, criando 2.042 vagas.

Sr. Presidente, o orçamento total para as universidades federais brasileiras evoluiu de R\$7,7 bilhões, em 2004, para R\$8,9 bilhões, em 2005, quase 16% de incremento, enquanto as despesas de custeio aumentaram 48%, passando de R\$543 milhões para R\$803 milhões. Para 2006, estão previstos dispêndios de R\$958 milhões para custeio e investimento dessas unidades.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Maranhão?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não. Com muito prazer, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Ex^a aborda um tema que é vital para o crescimento e a importância do Brasil em um mundo altamente tecnológico: a expansão das universidades. Na Paraíba, há duas universidades federais, e ambas lutam pela expansão. Tanto eu quanto V. Ex^a estivemos, inúmeras vezes, com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o da Educação, pedindo vagas para professores a fim de instalar **campi** universitários no vale do Mamanguape, em Pombal, em Sumé e em cidades do sertão. Tenho a certeza de que não conseguiremos

instalar todos os que gostaríamos, mas alguns. V. Ex^a sabe que se trata de um tema de suma importância para a Paraíba. Louvo o discurso de V. Ex^a e registro a nossa luta no sentido de que as universidades da Paraíba também se interiorizem rapidamente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Incorporo, com muito prazer, o honroso e esclarecedor aparte de V. Ex^a, porquanto é um profundo convededor da problemática do ensino no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, conta com três **campi** localizados em João Pessoa, Areia e Bananeiras. Aspiramos, ainda, que seja instalado o **campus** Litoral Norte, com a atuação nos Municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé, dotando a universidade de maior racionalidade administrativa.

A localização desses **campi** nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto proporcionará aos estudantes 12 novos cursos de graduação, complementares à atual oferta de cursos dessa categoria.

No que toca à Universidade Federal de Campina Grande, além dos **campi** instalados em Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, já se encontra em fase de implantação o **campus** de Cuité, na região do Curimataú.

Como parte do Plano de Expansão Institucional da Universidade Federal de Campina Grande e em resposta aos reclamos da população sertaneja do Cariri, está prevista a criação de unidades em Pombal e em Itaporanga, pleito este que reiteramos desta tribuna e em contatos com o MEC.

Nesse particular, registro o esforço pessoal e institucional – porque é de toda a equipe – das Universidades Federais de João Pessoa e de Campina Grande, nas pessoas de seus Reitores: Professor Rômulo Soares Polari, de João Pessoa, e Professor Thompson Mariz, de Campina Grande. Na verdade, a problemática do ensino superior na Paraíba está sendo abordada em duas frentes. Na frente universitária – acadêmica e administrativa – e também na frente política.

Tanto o Reitor de João Pessoa, da Universidade Federal da Paraíba, o Professor Rômulo Soares Polari, como o Professor Thompson Mariz, titular da Reitoria da Universidade Federal de Campina Grande, após elaborarem os planos que apresentaram à sociedade, têm feito reuniões regionais em todas as regiões polos do Estado da Paraíba, convocando a classe política e as lideranças representativas de segmentos da sociedade, especialmente da área de ensino, para abordagem dessa questão.

Felicitó ambos os reitores citados, pela forma democrática, pela forma politicamente correta com que estão encaminhando, perante a comunidade aca-

dêmica, perante o Ministério da Educação, perante a sociedade e perante a classe política da Paraíba, a questão da expansão da universidade, visando à sua interiorização.

Na verdade, já fiz outros discursos aqui no Senado, abordando a necessidade de a universidade ir até onde está o estudante, e não esperar que o estudante se desloque dos lugares mais remotos dos Estados brasileiros às capitais. Via de regra, pelo menos é a realidade do meu Estado, só as cidades de grande porte têm contado com o benefício da universidade.

Assim, vejo esse projeto de interiorização como de inclusão social e, sobretudo, é um projeto que faz justiça à inteligência, que não é privilégio das pessoas com mais recursos materiais ou de categorias sociais mais elevadas.

Muitas vezes, pessoas inteligentes e até gênios são encontrados nas camadas mais carentes da população. Por falta de oportunidade, perdem-se muitos valores na sociedade brasileira, cuja organização administrativa, parece-me, nesse aspecto da universidade, é absolutamente excludente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) Como parte do plano de expansão institucional da Universidade Federal de Campina Grande e em resposta aos reclamos da população da região sertaneja do Cariri, está prevista a criação de unidades em Pombal e Itaporanga, pleito esse que reiteramos desta tribuna e em contatos com o MEC.

Gostaria de ressaltar a importância da criação, em nível nacional, do Programa Universidade para Todos (ProUni), programa de bolsas de estudo que possibilita a milhares de jovens de baixa renda o ingresso em instituições privadas de educação superior. No primeiro ano de execução, o Programa ofereceu 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais, um total de 112.275 bolsas em todo o território nacional. Para 2006, está prevista a conclusão de 130 mil bolsas de estudo, integrais e parciais.

Alegra-me também constatar que a preocupação com a qualidade de ensino não tem sido deixada de lado. A implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é um exemplo, possibilitando a avaliação de forma integrada de diversos aspectos da educação superior, ministrada a instituições públicas e privadas.

Sr. Presidente, a reforma da educação superior em nosso País vem sendo discutida nos últimos anos no Executivo, no Legislativo e com a sociedade civil. Estamos certos de que esse projeto de lei, que chegará a este Congresso neste ano, receberá de nossos

Pares contribuições valiosas que assegurem ao Estado a definição da educação como prioridade nas políticas públicas, com a garantia da alocação de recursos necessários e suficientes para viabilizar a inserção do Brasil no contexto das nações mais desenvolvidas.

Aqui, Sr. Presidente, eu me permitiria, ainda, aduzir mais um comentário: o Brasil precisa investir, de forma maciça, em todos os níveis de educação do nosso povo, desde o ensino fundamental até os cursos de pós-graduação, como se estivéssemos em esforço de guerra. De outra forma, nos próximos 20 anos – é uma constatação que os cientistas dessa área têm feito –, não teremos condição de superar a distância, o *gap* que existe, por exemplo, entre o Brasil e países asiáticos de economia em ascensão, como a Coréia do Sul, Taiwan e a própria China continental, que já estão disputando, em algumas áreas do desenvolvimento científico e tecnológico, com países do Primeiro Mundo.

O Brasil precisa se aperceber da importância de investir nessa área. O Presidente da República, o Governo atual vem realmente, como acabei de registrar, fazendo investimentos significativos, mas é importante incrementá-los, se o nosso objetivo é superar as limitações que o País vive hoje e que já se projetam em nossa economia. Afinal, sabemos perfeitamente que o grande capital, no segundo milênio, deixou de ser o domínio dos investimentos materiais em fábricas e outros equipamentos para ser realmente o domínio do conhecimento científico e tecnológico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Se ainda estiver em tempo, pediria minha inscrição para uma comunicação inadiável. Pelo jeito, a lista ainda não está completa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será inscrito, porque ainda há uma vaga.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB AP)

– Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Pela

ordem.) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder para uma comunicação urgente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB AP)

– V. Ex^a poderá fazer uso da palavra neste momento. (Pausa.)

Senador Marcelo Crivella, houve um equívoco de minha parte. O Senador Sérgio Zambiasi está inscrito como Líder, mas, já que vai haver a permuta, passo a palavra a V. Ex^a. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como Líder. As lideranças têm preferência regimental. Depois, falará o Senador Flexa Ribeiro, como orador inscrito, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu pedi a V. Ex^a que me desse a palavra para fazer aqui um anúncio, uma comunicação urgente, que é a visita ao Brasil de S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores da Zâmbia, que visita nosso País oficialmente e que se faz acompanhar pelo nosso Embaixador no Zimbábue.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer esta saudação. O Ministro chama-se Ronnie Shikapwasha, e gostaria de apresentar a ele as mais altas e distintas considerações e cumprimentos por parte do meu Partido e do Governo Brasileiro. Contudo, antes de fazê-lo, gostaria de dar a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que já havia me pedido a palavra antes que eu ocupasse a tribuna, porque esteve comigo em uma recepção ao Sr. Ministro e pelos seus laços com a mãe África.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marcelo Crivella, gostaria de falar da alegria que senti ontem, ao almoçar, a convite de V. Ex^a, com o Ministro Ronnie Shikapwasha, quando falamos muito sobre a Zâmbia. Foi uma alegria ouvir o Ministro dizer que ele, nos momentos mais difíceis do grande Líder da humanidade, Nelson Mandela, ele, oficial das Forças Armadas da Zâmbia, inúmeras vezes fez com que Nelson Mandela percorresse a África em defesa da liberdade, da igualdade e pelo fim do *apartheid*.

Este é um momento para nós muito importante e, por isso, eu tenho que registrar aqui a minha alegria de ter o Ministro no plenário do Senado da República do nosso País. Estivemos lá, junto com o Senador Zambiasi, e somos parceiros para implementar no Parlamento brasileiro a Frente Parlamentar Brasil/Zâmbia, já que também V. Ex^a é parceiro na Frente Parlamentar Bra-

sil/Afárica. Tomo a liberdade de pedir a todos os Senadores aqui presentes e a V. Ex^a uma salva de palmas a este grande homem público não só do Brasil, mas internacional. (Palmas.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar também a presença do evangelista Peter Akupel-A e, claro, do nosso Ministro das Relações Exteriores da Zâmbia, como havia dito, Ronnie Shikapwasha.

Senador Paim, eu tenho certeza de que todos os Senadores vão acolher a iniciativa de V. Ex^a com entusiasmo. Uma Frente Parlamentar Brasil/Zâmbia vai cumprir as promessas de campanha e também da viagem feita pelo Presidente Lula à África, ocasião em que falou de uma dívida histórica do Brasil para com esse continente.

Tenho certeza absoluta de que o líder da Paraíba, Senador José Maranhão, pela imigração que seu Estado teve de irmãos africanos, será um entusiasta dessa frente.

Sr. Presidente, a Vale do Rio Doce está fazendo um excelente trabalho em Moçambique. A Zâmbia fica ao lado, e nós podemos estreitar os laços de desenvolvimento. A Zâmbia é um país riquíssimo: tem cobre, tem cobalto, tem uma agricultura que precisa conhecer os avanços tecnológicos da agricultura brasileira. O Brasil vai estabelecer, agora, uma embaixada na Zâmbia, seguindo a política do Itamaraty, do Governo do Presidente Lula.

Peço que faça parte do meu pronunciamento e que conste dos Anais desta Casa o excelente trabalho que tem feito o Embaixador do Brasil no Zimbábue, aqui presente, Embaixador George, a quem agradeço em nome do Senado e dos brasileiros. Nós temos essa grata satisfação.

Sr. Presidente Cristovam Buarque, V. Ex^a tem laços muito profundos com a África. Na última vez em que estive na África, V. Ex^a também estava lá. V. Ex^a é profundo conhecedor das questões da nossa imigração africana.

Vivemos, então, um dia de felicidade neste Parlamento. Quero dar as boas-vindas oficiais ao Sr. Ministro, à sua comitiva, e dizer do prazer e da alegria que esta Casa tem em recebê-lo. Seja muito bem-vindo, Sr. Ministro das Relações Exteriores da Zâmbia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Quero, em nome da Casa e da Presidência, dar

as boas-vindas e dizer da satisfação que nós temos de tê-lo como nosso visitante, vindo de um país irmão do povo brasileiro. Espero que se sinta em casa durante todo o tempo que o senhor estiver no Brasil.

Muito obrigado por sua visita.

Continua a lista de oradores.

Pela Liderança do PTB, eu passo a palavra, com muito prazer, ao Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento. Em seguida, passarei a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Cristovam Buarque.

Aproveito também para associar-me às manifestações de júbilo e alegria pela visita do Ministro das Relações Exteriores de Zâmbia, Ronnie Shikapwasha, acompanhado do seu assistente Peter, e do nosso Embaixador em Zâmbia.

Ontem, nós tivemos o privilégio, juntamente com o Senador Marcelo Crivella, eu e o Senador Paulo Paim, num almoço muito especial na residência do Senador Marcelo Crivella, de conhecermos um pouco mais daquele país africano, Senador Cristovam Buarque, um pouco da história do Ministro das Relações Exteriores, Mr. Ronnie, da sua belíssima história como piloto das Forças Armadas do seu país, conduzindo pessoas, salvando vidas e, posteriormente, dedicando-se ao ministério de Cristo, o ministério evangélico, tendo hoje essa enorme responsabilidade de representar o seu país como Ministro de Relações Exteriores.

Sentimo-nos realmente muito privilegiados com a sua presença hoje, aqui no plenário desta Casa. Bem-vindo V. Ex^a, assim como o seu assistente, Sr. Peter. Leve o nosso abraço de carinho e de respeito. Nossa saudação ao povo do seu país. Muito obrigado pela sua presença.

Sr. Presidente, trago a esta tribuna, mais uma vez, a questão da invasão liderada pela Via Campesina, que destruiu o Horto Florestal de Barra do Ribeiro, em meu Estado. Registro inicialmente a imediata reação de indignação e inconformidade do povo gaúcho, repudiando o ato. Não faltaram palavras de apoio e gestos de solidariedade para com os trabalhadores, a empresa Aracruz e a população da cidade de Guaíba, onde está localizada a sede do empreendimento.

Hoje, outras informações preocupantes ganham espaço na imprensa gaúcha, revelando o grau de tensão que a referida invasão instalou entre empresas de pesquisas, ruralistas e MST. Enquanto invasores negociam sua retirada, hoje, da Fazenda Coqueiros ocupada há alguns dias, do outro lado articula-se que produtores rurais montaram pelo menos dezoito pontos de vigilância e monitoramento nas regiões da campa-

nha e na fronteira oeste. O objetivo, segundo dizem, é avisar proprietários e polícia sobre qualquer sinal de ação dos sem-terra.

Não deixa de ser preocupante, Sr. Presidente, pois a sociedade civil começa a exercer funções de Estado, apesar da garantia de um dos líderes ruralistas de que não pretendem fazer o trabalho da polícia, mas alertar os produtores sobre possíveis invasões e que estas normalmente são acompanhadas de violência.

De outra parte, cresce a indignação com a notícia de que a destruição do Horto Florestal e do laboratório da Barra do Ribeiro teve a participação de militantes paraguaios. Conforme o jornalista Carlos Wagner, do jornal **Zero Hora**, um motorista de ônibus que transportou do Paraguai a Porto Alegre 45 agricultores para a 2^a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária, na semana passada, confirmou que parte de seus passageiros participou da depredação do Centro de Pesquisas da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro.

O motorista Esteban Cardozo, da empresa Omini Travel da Villa Elisa, região metropolitana de Assunção, confirmou a participação dos paraguaios no vandalismo em uma reportagem publicada ontem no jornal **ABC Color**, principal jornal do Paraguai. Cardozo não disse quem participou, mas forneceu ao jornal **ABC Color** a lista dos 45 passageiros. Contou que fora convidado, na tarde daquela terça-feira fatídica, a transportar os passageiros até a fazenda. Não concordou porque tinha ordens do patrão para não deixar Porto Alegre e poderia se complicar com as autoridades brasileiras.

Os paraguaios, em sua maioria mulheres, foram até a fazenda em outro ônibus. No retorno ao Paraguai, fizeram comentários sobre o ataque, que colocou em risco 1.200 empregos existentes e pode ter afugentado outros cinqüenta mil que seriam criados com investimentos de 1,2 bilhão de dólares. A Aracruz avalia agora se manterá o plano para sua permanência no Rio Grande do Sul.

Os agricultores paraguaios que vieram ao Brasil pertencem à Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas. Ramón Medina, dirigente da entidade, que estava entre os passageiros, admitiu em uma entrevista à rádio Primero de Marzo, de Assunção, que as paraguaias participaram da ação da Via Campesina. Ele classificou o ataque como “ato de sobrevivência”. A adesão dos paraguaios será investigada pela polícia de Barra do Ribeiro, segundo o delegado regional Rudymar de Freitas.

Esta Casa, este Plenário, já se manifestou a respeito do episódio.

Mas considero oportuno que a comissão de agricultura, presidida pelo nosso competente e respeitável

colega Sérgio Guerra, possa colocar em sua pauta o assunto por sua relevância.

Por fim, quero registrar, para nossa reflexão, o que diz o renomado pesquisador gaúcho Carlos Termignoni, do Centro de Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Alerta o Professor Carlos que o episódio ocorrido recentemente em Barra do Ribeiro atingiu não apenas a empresa Aracruz, seus funcionários e parceiros, como pode parecer à primeira vista. Foi de proporções infinitamente muito maiores e com consequências de uma gravidade ímpar.

Atingiu diretamente todos os brasileiros, porque, e mais uma vez no Rio Grande do Sul, o futuro e a esperança de que o Brasil possa tornar-se uma Nação minimamente independente e soberana foram roubados. No Rio Grande do Sul, temos vários outros segmentos sociais que usam tecnologias altamente avançadas; por exemplo, a avicultura, responsável por inúmeros postos de trabalho e crescimento do bem-estar de muitos milhões de gaúchos e gaúchas.

O grande avanço na agricultura tem como base o investimento realizado na pesquisa genética e que nos permite, hoje, produzir frangos utilizando metade da quantidade de ração e menor tempo do que precisávamos poucas décadas atrás – diz o cientista – tornando o consumo de carne e ovos acessível a um número maior de pessoas. Neste caso, não há perigo de que os laboratórios responsáveis por esses avanços tecnológicos, e que ainda desenvolvem pesquisas para aprimorá-los, sejam destruídos como aconteceu com o laboratório de Barra do Ribeiro. Eles estão a salvo, Senador Ramez Tebet, porque estão na Europa e nos Estados Unidos. São eles os responsáveis pelas etapas de maiores lucros e melhores empregos da indústria avícola, porém, lá do outro lado do oceano.

Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Sérgio Zambiasi, esse assunto merecia mesmo, por parte do Senado da República, uma manifestação. E V. Ex^a é representante do Estado do Rio Grande do Sul, que foi palco dessa violência que denigre o nosso País, inclusive perante o exterior, traz intranqüilidade, prejudica a nossa ascensão econômica, pois repercute nos investimentos que possam ser feitos no Brasil, e merece a nossa mais veemente repulsa, Senador, porque não é possível acontecerem essas coisas impunemente neste País. O Brasil está sendo palco de algo verdadeiramente extraordinário: denúncias no campo moral, denúncias de escândalos, e agora, de uns tempos para cá, denúncias de recrudescimento da violência no campo. Os movimentos sociais positivamente estão exagerando, estão praticando verdadeiro crime, e é preciso que a gente reaja imediatamente,

para pôr cobro a uma situação como esta que aconteceu no Rio Grande do Sul e que de resto está acontecendo em todas as unidades da federação brasileira. Eu diria que o Brasil precisa entrar em ordem, precisa fazer jus àquilo que está estampado na nossa Bandeira: “Ordem e Progresso”. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Ramez Tebet, por sua manifestação.

Quero registrar aqui de público que essa invasão, que surpreendeu o Rio Grande do Sul, teve a reação imediata do povo gaúcho; das autoridades gaúchas; dos Ministros gaúchos; do Ministro Rossetto, que lá estava; do Senador Paim, que comigo manifestou-se e, sensibilizado, também declarou sua discordância da forma como este movimento social manifestou-se. Digo sempre que, no meu princípio de democracia, respeito as manifestações e tenho profundo respeito por elas; porém, quando ultrapassam o limite do bom senso, elas nos levam a uma reflexão exatamente na linha do que o Senador Ramez nos chamou a atenção: sobre o que está estampado em nossa Bandeira com relação à ordem e ao progresso no País.

Senador Flexa, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a faz novamente um pronunciamento da maior responsabilidade a respeito da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em nosso País. V. Ex^a tem, repetidas vezes, denunciado e cobrado uma atitude enérgica do Governo Federal para coibir de uma vez por todas essas ações. Lamentavelmente, o Presidente Lula, no início do seu Governo, oficializou o MST quando colocou o boné do movimento e fez com que o movimento, que é...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... anárquico, não se comporte dentro da legalidade. O Senador Ramez Tebet fez agora há pouco um aparte a V. Ex^a colocando em perfeita consonância o aparte dele com o seu pronunciamento. Quero lhe informar e a todo o Brasil que vi ontem nos jornais do Pará uma foto que estampa bem a situação em que nos encontramos no nosso País: sem controle, sem regras. Uma foto em que os funcionários do Incra do meu Estado estavam do lado de fora do prédio e o movimento do MST do lado de dentro do prédio do Incra, sem deixar que os funcionários entrassem, invertendo a posição que deveria ser. Parabenizo V. Ex^a, que cobra uma ação enérgica do Governo Federal para coibir de vez esses movimentos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Apenas para comple-

mentar, agradecendo a generosidade do Presidente Cristovam Buarque...

(Interrupção do som)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – ...nos dando a chance de concluir o nosso pronunciamento. Quero informar que, quanto à decisão da empresa Aracruz, de permanecer no Estado ou não após o ocorrido, resta-nos torcer para que o episódio não seja visto como razão suficientemente forte para desistir do investimento no Rio Grande do Sul.

Foi com algum alívio que recebemos a manifestação do diretor operacional da empresa, Walter Nunes, de que um empreendimento desse porte não pode botar uma mochila nas costas e trocar de lugar. O Rio Grande do Sul continua sendo um dos principais candidatos a sediar o investimento, antes, por sua viabilização técnica e logística, agora, devido à posição firme da sociedade gaúcha, do Governador em exercício, Antônio Hohlfeldt, do nosso Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, que lá estava num evento de extrema importância para a agricultura familiar não apenas brasileira, mas da América do Sul e, quiçá, do mundo, e que, rapidamente, tranqüilizou o País com sua manifestação.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT – PA). Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Eu gostaria de solicitar a minha inscrição pela Liderança do Bloco. A autorização está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com muito prazer, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, por dez minutos com dois de prorrogação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, S^{ra}s. Senadoras e Srs. Senadores, hoje retorno a esta tribuna para externar mais uma vez a minha defesa pela implantação da unidade do Hospital Sarah em Belém, capital do meu querido Estado do Pará.

Há exatamente três anos e três meses, ou seja, trinta e nove meses, as obras estão paralisadas, causando um prejuízo imensurável à saúde da população do nosso Estado e às pessoas que precisam do atendimento especializado oferecido pela Rede Sarah.

Precisamos, Senadora Ana Júlia Carepa, afastar os entraves políticos e fazer com que os repasses devidos pelo Ministério da Saúde, na ordem de R\$14

milhões, cheguem ao Pará, viabilizando a conclusão do hospital.

Recentemente, recebi A SRA. Irene Barroso, uma entre tantas pessoas que buscam o gabinete, não só o meu, mas de todos os Senadores que representam o Estado do Pará e outros Estados da nossa Federação. Ela, A SRA. Irene, uma paraense de Marapanim, que está fazendo tratamento no Sarah de Brasília – as altas despesas com que A SRA. Irene tem que arcar aqui na capital Federal –, fez com que ela se dirigisse ao meu gabinete para solicitar apoio até o término do seu tratamento.

Sr. Presidente, S^{ra}s e Srs. Senadores, V. Ex^as devem saber o que é ter de ficar meses longe de casa. É preciso arcar com os gastos referentes à moradia, à alimentação e ao transporte em uma cidade muitas vezes com custo de vida bem mais elevado do que o da cidade natal, além, é claro, do desgaste emocional de ter de tratar da saúde longe da família.

Na segunda-feira passada, dia 13 de março, houve em Belém uma audiência pública solicitada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Mário Couto, e pelos Deputados Estaduais Joaquim Passarinho* e Faisal Salmen. A referida audiência contou com a presença, entre outras, da Procuradora do Ministério Público do Trabalho, S^{ra} Ana Maria Gomes Rodrigues, e de representantes da sociedade civil à frente, Dr. Agustinho Monteiro, idealizador do Movimento “Acorda Pará, Sarah já!”, em prol da implantação do hospital em Belém.

Em agosto do ano passado – e é bom que os paraenses, que assistem à TV Senado e ouvem a Rádio Senado, saibam –, Sr. Presidente, estive com o nobre Senador Luiz Otávio, com a vice-Governadora Valéria Pires Franco e o Secretário Executivo de Saúde do Estado, Fernando Dourado, em uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, cobrando a abertura imediata do Sarah em Belém e o término da segunda etapa das obras. Na ocasião, Saraiva Felipe prometeu a inauguração da unidade ambulatorial da Rede Sarah em Belém ainda em 2005, o que, lamentavelmente, não foi cumprido.

Como já dissemos anteriormente, há três anos e três meses, ou seja, há 39 meses, as áreas ambulatoriais e administrativas do Sarah/Belém estão prontas, mas não foram entregues por falta de equipamentos e profissionais para o início do atendimento. Eu, assim como toda a sociedade paraense, quero o Sarah totalmente concluído em Belém, para que os cidadãos do Pará, e de outros Estados sem esse atendimento especializado, possam ter tratamento com dignidade.

Enquanto o Governo Federal atrasa e vem inabilitando o repasse de recursos para a conclusão

da Rede Sarah em Belém, o Governador do Estado do Pará Simão Jatene faz vultosos investimentos na ordem de R\$300 milhões do Tesouro Estadual – para a construção de seis hospitais regionais de média e alta complexidade, incluindo ao já existente mais 510 leitos convencionais e 125 leitos de UTI, um aumento de 47% no número de leitos de UTIs existente hoje, no Estado. Só de leitos de UTI pediátrica serão 42. E o Hospital Regional de Santarém, que está sendo construído no oeste do Estado, terá um centro de referência no tratamento de câncer. Hoje, só o Hospital Ophir Loyola, em Belém, faz esse tipo de atendimento.

Senadora Ana Júlia Carepa, peço a atenção de V. Ex^a porque quero um compromisso de apoio de V. Ex^a à proposta que o Governador Simão Jatene faz ao Governo do Presidente Lula. Em março de 2003, o Governador Jatene entregou ao Presidente Lula um documento em que ele, Governador do Estado do Pará, se comprometia a investir até 30% dos recursos necessários para a pavimentação das rodovias Santarém–Cuiabá e Transamazônica e para a conclusão das eclusas de Tucuruí. Até hoje, não houve resposta sequer do Presidente Lula à proposta de parceria do Governador Simão Jatene.

Lamentavelmente, a partir de julho do ano passado, o Governador deu início às construções dos hospitais regionais de média e alta complexidade, o que era um compromisso seu de campanha, incluído na agenda mínima. Ele estava postergando o início, esperando o aceno do Governo Federal na parceria que o Estado do Pará fazia para colocar o asfalto definitivo nas duas rodovias e para concluir definitivamente a eclusa. Lamentavelmente isso não houve.

Senadora Ana Júlia Carepa, peço a V. Ex^a que, em nome do povo do Pará, que o Presidente Lula responda imediatamente a esta nova proposta de parceria do Governador Simão Jatene. É bom que o povo parense saiba que ele se propõe a investir com recursos do Tesouro do Estado os R\$14 bilhões necessários para equipar a Rede Sarah, de Belém, para que esta, na sua fase ambulatorial, entre em funcionamento imediatamente e, ainda com esses recursos, invista no aperfeiçoamento, no treinamento, da equipe que vai lá atuar.

Para isso, Senadora Ana Júlia Carepa, é necessário que haja um compromisso do Presidente Lula no sentido de que ele garanta, por intermédio do Ministro da Saúde, os recursos para o custeio da unidade Sarah de Belém, e, assim procedendo, abra imediatamente o ambulatório daquele hospital e, a partir daí, encaminhe os recursos para a conclusão da segunda etapa.

É importante, Senadora Ana Júlia Carepa – e já concedo o aparte a V. Ex^a – que o Presidente Lula atenda a esse pedido de parceria do Governador Jatene porque ele será aplaudido por todos os paraenses. Ele vem buscando inaugurar operações tapa-buraco em todo o Brasil.

Em vez disso, ele pode, em curto espaço de tempo, imediatamente, inaugurar a unidade Sarah, que está pronta há trinta e nove meses no Estado do Pará, que não é concluída e posta em funcionamento por falta de vontade política de assim fazê-lo.

Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Flexa Ribeiro, primeiro, participei das conversas em relação, por exemplo, à BR-163. A proposta do Governo do Estado, só para recolocarmos a situação, era no sentido de que este entraria com recursos do Estado, mas o Governo do Estado estava querendo que o Governo Federal adiantasse os recursos do Estado em relação aos *royalties* da energia. Veja bem: seria necessário que o Governo Federal adiantasse os recursos. Então, não iria sair do cofre. Tinha que sair de qualquer jeito o adiantamento do Governo Federal. Então, não era bem assim: “Olha, nós temos o dinheiro aqui. Façam essa parceria”. Não. Era: “Vocês vão nos pagar ao longo de três anos, mas adiantem uns três anos para cá logo de uma vez. Aí depois...” Quer dizer, então, é uma parceria meio assim... Quero só registrar que, em relação ao Ministro da Saúde, todos nós Senadores – eu também fui ao Ministro – cobramos a questão do Sarah Kubitschek. Na época, o Ministro Saraiva Felipe realmente se comprometeu com a idéia de que as unidades Sarah que já estavam com a sua estrutura pronta fossem inauguradas. Essa é uma luta que une todos os representantes do Pará, independente de partido político. Sabe V. Ex^a que estou em todas as lutas em defesa do povo do Pará e vou defender essa parceria junto ao Governo Federal, visto que infelizmente o Governo anterior, apesar de ser do mesmo partido do Governador e ex-Governador, não fez este tipo de parceria: nem a Transamazônica, nem a BR-163, nem a eclusas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia, eu agradeço o seu aparte. Quero só esclarecer – talvez por falta da área econômica por parte de V. Ex^a – é evidente que nenhum Estado brasileiro, talvez com raras exceções... talvez São Paulo, pela grande administração do Governador Geraldo Alckmin, possui recursos para investir hoje maciçamente, da ordem de R\$5 milhões, tem um bilhão de reais, que é o valor necessário para 30% dessas obras, em caixa, para fazer o aporte. Agora, a proposta do Governador foi

para que os recursos, que são do Estado, sim – Estado que V. Ex^a representa aqui –, são da população do Estado do Pará, que são os *royalties* e o ICMS sobre a energia, possam ser utilizados. São do Tesouro e não havia em caixa, mas só aguardávamos a resposta, que lamentavelmente não houve.

Fico feliz de ter assistido ao compromisso de V. Ex^a, porque o Governador Simão Jatene aguardará – e é importante que isso fique registrado – tão somente o ofício por parte do Ministro da Saúde, dizendo que tão logo os equipamentos, Presidente Cristovam Buarque, estejam colocados no Hospital Sarah já concluído, ele possa, então, fazer esse investimento, para que o povo do Pará possa ter o hospital.

Com relação ao término do Governo do Presidente Fernando Henrique, Senadora Ana Júlia, quero lembrar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Flexa, quero lembrar que o tempo está se esgotando e há muitos oradores. Por isso, vou conceder mais um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo já. Quero só lembrar a V. Ex^a que essas obras do Sarah-Belém ficaram prontas em dezembro de 2002 e, a partir de então, estão paralisadas.

Aproveito também este pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Júlia, para dizer ao povo do Pará que o Governador Simão Jatene inaugurará nesta sexta-feira, dia 17, o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua, na região metropolitana de Belém.

Do total de recursos destinados ao hospital, cerca de R\$60 milhões, R\$52,5 milhões foram bancados pelo Tesouro do Estado e apenas R\$7,5 milhões bancados com recursos do Governo Federal.

Diferentemente do que o Presidente Lula pregou quando esteve no Município de Marabá, no sudeste paraense, o Governador Simão Jatene nunca fez uso de programas federais para promoção social. Tanto o é que haverá uma placa no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua, mostrando...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, a generosidade de V. Ex^a me faz concluir imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Flexa Ribeiro, minha generosidade passa a ser não-generosidade com os outros oradores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...mostrando o valor total da obra e discriminando quanto foi gasto pelos governos federal e estadual.

O hospital contará com o primeiro centro de atendimento especializado em assistência ambulatorial e cirúrgica a queimados na rede pública de saúde, uma iniciativa pioneira no norte do País.

O Hospital Metropolitano possui 17.772 metros quadrados de área construída, com capacidade para 148 leitos, sendo 44 para a área de pediatria, 44 para clínica, 44 para cirurgia e 16 para o Centro de Queimados.

Parabenizo o Governador Simão Jatene pela construção dos hospitais regionais, sendo que o primeiro deles, Hospital Metropolitano de Ananindeua, como disse, será inaugurado nesta sexta-feira, beneficiando toda a população do Estado do Pará.

Nos últimos dez segundos, ouço o aparte do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Solicito ao Senador Leonel Pavan que abra mão do aparte porque há muitos inscritos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Se eu passar de um minuto, V. Ex^a pode cortar minha palavra. Um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Um minuto para os dois, no máximo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – No próximo dia 3 ou 10, Santa Catarina receberá também a comissão do Sarah Kubitschek para a instalação de um Hospital Sarah Kubitschek naquele Estado, uma reivindicação também nossa. Em todas as minhas emendas ao Orçamento, destino recursos também para o Sarah Kubitschek. Tanto o Pará como Santa Catarina e outros lugares do Brasil precisam da instalação do Sarah, um serviço público dos melhores do mundo. Eu apenas fiz essa menção para cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pelo amor que tem pelo Pará. V. Ex^a defende tanto o Pará quanto eu defendo o Estado de Santa Catarina, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães defende a Bahia. Nós queremos o melhor para os nossos Estados e para o Brasil. E o Hospital Sarah Kubitschek merece o apoio integral do Governo Federal. Lamentavelmente, o Lula não tem essa visão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan o seu aparte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento, com a extensão regulamentar prevista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito grato a V.Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho tratar hoje do fato mais grave ocorrido neste País e neste Congresso, incluindo a fase do regime militar, que tantos acusam mas dele se beneficiaram. Venho dizer a V.Ex^a, Sr. Presidente, que um membro da Mesa, o Senador Tião Viana, que merece o meu respeito e a minha amizade mais ainda do que o respeito, não percebeu a gravidade do seu gesto e impetrhou um mandado de segurança para impedir o funcionamento da CPI que hoje ouvia um pobre homem, um caseiro da célebre casa tão falada na imprensa que seria ou não freqüentada pelo Ministro Antonio Palocci Filho.

Todos sabem o apreço, o respeito que eu tenho pelo Ministro Palocci. Entretanto, acima do Ministro Antonio Palocci, acima de todos nós está a nossa Instituição. E o Ministro Peluso, que é um grande juiz, talvez das melhores escolhas desse Presidente irresponsável que governa o Brasil, deu uma liminar cassando um depoimento já em curso de um pobre homem, que é o caseiro da tal casa do Lago Sul onde, dizem, se reuniam membros da “República de Ribeirão Preto”.

Claro que dou valor à palavra do Ministro Antonio Palocci, mas nem por isso se pode impedir que um pobre homem, convocado, diga aquilo que pensa ou aquilo que viu. Hoje, isso ocorreu. O requerimento do Senador Tião Viana praticamente pede o fechamento do Congresso Nacional e das CPIs. É inacreditável. Nem com a Assembléia Legislativa da sua terra, o Acre, isso poderia acontecer, que dirá com o Congresso Nacional.

Cabe à CPI responder com muita veemência e ao Presidente Renan Calheiros dizer ao Supremo Tribunal Federal que temos todo o respeito pelo Supremo Tribunal Federal do País, órgão maior do Judiciário, mas que ele não é maior que o Congresso Nacional, que é a representação verdadeira do povo brasileiro. Aqui não somos nomeados pelo Presidente da República, mas eleitos pelo povo de nosso País, e não podemos ficar sem poder falar sobre qualquer assunto porque o Supremo Tribunal Federal, para atender o Presidente, não quer. Não, Sr. Presidente. O Presidente Renan Calheiros, a essa hora, tem uma responsabilidade maior do que todas, que é a de se dirigir ao Supremo Tribunal Federal, dando um basta. Inclusive deveremos fazer uma PEC limitando os poderes do Supremo Tribunal Federal em relação a nossa atuação no Congresso Nacional. Ninguém vai me calar a voz por intimidação do Supremo.

Respeito os membros daquele Tribunal e digo até que os juízes indicados pelo Sr. Presidente Lula inequivocavelmente não foram ruins; são bons juízes – apesar de que é raro aquela mão, a não ser quando nomeou V. Ex^a e outros Ministros decentes, fazer coisa boa –, mas não podem atender a favores do Presidente, cerceando a vontade do povo brasileiro, por seus representantes.

A CPI tem que responder hoje, e o Presidente Renan Calheiros também, que o Congresso não pode aceitar essas decisões. A decisão foi tomada, e eu a li. Diz: “à primeira vista”. Ora, não se fecha uma CPI à primeira vista, Sr. Presidente. Seria preciso ouvir-se a CPI primeiro. O que pede o Senador Tião Viana? Se V. Ex^a – um homem de bem, um homem sério, competente – ler o documento, verá que ele pede praticamente o fechamento do Congresso e não só das CPIs. Não se pode dizer a grande verdade, que este é um Governo de ladrões! Há homens sérios? Sim. No PT há homens de bem? Sim. Mas no PT há ladrões, no Governo há ladrões, e capitaneados pelo Presidente da República, que diz que não sabe nada, mas é o responsável por tudo.

Por isso, Sr. Presidente, falo com essa veemência, que é a indignação sagrada de que nos falava Rui Barbosa. Estamos em uma situação em que, ou reagimos, ou realmente não poderemos andar em nossa terra por falta de respeito dos nossos concidadãos. Precisamos mostrar que o Congresso é o Congresso; e o Presidente Renan Calheiros, mostrar que é Presidente do Congresso e não apenas de um Partido aliado.

Quero dizer a todos os Senadores: vamos unir-nos! Tenho chamado atenção para isso. Tenho chamado a atenção dos Srs. Deputados para o fato de que somos mais fortes do que o Governo porque somos representações repetidas vezes eleitas pelo povo brasileiro.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, venho aqui, nesta hora, pedir que V. Ex^a, que está na Presidência, transmita as minhas palavras ao Presidente Renan Calheiros. Eu já disse, na CPI dos Bingos, a reação que o Presidente Efraim deve ter, mas, se o Presidente Renan Calheiros cruzar os braços, esta não será mais a Casa do povo; será uma Casa subordinada, subserviente, a um Governo de ladrões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Antonio Carlos Magalhães, levarei, sim, ao Presidente Renan Calheiros a sua manifestação, e com um detalhe: direi que, como Presidente da Mesa neste momento, estou totalmente solidário com a posição de V. Ex^a em defesa do Senado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 280, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata, Voto de Pesar pelo falecimento de Josué Montello, que nasceu em São Luis, no dia 21 de agosto de 1917 e faleceu, na madrugada de hoje, 16 de março, no Rio de Janeiro.

Requeiro ainda, nos termos do art. 221, incisos I:

a) a apresentação de condolências a sua família;

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – Senadora **Roseana Sarney** – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra à Senadora Roseana Sarney, por cinco minutos, para encaminhar o requerimento.

Em seguida, será retomada a lista de oradores e terá a palavra o Senador Ramez Tebet.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de encaminhar à Mesa do Senado Federal um requerimento para que seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento do escritor Josué Montello.

– Ao subir a esta tribuna, antes de tudo, eu gostaria de prestar uma homenagem a um grande brasileiro e um grande amigo, o maranhense Josué Montello, que faleceu na madrugada de hoje no Rio de Janeiro.

Romancista consagrado, um dos maiores de nossa literatura de todos os tempos, Josué Montello escreveu mais de 120 livros, na maioria romances, publicados no Brasil e traduzidos em todo o mundo. Foi também reitor de universidades; presidiu o Conselho Federal de Cultura e a Academia Brasileira de Letras, à qual pertencia há 50 anos; foi Embaixador do Brasil junto à Unesco, entre outras missões que cumpriu a serviço do nosso País. Com seus romances, a exemplo de **Os Tambores de São Luís** e **Noite sobre Alcântara**, Josué Montello construiu sua glória literária e consagrou o Maranhão na literatura.

Josué Montello foi um escritor extraordinário e uma figura humana admirável e querida.

É, portanto, com grande emoção que faço o registro do seu falecimento, na convicção de que no Brasil será eternamente reconhecida a imensa contribuição que ele deu – e continuará dando – com sua obra imortal à nossa literatura e à nossa cultura.

À esposa, aos filhos e netos de Josué Montello, a nossa solidariedade neste momento de despedida. Posso afirmar que o Maranhão está de luto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna também para fazer uma comunicação inadiável, um apelo em favor da aprovação, na Câmara dos Deputados, do PLP nº 275/2001, de autoria do nobre Senador Romeu Tuma.

Trata-se de um projeto – já aprovado nesta Casa – extremamente justo. Ele corrige distorção ocorrida quando da interpretação gramatical da Lei Complementar nº 51/85, dando à policial feminina o direito à isonomia constitucional. No momento, como sabemos, somente o gênero masculino da profissão usufrui o direito constitucional de aposentadoria especial, concedida pelo exercício das atividades de risco, inerente à função policial.

Há 20 anos, vem sendo vedado à policial mulher brasileira o direito de igualdade quanto ao tratamento constitucional dispensado ao policial homem por conta da expressão “o funcionário policial” contida no texto da Lei Complementar nº 51, de 1985, beneficiando apenas o gênero masculino no exercício da função policial.

Tal desigualdade de tratamento merece total repúdio da sociedade e imediato reparo por parte do Poder Público, uma vez que em todas as instituições policiais a mulher é submetida às mesmas condições de recrutamento, seleção e habilitação profissional do homem policial, cumprindo igual carga horária, com dedicação exclusiva ao serviço, dando plantões em escalas igualitárias, arcando com as mesmas responsabilidades funcionais e profissionais, desempenhando missões idênticas, com o permanente risco da própria vida, submetidas ao constante *stress*, sendo regida pelos mesmos princípios e normas do exercício da atividade policial e pela conduta disciplinar do seu congênero masculino, e não tem as mesmas benfeitorias, digamos assim, dos homens na polícia.

Como Governadora do Maranhão, adotei medidas concretas contra esse tratamento desigual. Encaminhei à Assembléia projeto de lei que unificou os quadros de oficiais feminino e masculino, passando o efetivo de mulheres a corresponder a 10% do contingente de homens. O projeto transformou-se na Lei nº 7.688, que tive a satisfação de sancionar. Essa lei possibilitou o acesso das mulheres ao mais alto posto da corporação.

Em 1997, ao criar na polícia pioneiramente o Grupo Tático-Aéreo, determinei que ele formasse e admitisse mulheres. Então, policiais femininas puderam integrar esse grupo de elite da Polícia Militar. E posso afirmar que, no manejo de helicópteros e em missões especiais de alta responsabilidade e risco, as mulheres têm-se revelado capazes de cumprir suas tarefas com eficiência. A experiência do Maranhão, portanto, é a comprovação do acerto e da oportunidade do projeto, que, por uma questão de justiça, está na Câmara e

para o qual peço integral apoio das Sr^{as}s Senadoras e dos Srs. Senadores.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Sr.

Presidente, a propósito deste assunto, encaminhei ofício ao Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, solicitando a inclusão do referido Projeto em pauta para apreciação o mais breve possível. Também encaminhei ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo o seu especial empenho em favor dessa justa causa de grande interesse das mulheres policiais do Brasil.

Ainda a esse respeito, estou apresentando proposta legislativa visando acabar, na origem, com esse tipo de distorção interpretativa, de forma a garantir, de uma vez por todas, isonomia constitucional quanto à questão de gênero.

Muito obrigada.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sr^ª Senadora, a Mesa encaminhará o voto de pesar. Eu também me manifesto solidário ao requerimento, pois conhecia o grande escritor Josué Montello, uma grande perda para o Maranhão, para o Brasil e para a literatura mesmo, creio, muito além do Brasil.

Passo a palavra, neste momento, ao nobre cidadão Senador Ramez Tebet, por permuta com o Presidente da Mesa. S. Ex^a dispõe de dez minutos para falar, com dois minutos de prorrogação. Em seguida, falará a Senadora Ana Júlia Carepa, pela Liderança do PT.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Cristovam Buarque, que preside esta sessão, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, eu pertenço a uma geração de homens que teve a oportunidade de acompanhar, desde os primórdios, a irresistível ascensão da mulher brasileira, que, de algumas décadas para cá, vem ocupando, com crescente determinação, com firmeza, com competência, com seriedade, com honestidade, espaços na iniciativa privada e espaços na iniciativa pública.

Sei que a essa evolução muitos assistiram e assistem com algum temor, outros com discreta simpatia, mas eu confesso que vejo isso tudo com um entusiasmo muito grande, entusiasmo que me contagia.

Venho a esta tribuna hoje porque, pela primeira vez na história do Brasil – e é com júbilo que quero deixar este registro nos Anais da República –, foi eleita uma mulher para a Presidência do Supremo Tribunal Federal. A Ministra Ellen Gracie foi eleita para presidir a mais alta Corte de Justiça do País.

Essa mulher soube construir, com extrema correção, com raro brilhantismo, uma carreira profissional

que fez por merecer o reconhecimento de todos e que a levou a exercer elevadas funções públicas. E são essas qualidades que hoje a conduzem, por decisão coletiva, que honra seus pares e o Brasil, ao mais alto cargo do Poder Judiciário nacional.

Certamente, as mulheres brasileiras ainda têm um longo caminho a percorrer, mas a chegada da Ministra Ellen Gracie à Presidência do Supremo Tribunal Federal, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, merece ficar registrada nos Anais desta Casa. Faço isso com alegria, faço isso com emoção, porque tenho acompanhado os votos e a carreira da Ministra.

Eu queria ficar por aqui, Sr. Presidente. Eu queria ficar só na saudação à Ministra Ellen Gracie. Eu não queria ir além, mas, positivamente, fico estarrecido e pensando no nosso Poder Legislativo, fico pensando no princípio da independência e da harmonia dos Poderes, e percebo, tenho percebido, Senadora Heloísa Helena, com profundo constrangimento para mim, que o nosso Poder Legislativo está muito abaixo de tudo.

O nosso Poder Legislativo tem sido quase que amesquinhado – permitam-me afirmativa desse jaez –, de tal sorte que ouvi o Senador Antonio Carlos Magalhães, que me antecedeu nesta tribuna, registrar que não é possível acontecer o que aconteceu aqui – e eu digo isso também. No meio de um depoimento, quando a verdade se dirigia e poderia estar-se dirigindo para tratar da vida particular de pessoas e nós sabemos que a vida particular de pessoas, às vezes, pode estar misturada com a vida pública –, quando a CPI já estava em andamento, e os jornais já haviam noticiado o que o caseiro ia dizer à Comissão Parlamentar de Inquérito, surge de repente, de inopino, em uma transmissão que estava sendo feita ao vivo para o País inteiro, a decisão liminar da lavra do eminente Ministro Cesar Peluso, que merece o meu mais alto respeito, como respeito toda a Magistratura brasileira, interrompendo bruscamente o depoimento do caseiro, com o País inteiro assistindo à reunião da CPI e vendo o mais poderoso instrumento que as minorias têm na democracia jogado abaixo!

Com toda a certeza, as pessoas que estavam assistindo a tudo farão o seguinte comentário: “De que vale a CPI? De que vale o Congresso Nacional?” Isso me entristece, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Eu gostaria que as minhas palavras ficassem nesse gesto de congratulação, de emoção, por ver a Ministra Ellen Gracie ser a primeira mulher a assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal. Mas não me contive e não me posso me conter.

Todos nós temos de defender o Poder Legislativo, porque nós somos o pulmão da democracia. Não pode acontecer esse espetáculo que estamos vendo, de os ricos não falarem ou falarem o que quiserem, e os po-

bres, os humildes, que querem servir ao Poder Judiciário, serem calados no momento em que vêm a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É esse o exemplo que queremos dar ao povo brasileiro? Positivamente, é preciso mudar. Não podemos ficar assim, não.

Concedo o aparte, primeiramente, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, posteriormente, aos Srs. Senadores Paulo Paim, Antero Paes de Barros e Mão Santa, na ordem em que me solicitaram o aparte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Louvo o pronunciamento de V. Ex^a, que é feito com a veemência que é própria de V. Ex^a, com a sua característica de colocar bem os fatos. O mais grave é que, sem sequer ouvir o Presidente da Comissão para que ele desse as suas razões, o Ministro suspendeu um depoimento que já estava em curso. Isso é inacreditável! Ele não diz se atende ou não ao que pede o Senador Tião Viana, que hoje amesquinhou o Congresso Nacional. E, se for para atender a tudo, é melhor que se feche esta Casa do que ela continuar aberta apenas para receber subsídio.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e digo que o discurso de V. Ex^a me inspirou e, portanto, vale mais do que o que estou a dizer.

Concedo o aparte ao nobre Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Ramez Tebet, quero cumprimentar V. Ex^a. Eu estava na CPI na hora em que recebemos a decisão. Decisão do Supremo, ainda que seja liminar dada por Ministro e não pela Corte, é evidente que é decisão para ser cumprida. Mas ela pode, perfeitamente, ser discutida. A decisão não tem nenhum fundamento. A decisão atenta contra a dignidade do Poder Legislativo, porque ela impedia a CPI de tratar da vida privada do Ministro Antonio Palocci, mas não houve um membro da CPI que perguntasse nada, absolutamente nada sobre a vida privada do Palocci. O caseiro que prestava o depoimento não falou vírgula da vida privada do Sr. Palocci. Portanto, foi uma decisão exatamente sobre nada. Infeliz da república que tem um caseiro que não pode testemunhar sobre fatos acontecidos com o Ministro da Fazenda! O Ministro “Palócio” perdeu a condição de continuar à frente do Ministério. Ele é o “Ministro Pinóquio”. Ele já mentiu à CPI sobre o avião. Ele disse à CPI que viajou em um avião pago pelo PT, mas, depois, as contas do PT, documentos desmentiram o Ministro. Depois, o empresário disse que nunca recebeu nada. Ele, então, fez outra nota, mentindo de novo à CPI. Ele mentiu à CPI, dizendo que não sabia da casa; o motorista Francisco das Chagas foi lá e tes-

temunhou que ele freqüentava, sim, a casa do Lago Sul. Ele mentiu à CPI, dizendo que não tinha mais relações com o Sr. Rogério Buratti, e o caseiro testemunhou que ele continuava se encontrando com o Sr. Rogério Buratti. Esse Ministro não é mais o Ministro Palocci, não é o mais o “Ministro Palócio”, esse é o “Ministro Pinóquio”. Menti ao Senado da República numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não dá para aceitar isso! Está certo que o Governo Lula convive bem com ladrões, com picaretas, com aqueles que montaram a “República” de Ribeirão Preto, mas é hora de dar um basta nisso. Não pode o Brasil ter um Ministro da Fazenda que é tratado de chefe pela turma de Ribeirão Preto – todos eles já indiciados preliminarmente no relatório do Senador Garibaldi Alves. Se Palocci é chefe, o Lula é o chefão, e essa quadrilha tem que ser desmontada, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antero Paes, sabe V. Ex^a a estima que lhe tenho. Não estou aqui para julgar o Ministro Palocci, estou aqui para defender o direito de a CPI e o Poder Legislativo investigarem e fiscalizarem as coisas de interesse da Nação.

Se o Ministro Palocci disse que não foi à casa, ele pode ser desmentido até pelos mais humildes, como é um caseiro. É isso que me deixa estarrecido. Não quero que a Nação brasileira entenda que a palavra de um homem humilde não pode ser ouvida numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não posso admitir isso. Daí meu protesto contra essa decisão, que, como bem disse V. Ex^a, tem de ser cumprida como foi cumprida, mas que pode ser discutida, sim, e deve ser discutida, sim. O Poder Legislativo tem condições de discutir e de encontrar soluções para este problema que, volto a repetir, tem denegrido a imagem do Congresso Nacional.

Ouço o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, no dia de hoje, V. Ex^a é consagrado pela segunda vez: pelo pronunciamento e pelo fato de o PMDB, que V. Ex^a praticamente criou, eleger um afilhado de V. Ex^a Líder na Câmara, que o aclamou hoje, delirantemente, depois de terem falado os presidenciáveis. V. Ex^a é consagrado hoje pela coragem. Quero dar meu testemunho. Professor Cristovam Buarque, em **Hamlet**, Shakespeare disse: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Eu digo: há tudo de podre na “República” do PT, seja no Executivo, seja no Judiciário. É uma vergonha! Enalteço o Piauí. O caseiro é humilde, trabalhador e cristão do Piauí, como 300 mil piauienses que viemos construir esta Capital e dar exemplo de grandeza. Ramez Tebet, eu não sei. Sei da minha geração, Cristovam. Apanhei muito do meu pai, Heloísa Helena, de cinturão. Ele repetia, e eu agradeço. No cinturão! Ó, meu pai, que está no céu! Ele dizia assim:

“Quem mente rouba”. Então, esse ministro mentiroso é o pai da ladroagem que está havendo aí. Eu quero dar a solidariedade ao piauiense, caseiro, honrado e cristão, trabalhador. Ó, Nildo! A bandeira do Piauí – o Piauí que fez a independência, que expulsou os portugueses para o Maranhão – tem as cores da Bandeira do Brasil, mas ela tem uma estrela. E a estrela hoje do Piauí foi daquele homem de vergonha que levou a verdade e mostrou a podridão da “República” do PT.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, eu não sabia que ele era conterrâneo de V. Ex^a. É um mérito que ele tem. V. Ex^a faz bem em enaltecer as qualidades de um conterrâneo seu, demonstrando, assim, como sempre o faz, o seu profundo afeto pelo Piauí.

Sr. Presidente, estamos vivendo – pode acreditar nisso – o maior princípio da democracia, o princípio da independência e da harmonia dos Poderes. Há uma transformação nisso, Senador Cristovam Buarque, que eu não consigo entender, não sei em que ponto vamos chegar. Parece que as competências de cada Poder estão sendo misturadas – eu não vou dizer usurpadas totalmente, mas uma parte, sim. O Executivo tem que executar, tem que fazer, tem que produzir obras, tem que fazer investimento, tem que fazer o que a lei determina. Mas ocupa o lugar do Legislativo por meio das medidas provisórias. Estamos nesta Casa com as pautas trancadas pelo excesso de medidas provisórias. Pelo excesso de medidas provisórias! O Judiciário, que tem a missão de julgar, parece que, às vezes, executa também. É difícil entender como estão as instituições. Se não começarmos a falar, para colocar “os pingos nos is”, este Legislativo vai ser profundamente humilhado, não tenho a menor dúvida. Vamos ser uma Casa de chancela, uma Casa homologatória, uma Casa que vai ser dependente do Poder Executivo. Está na hora de nos afirmarmos; nós é que fazemos as leis.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos atentar para isso.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati, que só me honrará.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Chamo a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Considero este debate um dos mais importantes da história do Senado, mas, mesmo assim, temos que cumprir um regulamento, e o tempo está se esgotando.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, com a credibilidade e o respeito que V. Ex^a tem desta Casa, pelo seu profundo conhecimento jurídico e desta Casa, gostaria de falar sobre o tema a que V. Ex^a se refere. Ontem, assistimos ao publicitário Duda Mendonça sentar-se numa cadeira da CPI e, rigorosamente, passar três ou quatro horas não respondendo às indagações dos parlamentares, simplesmente

dizendo: “não respondo”, “não respondo”, “não respondo”. Perguntava-se: “O senhor nasceu na Bahia?” Ele dizia: “Não respondo”. “Nome dos filhos”: “Não responde”. Não responde, não responde, não responde. Ou seja, uma desmoralização total para todos os membros daquela CPI e, por consequência, para a Casa, simplesmente acabando com a instituição. Hoje, dia seguinte ao ocorrido, vemos o depoimento de um caseiro, depoimento gravíssimo, de um homem simples, evidentemente trazendo a franqueza do homem simples à tona, com toda sua rudeza e todo aquele choque que traz a verdade de um homem simples, ser repentinamente suspenso por uma ordem que vem do Supremo, deixando extasiados a Casa e praticamente o Brasil inteiro. Eu estava fora da Casa quando soube que a reunião havia sido suspensa por um pedido de uma liderança do PT para simplesmente suspender e proibir o seu depoimento. A mim me parece que é a desmoralização do instituto das CPIs. Acabou o instituto das CPIs. Ou há uma reação desta Casa, Senador Cristovam Buarque, que ora preside esta sessão. V. Ex^a vem colocando isso; ou seja, que tipo de reação pode haver. A meu ver, não é uma necessidade, mas um dever nosso, como Senadores, fazer com que não seja nesta Legislatura, enquanto somos Senadores, que essa instituição seja encerrada e enterrada definitivamente. Que tipo de reação nós podemos e devemos ter?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Tasso Jereissati, penso que deveríamos formar um grupo, para ser franco, dentro da lei, sempre dentro da lei, porque fora da lei não há solução, para encontrar uma saída, respeitando a mais bela construção da democracia, que é o princípio da harmonia e da independência dos Poderes.

Diz-se que não se deve admitir liminar contra o Poder Público sem que seja ouvido o Poder Público anteriormente. Ou então uma outra fórmula, que é a que eu defenderia, e defendo. Em relação à liminar concedida, em três dias, a própria Câmara dos Deputados ou o próprio Supremo Tribunal Federal terá que se pronunciar sobre ela, porque é contra o Poder Público. Não pode haver demora. Uma liminar não pode se eternizar. Mas alguma coisa, concordo com V. Ex^a, tem que ser feita, porque, positivamente, a situação não pode continuar dessa maneira.

É sempre com muita alegria que recebo o aparte do Senador Tasso Jereissati.

Para encerrar, Sr. Presidente, para não perder o fio da meada do que me trouxe à tribuna, quero deixar patente nos Anais desta Casa que talvez a mulher alcançada à Presidência do Supremo Tribunal Federal, com a sua sensibilidade, com o seu equilíbrio, com a sua maneira de ser, com a justeza com que tem procedido,

possa dar uma efetiva contribuição para o que todos nós defendemos aqui, que é o princípio constitucional que parece estar sendo violado sim, principalmente, repito, por parte do Poder Executivo, que ingere em nossas ações, por meio de medidas provisórias que nada têm de urgência, que nada têm de relevância...

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...que quer ditar normas aos Partidos políticos, e assim por diante. Precisamos, portanto, restabelecer aquilo que eu digo que é a mais bela construção jurídica da democracia, que é o princípio da harmonia e da independência dos Poderes.

Parabéns à Ministra Ellen Gracie.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A próxima inscrita é a Senadora Ana Júlia Carepa.

Antes, porém, há sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 281 DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, no início da noite de ontem, na cidade do Rio de Janeiro, do acadêmico Josué Montello:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e à Academia Brasileira de Letras.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Peço paciência à Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel para defender seu requerimento, por cinco minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar o requerimento. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Cristovam Buarque, Srs. e Srs. Senadores, venho, ao lado de eminentes Senadores, expressar o mais profundo sentimento de pesar pelo falecimento do escritor e acadêmico Josué Montello, membro da Academia Brasileira de Letras, ontem falecido.

Maranhense de São Luís, onde moldou sua rica personalidade, concluiu seus estudos secundários em Belém do Pará e fixou, em 1936, residência no Rio de Janeiro para exercer o mister de Técnico de Educação, conquistado por concurso público junto ao Governo Federal. Com o mesmo devotamento que dedicou às causas da educação, Josué Montello se entregou à maior paixão de sua vida: o ofício de escrever. Josué, escritor, ninguém o foi mais. Dono de uma disciplina rara, escrevia diária e metódicamente, fazendo fluir de sua invenção obras extraordinárias que honram a cultura brasileira.

Houve um escritor francês, Sr. Presidente, o conde De Buffon, que disse, em pleno Século XVIII, em uma sessão da Academia Francesa, que o estilo é o homem – **Le style c'est l'homme**. Aproveito a sentença de Buffon para dizer que Josué tem um estilo caracterizado que o fez reconhecido como grande escritor, romancista, ensaísta, historiador – por que não dizer também –, teatrólogo, enfim polígrafo. Portanto, Josué foi múltiplo. Afirmou ele, certa feita:

É preciso ter uma consciência artesanal das letras, da sonoridade das vogais, a intuição da realização estilística do texto, coisa que ninguém ensina. Às vezes refaço duas ou três vezes meu texto, embora também possa dá-lo de imediato... O importante para mim é que ele corresponda ao meu ideal de arte.

Para escrever, disponho de vocabulário, ritmo e tema. Todo escritor tem duas fases: uma em que a língua domina a língua. E dominar a língua é fundamental; do artigo de um jornal ao trecho de um romance. Não é vaidade. Sou homem simples. Mas reconheço que cheguei, pelo meu trabalho, a este domínio.

Mais adiante, disse, em seu livro **Diário do Entardecer**:

A vocação é o gosto de fazer aquilo para que supomos ter nascido. Não vem só; há de ter trazido consigo a companheira que se chama aptidão. Esta ensina como fazer.

As duas, juntas, harmônicas, solidárias, dão sentido à vida que Deus nos deu. E mais, antes que me esqueça: o que se faz por vocação não cansa.

Por aí vemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que Josué Montello nasceu vocacionado para o ofício de escrever.

No romance, a presença do seu Maranhão é constante. E tomo como exemplo uma obra que bem define a sua teluricidade: **Os Tambores de São Luís**, romance que confere a sua obra e marca o seu sentimento de maranhensidade. Consegue com raro brilho juntar a força telúrica e o cosmopolitismo. A curiosidade intelectual e o caminhar de sua vida naturalmente o conduziram a essa síntese brilhante.

Lembraria outros livros dele: **A Décima Noite, Os Degraus do Paraíso, Cais da Sagrada, A Luz da Estrela Morta**, entre outros., constituem expressão de sua vasta e diversificada produção intelectual. Foram 27 romances escritos, trazidos à luz por editoras, tais como José Olympio, Nova Fronteira e Martins, etc.

Sobre Josué e sua obra há muito o que falar. Amigo de seus amigos, de uma fidelidade exemplar, possuía forte ligação com o nosso colega de Senado e de Academia, José Sarney.

Nutria Josué também velha e terna afeição por Heriberto Salles, cultivava uma grande admiração por Gilberto Freyre, meu conterrâneo, e tinha um carinho fraterno por Rachel de Queiroz.

Josué Montello era um líder que se revelava por uma enorme sensibilidade política. De grande capacidade de articulação, foi responsável pela implantação e modernização de inúmeras instituições culturais no Brasil.

À alma do escritor, somava-se um grande talento para a administração pública. Assessorou o Governo Juscelino Kubitschek, como Subchefe da Casa Civil e exerceu a função de Embaixador do Brasil junto à Unesco quando governava o País o Presidente José Sarney. Dirigiu o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, o Serviço Nacional de Teatro, fundou o Museu da República e foi o principal construtor, no final do Governo Castello Branco, do Conselho Federal de Cultura, trabalho tão reconhecido hoje. Seguiu sua carreira pública como Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil em Paris e também Reitor da Universidade Federal do Maranhão, com excelente atuação.

Em todos esses cargos, se houve com instinto de nacionalidade, para usar uma expressão de Machado de Assis, e elevada provisão de espírito público.

Josué Montello realizou a notável proeza de, aos 37 anos, jovem e já sólido intelectual, chegar à Academia Brasileira de Letras, que veio a presidir em 1994 e onde continuou o trabalho de seus antecessores, conseguindo, inclusive, modernizar a instituição e implantar o Centro Cultural do Brasil.

Por tudo isso e por muito mais que o respeito ao tempo de que disponho me impede de dizer neste instante, quero reiterar minha tristeza pela perda desse grande amigo, a quem muito apreciava como cidadão e como intelectual.

Josué teve em sua vida um grande amor, sua esposa e companheira de tantos anos, Yvonne Montello a quem e às filhas transmito meu respeito, minha admiração e minha solidariedade.

Josué Montello, que permaneceu décadas na Academia e era o Decano da Instituição, deixa ali um grande vácuo e, ao mesmo tempo, um belíssimo exemplo.

Sobre a morte, disse, certa feita, João XXIII:

Aqueles que morreram estão apenas invisíveis aos nossos olhos, mas não estão, de modo algum, ausentes de nossa vida.

Isso pode aplicar-se rigorosamente a Josué Montello. Ele desaparece, mas permanece junto de todos nós, não somente pela conduta e pela obra que produziu, penhor de sua permanência na memória da Pátria,

Sirvo-me da ocasião para pedir que essa manifestação seja levada ao conhecimento da Academia Brasileira de Letras, dos seus familiares e também das instituições a que Josué Montello para honra deles pertenceu.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Sr. Senador.

V. Ex^a será atendido. O voto de pesar será encaminhado à família de Josué Montello, à Academia Brasileira de Letras e às instituições culturais.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 282 DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Wilmar Peres, Ex-Governador de Mato Grosso, ocorrido no dia 14 de março de 2006.

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, PESAR pelo falecimento, no último dia 14 de março, do Peres de Farias, ex-governador do Estado do Mato Grosso

Requeiro também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

Wilmar Peres que sempre defendeu reconhecer os parceiros foi um homem de fibra. Um exímio político os interesses da população e soube leais na política.

Wilmar foi vereador, duas vezes prefeito de Barra do Garças, deputado estadual e federal. Vice-governador do Estado, Farias assumiu o governo em substituição a Júlio Campos no período entre 15 de maio de 1986 e 15 de março de 1987

Seu desaparecimento será profundamente sentido, inclusive pelos homens públicos de Barra do Garças, pois Wilmar Peres sempre lutou por essa região. Ele deixa esposa e dois filhos a quem, em especial, transmite um abraço de solidariedade.

Sala das Sessões, de março de 2006. – Senador **Antero de Paes de Barros**.

REQUERIMENTO nº 283, de 2006

Requer Voto de Aplauso à Ministra Ellen Gracie Northfleet, deita atem dia 15 de março de 2006,a Presidência do Supremo Tribunal Federal primeira mulher a ascender a esse posto

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Ministra Ellen Gracie Northfleet, eleita ontem, dia 15 de março de 2006, a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento da homenageada e ao Supremo Tribunal Federal.

Justificação

A eleição da Ministra Ellen Gracie Northfleet é motivo de regozijo para o País. Detentora de expressivo currículo, a Ministra Ellen assumiu seu cargo em 2000, até então a primeira mulher a integrar a mais alta cone-

de Justiça do País. Agora, ascende à Presidência do STF, também como primeira mulher a chega ao honroso posto. A Ministra nasceu no Rio de Janeiro, mas viveu por muito tempo no Rio Grande do Sul. Ali se formou em Direito na UFRS. Ela é Professora licenciada da Universidade do Vale dos Sinos, também no Rio Grande do Sul. E, assim, merecedora do Voto de Aplauso que ora proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, de março de 2006. – Senador **Arthur Virgilio** – Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 284, de 2006

Requer Voto de Pesar No falecimento do Acadêmico Josué Montello, ocorrido ontem dia 15 de março de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 15 de março de 2006, do Acadêmico Josué Montello, membro da Academia Brasileira de Letras.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesa seja levado ao conhecimento da família do escritor e à Academia Brasileira de Letras.

Justificação

Ocupante da Cadeira nº 29 da ABL o Acadêmico Josué Montello, maranhense de nascimento, é um dos mais expressivos escritores do País, autor, entre outros, dos livros Despedida, Aleluia, Os Tambores de São Luís e Cais da Sagração. Ele sempre dizia que “escreve porque tem o que dizer, sem jamais repetir”. O Voto de Pesa que requeiro merece, pois, a acolhida do Senado da República.

Sala das Sessões, de março de 2006. – Senador **Arthur Virgilio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 285, de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Aplauso a Ministra Ellen Gracie Northfleet pela sua eleição como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Saliento que a Ministra é a primeira mulher Eleita para a Presidência daquela Corte o que é motivo de orgulho para todas as mulheres do nosso País.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – **Ideli Salvatti**.

O Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 286, DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente

Tendo sido designado por V. Ex^a. para assistir o vôo de lançamento do astronauta brasileiro, Tenente-Coronel Marcos César Pontes, da Estação Espacial Internacional – 155, no próximo dia 30 de março de 2006 (data do Cosmódromo de Baikonur– Cazaquistão), requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida missão, na qualidade de observador.

Informo, por oportuno, que a referida missão será cumprida de 27 de março a 7 de abril do corrente, período em que estarei ausente do país.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2006.
– Senador **Roberto Saturnino**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 287, DE 2006

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, do Requerimento nº 37/2006 de 19-1-2006, de minha autoria, em que solicito informações ao Ministro da Fazenda sobre recursos da Cide destinados ao estado do TO no ano de 2005.

Sala das Sessões, 16 de março de 2006. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero primeiro debater o

contexto em que estamos vivendo neste Parlamento, de proximidade de uma eleição, em que as pesquisas apontam que 72% da população acha que a vida melhorou e 80% acham que vai melhorar ainda mais ao longo do ano de 2006.

Estamos vivendo um momento em que 55% da população aprova o Governo do Presidente Lula e 52% acha este Governo muito melhor do que o anterior. Apenas 23% da população considera os oito anos do Governo anterior melhores do que os três anos do Governo Lula.

Entendo, portanto, que a proximidade das eleições e a força popular do Governo acirrem o debate político. Acho que isso é parte da vida democrática, assim como é uma exigência do Parlamento a fiscalização do Poder Executivo. A CPI é um desses instrumentos que as minorias e as oposições sempre tiveram o direito de utilizar para fiscalização, para cobrança e para a disputa eleitoral.

Quero dizer que o Ministro Palocci tem uma longa história de luta democrática, de contribuição à vida pública do País. Por onde passou sempre teve uma atitude respeitosa, uma capacidade de conviver com a diferença, de debater e de defender suas opiniões com espírito marcadamente democrático. Ao longo dessa experiência de três anos à frente do Ministério da Fazenda, deixou uma marca essencial à vida democrática do País. Ou os trabalhos do Ministro Antonio Palocci não estão expressos nos indicadores das contas externas deste País? Um Governo que recuperou as reservas cambiais, que pré-pagou a dívida com o FMI, que reduziu em 41 bilhões de dólares a dívida externa e tem 60 bilhões de dólares em caixa, de reserva, que é o que dá segurança para que este Congresso possa debater, discutir como vem discutindo, cobrar como vem cobrando, mantendo a estabilidade da economia. A cesta básica hoje tem o menor custo desde que o índice do Dieese foi criado. O salário mínimo compra duas vezes mais cesta básica do que comprava anteriormente. Está aí a retomada do crescimento econômico ainda moderado, mas sustentável. E as bases macroeconómicas, os alicerces fundamentais para que possamos crescer sustentadamente, estão postas. Todos os indicadores econômico-sociais mais relevantes melhoraram e muito. E é isso que a população reconhece. O Ministro Antonio Palocci tem dado uma contribuição imensa ao País.

Por isso mesmo venho à tribuna dizer que todo cidadão pode e deve depor, que não é pela simplicidade do cidadão que a sua palavra tem menos importância do que a do homem público, seja ele qual for, mas que os procedimentos, as instituições democráticas exigem, para que se faça justiça. E repito: a justiça

não é apenas a busca da verdade, porque, em nome da verdade e da justiça, já se torturou, já se violaram princípios e garantias individuais, já se desrespeitaram o direito de defesa e outros procedimentos. A justiça é uma conquista da civilização, que exige regras e procedimentos, e uma delas, tarefa essencial deste Parlamento, é a garantia dos direitos e das prerrogativas individuais.

O art. 1º, inciso III, da Constituição diz que um dos fundamentos desta sociedade é exatamente a dignidade da pessoa humana.

E o art. 5º diz, com relação a direitos e deveres individuais e coletivos, no seu inciso X, o qual é uma cláusula pétreia da Constituição brasileira, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”.

Portanto, quando o homem público tem a sua imagem, a sua vida privada exposta, sendo ou não fundamentada a acusação, isso está agredindo o princípio fundamental de qualquer cidadão. Não é por ser um adversário político que a sua intimidade possa ser exposta, como está hoje nas páginas dos principais jornais do Brasil.

Eu prefiro a cultura democrática daqueles países que sempre souberam combinar a exigência rigorosa de tudo que é público com a preservação permanente e indispensável da individualidade e da privacidade de cada cidadão. Esta Casa tem se pautado por esse critério.

A exigência que faço hoje da tribuna já a fiz quando o mesmo debate estava posto em relação a adversários políticos, adversários de quem sempre fui e de quem continuo sendo. Eu disse que aquilo que poderia ferir este princípio, que é uma garantia e uma cláusula fundamental da privacidade, não poderia ser tratado publicamente.

Portanto, levei hoje à Comissão a proposta de que a reunião fosse reservada para que a contribuição que esse cidadão pudesse dar às investigações fosse dada com a preservação da intimidade, que os jornais, pela manhã, demonstravam que era incompatível com a tradição desta Casa, há muitos anos, e com o princípio constitucional, que é uma exigência do mandato de cada um defender e preservar.

Por isso, o recurso ao Supremo. O recurso é amparado no fato de a CPI estar exorbitando do fato determinado que a constituiu, ou na visão dessa exorbitância de tratar de temas que não são objeto da CPI. Porque a Constituição também é muito clara: ela dá o poder à instituição da CPI, mas estabelece os limites legais do que ela pode fazer, que são o prazo determinado e o fato determinado.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Como Líder, eu não posso fazê-lo.

Como o fato determinado era o bingo, o jogo, tudo que tenha conexão com esse fato determinado pode e deve ser investigado, ainda que pouco do jogo do bicho, pouco dos bingos, pouco da suspeição de corrupção e da lavagem de dinheiro tenha sido investigado até agora. Mas a CPI deve ter todo o rigor, atinja a quem atingir.

Agora, quando se foge do objeto determinado e, mais do que isso, pela manhã, nós lemos nos jornais que, na realidade, é um ataque à vida, à intimidade, à dignidade de um ser humano, não apenas porque é Ministro da Fazenda – pode ser qualquer cidadão da República –, tem que ser preservada e respeitada. Portanto, a cautela do Supremo Tribunal Federal é a cautela de quem é guardião da Constituição e de quem tem um compromisso com a cláusula pétreia, que é a intimidade do cidadão, a vida privada, que deve ser respeitada e preservada.

Acho que nós devemos, portanto, refletir sobre a decisão do Supremo. Porque foi o Supremo que impôs a instalação desta CPI com o recurso da Oposição. A Oposição foi ao Supremo pedir a instalação da CPI, e foi o Supremo que autorizou que fosse feita nas condições da Constituição, circunscrita ao fato determinado.

E aqui quero dizer do respeito que tenho pelo Senador Tião Viana, pela coragem de tomar uma atitude naquilo que ele considerava um princípio fundamental da cidadania e que estava sendo desrespeitado.

Quero terminar, dizendo que preferia a ponderação que o Senador Arthur Virgílio e outros fizeram no início da sessão, que elogiei publicamente, que reconheci que essa era uma questão relevante e que ponderavam que deveria ser feito um depoimento reservado, coisa que não aconteceu no âmbito da Comissão.

Portanto, o Supremo está tomando uma decisão que tem, sim, o amparo constitucional; que tem, sim, a exigência de uma cláusula pétreia e que deveria ser a tarefa fundamental deste Parlamento. E repito o que disse na Comissão, repito o que foi escrito há séculos por Tocqueville: a função essencial do Parlamento é exatamente a defesa das prerrogativas e das garantias individuais. E, todas as vezes que esse princípio for de alguma forma aranhado, ameaçado, voltarei a esta tribuna e colocarei o meu mandato à defesa de todo e qualquer cidadão.

Aqui eu não citarei episódios passados, mas todos aqui que já viveram nesta legislatura sabem que, nesta legislatura, o meu comportamento foi exatamen-

te o mesmo que eu tive hoje, quando tratávamos de adversários políticos, de acusações gravíssimas, que tinham que ser apuradas e investigadas. Mas, quando ameaçavam a devassa da intimidade da vida pessoal, eu me coloquei frontalmente contra, como me coloco novamente desta tribuna, com a mesma convicção de que a justiça é, sim, a busca da verdade, mas ela tem que se fazer com procedimentos, com exigências, que são exatamente a conquista da civilização e do Estado de direito, que foram violados hoje para o cidadão; não o Ministro, o cidadão Antonio Palocci; não o Ministro, mas a família Antonio Palocci; não o Ministro, mas o homem Antonio Palocci.

É em nome dele, desse princípio, desse valor fundamental, tivesse ele ou não o cargo de ministro, eu estaria aqui na tribuna defendendo esta visão.

Portanto, espero que façamos, sim, o debate, mas considerando que alguns princípios de valores essenciais da constituição não podem ser desrespeitados. Isso não fere a autonomia e a independência dos Poderes, isso não agride a harmonia dos Poderes. Ao contrário, assim como o Supremo estabeleceu que a CPI deveria ser instituída, o Supremo tem também como responsável, na Constituição, por estabelecer o que é ou não constitucional, estabelecer os limites, exigir o foco e, sobretudo, preservar uma cláusula pétreia inegociável, que não pode ser agredida ou arranhada, sobretudo nesta Casa, que tem a tarefa fundamental de preservar esses valores.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito, mas existem vários Líderes inscritos também. Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, como Líder. V. Ex^a está inscrita também como oradora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Posso fazer uma única permuta para que o Senador José Jorge fale, desde que eu fale após S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O Senador Arthur Virgílio é o próximo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas estou inscrita. Quem é agora?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a e depois o Senador Arthur Virgílio, pela ordem de inscrição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Augusto Botelho, o que estou dizendo é o seguinte: eu até posso permutar com o Senador José Jorge,

desde que fale agora S. Ex^a e depois eu. Não posso permutar com mais um. Senão eu falo agora.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – É bom V. Ex^a falar agora, porque o Senador José Jorge é o décimo inscrito como Líder. Como inscrito, o próximo é o Senador Arthur Virgílio; a seguir a Senadora Ana Júlia Carepa, depois a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, V. Ex^a.

Senador Cristovam Buarque, se V. Ex^a quiser falar como Líder, V. Ex^a está inscrito também.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, primeiro, eu já tive oportunidade de falar isto aqui, mas todas as vezes que os representantes da sustentação – ou da bajulação – usam o processo eleitoral como uma cantilena para desqualificar a Oposição, eu me sinto na obrigação de, mais uma vez, repetir – e 500 mil vezes o farei – que a última palavra no processo eleitoral é dada, de forma legítima, democrática, ao povo brasileiro. Portanto, o povo brasileiro é que vai decidir. Se o povo brasileiro decidir eleger o Presidente Lula, nós respeitaremos a decisão. Não será com o meu voto, mas vai ser assim. Eu já disse várias vezes que, se o povo brasileiro quiser solicitar ao Parlamento que convoque um plebiscito para mudar o sistema de Governo, para estabelecer uma monarquia, para transformar Lula em rei, tem todo o direito de fazê-lo.

O problema não é esse, porque ninguém está falando do processo eleitoral. Quem todos os dias aqui fala das pesquisas eleitorais, infelizmente, é o Governo. Ele tem todo o direito de comemorar; só não tem o direito de continuar roubando o dinheiro público, ora para patrocinar orgias sexuais, ora para viabilizar crimes contra a administração pública; portanto, tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, corrupção passiva e ativa. É só esse direito que ele não tem. Não é disso que estou falando. Eu nem vou falar da independência dos Poderes, porque, para mim, isso sempre foi lenda. Lenda! Sinto-me até mal de estar a buscar uma conceituação liberal da independência entre os Poderes. Queríamos nós estar vivenciando uma situação no País onde a independência entre os Poderes não fosse apenas uma cláusula pétreia constitucional, mas que fosse, além do que está escrito na Constituição, a realidade objetiva de vida. Não é!

Por que o Governo Lula e o PT se vêem no direito de transformar o Congresso Nacional, o Judiciário, ou quem quer que seja, em anexo arquitetônico dos seus interesses? Porque é a velha máxima: ilha conquistada não merece guarida. O Palácio passado fazia isso

também. O Palácio do Planalto sabe, tem consciência de que o Congresso Nacional é um medíocre anexo arquitetônico dos seus medíocres interesses, ou das gangues partidárias, ou dos interesses pessoais ou de quem quer que seja. Por isso faz o que quer, porque sabe que não contará com a reação à altura do Congresso Nacional. Mas contará com a reação à altura de muitos, como hoje. Estava lá o Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais e muitos outros Senadores, que não se acovardaram diante de toda a polêmica criada.

Agora, mais importante que tudo isso, do mesmo jeito que fiz ontem, sem nem imaginar o que aconteceria hoje, quero prestar o meu tributo, a minha homenagem ao Nildo, um simples caseiro, que não falou sobre a vida pessoal de ninguém. Aliás, há pessoas que tinham que se ajoelhar perante algumas pessoas aqui e agradecer, porque a vida sexual podre de alguns não tinha sido tocada, quando existiam provas contundentes sobre isso. Mas o problema não é de vida privada ou de vida pessoal. O problema é quando existe a promiscuidade, a relação ilícita entre o público e o privado; esse é o problema realmente discutido.

Então, presto minha homenagem a Nildo, homenagem sincera. Ele estava lá falando a verdade, Senador Pedro Simon, com a tranqüilidade de quem falava a verdade; às vezes, até sorria, falando a verdade. Depois estava tremendo. Saiu de lá, pertinho do banheiro, e estava tremendo. Eu disse: "Meu filho, não se preocupe; o pessoal da Polícia Federal está aqui e vai acompanhá-lo (e agora tem de acompanhá-lo muito mais tempo). Mas você não está tranquilo?" "Estou, e a palavra do Ministro vale muito mais do que a minha por quê?".

Não está escrito na lei dos homens nem na lei de Deus que a palavra do caseiro não valha mais do que a de Senadora, de Senador, de Ministro, de Presidente da República, de quem quer que seja.

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O fato é que se trata de um gigantesco esquema de corrupção que envolve as gangues partidárias da base bajulatória do Governo, intermediando interesses privados nos fundos de pensão, fraudando processos de instrução de licitações, utilizando inclusive várias outras questões mais podres e explícitas. E não querer que isso seja investigado, aí, realmente, é demais!

Espero que o Congresso Nacional tenha a ousadia e a coragem necessárias para cumprir a Constituição, que o Congresso Nacional não continue como medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto, porque não é possível que uma minoria aqui

seja muito mais e maior do que a Constituição, do que o Parlamento. Não vamos aceitar isso!

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, para que eu possa encerrar, Senador Augusto Botelho.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senadora Heloísa, vivemos hoje um dia realmente muito especial. Ficará marcado este dia na história do PT. Anos atrás, quando uma CPI não conseguia encontrar o rumo, não sabia para onde se encaminhar, o Senador Suplicy trouxe aqui um motorista. Esse motorista veio e deu um rumo àquela CPI. O motorista veio e contou as coisas que estavam acontecendo, deu os números dos cheques-fantasma, as contas da primeira dama e o carro que o Sr. Collor tinha comprado com o cheque-fantasma. Hoje, chega aqui esse rapaz. A fisionomia é de um rapaz simples, singelo, que a mim impressionou positivamente pela sua pureza. Despreocupado do lado de lá e do lado de cá, queria contar os fatos que conheceu. E contou. E o Supremo Tribunal Federal? Ontem deu uma ordem para um homem, um homem que tem como responsabilidade fazer *marketing* e falar, ficar calado, não abrir a boca, poder mentir, não responder na Comissão. Hoje tira do ar, no meio, a entrevista desse cidadão. Olha, não sei o que está acontecendo no Supremo. Eu não sei o que está acontecendo no Supremo! E o acórdão do Ministro, nós temos de ler com calma, porque deu uma lição de moral no Senado. Diz o que o Senado pode fazer, o que o Senado não pode fazer. Eu não sei, tchê, mas acho que foi uma humilhação. Eu lhe falo, minha querida, com toda sinceridade: eu tenho o maior respeito pelo Ministro da Fazenda. Vi nesta Casa, assim como eu, muita gente, inclusive V. Ex^a, o Senador Tasso, encarando com simpatia o Ministro. Passamos por cima de denúncias e de fatos, porque se vê que o Ministro é uma fisionomia boa e que está fazendo um trabalho importante. Mas hoje – entenda o Governo! – vai o Líder do Governo defender a interferência do Supremo para retirar a entrevista com uma pessoa simples e singela que estava contando a verdade. Hoje, ou o Ministro da Fazenda se afasta, ou nós vamos esquecer que segunda-feira começa a campanha. As prévias do PMDB foram mantidas. Segunda-feira aparece o candidato do PMDB. O candidato do PSDB já está na rua. Segunda-feira a campanha está na rua. E a campanha vai estar na rua em cima da figura do Ministro da Fazenda. Este fato vai coincidir com o início da campanha. Olha, meu Ministro, licencie-se! Licencie-se! Os seus antecessores no Ministério da Fazenda... O Sr. Ricupero se demitiu porque foi divulgada uma conversa cruzada que ele estava tendo com um jornalista, fora da televisão. Ele disse que não podia se manter, porque ele iria atra-

Ihar o Governo. Esse Ministro, do qual temos tão boa impressão, do qual temos uma impressão tão positiva, afaste-se agora, enquanto as coisas estão acontecendo. E queira Deus que ele possa voltar daqui a um mês com a sua imagem limpa. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, de coração, meu querido Senador Pedro Simon.

Ainda tem uma coisa mais especial que, como mulher, quero também deixar registrada. Talvez, ter sido o caseiro tenha sido muito, muito melhor, porque, até então, quando informações vinham de moças pobres, moças que eram usadas e abusadas e pagas pela República para servir a políticos “a” ou “b”, essas eram desqualificadas da forma mais humilhante e chulada que há. Então, foi muito importante ter sido o Nildo, um caseiro, uma pessoa humilde, maravilhosa, corajosa, a quem hoje, com certeza, o povo brasileiro rende homenagens, assim como a todas as pessoas pobres que não se acovardam. É muito fácil a um Senador, a uma Senadora, a um Ministro ou a quem quer que seja falar. Agora, para uma pessoa simples, humilde prestar o depoimento que prestou, desmentindo o Ministro... O Ministro era amigo, freqüentava a casa, por ocasião de festas, de reuniões ou de quaisquer outras atividades, amigo íntimo pessoal de todos os que estão envolvidos nesses grandes tentáculos de corrupção. Então, Nildo acabou prestando, sem dúvida alguma, um belíssimo serviço ao povo brasileiro.

Com certeza, Senador Romeu Tuma, muitas mulheres e homens de bem e de paz, que querem continuar ensinando a seus filhos que é proibido roubar, dormirão hoje com mais esperança, com mais indignação com o Congresso, com mais indignação com o Governo, com mais indignação com o Supremo, mas, com certeza, com mais esperança, porque um pobre caseiro, um menino trabalhador foi capaz, ousou aquela coisa mais bela que existe, que é ser livre e ter compromisso com a verdade.

O Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

O próximo orador inscrito é o Senador Arthur Virgílio, que falará pela Liderança, por cinco minutos.

Eu gostaria de dizer que o Regimento não permite apartes quando se está falando na comunicação urgente de Liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fatos graves estão ocorrendo no Senado Federal. Tenho o maior respeito e, mais do que isso, tenho muita amizade ao Senador Renan Calheiros. Mas o Senador Renan Calheiros não pode estar ausente, nesta hora, desta Casa. As coisas são graves demais, e o Presidente tem que tomar providências. Consequentemente, não pode estar ausente o Presidente Renan Calheiros! Compreendo as dificuldades do seu partido, mas o seu partido é menor do que o Congresso, é menor do que o Senado. Consequentemente, o Presidente Renan Calheiros deve vir a esta Casa prestar satisfação a todos nós, que fomos hoje já agredidos por um membro da Mesa, que devia respeitar a Casa e não respeitou, pedindo coisas absurdas, contra o funcionamento do Senado Federal.

O Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, venho a esta tribuna armado da maior tranquilidade, da maior sensação de consciência tranquila, porque, nos antecedentes, a ligarem a minha atuação pública à do Ministro Antonio Palocci Filho, eu me sinto tranquilamente credor, seja porque, ao debater-se a política macroeconômica em curso, muitas vezes, enfrentei resistências no meu partido, no seio das oposições e até mesmo sendo levado a confrontar-me ideologicamente com o Partido dos Trabalhadores, partido a que se filia o Ministro Antonio Palocci.

No episódio inteiro da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, passou pela minha decisão, assim como pela de outros Líderes – mas passou pela minha decisão –, tudo que foi postergação de depoimento do Ministro Antonio Palocci no final do ano passado.

S. Ex^a pôde depor neste ano, na data que escolheu, porque foi preciso ter tido a energia, a serenidade e a vontade de não desestabilizá-lo, que me moveu o tempo inteiro, desde que S. Ex^a assumiu o Ministério da Fazenda e se mostrou preocupado com o ajuste fiscal, com o combate férreo à inflação, demonstrou-se preocupado em desmentir na prática aquilo que era o ideário doidivanas do seu Partido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Uma justificativa ao comportamento de V. Ex^a: a Oposição, em especial V. Ex^a, Líder do PSDB, está tendo, ao longo deste ano, um comportamento de tolerância e de boavontade com o Ministro da Fazenda a que sinceramente eu nunca tinha assistido durante os meus vinte e quatro anos de Congresso. Respeito os argumentos que V. Ex^a usa: é que o Ministro vem dando ao Governo um tom de seriedade, conduzindo a economia de tal maneira que é muito ruim tirá-lo, porque não se sabe o que poderia acontecer. Então, se há Oposição que foi simpática, que foi tolerante vamos usar o termo com o Ministro da Fazenda, essa foi V. Ex^a e o Presidente do PFL. Agora, com toda a sinceridade, chegamos a um limite que foi a gota d'água. Em primeiro lugar, a figura do trabalhador, um caseiro singelo, simples, que lembra a figura do PT, quando Suplicy trouxe aqui um motorista que fez aquilo que ninguém tinha feito: contou a história do Collor, da mulher do Sr. Collor, do Sr. PC Farias. Ele contou, e teve a oportunidade de contar, e tivemos a sensibilidade de entender. Naquela altura, nem PSDB, nem PFL, nem PRN impediram que o motorista falasse. Ele falou à vontade. Agora o cidadão vem e conta, e o Supremo tira do ar o seu pronunciamento, no meio do pronunciamento, justo o Supremo, que tem dado autorizações para pessoas mentirem à vontade, para dizerem o que bem entendem e para não falarem a verdade. Olha, eu acho que V. Ex^a falou, eu falei, mas a melhor coisa que o Ministro teria que fazer, como diz V. Ex^a, era se licenciar do cargo, era se afastar do cargo. Segunda-feira começa a campanha eleitoral, não vamos nos iludir. O PSDB já tem o seu candidato. A prévia do PMDB se conclui segunda-feira. Segunda-feira a campanha está na rua, e é muito ruim para todos a campanha estar na rua em cima do Ministro da Fazenda, em cima de um fato dessa gravidade do Ministro da Fazenda. A melhor coisa que ele tem a fazer é ir para casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte sempre oportuno e lúcido. E prossigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, eu vou dar uma ampliação do seu tempo, até porque outros tiveram, mas eu queria lembrar a todos os Srs. Senadores que não há aparte quando falam os Líderes.

Mas V. Ex^a tem o tempo para falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje mesmo cumprí ao lado do Senador José Agripino, eminent Líder do PFL, a palavra que não empenhei, mas cumprí pelos meus companheiros a palavra que não empenhei. E os meus e-mails se entupiram de críticas ao que julgaram ser uma atuação equivocada de minha parte. O meu computador se encheu de e-mails, de críticas à minha atuação, mas cumprí a palavra, que não empenhei, e acedi diante das ponderações do Senador Eduardo Suplicy, que votou conosco na última sessão que convocara o Sr. Nildo, e preferi cumprir a palavra.

Portanto, é com muita ponderação, Sr. Presidente, que venho hoje a esta tribuna, e sem muita alegria – até porque estou falando de alguém que pode não ser visto como um grande Ministro aos olhos de tantos nesta Casa, mas que é visto por mim como um grande, um eficaz, um eficiente Ministro da Economia, sim, neste País, o Sr. Antônio Palocci Filho –, sem nenhuma alegria que venho dizer à Nação que aquele que depende, para sua estabilidade política, do silêncio imposto pela força a um caseiro de 24 anos de idade, esse não é mais Ministro. Não é mais Ministro aquele que se cerca de tantas suspeitas e que a todo momento é desmentido pelo motorista, é desmentido por um fato, é desmentido por um jornal e se refugia nas ligações com a Oposição, se refugia nas ligações com segmentos importantes da vida brasileira, pedindo que esqueçamos o seu passado e nos concentremos no seu presente. Eu até estava disposto a fazer isso, mas as evidências são cada vez maiores de que seu presente continua imbricado com o seu passado, e que nessa tal casa do Lago Sul, lá, se fazia lobby, negociatas, uma série de artimanhas contra o interesse público. E, neste momento, não tenho alternativa a não ser declarar que, em primeiro lugar, o PSDB não se vincula em nada mais que signifique a defesa do Ministro Palocci enquanto ele for Ministro. O PSDB entende que o gesto altivo, o gesto minimamente decente, o gesto correto de S. Ex^a seria o de renunciar, até porque não é mais Ministro quem, ao invés de dialogar com o Fundo Monetário Internacional, com o BID, com o Bird, com os Governadores, com os Secretários de Fazenda, com os Senadores, com os Deputados, passa o tempo inteiro dizendo que mentiu o caseiro, o caseiro diz que mentiu ele, e dizendo que mentiu o motorista, o motorista diz que mentiu ele, não é mais Ministro da Fazenda e, portanto, me parece que S. Ex^a, ao invés dos 30 dias solicitados pelo Senador Pedro Simon, será levado a se ausentar deste Governo por 285 dias, tempo que falta para que se conclua o Governo Lula. O PSDB, portanto, cobra a demissão do Ministro Antonio Palocci por entender que a economia está madura, que já não valem os argumentos de que ela se desestabilizaria se

fosse, por sua vez, defenestrado o Ministro. A economia está madura sim. É para se encontrar alguém que tenha o mesmo discernimento dele, a mesma capacidade de análise econômica prodigiosa que ele tem, alguém que tenha a mesma capacidade de dialogar com a economia brasileira, falar com banqueiros, falar com empresários, falar com Parlamentares, alguém que seja capaz de desempenhar o papel construtivo que ele desempenhou enquanto Ministro, sempre que trancado no seu gabinete, mas não dá mais para dizer que alguém foi buscar dinheiro no Ministério da Fazenda e que o assessor dele desceu para dar dinheiro a alguém que sustentava uma casa onde funcionava *lobby* contra o interesse brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, cumpro, sem nenhuma alegria, o dever de exigir a demissão o Ministro, porque o Ministro Antonio Palocci a todos certamente, a mim particularmente, causou uma profunda decepção. Quando surgiu a primeira notícia, eu disse que iria atropelá-la porque tinha a impressão de que era fogo amigo, que era coisa de petista, vou defender o Ministro, e o defendi. Assim como defendi meta de inflação quando o PT acusava o Ministro de está errado, assim como defendi o ajuste fiscal rígido quando o Ministro dizia que tinha que fazer o ajuste fiscal rígido, assim como defendi câmbio flutuante quando muita gente do PT – até autorizada – dizia que câmbio flutuante não servia ao interesse brasileiro, da mesma maneira no campo ético, da mesma maneira no campo da honradez administrativa, eu fiquei ao lado do Ministro até este momento, hoje paguei por ele o último preço: que foi ter pedido a sessão reservada para cumprir e honrar a palavra, que não empenhei, do Senador Tasso Jereissati, que foi pedida e empenhada pelos nossos companheiros do PSDB e das Oposições. Não entendo mais que possa permanecer Ministro aquele que já não é mais Ministro, porque deixa de se preocupar com os temas relevantes da sua Pasta e passa a se preocupar com as minúcias das desculpas em relação a depoimentos que não deveriam atingi-lo, que não deveriam chegar perto dele, que não deveriam feri-lo.

Recomendo um claro diálogo entre o Congresso Nacional – e esse é um dever do Senador Renan Calheiros, mais do que do Presidente da CPMI dos Bingos – com o Supremo Tribunal Federal. Recomendo, de uma vez por todas, para que se evite algo que possa vir, amanhã, a ser um choque entre duas instituições, entre dois Poderes. Não podemos abrir mão e realizar com plena autonomia, com plena soberania Comissões Parlamentares de Inquérito neste Congresso. E eu não sei mais quais são os limites. É preciso um diálogo fundo e profundo entre as duas Instituições.

É preciso, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, que este Parlamento seja sereno diante do Supremo, mas não se agache diante de Poder nenhum. Seja sereno e respeitador de um Ministro sério como sempre me pareceu ser o Ministro Peluso, um luminar da Ciência Jurídica nacional, mas nem por isso se vai deixar de questionar o seu gesto, se vai deixar de questionar a sua atitude, se vai deixar de questionar o que S. Ex^a prolatou hoje, como decisão monocrática sua. Não podemos abrir mão de Comissão Parlamentar de Inquérito sob pena de a Comissão Parlamentar de Inquérito, desmoralizada, virar uma mera Comissão de Fiscalização e Controle sem qualquer poder para aprofundar qualquer investigação. Aí é melhor fechá-la, aí é melhor não trabalhá-la mais, é melhor não prosseguir com ela. Mas recomendo um diálogo altivo entre os dois Poderes num Brasil que, a meu ver, haverá de ter – não tenho dúvida nenhuma, é questão de tempo – já um outro Ministro da Fazenda a partir dos próximos acontecimentos que vão se desdobrar de maneira avassaladora.

O Ministro da Fazenda não pode depender do julgamento do Nildo, figura honrada, corajosa, mas, um jovem de 24 anos. Não é estável a situação de uma figura tão importante, que depende do silêncio de alguém para sobreviver politicamente.

Repto e encerro, que não é com alegria, é com sentimento; não é com arrependimento dos gestos que tomei antes, que os tomei de boa-fé, os tomei procurando ser ferreamente defensor das idéias que professo, que são idéias muito parecidas com as idéias defendidas em Economia pelo Ministro Antonio Palocci e sua equipe, que eu repto uma equipe responsável, assim como repto o Sr. Antonio Palocci um analista de economia de raro brilho, de rara acuidade, de rara percuciente. Mas, infelizmente, S. Ex^a perdeu as condições de permanecer no Ministério da Fazenda. Imagine, portanto, que estou falando de alguém que daqui a pouco será ex-Ministro da Fazenda deste País.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)
– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a. Em seguida, a palavra será usada pela Líder, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)
Pela ordem. Sem_revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, para encaminhar à Mesa requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador de Mato Grosso, Wilmar Peres de Farias, ocorrido no dia 14 de março de 2006.

Wilmar Peres de Farias foi Vereador, duas vezes Prefeito de Barra do Garças pelo velho MDB; foi preso

político, torturado pela ditadura militar; Deputado Estadual e Federal. Vice-Governador do Estado, assumiu o governo em substituição a Júlio Campos, no período entre 15 de maio de 1986 a 15 de março de 1987.

Seu desaparecimento será profundamente sentido, principalmente pelos homens públicos de Barra do Garças, porque Wilmar Peres sempre lutou por essa região. Ele deixa esposa e dois filhos, a quem, em especial, transmito um abraço de solidariedade.

Gostaria que esta moção de pesar se transformasse em uma moção do Senado da República e fosse encaminhada aos familiares do ex-Governador Wilmar Peres de Farias.

Era esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O requerimento está aceito e será encaminhado no momento oportuno.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

V. Ex^a terá cinco minutos, mas vai receber da Mesa a prorrogação que os outros tiveram.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Incialmente, quero fazer um registro. Apresentei à Mesa requerimento parabenizando a Ministra Ellen Gracie por sua condução à Presidência do Supremo Tribunal Federal. É a primeira vez que uma mulher ocupa a Presidência de um dos Poderes da República. É algo que, para todas nós, mulheres, é digno de nota, de registro e um estímulo para que cada vez mais mulheres tenham coragem de ocupar os espaços de poder da vida pública. Já desde ontem estamos fazendo referência e comentando este fato inédito que é a presença de uma mulher na Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Desde a manhã, com o desenrolar da concessão da liminar do Ministro Peluso, há toda uma controvérsia, mais uma vez, a respeito do papel dos Poderes. Bem recentemente, tivemos um confronto com relação à verticalização, que ainda não está resolvida e que também trouxe muito ruído. Qual é o papel do Congresso e do Supremo?

Estamos, hoje, em uma situação que merece, mais uma vez, a ponderação e a reflexão a respeito do papel de cada um. Há algo interessante. Tive oportunidade de citar essa questão na CPI dos Bingos. Há dois pesos e duas medidas quando se vai falar a respeito das decisões do Supremo. Quando a Oposição tentava, de todas as formas possíveis, instalar a CPI dos Bingos, não obtendo sucesso aqui no Senado, recorreu ao Supremo. E o fez com base no art. 58, §3º que dá o direito: a instalação das CPIs, das co-

missões mistas se dará mediante requerimento de um terço dos membros do Senado ou da Câmara... Está lá escrito na Constituição, Senador Cristovam Buarque, e foi isso que embasou o pedido que foi feito ao Supremo para que fosse determinada a instalação da CPI dos Bingos.

Só que, nesse mesmo artigo, depois que diz lá: mediante requerimento de um terço de seus membros – aqui enfatizo a vírgula –, para investigar fato determinado... E foi exatamente esse mesmo artigo que subsidiou o pedido do Senador Tião Viana ao Supremo, que concedeu a liminar porque entendeu o Ministro Peluso que a oitiva de hoje não tinha relação com o fato determinado e suspendeu, não cancelou, suspendeu até que se veicule ou se faça qualquer vinculação efetiva com o fato determinado.

Na decisão, o Ministro Peluso faz inclusive referência ao papel importante das CPIs, o que elas produziram e têm potencial de produzir e, portanto, dá a todos nós a responsabilidade de preservar esse instituto, que é um instituto da democracia. Foi conquistado e não pode ser desvirtuado, nem quando não se instala e muito menos, quando instalada, foge do fato determinado. E quem tem a prerrogativa de decidir quando não nos acertamos aqui dentro é exatamente o vigilante da Constituição: Supremo Tribunal Federal.

Algumas pessoas perguntam: mas por que não recorreram antes? Estamos falando que a CPI dos Bingos tem fugido do fato determinado há meses. Por que não antes? Porque ontem e hoje foram esgotadas todas as tentativas para que, além da questão contida no art. 58, §3º, do fato determinado, não fosse afrontado o art. 5º da Constituição, dos direitos individuais, cláusula pétrea da Constituição, que diz, no inciso X, que é inviolável a privacidade, a vida privada das pessoas. E havia risco? É claro que havia risco. E todos sabíamos por que havia risco. Bastava ler as reportagens. No Blog do Noblat, Senador Cristovam Buarque, estava o seguinte: “retirem as crianças da sala se o depoimento do caseiro for transmitido ao vivo”. Portanto, havia fortes indícios de que a questão da privacidade... E vou dizer: houve apenas três questionamentos antes de a ordem ser acatada. Já estava claro por onde caminhariam determinadas perguntas, mesmo tendo sido feitas muito sutilmente...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou concluir, Sr. Presidente. Por isso, toda a determinação, e olha que tentamos de todas as maneiras possíveis – por acordo, por conversa, por requerimento, de todas as formas – tanto que acabou sendo aberta, mesmo tendo, no início da reunião, por quase duas horas, a

ampla maioria, a maior parte das pessoas falado para que fosse reservada. A decisão foi de fazer aberta.

Por isso, para preservar o instituto da CPI, para que quem quiser investigue o que quiser... Até porque estamos com uma outra CPI, a dos Correios, que também está investigando, dentro do fato determinado, fatos conexos, e ninguém está recorrendo para barrar aquela CPI, não. Vai investigar, vai apurar. Se houver gente do PT, vai punir, vai ter indiciamento, vai ter tudo que for decorrente da investigação do fato determinado criado na CPI dos Correios. Agora, se querem investigar outras coisas, colham assinaturas, apresentem o requerimento para que investiguem outras coisas. Não podem é fazer por via transversa, porque aí é a forma de burlar a Constituição e de impedir que os direitos constitucionais, inclusive os individuais, como nesse caso, não sejam afrontados.

Eu queria também dizer que o Ministro Antonio Palocci será Ministro da Fazenda enquanto o Presidente Lula entender que ele está cumprindo com o seu dever frente ao Ministério. E olhem que o Ministro Antonio Palocci tem cumprido seus deveres de forma significativa, com resultados inclusive atestados na pesquisa. Porque é muito interessante, se pegarmos a pesquisa – e eu trouxe aqui ontem vários elementos – do Ibope e da Confederação Nacional da Indústria, todas as questões positivas que a população está enxergando, de diminuição de desemprego, de queda da inflação, de possibilidade de aumento de renda, de combate à fome e à pobreza, de investimentos na saúde e na educação, tudo isso está conectado com a ação do Ministro Palocci.

Portanto, o Ministro Palocci é Ministro do Presidente Lula. É óbvio que todos têm o direito de fazer o que bem entenderem, mas a nomeação do Ministro é prerrogativa exclusiva do Presidente, que manterá o Ministro Palocci enquanto entender que ele desempenha corretamente a sua função.

E mais, a população enxerga as questões mais positivas, e é por isso que as pesquisas têm demonstrado crescimento significativo de intenção de voto. A última mostra chances de vitória no primeiro turno, tudo isso vinculado fundamentalmente à ação do Ministro Palocci.

Portanto, não adianta exigir a queda do Ministro, tentar burlar o fato determinado para atingir o Ministro Palocci. Podem ter certeza de que essa prerrogativa é do Presidente da República, que entende, como a maioria da população, que o Brasil está indo muito melhor. Inclusive, esse é um dos dados da pesquisa, comparando os dois Governos, o atual e o do Governo Fernando Henrique, mais da metade da população entende e avalia como muito melhor.

A delegação do Ministro é do Presidente da República e, consequentemente, do povo brasileiro.

Portanto, todo esse embate, debate, combate, buscas desenfreadas no sentido de desestabilizar, atacar, colocar em cheque um Governo que está fazendo bem ao povo brasileiro, nós vamos resolver em outubro nas urnas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pela ordem, com a palavra o Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, anteriormente, eu fui citado e invoco o art.14, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra o Senador Efraim Moraes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. (Pausa.)

O Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, para uma explicação pessoal, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, Sr.ºs e Srs. Senadores, devo esclarecer a V. Ex.ºs, na condição de Presidente da CPI dos Bingos, que são muitos os discursos e as justificativas mas que cumprí decisão do Supremo Tribunal Federal, ou melhor, do Ministro Cesar Peluso em liminar e suspendi o depoimento do Sr. Francenildo Costa, o Nildo, caseiro da tão famosa casa, embora não concordando com ela.

Sr. Presidente, eu estranho, realmente, quando Parlamentares do Governo vêm a esta Casa dizer que nós nos encontramos fora do foco. Ontem, eu era procurado por Parlamentares do Governo para que, na condição de Presidente, formasse uma comissão externa para ouvir o Sr. Francenildo sem ser ao vivo. Então, o foco existia ontem. E é bom que se diga que a decisão da convocação do Sr. Francenildo se deu com a presença dos 15 membros da CPI, por oito votos favoráveis, seis contrários e evidentemente com a minha presença. Portanto, legitimaram desde o início esta CPI e, no momento em que estamos fazendo a ligação dos bingueiros, dos homens ligados ao jogo com autoridades do Governo, pára a CPI que não pode atingir a honra do Ministro Antonio Palocci.

O Sr. Francenildo depôs em reunião aberta por cerca de uma hora e em nenhum momento, Senador Pedro Simon, foi citado nada contra a honra ou nada pessoal em relação ao Sr. Ministro Antonio Palocci, nem pelo depoente, nem pelos Parlamentares que fizeram arguições, a começar pelo Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, seguida pela Senadora Heloísa Helena e pelos Senadores Alvaro Dias e Antero Paes de Barros. Em nenhum momento! E lá, como diz V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, se encontrava aquele homem simples, sério, que fala a linguagem do povo. No entanto, calaram um cidadão do povo.

A Lei da Mordaça foi utilizada hoje na CPI dos Bingos para calar um cidadão que não conseguia fazer sequer uma frase de efeito, mas tinha, sim, efeito e força, porque se tratava da verdade de um homem que estava ali para contribuir e tentar acabar com a corrupção neste País. Mas, lamentavelmente, recebemos uma decisão judicial e a cumprimos.

Sr. Presidente, já conversei com a Assessoria Jurídica do Senado. Na condição de Presidente da CPI, estou tentando, com os advogados que nos dão assessoria, cassar essa liminar.

Mas devo dizer, Senador Renan, que, lamentavelmente, isso partiu de um Membro da Mesa da Casa, do meu amigo, do íntegro Senador Tião Viana, Primeiro Vice-Presidente desta Casa.

E nós, que estamos por uma presunção – permitam-me o uso do termo, pois foi esse o utilizado pelo Ministro – de que iríamos desonrar o Ministro na CPI, que nós iríamos tratar do que aconteceu nas festas daquela casa, por essa presunção, prevendo o que as Senadoras e os Senadores iriam perguntar ao Sr. Nildo, o caseiro.

Pois bem, devo dizer que o caseiro reafirmou tudo o que disse. Tudo! Ele não retirou uma palavra sequer do seu depoimento à jornalista Rosa Costa, do **Estadão**. Confirmou tudo. E devo dizer a V. Ex^a que, quanto à situação do Ministro, a decisão é do Presidente. Agora, contra ele, Senador Renan Calheiros, sou obrigado a dizer que o seu maior amigo e ex-assessor Rogério Buratti confirmou que o Ministro esteve na casa, o motorista Francisco das Chagas veio à CPI, depois, e confirmou. Ou o PT de hoje não acredita mais na palavra de motorista?! Porque foi por meio de um motorista trazido pelo Senador Suplicy à CPI criada por esta Casa que, em função da verdade dita por ele, se cassou um Presidente da República. Foi pela palavra desse motorista que disse que viu o Ministro por pelo menos três vezes lá naquela casa, e depois o Sr. Nildo que disse que viu pelo menos cinco, dez ou vinte vezes naquela casa.

Ora, Sr. Presidente, o que quero dizer é que o foco que falam tanto, o Buratti, o Poletto, o Sr. Roberto Carlos Kurzweil, Ralf Barquete, Rui Barquete, toda essa gente freqüentava a casa com bingueiros que foram levados pelo motorista até à porta do Ministério do Sr. Ministro da Fazenda. E subiram até o seu gabinete para tratar de assuntos com bingueiros internacionais. São essas as informações que vamos mandar para o Sr. Ministro.

É claro que, diferentemente de outras liminares, em que os Ministros pediam informações à CPI, nessa liminar não houve nenhum pedido de informação à CPI. Ela foi tomada pelo que descreveu o Senador Tião Viana. Mas quero deixar claro que não foi só esse o pedido feito pelo Senador Tião Viana.

Antes de conceder aparte a V. Ex^a, Senador Garibaldi, peço a compreensão do Presidente, pelo assunto de que trato.

O que requer o nobre Senador Tião Viana? Que se suspendam, até o julgamento final da causa, quaisquer diligências que desbordem do fato determinado para o qual foi criada, antecipando-se os efeitos do pedido formulado para impedir de promover novas diligências versando sobre:

1 – o assassinato de Prefeitos do PT – é claro, sempre do PT; se houver outros prefeitos que foram assassinados porque estavam envolvidos com a máfia do lixo, porque estavam envolvidos com os jogos ou envolvidos com qualquer outra coisa que está dentro do foco da CPI, que indiquem os nomes para que a CPI investigue;

2 – a existência de empréstimos entre integrantes de partidos políticos – devia ter citado quais são os empréstimos feitos.

A existência de eventual caixa dois partidário, do PT. Eventual? Ora, isso é brincadeira. O País todo tem conhecimento disso.

As denúncias de que, em meados da década de 90, haveria esquema de arrecadação de fundos junto a fornecedores de prefeituras; as denúncias de superfaturamento da Prefeitura de Ribeirão Preto. Quem tem dúvida disso? Quem não sabe que vinha dinheiro de Ribeirão Preto para pagar as campanhas do PT? Quem tem dúvida disso neste País?

A vinda de pecúnia pretensamente cubana para a campanha eleitoral. O Ministro disse que o proprietário do avião foi usado e pago pelo PT, e o próprio proprietário desmentiu o Ministro.

Muito bem, Sr. Presidente, devo dizer que não é necessário nenhum aditivo, no meu entender, à CPI. A CPI não saiu do foco e está investigando com sin-

ceridade, transparência e, acima de tudo, independência. Estamos chegando aonde o povo brasileiro quer: à verdade. E a verdade dói! A verdade dói, e isso é o que vem acontecendo na CPI dos Bingos.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O Governo hoje pode carimbar o dia 16 como sendo o dia do medo, como disse V. Ex^a, Senador José Agripino.

Ouço o Senador Garibaldi Alves Filho, meu Relator com muita honra, e depois V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Efraim Morais, o que me preocupa é que essa liminar concedida pelo Exm^o Sr. Ministro Cesar Peluso não é um caso isolado. Há pedidos de sigilo. E como proceder bem a uma boa apuração numa CPI sem valer-se da quebra do sigilo? Alguns pedidos de sigilo foram interceptados na Justiça. Vários **habeas corpus**, sem falar na CPMI dos Correios, foram concedidos para que aqueles que iam submeter-se a um interrogatório, prestando um depoimento, simplesmente não falassem, como aconteceu ontem na CPMI dos Correios. Então, agora, é hora de se pensar na instituição da CPI. As CPIs precisam ser preservadas, sob pena de realmente se tornarem inócuas – e não é isso o que desejamos. A despeito dessas dificuldades, continuamos a trabalhar com todo o ânimo. V. Ex^a tem sido responsável por isso como condutor da nossa Comissão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho, Relator que se dedicou durante todo esse período a esta causa, que é a causa brasileira, de buscar a verdade. É bom que a sociedade brasileira saiba que não vamos prender ninguém e que não temos força para processar ninguém. O que estamos fazendo? Estamos investigando, acumulando provas e, a partir do relatório de V. Ex^a – que sei será um relatório isento –, vamos sugerir a outra instituição que tome as providências. Aí, é bom que o povo brasileiro entenda que essa história de *pizza* não acontecerá na CPI dos Bingos. Devo dizer que vamos votar o relatório de V. Ex^a e mandá-lo para o Ministério Público. Daí, quero a Associação Brasileira de Imprensa, a presença efetiva da OAB, preciso da Polícia Federal, do Ministério Público, da sociedade brasileira, deste Congresso, para continuar fiscalizando, para se saber se serão apurados, para que amanhã não digam que a CPI dos Bingos, que o Senado Federal, que o Congresso Nacional virou uma pizzaria.

Não cabe a nós, Sr. Presidente, condenar nem prender ninguém. Cabe à Justiça. Portanto, faz-se necessário que o povo brasileiro entenda que o Ministério Público precisa dar encaminhamento a esse trabalho,

e não colocá-lo dentro de uma gaveta ou coisa dessa natureza.

Por isso, começo a fazer esse apelo a essas instituições, ao Congresso e à sociedade, para que possamos dar continuidade; para que esses discursos apaixonados em defesa de um Ministro que deve esclarecimentos à sociedade brasileira – quatro homens citaram e disseram na mesma CPI que ele não falou a verdade. Todos os quatro estão mentindo em troca de quê? É isso que o povo brasileiro está cobrando em nossos *e-mails*, nas posições de cada um dos Srs. Senadores. É isso o que temos de responder!

Entendo que o Ministro Palocci, para contar ao Brasil exatamente a verdade, deveria querer vir novamente à CPI desmentir esses homens simples, homens do povo que tiveram a coragem de ir lá e dizer que o Ministro não está falando a verdade.

Senador Almeida Lima, concedo-lhe um aparte e, em seguida, concluir.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Efraim Morais, a cantilena que ouvimos na tarde hoje, produzida pelos Senadores do PT na tribuna desta Casa, foi no sentido de que precisamos cumprir a Constituição, os direitos e garantias individuais. Senador Efraim Morais, digamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – (...) digamos que a decisão de hoje e as anteriores estejam dentro da normalidade, da legalidade constitucional. Partamos desse princípio; ou seja, em nome da lei, o Senado Federal não está exercendo a sua função fiscalizadora. Pergunto: em nome da ética, o Partido dos Trabalhadores não vai estabelecer as condições e os instrumentos legais para que essas pessoas sejam ouvidas, para que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dessas pessoas venha exatamente a ser deferida? Ora, nobre Senador, estamos vendo um choque, um conflito entre a lei e a moral pública. Então, cabe ao Partido dos Trabalhadores, ao Governo, que está com toda essa preocupação de defesa da Constituição – que acredito não esteja sendo ferida –, oferecer um instrumento alternativo. Vamos ficar com a ética ferida? V. Ex^as já pensaram se a função de julgar, a função da prestação jurisdicional do Estado pelo Poder Judiciário fosse interrompida por qualquer um dos outros Poderes da mesma forma que a função fiscalizadora do Congresso Nacional está sendo interrompida? Isso é o caos, Sr. Presidente, nobre Senador Efraim Morais. Isso é o caos. Um cidadão vai prestar um depoimento, uma pessoa do povo, e esta Casa recebe

uma liminar para suspender a audiência? No exercício de sua função fiscalizadora, o Senado estava apenas colhendo um depoimento, declarações de um cidadão brasileiro simples, mas corajoso. No entanto, a mais alta Casa do Parlamento brasileiro foi impedida de dar prosseguimento a esse procedimento. Isso é o fim, é o caos. As pessoas não estão avaliando corretamente o alcance desse desgaste das instituições e, acima de tudo, da classe política. Portanto, nobre Senador, agradeço o aparte que me foi concedido e me solidarizo com V. Ex^a, com a Comissão Parlamentar de Inquérito e com esta Casa, esperando que o Poder Judiciário reveja sua posição e que o Partido dos Trabalhadores, já que está invocando o texto constitucional para o cumprimento da lei, nos dê o instrumento adequado para a defesa da ética e da moral pública.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

Vou concluir, Sr. Presidente, preciso apenas de um minuto.

Quero dizer que, na condição de Presidente, tomei as providências na CPI como falei aqui no início. Encaminharei o pedido de cassação da liminar por intermédio da Assessoria da Casa.

Devo dizer ainda a V. Ex^a que vou procurar manter o diálogo com o Supremo. Estive no Supremo com o Senador Garibaldi Alves em visita ao seu então Presidente, o Ministro Nelson Jobim, e acho que esse diálogo deve continuar. Não obstante isso, faço um apelo ao Ministro Peluso: que com a mesma rapidez com que concedeu a liminar, leve a sua decisão ao crivo de seus pares, ou seja, submeta-a imediatamente ao plenário do Supremo Tribunal Federal. Tenho convicção de que o Supremo vai divergir da posição do Ministro.

Sr. Presidente Renan Calheiros, nós, que fazemos parte da Mesa desta Casa – tenho a honra de ser 1º Secretário desta Mesa presidida por V. Ex^a –, devemos também nos posicionar em relação a essa questão, para que se tenha e se mantenha o bom relacionamento entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo.

Eu não tenho a menor dúvida de que o PT comemora hoje uma vitória parcial, comemora a obtenção de uma liminar com a qual pensam ter impedido o depoimento. Eu acho, entretanto, que o jovem Francenildo já cumpriu sua missão. Ele reafirmou, na íntegra, todo o seu depoimento – nós o temos, ele está publicado. Tenho certeza de que a CPI, particularmente o Relator, saberá aproveitar esse depoimento para as suas conclusões.

Eu espero que o Sr. Ministro, que não pediu informações à CPI para se pronunciar, entenda que as conexões existentes são legítimas e que os fatos são verdadeiros. Enviaremos toda a documentação neces-

sária para tornar isso mais claro. Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente, de que a CPI dos Bingos vai continuar a sua missão de investigar, votar o relatório do Senador Garibaldi e, com certeza, trazer o que deseja a sociedade brasileira, que é a verdade. Não vão terminar a CPI dos Bingos no grito nem no tapa, vão ter de aguentar a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção do Senador Efraim Moraes.

Em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Efraim já anunciou providências. Mais uma vez, lamento que essas coisas aconteçam. Aliás, em defesa do Poder Legislativo, agi prontamente todas as vezes em que fatos assim ocorreram. Quero repetir, com a mesma isenção, com absoluta isenção, que sempre agirei em defesa do Poder Legislativo.

É importante que as pessoas se lembrem de que essa Comissão Parlamentar de Inquérito é consequência de uma decisão judicial, ela foi instalada em decorrência de decisão do Supremo Tribunal Federal. Naquele momento não houve contestação, houve uma decisão do Supremo que foi cumprida.

Da mesma forma que o Senador Efraim Moraes acabou de dizer que encaminhou providências, se o Senado me solicitar providências, no cumprimento do meu dever, eu as encaminharei, com a mesma isenção com que me conduzi em todos os momentos dessa investigação.

Essas tensões entre os Poderes são normais, são da democracia. Enquanto eu estiver na Presidência do Congresso Nacional, vou defender o seu papel constitucional para que ele possa fazer aquilo que a sociedade entende que ele pode fazer e a Constituição permite que ele faça.

As comissões parlamentares de inquérito têm poderes judicantes. É importante repetir isso. E, em tendo poder judicante, têm de se ater ao processo judicial, à conformação constitucional. Quer dizer, se há uma liminar e há a disposição da Casa de fazer um recurso com relação a essa liminar – a CPI já o encaminhou –, ótimo. Não obstante isso, se a CPI precisar fazer qualquer encaminhamento por intermédio do Presidente do Senado Federal, farei isso com muita satisfação. Farei isso, como disse, no cumprimento do meu dever, fazendo o que sempre fiz.

Nunca é demais lembrar que essa Comissão Parlamentar de Inquérito é consequência de decisão judicial. Foi o Supremo Tribunal Federal quem mandou que instalássemos essa investigação com 27 assinaturas. Apoiei a Comissão em todos os momentos. Quando foi preciso contratar consultoria, contratamos a con-

sultoria; quando foi preciso defender os membros da Comissão, eu os defendi e os defenderei sempre, sem nenhuma dúvida, sem nenhuma tergiversação.

Disse, naquela oportunidade, que o precedente da decisão do Supremo com relação à instalação da comissão parlamentar de inquérito era um precedente muito ruim para o Congresso e para a instituição. De fato, a minoria tem, constitucionalmente, o direito de criar comissões parlamentares de inquérito aqui no Senado com 27 assinaturas. Ocorre, no entanto, que o processo legislativo caminha pela maioria. Só havendo maioria na comissão é que vamos eleger seu presidente e seu vice-presidente, só com maioria o presidente vai designar um relator e sub-relatores, vai fazer a pauta, agendar as votações. Lamentavelmente, ao decidir pela instalação obrigatória da Comissão Parlamentar de Inquérito com as 27 assinaturas, abriu-se um precedente que é lamentável, como lamentável também é essa liminar que foi concedida hoje pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)
– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei em seguida a palavra a V. Ex^a.

O Senador Efraim Moraes já anunciou a providência que encaminhou, e eu queria repetir: se for necessário, em nome do Senado, subscrever a providência recursal da decisão, farei isso com muita satisfação, dando cumprimento ao meu dever funcional e no exercício da Presidência da Casa e mantendo a isenção, sem a qual ficará muito difícil a condução do Congresso Nacional.

Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Antero Paes de Barros, que havia me pedido primeiro. Em seguida, aos Senadores Arthur Virgílio e Leonel Pavan.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)
Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas questões a serem levantadas.

A primeira: quando estabelecemos, no texto constitucional, que um terço tem direito de abrir CPI, fizemos isso num processo constituinte por maioria congressional – nem diria que aquilo foi assembléia nacional constituinte, porque alguns Senadores que não foram votados para aquela missão participaram do nosso Congresso Constituinte de 1986-1988. Ficou no texto constitucional que um terço pode, sim, abrir CPI. O que depois o Supremo interpretou foi para validar aquele texto constitucional. Sendo assim, permito-me concordar com aquela interpretação do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal, hoje, na minha avaliação – aliás, o Supremo não, um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que deferiu liminarmente –, acolheu uma tese de que poderia ali estar sendo exposta a vida privada de um Ministro da República.

E foi um fato que não ocorreu em segundo nenhum, nem por iniciativa da Oposição, nem por iniciativa de nenhum Parlamentar da Oposição, nem por iniciativa do depoente. Ninguém perguntou da vida pessoal de ninguém, muito menos da vida pessoal do Ministro da Fazenda na CPI. A decisão foi essa.

Mas entendo que o Senador Tião Viana cumpriu um papel político importante para o Partido dele, defendido pelo Partido dele. Não faço nenhuma censura a S. Ex^a quanto a isso, porque acho que, às vezes, as pessoas demonstram lealdade até em momentos opositos, ainda que tenha sido mais um sacrifício que o PT pediu para um dos seus quadros, já que S. Ex^a está na desconfortável posição de autor do pedido para diminuir as funções dos Senadores, S. Ex^a que foi eleito por todos nós Vice-Presidente do Senado Federal com todas as condições. Assim, é meio esquisito que alguém da Mesa do Senado seja o autor de um pedido para diminuir as prerrogativas dos Senadores da República.

Quero, em homenagem à História, encaminhar à Mesa, a V. Ex^a, Sr. Presidente, a questão pela ordem que faço: que fique registrado nos Anais o inteiro teor do pedido do Partido dos Trabalhadores, para que a História possa avaliar o dia em que o PT queria lembrar 31 de março de 1964.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A decisão do Partido dos Trabalhadores de impetrar Mandado de Segurança contra atos praticados pela CPI dos Bingos causou muita apreensão e protestos de toda a sociedade brasileira. A tentativa de cercear os trabalhos da CPJ dos Bingos serve apenas como mais uma ilustração dessa escalada autoritária que vem sendo praticada pelo Partido dos Trabalhadores desde a sua chegada ao governo federal, em 2003, com a eleição do Presidente Lula.

A decisão de recorrer ao Supremo Tribunal Federal revela uma postura injusta de quem não quer apurar a verdade dos fatos. O Mandado de Segurança, enfim, requer que não se investigue mais os atos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores.

Senhor Presidente, é nesse contexto que solicito que o referido Mandado de Segurança seja considerado, na íntegra, como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal, para que o pesquisador do futuro saiba o que foi a gestão petista no governo federal.

EXMO. SR. MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Coordenação de

Processamento Inicial

16/03/2006 10:20 33038



MS 24.831

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (Tião Viana), brasileiro, casado, Senador, RG 0073569 (AC), CPF 0911.373.942-15, com endereço na SQS 309, Bloco C, apartamento 201, Brasília, Distrito Federal, por seu advogado, vem à presença de V. Exa. a fim de impetrar Mandado de Segurança com pedido de medida liminar, contra atos praticados pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos do Senado Federal, que poderá ser notificada na pessoa de seu Presidente no Senado Federal, o que faz deduzindo as razões de fato e de direito que seguem.

O impetrante é um dos Senadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, instaurada no Senado Federal graças a decisão deste Supremo Tribunal Federal (MS 24.831-9/DF - Min. CELSO DE MELLO) para apurar “a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”.

Constata direito individual de cada um dos Senadores que a Casa Legislativa que integram, nos procedimentos que marcam o exercício de suas competências, atue em conformidade com o que

estabelecem as normas regimentais em particular, além da Constituição Federal.

Nessa senda, é prerrogativa (direito público subjetivo) do ora imetrante, possível de ser exercido em face da autoridade coatora, que o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos obedeça ao que dispõe o art. 58 da Constituição Federal, em seu §3º, ou seja, que investigue o fato determinado para o qual foi criada.

Este E. Supremo Tribunal Federal já reconheceu como um direito da minoria parlamentar a instalação e o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, mesmo em face da resistência de parcela da Casa Legislativa que se oponha a sua instalação. É imperativo que reconheça, também, como direito líquido e certo dos parlamentares que integram uma comissão que esta investigue o fato para o qual foi criada e não fatos outros, cuja conveniência política, atrelada aos interesses eleitorais de ocasião, a maioria, igualmente ocasional, da Comissão deseje apurar.

Constitui fato público e notório que a autoridade coatora vem não apenas desbordando de forma acintosa os limites do objeto para o qual foi criada, mas vem, na prática, ignorando o citado objeto.

Este Supremo Tribunal Federal já decidiu por várias oportunidades ser possível que, uma vez criada para apurar um determinado fato, as comissões se debruçam também sobre fatos outros, que com ele guardem conexão direta ou remota, que surjam no decorrer das investigações.

A olhos vistos não é isto o que vem fazendo a autoridade coatora.

Não há “*incidentais*” desvios do objeto da Comissão. O que há, de forma inequívoca, é o claro abandono do objeto (do fato determinado) para a qual foi criada para, a cada nova denúncia contra o

Governo Federal, na pessoa do Chefe do Poder Executivo ou de seus Ministros, mudar o foco das investigações.

Em claro desvio de finalidade, a Comissão faz da exceção a regra. Abusa dos precedentes dessa Corte que consideram legítimo o desvio incidental autorizando a apuração de fato conexo ou próximo do investigado para, em verdade, não perseguir a apuração de objeto central algum, explorando apenas incidentes pontuais sem conexão com o objeto principal mas que proporcionem *repercussão eleitoral ou "midiática"*.

Em outras palavras, a existência de fato acessório, que guarda com o fato principal (objeto determinado) relação de conexão direta, próxima ou remota, de um fato com o objeto determinado pressupõe a existência do objeto determinado. Para que subsista a natureza acessória de um fato, mister que o fato principal exista ou seja preservado.

O que se vê na atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos é que esta não está apurando o fato determinado para o qual foi criada. Logo, ao apurar outros fatos não o faz na condição de pretensos fatos acessórios, conexos àquele, mas na condição de fatos distintos tangenciando constantemente a devassa da vida privada de muitos que fazem parte do Partido dos Trabalhadores ou integram o atual governo.

É certa a impossibilidade de instauração de CPI que tenha por objeto a apuração a devassa da vida privada de alguém e, enfim, que não contenha objeto claro e determinado.

O Supremo Tribunal Federal não pode legitimar a posição da autoridade coatora de ao mesmo tempo em que NÃO APURA NADA EM RELAÇÃO À "utilização das casas de bingo para a prática de crimes de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a

relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado", apure:

- O assassinato de prefeitos (do PT, claro, sempre do PT);
- A existência de empréstimos entre integrantes de partidos políticos (mais especificadamente do PT);
- A existência de eventual caixa dois partidário (no PT);
- As denúncias de que em meados da década de 90 haveria esquema de arrecadação de fundos junto a fornecedores de prefeituras (do PT);
- As denúncias de superfaturamento na Prefeitura de Ribeirão Preto (na gestão do PT);
- A vinda de pecúlia pretensamente cubana para a campanha eleitoral (do PT, obviamente);
- A vida íntima de agentes públicos e agentes políticos que integram as otes do PT.

Ao fazê-lo, a Comissão vem contrariando o art. 58, §3º, da Constituição da República.

É de evidência solar que ao apurar denúncias de irregularidades no Contrato Administrativo firmado entre a empresa GTECH e a Caixa Econômica Federal, a autoridade coatora não o vem fazendo de forma acessória à investigação, por ora inexistente, dos Bingos.

É de evidência solar que quando se propõe a investigar pretensa arrecadação de fundos junto a fornecedores de prefeituras (e entre tais fornecedores não estão as casas lotéricas ou de Bingos), se está apurando fato fora do objeto da Comissão.

É de maior evidência ainda que, ao se colher o depoimento de um perito para descrever a necropsia feita sob o cadáver de um

ex-Pescito (obviamente do PT), não se está buscando apurar o tema dos bingos.

É de evidência inequívoca, por fim, que, ao se colher o depoimento de Delegado de Polícia para descrever a apuração de denúncias de pretenso “superfaturamento” em contrato de varrição numa prefeitura específica, não se está investigando os bingos.

Haveria, nessa linha, dezenas de outros exemplos de atos da autoridade coatora em que a impertinência com o objeto de apuração da Comissão é clara.

Não entende o impetrante que a posição aqui sustentada seja colidente com decisões proferidas por esta Corte em juizos de deliberação voltados à análise pontual de uma ou outra diligência promovida pela Comissão. Ocorre que em nenhum dos precedentes a corte foi chamada a se debruçar como um todo sobre o brutal desvio de finalidade, desvio este aferível, não a partir de análise pontual, mas necessariamente da **totalidade dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito**.

Só da análise da totalidade dos trabalhos da referida Comissão é que se pode extraír e confirmar o autêntico e inequívoco **desvio de finalidade (na forma de abuso de poder)** em sua atuação. Só uma visão global dos trabalhos da Comissão permite constatar que aquilo que, em tese, poderia guardar relação de pertinência ao todo, em verdade não pertence a nada (eis que o todo, enquanto tal, não existe na medida em que **não se está apurando o fato determinado para o qual foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito**). O acessório segue o principal. Se não se está apurando o principal, quaisquer apurações porventura feitas não merecem o qualificativo de “acessórias”, mas sim de apurações autônomas, de objetos distintos.

É importantíssimo acrescentar que a referida comissão **não teve seu objeto alterado** (como poderia ocorrer, desde que obedecidas as prescrições constitucionais e regimentais pertinentes – em apropio ao princípio do devido processo legal), e como tal não pode abandonar seu objeto e dedicar-se, ao sabor do calendário eleitoral ou dos interesses de suas maiores ocasionais, a simplesmente apurar outros fatos.

O parlamentar ora impetrante tem o direito de exigir da autoridade coatora que apure apenas os fatos para os quais foi criada, o que não a impede de apurar os fatos que com ela guardem relação de conexão com eles. Não pode, porém, apurar apenas fatos outros sob o falso argumento de que isso estaria sendo feito à busca da referida relação de conexão, não demonstrada de plano.

É imperativo que a CPI dos Bingos seja contida a seus limites.

No plano fático, cumpre destacar o Requerimento 52/06 aprovado no dia de ontem pela Comissão no sentido da oívia do Sr. Francenildo Santos Costa, como demonstração clara de que essa não contenção da comissão a seus limites constitucionais a tem levado a extremos inaceitáveis.

Em exerto extraído de Blog da Internet do jornalista Ricardo Nublat, há referências à entrevista do aludido senhor em que nenhuma referência se faz que permita fazer-se relação remota ou próxima com os bingos. Ao contrário, trata-se de pessoa que simplesmente surge como alguém que se propõe a fazer afirmações que desvelam a vida íntima de pessoas (obviamente ligadas ao governo ou ao PT) de modo a promover seu constrangimento público e, via indireta, promover luta pela desestabilização política do governo ou a antecipação da campanha política eleitoral. Tanto é

assim que a intensidade dos atos de abuso de poder da Comissão cresce na exata proporção em que o desempenho do governo, medido por pesquisas de opinião pública, melhora, revelando o cunho meramente político paroquial desses atos.

Com o acirramento do quadro eleitoral (e com a definição de seus principais atores), é razoável supor que a autoridade coatora tenderá ao crescente abuso em suas prerrogativas, tornando a violação da vida privada, a devassa ou a espionagem e eventual divulgação de informações confidenciais o tom da próxima campanha política. Nesse contexto é imperioso que o Supremo Tribunal Federal fixe parâmetros de estrita obediência ao disposto art. 58, §3º da Constituição Federal, estabelecendo que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos deve apurar o fato determinado para o qual foi constituída.

Essa súbita decisão de, em vinte e quatro horas, decidir pela realização de determinado depoimento, entrossim, denota não haver qualquer linha investigatória que, de maneira objetiva e planejada, esteja sendo desenvolvida pela autoridade coatora. Ao contrário, é o calendário eleitoral e o impacto de mídia dos depoimentos que parecem ditar quem e quando será ouvido ou terá seus sigilos quebrados.

É importante anotar que nada impede que outros fatos relevantes da vida social e econômica do país sejam apurados por Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esses fatos sejam objeto de Comissões especificamente instauradas para esse fim, ou que venham a ter seu objeto alterado para incluir tais fatos.

Fica evidente, assim, que não se está aqui a buscar provimento jurisdicional que “*inviabilize*”, “*dificulte*” ou “*embarace*” o livre e necessário exercício da prerrogativa do art. 58, §3º, da Constituição Federal, já

que nada obsta que, livremente, os parlamentares decidam constituir novas comissões parlamentares de inquérito ou alterar o objeto das existentes.

Diante do exposto, requer o impetrante que seja notificada a autoridade coatora a prestar suas informações a este Supremo Tribunal Federal, frisando-se em sua notificação que a mesma deverá informar à Corte quais as oitivas e quebras de sigilos bancário, fiscal ou telefônico de casas de bingo, das empresas concessionárias de apostas ou de seus proprietários ou responsáveis, com as respectivas fundamentações, informando, ainda, quais as oitivas e outras diligências determinadas em face de outras pessoas, com pretença relação com o objeto da Comissão.

Após as informações e colhida manifestação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, requer seja concedida a segurança em face da omissão da autoridade coatora para determinar que a mesma apure “utilização das casas de bingo para a prática de crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”, anulando-se suas determinações ou diligências ainda pendentes de efetivação voltadas a apurar outros fatos que estejam fora de seu objeto, considerados como tais:

- i) apurações que se autonomizem ao ponto de afastarem-se de maneira integral do objeto determinado, impedindo-se, assim, que sem alteração formal do objeto as Comissões Parlamentares de Inquérito acabem se transformando em comissões para a apuração de objetos múltiplos;
- ii) apurações de fatos cuja conexão não seja fruto de mero juízo de possibilidade, exigindo-se que para a prática de atos investigatórios que importem na imposição da exposição pública de cidadãos, acusados ou não, ou da direta violação de prerrogativas individuais (como são as garantias em defesa da privacidade dos cidadãos e empresas), se

demonstre previamente a vinculação ao objeto e não simples possibilidade de vinculação a ser apurada;

Também em face da omissão no cumprimento ao preceito constitucional, deve ser concedida a segurança para determinar à autoridade coatora que ao se defrontar em suas apurações com fato criminoso que esteja fora do objeto do contrato, limite-se a encaminhar esse fato encontrado Ministério Público, para os fins de direito (HC 71.039 – Min. PAULO BROSSARD), salvo se por ato formal praticado em obediência às regras regimentais e constitucionais, for alterado o objeto da comissão.

Requer, ainda, liminarmente, que:

- a) se suspenda até o julgamento final da causa, quaisquer diligências que desbordem do fato determinado para a qual foi criada, antecipando-se os efeitos do pedido formulado, para impedi-la de promover novas diligências versando sobre:
 - O assassinato de prefeitos (do PT, claro, sempre do PT);
 - A existência de empréstimos entre integrantes de partidos políticos (mais especificamente do PT);
 - A existência de eventual caixa dois partidário (do PT);
 - As denúncias de que em meados da década de 90 haveria esquema de arrecadação de fundos junto a fornecedores de prefeituras (do PT);
 - As denúncias de superfaturamento na Prefeitura de Ribeirão Preto (na gestão do PT);
 - A vinda de pecúnia pretensamente cubana para a campanha eleitoral (do PT, obviamente);
 - A vida íntima de agentes públicos e agentes políticos que integram as bases do PT;ou, sucessivamente,

b) se suspendam, ao menos, as diligências cuja impertinência com o objeto e o caráter abusivo evidente se mostrem de plano caracterizados, como é o caso do Requerimento 52/06 (cópia inclusa);

Entende o impetrante que se impõe, nesse caso, a concessão da liminar, uma vez que sua não concessão conduzirá inexoravelmente ao perecimento do objeto, eis que a irreversibilidade dos efeitos dos atos praticados contrariamente ao objeto da Comissão é de todo evidente.

De outro lado, impõe-se da corte constitucional que aprecie amiúde e em juízo de cognição plena essa matéria, fixando parâmetro capaz de trazer segurança jurídica ao país quanto ao alcance da regra do art. 58, §3º, da Constituição da República.

É certo que o perecimento do objeto decorrerá de precedentes conhecidos da corte que consideram que, uma vez encerrados os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito, não há mais interesse em se julgar o mérito de processos dessa natureza (MS 23849/DF – Relator Min. ILMAR GALVÃO)

Outrossim, no caso em tela, se é certo que esta corte não pode “presumir que um órgão estatal vá transgredir as leis da República, notadamente em face da circunstância de que a atividade estatal reveste-se da presunção ‘*juris tantum*’ de legitimidade e de fidelidade ao ordenamento positivo” (MS 25832/DF – Min. CELSO DE MELLO), igualmente não pode fechar os olhos à realidade e, menos ainda, deixar de reconhecer que se a comissão verdadeiramente está voltada à apuração do fato determinado para o qual foi criada (e não voltada a desviar-se desse fato), a liminar nos termos requeridos não prejudicará seus trabalhos.

Nesse sentido, vale destacar ainda que se está diante de CPI *sui generis*, já que embora o requerimento de sua constituição date do ano de 2004, persiste o interesse na continuidade de seus trabalhos. Outrossim, se a sociedade, o Senado Federal e os Senadores puderam aguardar pelo julgamento do Mandado de Segurança n.º 24.831, tratado pelo eminente Min. CELSO DE MELLO (que garantiu a instalação e o funcionamento da Comissão), podem e deverão aguardar pelo julgamento deste *writ*, ao menos para a apuração dos chamados “*fatos conexos*”.

Destaca-se uma vez mais que além da presunção de legitimidade dos atos administrativos, há que se presumir a boa-fé e a ausência do desvio de finalidade da Comissão. Nesse sentido, se a Comissão efetivamente busca apurar “a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”, e se esse tema tem significativo grau de atemporalidade, não há verdadeiro *periculum in mora* inverso a partir da concessão da medida liminar aqui requerida, salvo se (e isso não se pode presumir) a verdadeira e oculta intenção da autoridade coatora não é a apuração dos citados fatos, mas sim de outros, atrelados a preocupações com o calendário eleitoral.

Milita, ainda, em favor da presente o fato de que muitos dos exemplos de abusos praticados pela autoridade coatora em ofensa grave ao art. 54 da Constituição Federal acabam sendo submetidos ao Supremo Tribunal Federal, seja por que (1) os envolvidos têm interesse pessoal em ganhar projeção pessoal reproduzindo denúncias perante as Comissões (e nessa condição nem desejam impedir os atos), seja por que (2) convencionou-se promover verdadeira prosanção de culpa a quem quer que busque e obtenha a tutela de seus direitos individuais perante a corte, o que se

constituí em favor do cumprimento das condições que se vêem entre as opções (a) de submeterem-se aos abusos da autoridade coatora; ou (b) de serem tratados como presumidamente culpados, se buscarem o Poder Judiciário para fazer frente a tais abusos.

Essas devidas considerações servem de reforço ao entendimento de que a plena e ampla cognição da matéria por esta corte só é possível a partir de demanda em defesa das prerrogativas dos próprios parlamentares, que, repete-se, têm lesado seu direito subjetivo de ver funcionando as Comissões Parlamentares de Inquérito dentro dos limites constitucionais, ou seja, observando e buscando efetiva apuração do fato determinado em função do qual foram criadas.

Requer-se, ainda, a urgente distribuição e apreciação do pedido liminar tendo em conta o depoimento objeto do Requerimento n.º 52/06, marcado para a data de hoje, a partir das onze horas da manhã.

Por fim, a procedência do pleito com a confirmação da medida liminar concedida e protesta pela oportuna juntada do instrumento de mandato outorgando poderes ao subscritor da presente.

Nestes termos,

Pede deferimento,

Brasília, 16 de março de 2006.

Márcio Luiz Silva

OAB/DF 12.415

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito com as providências que V. Ex^a anunciou e que ampliam aquilo que o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, Senador Efraim Morais, já havia tornado público.

Sr. Presidente, dividindo as coisas, falo de **habeas corpus**. Entendo que há uma redundância com relação a **habeas corpus**, até porque, se a Constituição garante o direito de não se auto-incriminar, o **habeas corpus** talvez não deva ser encarado como necessário. Todavia, a partir do momento em que no Senado sofreu um constrangimento injusto o ex-Presidente do Banco Central Francisco Lopes, começaram os advogados dos que viriam depor em CPIs a pedirem **habeas corpus**.

Se V. Ex^a me perguntar se faço alguma objeção à idéia de **habeas corpus**, digo que não faço nenhuma objeção, e julgo que todos foram concedidos com justeza jurídica e dentro do melhor espírito de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Ontem, talvez, tenha faltado energia à CPI dos Correios, porque o **habeas corpus** garante o direito de seu beneficiário, de seu portador não se incriminar; ele não deve ser obrigado a se auto-incriminar.

Se perguntarem “o senhor matou Dona Fulana?” e se o depoente diz “não quero responder”, é um direito dele. Mas perguntam “o senhor é baiano?”, e o Sr. Duda Mendonça diz “não quero responder”. “O senhor tem quantos filhos?” “Eu não quero responder.” “O senhor gosta de briga de galo?” “Não quero responder.” Aquele cinismo todo poderia ter sido punido, sim, pela direção da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

Não quero, portanto, perder mais tempo em cima de algo com que concordo: o **habeas corpus** tem sido legitimamente concedido pelo Supremo Tribunal Federal e legitimamente requerido por aqueles que julgam que por aí se protege mais o dever de todo aquele que vive a procurar se proteger.

No entanto, pareceu-me demasia o que foi hoje concedido pelo Ministro Cesar Peluso, figura que respeito. Um dos acertos do Presidente Lula foi tê-lo enviado para o Supremo Tribunal Federal. É um lumínar da ciência jurídica brasileira; não cансo nunca de repetir isso. Tenho absoluta convicção de que, se acerta, S. Ex^a o faz de boa-fé e que, se erra, S. Ex^a o faz, sem dúvida alguma, também de boa-fé. Mas me parece que S. Ex^a errou nesse episódio, porque, com o que ali decidiu, praticamente anula a perspectiva de se fazerem funcionar as CPIs neste tempo em que sou Oposição, em que o Presidente Lula é Governo e em

que, portanto, o PT é Governo. Neste tempo e em todos os Governos – amanhã, o PT poderá ser Oposição –, é bom resguardarmos o princípio da independência e da perspectiva de funcionamento das CPIs.

Parece-me que aí errou S. Ex^a, e não temos de deificá-lo, mas de dizer a S. Ex^a que entendemos que errou. S. Ex^a que nos prove que não errou. Mas, se é verdade que S. Ex^a acertou, então vamos extinguir, por meio de emenda constitucional, a figura da CPI, que não tem por que existir. Vamos nos cingir ao funcionamento das Comissões de Fiscalização e Controle.

Portanto, Sr. Presidente, no momento em que anuncio a presença do Governador Geraldo Alckmin, do Estado de São Paulo, neste plenário, o que enche a todos nós de honra, digo a V. Ex^a que a sugestão do PSDB é no sentido de que V. Ex^a procure a Presidência do Supremo Tribunal Federal para decidir, de uma vez por todas, sobre todas essas arestas, para que isso não vire um confronto entre Poderes. Não é desejável um confronto entre dois Poderes desarmados e que têm um inestimável serviço a prestar à democracia brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, se V. Ex^a se dispuser a conversar com o Presidente do Supremo, escudado no trabalho consciente que está sendo feito pela Consultoria Jurídica desta Casa, escudado no trabalho que já vem sendo coligido e acumulado tanto pelo Senador Delcídio Amaral quanto pelo Senador Efraim Morais, V. Ex^a se revelará aquilo que sabemos que é: Presidente da Casa, eminente Senador e guardião dos interesses do Poder que representa. Essa é a posição do Partido. Entendemos que isso é de enorme valia para projetarmos, daqui para frente, o crescimento do Partido.

O Senador Mão Santa me pede para anunciar – e já o fiz – a presença do Governador Geraldo Alckmin no plenário. Vou dar um abraço no meu candidato a Presidente e já anunciei a sua presença aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Gostaria de agradecer a intervenção de V. Ex^a e de dizer que o farei com muita satisfação. Aliás, já tinha dito que, em cumprimento do meu dever legal, farei absolutamente tudo que a Casa entender ser necessário.

A exemplo do que fez o Senador Arthur Virgílio, registro a presença honrosa no plenário do Senado Federal do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que gostaria de cumprimentar, com muita satisfação. Sentimo-nos felizes e honrados com sua visita.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, vou aguardar os cumprimentos que o Governador Geraldo Alckmin fará a V. Ex^a. Não preci-

sa haver, mais uma vez, a ingerência do Senador Heráclito Fortes no meu comportamento, e, obviamente, estou cumprimentando o Governador Geraldo Alckmin, como não poderia deixar de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por orientação de V. Ex^a, suspendo a sessão, para que possamos cumprimentar o Governador, por três minutos.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 28 minutos e é reaberta às 17 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Cristovam Buarque, antes de fazer minha intervenção, há uma questão de ordem que procede e precede. Não sei se a Senadora Heloísa Helena deseja fazê-lo antes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não. Quero inscrever-me pela Liderança. Amanhã, vou até solicitar aqui que se suspenda a sessão por três minutos, quando eu chegar, para que todos me cumprimentem. Isso não é nenhuma indelicadeza com o Governador Geraldo Alckmin, mas todos os candidatos à Presidência vão pedir para suspender a sessão por três minutos. Aliás, o Senador Arthur Virgílio já disse que o fará.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senadora Heloísa Helena, se quiser, suspendo a sessão agora mesmo, por cinco minutos, para V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senador Cristovam, muitíssimo obrigada! Já vou me sentir contemplada só pela delicadeza de V. Ex^a. O direito que cabe a um, cabe a todos, sempre.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – É uma delicadeza sincera.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tenho dúvida disso vindo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Mas quero, com a mesma delicadeza, se for o caso, passar a palavra à Senadora Ideli Salvatti, que tem todo o direito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Para voltar ao árido assunto que move a sessão no dia de hoje, Sr. Presidente.

Achei interessante porque, depois que o Senador Renan Calheiros assumiu a Presidência, foram solicitadas providências a S. Ex^a com relação à deliberação do Ministro Peluso, do Supremo Tribunal Federal, de conceder liminar ao mandado de segurança impetrado pelo Senador Tião Viana, e foi explicitado o Texto

Constitucional, fruto da Constituinte, que dá direito à Minoria, com um terço de assinaturas, de instalar uma comissão parlamentar de inquérito.

Esse processo foi gestado no plenário desta Casa, e Senadores ingressaram no Supremo Tribunal Federal – se não me falha a memória, foram os Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres – e encaminharam o pedido para garantir o direito das Minorias de fazer funcionar a CPI dos Bingos. Aquela Corte concedeu a liminar, os membros da Comissão foram indicados, foram eleitos o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, e os trabalhos estão sendo realizados desde o ano passado.

Entretanto, é tão interessante que o mesmo artigo – volto a dizer, o mesmo artigo –, que deu aos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon o direito de recorrer ao Supremo e de ter uma decisão favorável para o pleito de análise e julgamento da constitucionalidade, da interpretação do Texto Constitucional, não é reconhecido como direito do Senador Tião Viana. É o mesmo artigo, Senador Cristovam Buarque! É o mesmo artigo!

Eu já disse na tribuna e volto a dizer: o art. 38, §3º, da Constituição diz que as comissões parlamentares de inquérito na Câmara, no Senado ou mistas serão...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É o art. 58, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Desculpem-me, é o art. 58. Vou fazer a leitura:

Art.58

.....
§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros...

Foi por causa desse trecho que os Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon foram ao Supremo, e a CPI dos Bingos está funcionando. Só que depois da última frase, tem uma vírgula seguida da seguinte afirmação: "... para a apuração de fato determinado...". Essa expressão é que baseou o pedido do Senador Tião Viana.

Então, em primeiro lugar, temos de reconhecer que tanto uma coisa quanto outra está baseada no mesmo poder constituinte. Se outros Senadores tiveram o direito de recorrer ao Supremo e obter resultado positivo no que estava antes da vírgula, o Senador que recorreu ao Supremo para ter uma decisão favorável para o que estava depois da vírgula tem de ser respeitado por esta Casa. E não lembro – posso estar errada,

há pouco errei o número do artigo da Constituição – de nenhum pronunciamento fazendo críticas ou tentando diminuir ou colocar em dúvida o comportamento, a legitimidade e o direito dos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon de recorrerem ao Supremo.

Portanto, não vou admitir que façam isso com o Senador Tião Viana, porque não é correto, não só por não podermos diferenciar os membros desta Casa, mas muito mais pelo reconhecimento que todos temos da seriedade, da responsabilidade e do equilíbrio do Senador Tião Viana. S. Ex^a não está cumprindo determinação partidária, como foi insinuado aqui. O Senador Tião Viana está cumprindo o que determina a sua consciência. S. Ex^a impetrou o mandado de segurança depois de ter esgotado todas as possibilidades para que não fosse descumprido um outro ditame constitucional, aí, sim, uma cláusula pétreia, que é a inviolabilidade da privacidade das pessoas, que está no art. 5º, inciso X. Ele estava ameaçado, sim!

Não é pelo que poderia falar ou deixaria de falar ou pelo que se iria perguntar. Todos que leram as reportagens, todos que assistiram às declarações do caseiro, uma pessoa simples, humilde – que, eu reconheço e entendo, está agindo com a maior boa-fé do mundo –, estavam sabendo por onde iria transitar. Volto a me referir. Até em um **blog** está-se dizendo: “Tirem as crianças da sala!”. Nas reportagens, falava-se em Viagra, camisinha, orgia. Ou seja, não tinha como não entrar com a liminar!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Desculpe-me, Senadora, mas só quem fala em Viagra e camisinha é V. Ex^a, e ninguém mais. Só V. Ex^a é quem fala e insiste nisso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Porque isso estava nas reportagens. Portanto, não é algo que o Ministro Peluso pressupôs que poderia acontecer, porque já estava veiculado dessa forma e sob esse viés.

É muito importante que se respeitem todos os membros desta Casa e que se dê tratamento equânime, igual. O respeito que foi dado ao direito e à iniciativa dos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon de recorrerem ao Supremo Tribunal Federal e de terem o direito de instalação da CPMI dos Bingos, com base no art. 58, §3º, é o mesmo que merece o Senador Tião Viana, porque é o mesmo artigo, o mesmo preceito constitucional.

Portanto, já tivemos bastante ruído entre os Poderes no último período. O Senador Renan Calheiros fará os encaminhamentos que entende que devem ser feitos – e que deve fazê-los como Presidente deste Poder – junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Porém, precisamos, indiscutivelmente, tratar todos os assuntos que envolvem as prerrogativas de cada um dos Poderes com o respeito que a Constituição determina que deve existir entre eles e respeitando o

que cada um dos Poderes constitucionalmente está habilitado e tem a responsabilidade de fazer.

Muito obrigada.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É pela ordem mesmo.

Só para deixar registrado que aqui tem gente que conhece o Regimento, tem gente que burla o Regimento, tem gente que faz de conta que conhece o Regimento. Então, para fazer este registro, quero me inscrever pela Liderança, no momento em que V. Ex^a entender possível. Não vou usar a palavra pela ordem para fazer um pronunciamento, porque não é correto fazê-lo.

Então, peço a V. Ex^a que me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a já está inscrita.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, como Líder da Minoria, por cinco minutos e, claro, com a prorrogação que os outros tiveram, mas, de preferência, que não precise usá-la.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser o mais rápido possível. Na verdade, também estranhei, porque, desde que estou aqui esperando, já ouvi dois discursos da Senadora Ideli. Até gosto dos discursos de S. Ex^a e os admiro.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC. Fora do microfone.) – O Senador Arthur Virgílio também.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero ser sincero. Eu gosto muito dos pronunciamentos de V. Ex^a, mas fiquei esperando dois, quando V. Ex^a só tinha direito a fazer um.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC. Fora do microfone.) – É o tratamento equânime. O Senador Arthur Virgílio também fez dois pronunciamentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu, infelizmente, só assisti a um.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sei que V. Ex^a está fazendo um esforço, educadamente, mas solicito a V. Ex^a que garanta ao Líder o uso da palavra, para que eu tenha também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Muito bem. O Senador José Jorge vai falar e, como Líder, só ele tem direito de conceder apartes e, mesmo assim, o tempo será descontado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, também sou membro da CPI dos Bingos

e fiquei profundamente constrangido com que aconteceu lá hoje.

Desde ontem, quando votamos esses requerimentos, havia uma grande tensão em relação ao depoimento do caseiro Francenildo. Não sei o motivo, porque tudo o que o caseiro tinha para dizer já fora dito numa entrevista publicada e republicada em jornais de grande circulação do País, cujo resumo foi transmitido por todas as emissoras de televisão brasileiras – ele inclusive deu uma entrevista coletiva.

Hoje, quando chegou a hora do depoimento, havia a dúvida se seria secreto ou não. Chegamos a propor, ontem, um acordo para que o depoimento fosse sigiloso. A Liderança do Governo no momento, Senador Tião Viana, não aceitou. Na hora em que começou o depoimento, fomos surpreendidos exatamente com o pedido do Senador Tião Viana ao Supremo Tribunal Federal para que fosse suspensa qualquer diligência. O pedido do Senador Tião Viana é muito mais grave do que a liminar concedida pelo Ministro.

Então, o pedido era para que fosse suspensa, até julgamento final da Casa, qualquer diligência que desborde dos fatos determinados. Quais são os fatos? O assassinato de Prefeitos do PT. Isso não se pode investigar. De outros Partidos, pode. Senadora Heloísa Helena, se matarem um Prefeito do P-SOL, pode-se investigar, mas, do PT, não. A existência de empréstimos entre integrantes de Partidos políticos, mais especificamente do PT, não pode ser investigado, mas, se for do PFL, pode. A existência de eventual caixa dois de Partido, do PT, não pode; de outros Partidos, pode. A denúncia de que, em meados da década de 90, havia esquema de arrecadação de fundos junto a fornecedores de prefeituras do PT, não pode; das outras prefeituras, pode; e assim por diante.

Na realidade, o pedido do Senador Tião Viana é exatamente para acabar com a CPI, porque um dos focos principais da investigação da CPI é essa relação de denúncias que acabei de citar, mas não que tenha sido o início da CPI. Vamos ver, Senador José Agripino, a questão de Ribeirão Preto. Como ela começou? Não fomos nós, da Oposição, ou a mídia que fez essas acusações. Foi o Sr. Rogério Buratti, um dos principais membros desse grupo, dessa quadrilha que agia em Ribeirão Preto e se transferiu para Brasília. Foi ele quem fez as denúncias contra o Ministro Antonio Palocci. Portanto, foi uma denúncia que veio de dentro do próprio grupo do Ministro e o Sr. Rogério Buratti estava envolvido na renovação do contrato da GTech com a Caixa Econômica Federal. E GTech significa bingo, jogo.

Então, é por aí que está a ligação e foi por aí que a Comissão entrou. Ora, em determinado momento o

Ministro Palocci foi convidado, compareceu à CPI e explicou todas essas questões. Então, estava comprovado que, no momento em que outras acusações apareceram, o caseiro poderia ir lá para contar aquilo que o Ministro diz que não fez.

Quem foi que pediu ao Ministro para ele dizer que não tinha ido naquela casa? Foi ele quem disse. Ele disse: "Nunca fui na mansão dos negócios de Ribeirão Preto". Aí veio o motorista e disse: "O Ministro foi; eu vi o Ministro três ou quatro vezes lá." Veio o caseiro e desmonta o motorista: "Ele não foi só três ou quatro vezes, ele foi de dez a vinte vezes lá." Era só isso que queríamos fazer. Não havia nenhuma razão para se entrar no Supremo Tribunal Federal em relação a esse assunto.

Eu também sou amigo e gosto muito do Senador Tião Viana, mas estranho que S. Ex^a, que é o vice-Presidente do Senado, tenha entrado no Supremo Tribunal Federal para permitir que, com um mandado de segurança ou com um **habeas corpus**, fosse interrompida uma reunião da CPI, da qual ele é membro, e sobre um requerimento que S. Ex^a inclusive votou.

Então, não se coadunam as duas funções. Não precisava o Senador Tião Viana requerer. Quem deveria ter requerido, se estivesse se sentido ofendido, Senador Cristovam Buarque, era o Ministro Palocci. S. Ex^a é quem estava sendo acusado e, se achava que o caseiro não deveria falar na CPI, porque seria acusado em questões envolvendo seu direito individual, ele deveria ter entrado. Mas o Ministro Palocci não gosta de processar ninguém, não gosta de defender os seus direitos individuais. Então, ele que aceite que as pessoas vão lá e façam seu depoimento.

O Senador Tião Viana pediu e o Ministro Peluso deu uma liminar, de certa maneira, restrita. Agora, se o Senador Tião Viana for atendido em outra liminar, ou na decisão final, o que caberá a nós? Fazer outra CPI, em que o fato determinado seja redefinido dentro daquilo que o Supremo considero que deve ser refeito. Nós não vamos brigar com o Supremo, evidentemente. O que o Supremo disser, nós vamos cumprir, pois é uma questão institucional do Brasil, que deve ser cumprida por todos nós, que devemos dar o exemplo.

Eu também vou requerer na Comissão de Constituição e Justiça que façamos uma audiência pública para discutir a relação entre o Supremo e o Congresso, para que nós possamos ou melhorar nossos procedimentos aqui e evitar esse tipo de processo, ou fazer com que o Supremo entenda melhor como funcionam os processos no Congresso – que não são como no Poder Judiciário.

Sr. Presidente, o que ficou de mais negro no dia de hoje foi como o PT mudou. V. Ex^a foi membro do PT e saiu. Mas como o PT mudou! O PT era o Partido da

ética, que dizia que todos estavam errados e só eles estavam certos. Agora, eles não são mais o Partido da ética, está provado. E agora eles não são mais nem da democracia, é um partido antidemocrático que não quer que as investigações sejam feitas.

O Presidente Lula todo dia vai à televisão dizer: "Nós queremos investigar. Nós queremos que não fique pedra sobre pedra". Mentira! O Presidente Lula não quer investigar nada, não quer investigar ninguém, quer acobertar os que erraram para não sofrer influências eleitorais!

Vamos continuar trabalhando. A CPI vai continuar investigando, doa a quem doer, mesmo que o PT não queira, porque essa é nossa obrigação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrerestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções

Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13-4-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que

altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medi-

da Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor:
Prazo final: 28-4-2006

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinqüenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
Prazo final: 1º-5-2006

9

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Consti-

tuição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

10

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

13

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

*(Tratando nos termos
dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de*

pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

16
REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a é relator da CPI dos Bingos, tenho certeza absoluta de que fará um relatório competente, equilibrado, à imagem e semelhança do que V. Ex^a é como homem público. Tenho certeza de que V. Ex^a, como eu, está vivendo um dia amargo.

Senadora Heloísa Helena, hoje foi um dia de cão. Ô diazinho de amargura, de frustração, de revolta interior. Senadora Patrícia Saboya, aconteceu o que faltava. O PT recorreu contra si próprio ao Supremo Tribunal Federal. Como recorreu contra si próprio? Hoje, aconteceu uma coisa incrível: suspenderam uma reunião como se fosse uma coisa criminosa, onde um brasileirinho de 24 anos, chamado Francenildo, nascido no Piauí, no meu Nordeste, de forma corajosa, cercado de um advogado que não está ganhando uma prata para acompanhá-lo, resolveu dizer a verdade para desmascarar os mentirosos; resolveu dizer a verdade para desmascarar os criminosos.

Muito bem! Ele veio em função de quê? De um requerimento que foi aprovado. Senador Mão Santa, um requerimento que foi aprovado ontem, depois da discussão civilizada!

O requerimento foi aprovado por oito a seis. O Presidente Efraim nem precisou votar. Os 15 membros da Comissão, entre titulares e suplentes, democraticamente votaram o requerimento de convocação do caseiro,

do funcionário Francenildo, que teria de vir à Comissão para esclarecer fatos relatados no jornal **O Estado de São Paulo**. Esses fatos davam conta da presença de pessoas de Ribeirão Preto fazendo tráfico de influência, trocando pacotes, malas de dinheiro, em presença de muitas pessoas, entre as quais S. Ex^a o Ministro Antonio Palocci – entre as quais S. Ex^a o Ministro Palocci!

Depois da entrevista do jornal **O Estado de São Paulo**, impunha-se a presença do Francenildo, e o requerimento foi apresentado e foi aprovado.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a não estava lá. Eu estive lá desde o primeiro momento. A primeira atitude da base governista foi propor que, em vez de trazer o Francenildo, uma subcomissão, extraída dos membros da Comissão, fosse até aonde o Francenildo mora para colher o depoimento dele. Bom, se o PT propõe isso, está na cara que não se discute o foco da investigação. O próprio PT resolveu montar uma subcomissão para ouvir Francenildo onde ele está, modesto, vestido com uma camisinha azul-marinho, com uma calça jeans desbotada, velhinha, com seu sapatinho sei lá de que marca, todo humildezinho, na casa modesta onde mora. A Comissão iria, com foco em um determinado objetivo, buscar as informações. A discussão ocorreu e resolveu-se que isso não seria conveniente. Já se trouxe tanta gente, não é, Senador Garibaldi? Por que não se traria o Francenildo? Por que esse demérito? Só porque ele é caseiro?

Resolveu-se colocar o requerimento em votação. Houve uma discussão, da qual participei, sobre se a reunião deveria ser ou não reservada. Reservada não significa confidencial. Se fosse reservada, qualquer assunto que se discutisse lá, em seguida, Senador Cristovam, a imprensa poderia tomar conhecimento, porque nenhum fato seria confidencial.

Ao final, vota-se uma proposta que foi minha: votar-se o requerimento, entregando-se ao Presidente, Senador Efraim; ao Relator, Senador Garibaldi e ao Vice-Presidente, Senador Mozarildo, a decisão sobre se a reunião deveria ou não ser reservada. Ou seja, dever-se-ia confiar no bom-senso da Mesa.

Todos votaram. Quem vota vota concordando. Se não concorda, registre o desacordo por antecipação, anuncie que vai recorrer no Supremo por antecipação. Mas não se pode votar, decidir a matéria, combinar tudo e, no dia seguinte, anunciar que recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Agora, Senadora Patrícia, eles vêm aqui dizer que a atitude é a mesma de quando entramos no Supremo, pedindo para instalar a CPI dos Bingos!

Senadora Heloísa Helena, quando nós, a Oposição, entramos no Supremo com um recurso para fazer valer o Regimento da Casa, estávamos pedindo

o direito de fazer a defesa das minorias. Eles, agora, entraram com um pedido de defesa do poderoso chefão! Vejam o confronto: entramos para defender o direito das minorias, e eles entram para defender o poderoso chefão, como diz Ademirson, Poletto, Buratti, Francisco das Chagas e todos os que freqüentam a casa.

Senador Mão Santa, hoje ficou patente que, pelas freqüências, pela presença de Parlamentares da base governista – foi o mundo todo para lá, Senador Cristovam, Senador Wellington, foi o mundo; da Câmara, do Senado Federal, foi o mundo todo –, foi o “dia do medo”. Eles queriam – e a torcida era para isto – que chegasse a liminar, que eu não sei se estava acertada ou não. Eles queriam que chegasse a liminar antes de Francenildo prestar seu depoimento – e ele conseguiu prestar, não totalmente, mas em parte. Ele não conseguiu dizer, talvez, tudo o que queria, e creio que é aí que mora o medo da base do Governo, que Francenildo diga tudo o que sabe. Tinham medo de que ele dissesse tudo o que sabia. Não questões pessoais. Se questão pessoal fosse levantada, eu seria o primeiro a dizer: “Alto lá! Não interessa a esta Comissão investigar a vida pessoal de quem quer que seja. Aqui, está-se tratando do interesse público; aqui, está-se tratando do interesse coletivo; aqui o que se quer saber é se o Ministro Palocci mentiu pela segunda vez ou não”. Porque, da primeira vez, mentiu. S. Ex^a disse que o avião do Sr. Colnaghi, que o levou a Ribeirão Preto, tinha sido pago pelo PT. O Sr. Colnaghi mandou uma carta, dizendo que o PT não pagou avião nenhum. Então, o avião foi cedido por favor, um favorzinho obrigado a outro – que outro favorzinho é esse, é o que estamos investigando!

Agora, o Ministro Palocci disse e repetiu, jurou de pé junto que nunca esteve naquela casa. E o Francenildo jurou de pé junto, na sua modéstia, que ele esteve lá várias vezes. O Francisco das Chagas, o motorista, também diz isso. Será que todos estão errados, e o Ministro é quem está certo? Por que a palavra do Ministro é a que vale, e a do Francenildo, não? Ele disse que esteve lá dez, vinte vezes e que chegou a falar pelo interfone com o Ministro.

O que ficou comprovado hoje – pelo menos hoje – é que o Ministro mentiu pela segunda vez. O Ministro Antonio Palocci mentiu em relação ao avião e mentiu na questão da sua ida à casa. O “dia do medo” era pelo medo de que hoje se transformasse a reunião da CPI no dia do “pega na mentira”. E acho que esse fato aconteceu – acho, não; estou seguro disso.

O fato que me entristece, Sr. Presidente, é que o Senado, pela base governista, recorreu contra si próprio. Eu não quero fazer aqui nenhuma consideração com relação ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal está lá para cumprir a sua missão de observar, especificamente, a interpretação da Constituição, da lei. Mas o Primeiro Vice-Presidente entrar com um recurso para não fazer valer uma decisão da qual ele participou no dia anterior? Ele questionar, no Supremo Tribunal, uma decisão da qual ele participou? Para quê? Para desmoralizar a Comissão Parlamentar de Inquérito? Para atribuir demérito ao Senado Federal? Onde estamos metidos!

Veio a liminar, o que vai nos obrigar, evidentemente, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a apresentar o que faremos; e estamos combinando, o Senador Arthur Virgílio e eu, a apresentar um aditivo, acrescentando a necessidade da investigação de peças correlatas com a questão dos bingos, que é a origem de tudo. Vamos recolher as assinaturas e vamos apresentar, porque o pior dos mundos seria interromper esse processo de investigação como ele está posto; o pior dos mundos seria desmerecer a atitude corajosa de Francenildo, que teve a coragem de vir a esta Casa – ele, brasileirinho modesto. Ele veio aqui diferentemente de outros, que vieram engravatados e mentiram, mentiram, mentiram! Ele, modestinho, veio dizer a verdade, de forma corajosa. Então, até em homenagem à coragem desse brasileirinho, devemos insistir nas investigações.

Sr. Presidente Mão Santa, está posta a “espada de Dâmcles” na cabeça do Presidente Lula. Que ele convive com a improbidade, não há nenhuma dúvida. Na minha opinião, nenhuma dúvida! Ele foi obrigado a aceitar o pedido de demissão do Waldomiro, porque, demitir, não o demitiram. Aceitaram o pedido de demissão dele. O mesmo ocorreu em relação a José Dirceu e foi obrigado a conviver com a saída de Delúbio, de Silvinho e de Genoíno.

O Okamotto está lá, aquele que paga as contas do Lula, da filha do Lula, que tem uma casa modesta, mas que contribui com recursos para a campanha do Vicentinho, do PT, em São Bernardo. Okamotto está lá, o mesmo que se recusa a abrir a conta bancária para provar que o dinheiro que usou para pagar, como eu disse, a conta do Lula, tomado no PT – o que não pode ser feito – veio do seu próprio bolso. Ele convive com a improbidade.

Senadora Heloísa Helena, hoje foi o “dia do medo”, tudo o que a Base do Governo não queria. Foi o “dia do pega na mentira”, porque o Ministro

Antonio Palocci ficou reincidente: primeiro, o avião e, agora, a ida à casa. Cesteiro que faz um cesto faz um cento.

Qual é o direito que tenho de acreditar na palavra do guardião da economia do País se, em questões fulcrais como essa, quando encostado no canto da parede, ele tergiversa com a verdade? Que direito tenho eu de acreditar na palavra do Ministro da Fazenda se ele insiste na mentira?

O Presidente Lula é conivente com a improbidade, convive com ela. Agora, tem a rara oportunidade de dizer ao País se convive ou não com a mentira; se aquelas bravatas que ele fala chegam ao nível de manter o Ministro da Fazenda, duplamente apanhado na mentira, ou não; se o Brasil tem ou não o direito de acreditar na palavra do seu Ministro. Quero saber se o Presidente da República vai ou não manter o Ministro Antonio Palocci, hoje apanhado pela segunda vez na mentira. Com a palavra Sua Excelência o Presidente da República.

Não venho pedir a demissão do Ministro Antonio Palocci, mas a reflexão do povo brasileiro sobre a atitude de Luiz Inácio Lula da Silva, que é, em última análise, o responsável pela probidade, pela sinceridade e pela correção dos atos de seu Governo, hoje violentamente maculado pelo desmascaramento de um brasileirinho comum chamado Francenildo, que tem o meu respeito e, estou seguro, o do povo do Brasil.

O Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento do Senador José Agripino, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Professor Cristovam Buarque, Senador pelo PDT do Distrito Federal, que disputa uma prévia, como presidenciável, ao lado de outro extraordinário Senador pelo Amazonas, Jefferson Péres.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, estou inscrito para falar, hoje, em meu nome, por dez minutos – Senador Mão Santa, já que não falo como Líder, disponho de dez minutos –, mas vou falar em nome dos outros três Senadores do PDT, com os quais eu conversei, Augusto Botelho, Jefferson Péres e Osmar Dias, para manifestar a nossa posição sobre esse mesmo assunto, mas com uma preocupação um tanto diferente.

Que esse dia vai ficar na História e será estudado e comentado, que cada um dos Senadores e Senadoras da CPI dos Bingos entrou para a História, assim como o Francenildo, todos nós sabemos. O que precisamos saber, Senador Wellington, é como ficará o Senado no dia em que essa história for contada.

Eu creio que todos falaram, aqui, no “dia do medo”: o medo do Governo, o medo do PT, o medo dos que estão envolvidos na CPI; contudo, o medo que mais me preocupa é o medo do Senado, porque o que aconteceu hoje já começou há bastante tempo. Já faz um bom tempo que o Senado e o próprio Congresso submetem-se a fazer parte de uma República governada por medidas provisórias e mandados judiciais. Há meses e meses, talvez alguns anos, nós, os brasileiros, somos governados sem que o Congresso exerça a sua função plena.

O que vemos é que chegam aqui medidas provisórias para as quais baixamos a cabeça e decisões judiciais para as quais também baixamos a cabeça. Hoje, tenho a impressão de que o Congresso talvez já não seja tanto o Congresso do mensalão, mas, sim, o Congresso da submissão. Isso é o que está parecendo.

É claro que temos que cumprir as decisões, mas temos a responsabilidade de organizar a República de tal maneira que os três Poderes equilibrem-se – e não estamos com os três Poderes equilibrados.

Faz muito pouco tempo que um Senador foi cassado por decisão judicial, depois de todos os Senadores se manifestarem em sua defesa, reconhecendo que o que estava por trás do processo era uma armação.

Para a própria instalação dessa CPI, como todos falam e sabem, foi preciso recorrer ao Supremo. Há poucos dias, depois de uma reforma constitucional, vimos o Supremo simplesmente ignorar a reforma constitucional, com maioria qualificada e o ouvimos dizer que a verticalização continua.

Eu não quero, Senador Wellington, entrar em juízos de valor sobre quem tinha e quem não tinha razão. O que eu quero manifestar aqui é a minha frustração como Senador sem nenhum poder diante do Poder Judiciário e diante do Poder Executivo, como se fôssemos um Congresso decorativo. Essa é a sensação que tenho hoje e que a opinião pública está tendo. E é isso que pode deixar o dia de hoje como o “dia do medo” do Senado.

Não é possível que continuemos nos comportando dessa maneira meses depois de meses e que, cada vez que venha uma decisão, nós recuemos.

Nós não estamos enfrentando corretamente, Senadora Heloísa Helena, o problema mais sério do que a cassação da voz de um cidadão na CPI, do que a cassação dos Senadores da CPI. Estamos enfrentando um momento em que as instituições estão em uma crise profunda, em que não se sabe quem manda em quem em relação ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo, mas se sabe quem manda no Congresso: são os dois quando ficam – hesitei para dizer a palavra – coniventes. Quando eles se juntam, o Congresso desaparece.

Até aqui, cassaram Senador, cassaram CPIs. E quando prorrogarem eleições? E quando suspenderem eleições? E quando escolherem quem vai ser ou não candidato? Escutamos isso como um grande absurdo, mas há seis meses era um absurdo imaginar-se que o Congresso cassaria a voz de um cidadão em pleno exercício do seu direito civil de falar diante de Senadores.

Quando começamos a nos acostumar com os absurdos, eles vão crescendo, e aí, um dia, quando a gente desperta, é tarde. Não é apenas a CPI dos Bingos que está em jogo. É o equilíbrio dos três Poderes que vem sendo ameaçado, que vem sendo desnorroteado ao longo dos últimos meses, pelo menos nesses dois anos em que estou aqui. Chegou a hora de a gente dar um basta nisso. Não estou propondo um basta com um grito de independência do Congresso porque não temos o direito; nós queremos o equilíbrio dos três poderes.

O que quero chamar de basta e deixar aqui como minha proposta é que o Colégio de Líderes se reúna para discutir como é que a gente organiza, de fato, as instituições para que elas funcionem equilibradamente. Que a gente mergulhe na Constituição para saber onde estão esse poder do Executivo, esse poder do Judiciário e essa submissão do Congresso.

Acho que a gente deveria fazer um gesto até mais forte. Deveríamos suspender, durante alguns dias, todas a discussões de outros temas e analisarmos, cumprindo a obrigação de Líderes deste País que somos, a defesa da República. Esta exige, sobretudo, o equilíbrio entre os três Poderes. Algo está errado. Alguém disse hoje aqui que não é apenas algo que está errado, mas que tudo está podre. Não, não vou entrar na idéia de podridão. O que quero dizer é que algo está profundamente errado na maneira como as instituições estão funcionando com a Constituição de 1988, diante do comportamento dos Poderes Executivo e Judiciário.

Ouço, aqui, de vez em quando, críticas a governantes que conseguem acumular para si o poder do Legislativo, do Judiciário e do Executivo; por meio de truques, de eleições, mas, consegue.

Quero dizer que aqui não se juntou os Três Poderes num só, mas dois estão muito próximos. Dois estão andando de maneira extremamente próximas e sem o respeito devido ao Congresso.

Até quando vamos continuar dessa maneira, Senadora Ana Júlia Carepa?

Volto a insistir: não estou emitindo juízo de valor sobre nada dessas coisas, até porque, é verdade, foi pedido que se criasse a CPI e, agora, pedem para suspendê-la. Quero dizer que um Congresso que precisa pedir autorização ao Supremo para criar CPI não está funcionando bem. E aquele que não consegue levar adiante a CPI, por decisão do Supremo, não está funcionando bem. Algo está errado.

Deixo aqui a minha proposta: que o colégio de Líderes se reúna – e essa proposta será feita formalmente, não ficará apenas no discurso – e discuta onde estamos errando, onde estão as brechas. Que façamos isso enquanto é tempo, antes que os absurdos, de tão rotineiros, deixem de ser absurdos. Acho que não está longe, porque o que temos visto já é absurdo, e um depois do outro se banaliza. E absurdo banalizado chama-se normalidade. E a normalidade de uma República sem equilíbrio entre os Três Poderes é a normalidade de uma ditadura, seja de pessoas fardadas, seja de pessoas togadas; mas não deixa de ser um regime autoritário.

É preciso que reconstruamos a República, e a responsabilidade está sobre os Líderes dos Partidos; está sobre o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois das sábias palavras do Senador Cristovam Buarque...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me inscrevi hoje como orador. Mas, depois da confusão na CPI, da qual tive de participar, gostaria que V. Ex^a me informasse se o meu nome ainda consta da lista ou não, se já perdi a vez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Jamais V. Ex^a perderia a vez, pela grandeza de V. Ex^a

e pelo Estado que representa: Minas Gerais – **libertas quae sera tamen.**

Senador, estamos seguindo o que diz a Bandeira: Ordem e Progresso. Não chegou a vez de V. Ex^a usar da palavra. Mas Minas e todo o País estão aguardando V. Ex^a ansiosamente.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, por cessão e gentileza da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pedi a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito, mesmo já tendo cassado a palavra de um cidadão comum do Piauí. Jamais V. Ex^a poderá deixar de usá-la, porque representa todo o Piauí e o Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em que ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois da Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a CPI dos Bingos foi surpreendida, na tarde hoje, com a expedição de uma medida liminar em mandado de segurança pelo Supremo Tribunal Federal “para suspender, até o julgamento final da causa, a inquirição do Sr. Francenildo Santos Costa”. O Sr. Francenildo, como sabe o Senado, é o caseiro da já célebre casa de Brasília, onde amigos e assessores do Ministro da Fazenda se reuniam, numa extensão do que se tem convencionado chamar de a “República de Ribeirão Preto”.

Registro, Sr. Presidente, a minha perplexidade diante desse fato e de suas circunstâncias.

Primeiramente, é de notar que a liminar foi expedida em mandado de segurança impetrado pelo nobre Senador Tião Viana, que alegou, junto ao Supremo Tribunal Federal, ter direito líquido e certo a impedir essa inquirição, a pretexto de que o depoimento do Sr. Francenildo fugia do objeto da CPMI.

Ou seja, Sr. Presidente, um Senador, individualmente, se julga no direito de impedir que o Senado investigue um fato da mais alta relevância para a vida nacional, mas como direitos têm razões éticas a embasá-los, com o mais profundo respeito pelo Senador Tião Viana, não posso concordar que se pretenda evitar uma investigação séria e responsável, de nítido interes-

se público, para resguardar um eventual e injustificável direito pessoal de quem quer que seja.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a atitude do nobre Senador Tião Viana, a propósito, deixa claro não a motivação pessoal própria de S. Ex^a, cuja integridade de caráter e profundo senso ético é preciso proclamar por dever de consciência. Essa atitude deixa claro a, agora escancarada, disposição da Bancada de sustentação política do Governo de impedir, a todo custo, que as investigações do Senado revelem toda a verdade das ações e omissões de todos quantos serviram à Prefeitura de Ribeirão Preto, nas administrações públicas, dentro daquilo que se convencionou chamar séquio do Ministro da Fazenda.

Daí a minha primeira perplexidade. Se o Ministro da Fazenda é inocente, maiores interessados em comprovar cabalmente essa inocência deveriam ser o próprio Ministro, o Governo a que serve e, principalmente, a Bancada do Governo no Congresso.

Alega-se, porém, que as investigações poderiam pôr em risco a estabilidade econômica do País. Essa alegação só pode partir de um Governo frágil, débil, inseguro, pois não são os homens que fazem as instituições, nem são eles os pilares insubstituíveis das ações do Poder Público.

Pretende-se que a atividade econômica do País dê proteção incondicional ao cidadão que, eventualmente, ocupa o Ministério da Fazenda. Mas o Ministro é quem deve servir ao País e à sua economia, e não o contrário: o País e sua economia servindo ao Ministro.

Por isso, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar meu inconformismo diante da iniciativa de uma ação judicial que, partindo de ilustre Membro desta Casa, na verdade inverte a ordem natural das coisas, buscando irrestrita proteção pessoal ao Ministro da Fazenda, quando veementes indícios apontam para a necessidade de se aprofundarem as investigações, especialmente depois que a palavra do Ministro, perante Comissões do Congresso, tem sido posta em dúvida.

É certo, Sr. Presidente, que a liminar foi expedida para impedir a ouvida da testemunha, ao argumento de que o depoimento do Sr. Francenildo Santos da Costa não tinha pertinência com o objeto da CPI dos Bingos.

É evidente que a liminar merece todo nosso acatamento e respeito, por sua alta procedência. Mas não posso deixar de registrar, Sr^{as}s e Srs. Senadores, minha estranheza, pois não me é possível saber se um depoimento tem ou não pertinência com algum fato,

antes que seja prestado, para, prestado, ser em seguida avaliado.

Concedo aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Garibaldi Alves Filho, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo brilhante desempenho como Relator dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero também lamentar o ocorrido hoje. Aliás, foi um equívoco estratégico, porque o caseiro, o depoente, disse tudo o que tinha para dizer, principalmente quando V. Ex^a o questionou. Não tinha mais nada para dizer de importante. O que era importante ele disse, e o fez com a convicção e a consciência tranqüilas, o que prevaleceu por sua fisionomia de homem de boa-fé, disposto a, com coragem, contribuir para esclarecer os fatos de que foi testemunha ocular. São fatos que ocorreram naquela casa organizada para que uma equipe operasse – e esse é o termo que utilizam – à margem do Governo em Brasília, estabelecendo tráfico de influência e possibilitando, com isso, favorecimento ilícito, com a presença do Ministro Palocci numa postura de cumplicidade absoluta pelo que se revela nos depoimentos colhidos pela CPI. Mas volto à questão da liminar concedida hoje. O Ministro, monocraticamente, defere a liminar em função de quê? Da presunção. O Ministro presume que determinado assunto será tratado; aí busca a bola de cristal e presume que determinadas diligências serão efetuadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é razão para a sua decisão. Depois, vem a informação de que três assessores do Ministro são oriundos do Escritório Brasil de Ribeirão Preto, que atende à empresa Leão Leão. Isso, por si só, justificaria o impedimento do Ministro. É claro que o Ministro deveria declarar-se impedido. Eticamente, essa deveria ser a posição de S. Ex^a. Mas quero apenas, ao cumprimentá-lo, dizer que há, já tramitando no Senado Federal, um projeto de emenda constitucional de minha autoria, que, se aprovado, vai exigir que o Pleno do Supremo Tribunal Federal se manifeste sobre pedidos dessa natureza, evitando a decisão monocrática. Pode-se discutir que ouvir o Plenário exige mais tempo, mas, se o tempo trabalha a favor do investigado, por que não trabalhar a favor de quem investiga? Não quero usar o tempo de V. Ex^a, mas quero pedir apenas que esta Casa discuta essa proposta, analise essa idéia, para que, quem sabe, possamos, inclusive, aprimorá-la, para restabelecer o bom relacionamento entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem razão. Uma das providências que esta Casa deveria adotar seria imediatamente

discutir esse projeto de V. Ex^a e aprová-lo, para que se impedissem abusos dessa natureza, como o que estamos relatando aqui na tarde de hoje. Não fui o primeiro orador a falar sobre isso. Vários oradores já falaram.

Não consigo perceber como se pode, antes de se ouvir uma testemunha, saber se ela vai contar algo relevante. V. Ex^a tem razão: isso ocorreria só se tivéssemos uma bola de cristal.

Devo observar, a respeito precisamente disso, Senador Alvaro Dias, que, no início de seu depoimento, lamentavelmente truncado pela liminar do Supremo – na verdade, não foi tão truncado; reconheço que ele conseguiu avançar no depoimento –, o Sr. Francenildo fez referência à presença de bingueiros angolanos na casa do Lago. Esse fato, desconhecido tanto do impenetrante do mandado de segurança, quando ajuizou a sua ação, quanto do ilustre Ministro que deferiu a liminar, bem comprova que só após o depoimento é que será possível saber se este é ou não pertinente e válido para a investigação, dentro do fato determinado objeto da CPI, conforme exigência constitucional.

Creio, Sr. Presidente, que o Supremo Tribunal Federal também está invertendo a ordem natural das coisas. Chega alguém ao Tribunal e diz que determinada testemunha, que ainda não depôs, não sabe coisa alguma acerca do objeto da CPI, e, então, é expedida uma liminar impedindo esse depoimento. Ora, só é possível saber se há ou não pertinência quando se ouvir a testemunha. O caminho natural para a equação dessa questão não é proibir o depoimento, mas descartá-lo quando do relatório final, se impertinente, se inoportuno, ou usá-lo se adequado ao objeto da CPI e em harmonia com o conjunto probatório.

Por essas razões, Sr. Presidente, devo manifestar meu inconformismo. Lembro que, nos termos da Constituição, a CPI tem atribuições e poderes próprios das autoridades judiciárias, e nunca se impediu um juiz de ouvir as testemunhas que entendesse necessário ouvir, mesmo as simplesmente referidas por outras testemunhas, sempre na busca da verdade real. A verdade real, esta sim, não pode ser ocultada por formalismos exacerbados, nem por julgamentos prévios e descabidos acerca da palavra de quem ainda sequer não prestou seu depoimento e não foi inquirido por quem quer que seja.

Concedo aparte ao Senador Almeida Lima, com a tolerância do nosso Presidente Mão Santa.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Garibaldi Alves, eu estava em meu gabinete e tive de deixar uma atividade urgente, exatamente porque ouvia este pronunciamento de V. Ex^a na tribuna.

Antes de me dirigir ao plenário, assisti também, pela televisão, no gabinete, ao aparte do Senador Alvaro Dias. Eu tinha apenas um objetivo neste aparte: pedir a palavra e dar parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento. Mas, depois do que ouvi do Senador Alvaro Dias, tenho de dizer uma outra frase. Estou perplexo diante das declarações de S. Ex^a, que dizem respeito ao assessoramento do Ministro que concedeu a liminar. Então, meu aparte cinge-se apenas a dois pontos: parabenizar V. Ex^a e dizer da minha estupefação diante da informação que S. Ex^a prestou.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço ao Senador Almeida Lima, mas, na verdade, todos os dias...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Garibaldi Alves Filho, peço permissão para prorrogar a sessão, que, regimentalmente, encerra-se às 18 horas e 30 minutos, e para determinar a abertura de inscrição dos oradores para segunda-feira.

Prorrogo a sessão por uma hora, para ouvirmos os seguintes oradores: Ana Júlia Carepa, Heráclito Fortes, Mão Santa, Wellington Salgado, Paulo Paim, Leonel Pavan, Heloísa Helena. Peço que abusem da capacidade de síntese e da inteligência de cada um.

Com a palavra, o Senador que está na tribuna.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Digo que o precedente é grave, na medida em que constrange uma das mais importantes atribuições do Parlamento, precisamente a de fazer investigação política em torno das mais altas autoridades da República, do rol das quais não pode ser excluído o Ministro da Fazenda.

Agradeço ao Senador Almeida Lima e ao Senador Alvaro Dias. Hoje foi realmente um dia que não deixou de trazer as suas tristezas, mas também as suas alegrias, por ver que conseguimos resistir, ouvir a testemunha e marchar com essa investigação para dias futuros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Observando a lista de Líderes, concedemos a palavra, por ter prioridade, a esta extraordinária Líder do P-SOL, Senadora Heloísa Helena. A Liderança tem prioridade regimental.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nem se preocupe, Sr. Presidente, porque tive a oportunidade de, inclusive antes da Ordem do Dia, falar pela Liderança e posso esperar os outros oradores inscritos que estão há bastante tempo aguardando. Agradeço a V. Ex^a não apenas a delicadeza, mas o cumprimento do Regimento. Podem falar os outros oradores inscritos, pois posso esperar pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está inscrita a Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Estado do Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu até que fiz a ressalva, até porque os Líderes têm precedência.

A Sr^a. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Obrigada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Por nada, Senadora Heloísa Helena, apenas para cumprir o Regimento. Pensei que V. Ex^a tivesse falado antes como inscrita e, como titular da Liderança, V. Ex^a teria toda a precedência.

Sr. Presidente, realmente, estou desde às 13 horas neste plenário para tentar falar. Não posso deixar de comentar os resultados de uma pesquisa e os impactos que têm esses resultados numa Casa democrática.

É natural que, no Congresso Nacional, onde há representantes de Partidos e divisões políticas diferenciadas, divisões ideológicas diferenciadas, no ano em que estamos tão próximos de uma disputa eleitoral que vai decidir os rumos do País, isso tenha impacto. É muito natural, até porque houve melhoria em quase todos os quesitos, com destaque para um movimento mais expressivo nas questões sociais, na avaliação do Governo Lula.

Outro aspecto que contribui para a melhora da avaliação geral do Governo é a expectativa em relação à economia. O brasileiro está mais otimista em relação à elevação da sua renda e mostra-se mais confiante também em relação à estabilidade dos preços. Ele também mostra essa confiança em relação à geração de empregos. Isso é também um desejo. E falo isso muito à vontade, porque sou uma das que, desde o começo, manifestou divergência em relação a vários pontos da política econômica, pontos esses contra os quais muitas pessoas da sociedade têm manifestado divergência; em relação, por exemplo, ao superávit primário, em relação à taxa de juros. Sempre defendi que o Banco Central realmente não fosse tão ortodoxo. Costumo dizer que o grupo que governou anteriormente, infelizmente, continua à frente do Banco Central. Mas até o Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, já fala que é preciso acelerar a queda da taxa de juros e alterar o superávit. E são pontos que eu defendo, Senador.

Agora, nós não podemos desvincular. As pessoas têm o direito de pensar diferente, mas é óbvio que está vinculada à divulgação de pesquisa que, nos últimos meses, tem mostrado uma recuperação do Governo,

porque a sociedade também percebe o resultado no dia-a-dia da sua vida.

Não é à toa que 72% da população brasileira diz que este ano está melhor. Não é à toa que 80% da população tem expectativa de que o ano de 2006 será melhor, será um ano bom. Isso tem incomodado, às vésperas de uma disputa eleitoral. É óbvio que o povo percebe isso. É claro que a população percebe.

E outros dados da pesquisa mostram essa melhora. Antigamente, chegou-se a desprezar o povo nordestino, porque era exatamente no Nordeste que o Presidente Lula encontrava os melhores índices. Pois, além de ter crescido muito o seu índice na Região Nordeste, cresceu, por exemplo, a diferença entre os que avaliam o governo como ótimo e bom e aqueles que acham que é ruim e péssimo. Essa diferença passou a ser de 33%, ou seja, 49% avaliam o Governo como ótimo e bom na Região Nordeste, enquanto 16% acham que é ruim e péssimo.

Mas, na Região Norte, onde moro – Região de um Estado em que cabem duas Franças – o povo começa a perceber, concretamente, os resultados de uma política acertada na direção dos excluídos desta Nação; e, na Região Centro-Oeste, essa oscilação positiva foi de 25 pontos. Vejam bem, eram 10 pontos negativos. Ou seja, há três meses, a soma daqueles que achavam o Governo bom e ótimo, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, era menor 10 pontos percentuais dos que os que o achavam ruim e péssimo; agora, inverteu-se: 15% a mais, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, acham o Governo bom e ótimo. São 15% a mais! E 53% dizem que confiam no Presidente. E tem mais: 52% consideram este Governo melhor do que o Governo anterior. Então, é comprensível, sim, o efeito que tem uma pesquisa como essa.

Há um outro ponto sobre o qual eu gostaria de explicitar a minha posição, porque acho que todos os cidadãos brasileiros, Senador Mão Santa, que ora preside esta sessão, todos, sejam eles motoristas, caiseiros, empregadas domésticas, trabalhadoras rurais ou operários, todos têm o mesmo direito de qualquer cidadão, ocupem eles cargo público ou não. Tanto têm esse direito que eu não consigo entender por que vejo esta notícia no jornal **O Globo** de segunda-feira: "Mortos em Bangu podem estar ligados a bingos". Na madrugada de sexta-feira, no bingo Coliseum, em Realengo, "três pedreiros foram executados e 200 máquinas caça-níqueis foram queimadas". Agora, dois corpos carbonizados que, supostamente, podem ser de um bombeiro e de um PM, foram encontrados. Pode existir uma ligação entre as mortes do suposto bombeiro e do

suposto policial porque as plaquetas levaram a polícia a suspeitar que o crime pode ter relação com o ataque ao bingo pelos bombeiros e PMs que fazem a segurança dos grupos que controlam os caça-níqueis.

Nossos sentimentos às mães, aos pais, aos filhos desses operários, pessoas humildes do povo que morreram, que não têm mais voz infelizmente – desses talvez bombeiro e policial militar –, que foram carbonizados em uma guerra que nos parece acontecer entre bingos. Lamento que o fato de não se investigarem os bingos e os caça-níqueis, apesar de haver uma CPI nesta Casa, faça com que outros operários, outros funcionários, outras mães, outros pais, outros filhos, outras esposas ou maridos fiquem apreensivos.

É lamentável que pessoas estejam morrendo e...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ana Júlia, V. Ex.^a é sempre lúcida nos encaminhamentos que faz aqui, mas gostaria de fazer um questionamento. O PT, Partido de V. Ex^a, entrou com alguma providência jurídica contra isso? Fez algum requerimento para depoimento dos acusados, para que viessem à Casa? Porque, se nada disso foi feito, coloca por terra o discurso de V. Ex^a. Cabe ao PT, indignado com os fatos, tomar providências. Se não tomou, o simples desabafo de V. Ex^a funciona como um sentimento pessoal, mas não como uma posição partidária. Obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Não sou membro da CPI, Senador, mas, infelizmente, tudo aquilo que diz respeito a bingo não parece ser objeto dessa CPI.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Partido de V. Ex^a tem vários membros na CPI.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, com todo o respeito que V. Ex^a sabe que tenho por V. Ex^a, concluo meu depoimento, porque essa notícia é pública. Outros partidos também poderiam fazer isso. Quem está atento a investigar bingos e a jogatina poderia trazer esse assunto à CPI.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia, prorroguei seu tempo de dez minutos por mais três. Dez porque é a nota que dou a V. Ex^a e três para ficar 13, o número do seu Partido, em respeito a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Não há problema algum, porque divergências fazem parte da democracia. Então, é natural que as pessoas divirjam em suas opiniões. No entanto, para esta CPI, inclusive criada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a proposta do Senador Tião Viana, que sei que todos aqui respeitam e que deve continuar recebendo o nosso respeito, é no sentido de que se atenha àquilo para que foi criada. S. Ex^a usou o mesmo artigo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Um aparte, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– E não era em relação a esse ou aquele depoimento. Aliás, na véspera, até onde sei, a discussão não era se o cidadão, que acho tem todo o direito de vir ou não, como qualquer cidadão brasileiro, do mais humilde até o Ministro...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora, um aparte, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Não importa, precisa ter o direito. Agora, a discussão que houve era sobre a forma desse depoimento, porque aqui foi dito que só a Senadora Ideli Salvatti falava sobre a questão da camisinha, mas eu estava lendo ali na matéria de **O Globo**, e isso está na matéria.

Então, a verdade precisa ser esclarecida! Não sou contra, pelo contrário, sou favorável, absolutamente favorável.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permita-me um aparte, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Dou-lhe um breve aparte, para o Senador Mão Santa não brigar comigo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – É muito rápido. V. Ex^a dispõe de dois minutos ainda. Senadora Ana Júlia Carepa, admiro-a muito. V. Ex^a é uma Senadora corajosa e, por sinal, muitas vezes injustiçada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Obrigada, Senador.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Admiro a coragem de petistas defenderem algo que está muito claro para a Nação, que houve questões abusivas por parte do Governo. Ora, veja o seguinte: o Senador Suplicy trouxe nos braços aqui aquela questão da Elba, que causou a derrubada de um Presidente, e o PT vibrava. Quando a Mônica Lewinsky acusou o Presidente Bill Clinton, a Justiça não parou e não houve quem calasse sua boca. Então, lamentavelmente, o que ocorreu hoje – vamos reconhecer – é um pouco abusivo e não ficou bem para o Lula e para os integrantes do Governo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Senador Leonel Pavan, defendo isso e, até onde sei,

o requerimento alternativo era apenas quanto à forma. A diferença entre os dois requerimentos que estavam em votação na CPI era apenas sobre a forma como o Sr. Francenildo deveria ser ouvido, para se respeitar a Constituição. Ele é um cidadão humilde, tem todo o direito de falar e deve falar tudo o que sabe. Eu defendo isso! No entanto, deve-se averiguar se tudo é exatamente verdadeiro.

Então, em nenhum momento, houve requerimento para não ouvi-lo. Do contrário, passa-se para a sociedade que havia a idéia de não ouvi-lo, apesar de ninguém saber a relação com os bingos, pois a CPI tem passado ao largo dessas questões.

Faço aqui este registro. São naturais esses resultados, que são momentâneos, porque pesquisa é um retrato do momento, mas um retrato de uma sociedade que começa a perceber também os benefícios de um Governo que tem erros, sim, mas tem muitos acertos também. Há pessoas que erraram? Há. Que devem ser punidas? Há, exemplarmente punidas, inclusive do meu Partido – digo isso muito à vontade – mas, que tem tido acertos inquestionáveis, principalmente para a população mais pobre deste País.

Portanto, quero dizer que nós, numa Casa democrática...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Prometo só mais 30 segundos, Senador.

...não podemos aqui desrespeitar um companheiro nosso, o Senador Tião Viana, também em relação a essas questões.

Registro que não tenho dúvidas de que vamos enfrentar isso, até pelos resultados que vêm da pesquisa. Isso se caracteriza, sim, como reação à recuperação da imagem do Presidente Lula. Alguns podem achar que não é. Respeito essa opinião, mas tem muita gente da sociedade – assim como outros Senadores recebem e-mails, eu também os recebo, exatamente cobrando isso que estou dizendo aqui – que nos manda e-mails dizendo que se trata de desespero em reação às pesquisas eleitorais. E ainda nem estamos na campanha oficial, mas, já se está fazendo campanha desde o ano passado neste País.

Espero que o povo possa decidir o que quer para este País!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Segunda-feira, 13 de março de 2006

caso de dengue do verão

m quadro similar ao da doença. Causa deve ser confirmada hoje

uando fui
morrido.
Secretaria
, Roland
om a pele
cesso no
a taxa de
baixa. O
transfusão
rganismo
ntrada no

Rocha Faria às 11h30m de sába-
do e morreu ontem, às 8h30m.
Segundo Maria Cláudia, os mé-
dicos disseram informalmente
que suspeitavam que ele tivesse
dengue hemorrágica.

Se ficar confirmado que a
causa da morte de Roland foi
dengue, o rapaz será a quarta
pessoa que perde a vida por
causa da doença neste verão.
A terceira foi o comerciante

Geison da Costa Nascimento,
de 30 anos, no fim de feverei-
ro. Uma mulher de 45 anos foi
a segunda, em janeiro. Em de-
zembro, o primeiro caso da es-
tação: o aposentado Antônio
de Jesus Assis, de 52 anos.

Todas as vítimas moravam
em áreas com surto da doen-
ça: Vargem Pequena e Campo
Grande. A maior concentração
de casos de dengue é na Zona

Oeste, região de Jacarepaguá e
Barra da Tijuca.

Os sintomas da doença são:
febre alta, dores no corpo e
dor de cabeça. Eles podem ser
confundidos com os de outras
doenças. É preciso procurar
socorro, porque a forma mais
grave da doença, a dengue he-
morragica, pode matar. ■

* do Extra

Mortos em Bangu podem estar ligados a bingos

• Dois corpos carbonizados,
supostamente de um bombeiro
e de um PM, foram encontra-
dos na manhã de ontem na lo-
calidade conhecida como Chá-
cara, em Bangu. A polícia
aguarda o resultado de exames
para identificar os cadáveres,
mas não descarta a hipótese
de que o crime seja uma repre-
sália ao incêndio do Bingo Co-
liseum, em Realengo, na ma-
drugada de sexta-feira, quando
três pedreiros foram executa-
dos e 200 máquinas caça-ní-
queis foram queimadas.

Os corpos estavam no banco
traseiro de um Gol branco, in-
cendiado num beco da Estrada
da Maravilha. Moradores conta-
ram que o veículo foi encontra-
do totalmente queimado por
volta das 7h. Dentro dele, poli-
ciais do 14º BPM (Bangu) desco-
briram dois emblemas em metal
com o Brasão da República e
duas plaquetas, do mesmo ma-
terial, com as inscrições bom-
beiro militar e polícia militar.

— A PM não tem distintivo.
Supõe-se que os mortos podem
ser um bombeiro e um policial
porque, apesar de essas carte-
iras serem vendidas até no ca-
melô, há bombeiros e PMs que
as usam — disse um policial.

As plaquetas levaram à poli-
cia a suspeitar que o crime pode
ter relação com o ataque ao bin-
go, pois bombeiros e PMs fazem
a segurança dos grupos que
controlam os caça-níqueis.

NA CANDELÁRIA: Concerto celebra Mozart

etrobras Sinfônica abre
os concertos com uma
greja da Candelária, que
ço para apenas 400 pes-
sem 1.200 espectadores.
250 anos de nascimento
deus Mozart, foi executa-

da ontem a "Missa da coroação", uma das
peças sacras mais aclamadas do com-
positor, escrita em 1779. O concerto teve en-
trada franca e o programa contou ainda
com o Concerto nº 3 para Violino e Or-
questra, também do compositor austrí-
aco, com solo de Felipe Prazeres.

NA DA ROCHA MIRANDA

Luiz Fernando, Maria, Magdalena
, Luiz Aquila, noras, Lucia e Monica, netos
nvidiam para o seu sepultamento HOJE,

Classificados
do Globo.
Procurou, achou.
GLOBO

Com está sendo o Ano - 72% - Boa
Expectativa p/ o ano de 2006 - 80% - Bem.
Brasileiro acredita que sua renda vai
aumentar.
~~60%~~ → Diferença - positiva - 16%.

Nordeste - 1997 - O tipo de Boa
Renda Pétimo - 16% → 33%

Norte / Centro Oeste - Oscilar 25% -
Há 3 meses pesquisas 10 negativas p/
15 positivas.

53% dizem confiar no presidente

Evelizar da dívida líquida PIB

1994	- 32,5%
1996	- 30,1%
2002	- 57,3%
2005	- 51,2%

Melhor que o Governo anterior - 52%

Quem está satisfeito com o Ano - 72% - Bol
Expectativa p/ o ano de 2006 - 80% - B.M.B.
Brasileiro acredita que sua renda vai aumentar.
~~6%~~ → Diferença é positiva - 16%.

Nordeste - 79% - O tipo ou Bol
faz o Pétimo - 16% - 33%

Norte / Centro Oeste - Oscilar 25% para -
Há 3 meses pesquisas de 10 negativos p/
15 positivos.

53% dizerem confiar no presidente
Evoluções da dívida líquida PIB

1994 - 32,5%

1996 - 30,1%

2002 - 57,3%

2005 - 51,2%

Melhor que o Governo anterior - 52%

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex^a me concede a palavra, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

Senador Leonel Pavan, acaba de chegar um documento de V. Ex^a. No entanto, já tinha chamado e anunciado o Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a fará uso da palavra e, logo em seguida, V. Ex^a usará da palavra como Líder.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem problema. O Senador Heráclito Fortes tem preferência nossa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador do Piauí, PFL, Senador Heráclito Fortes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador Heráclito, peço apenas trinta segundos de seu tempo. Eu tomei conhecimento hoje desse fato, chegou-me às mãos hoje – refiro-me aos bingos. Quero lhe dizer que, mesmo não sendo membro da CPI, vou encaminhar e vou pedir a alguém para assinar comigo. Sei que V. Ex^a, se for da CPI, vai assinar junto comigo para que se investigue.

O SR. HERACLITO FORTES (PFL – PI) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Atendido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao longo de sua história, esta Casa tem sido a casa da ressonância dos fatos políticos no País. Alegres, tristes, marcantes ou não, o Congresso Nacional tem sido, ao longo do tempo, cenário de momentos que são, alguns, motivo de orgulho para os brasileiros e marcantes em nossa história e, outros, vergonhosos.

Entre os mais recentes, com os quais a nossa geração conviveu – alguns os testemunharam já no exercício de mandato parlamentar –, está o episódio do fechamento desta Casa ao qual está associado o famoso discurso de Márcio Moreira Alves. Depois, nós tivemos um episódio chamado Pacote de Abril: o Governo, com o amparo das baionetas, diante de iminente derrota nas praças públicas, editou um ato suspendendo as atividades do Congresso por algum tempo. Ao reabri-lo, trouxe uma Constituição deformada por meio da qual, aliás, implantou-se a figura do senador biônico.

Naquele tempo, atendendo ordens do Presidente, o mensageiro da falência e do fechamento do Congresso foi um militar fardado. Veio até aqui entregar ao chefe das duas Casas a ordem que deveria ser cumprida: esta Casa foi fechada. Foi reaberta quando o comandante de plantão assim determinou, com a cicatriz do senador biônico.

Instalou-se naquele momento, Senadora Heloísa Helena, uma revolta que ficou latente no povo brasileiro.

Nas eleições seguintes, essa revolta se manifestou e teve início um processo de redemocratização irreversível neste País.

O Pacote de Abril serviu, durante muitos anos, como peça de oratória do Partido dos Trabalhadores nas praças públicas, que se dizia envergonhado por aqueles atos e combatia a ditadura. A indignação era tanta, que o Partido dos Trabalhadores sequer compareceu ao Colégio Eleitoral – entendia que o voto indireto não era o melhor caminho para o restabelecimento democrático. Tancredo tornou-se Presidente sem depender dos votos do Partido dos Trabalhadores.

Senador Antero, a história se repete com outras colorações e com outros matizes: hoje tivemos aqui, infelizmente, o fechamento moral do Congresso. Através de um membro da Mesa, o Supremo acolheu pedido de cerceamento da liberdade de ação desta Casa do povo. O que se fez hoje foi um atentado contra a democracia e vem mostrar o real sentimento do partido que governa, que é fruto do autoritarismo.

Quero chamar a atenção dos intelectuais brasileiros: esse movimento muito se assemelha àquele do cerceamento da liberdade da arte neste País, à tentativa de cerceamento da liberdade de expressão dos jornalistas brasileiros –atos emanados da cozinha diabólica do Palácio do Planalto.

O que se fez hoje? Em ação rápida, cirurgicamente perfeita, deu-se entrada a uma liminar no Supremo Tribunal. Poucas horas depois, essa liminar é concedida parcialmente e é sacado da tribuna um caseiro que teve o pecado apenas da má convivência, de ser testemunha daquilo que era negado. E aí o Governo comete o maior dos seus erros. Deveria ir à CPI, com a convicção da inocência de seu Ministro, e manter a afirmativa de que ele nunca esteve naquela casa.

A tendência natural é dar-se mais crédito à palavra de um ministro que tem serviços prestados à economia brasileira do que à de um caseiro desconhecido. De repente, esse homem – coincidentemente, Senador Mão Santa, é nosso conterrâneo – sai do anonimato para a possibilidade das primeiras páginas nos jornais do Brasil. O seu silêncio, imposto pelo Governo, foi mais forte e mais cruel do que a sua fala. O semblante seguro da sua inocência calou mais forte e deixou mais desapontados os que defendem ou defendiam até então as virtudes do atual Governo.

Será que a Nação brasileira já parou para pensar sobre o ciclo de promiscuidade com o qual convive? Por que estamos discutindo, Sr. Presidente, a questão do bingo neste País? Porque o Governo mandou para cá, estabelecendo o jogo, um projeto feito não por Senadores ou Parlamentares do baixo clero, mas por Parlamentares da elite do PT. Um dos homens de confiança do Governo foi pego numa ante-sala negociando percentuais de lucros na jogatina brasileira, e o Partido começou a reviver jogos que tinham sido fechados pela

Justiça ou por outros mecanismos. O jogo passou a ser a menina cobiçada do Governo no seu início – parou porque aconteceu o episódio Waldomiro.

O que se vê, Sr. Presidente, e o que entristece a todos? No passado, quem trouxe a notícia do Pacote de Abril foi um militar. Hoje, quem viabilizou esse ato foi um companheiro nosso por quem temos o maior respeito, por quem temos a maior admiração e que, sabemos de antemão, foi instrumento, foi usado. Por que não foram os Líderes formais do Partido dos Trabalhadores que deram o encaminhamento? Nós sabemos que Tião Viana não é jurista. Nós sabemos que aquela peça não é de sua lavra. Aliás, eu disse aqui diversas vezes e sempre comparei, Senador Paulo Paim, o Senador Tião Viana ao Lima, aquele velho jogador do Santos – o Santos do Pelé e do Carlos Alberto –, que jogava em todas as posições. Ele era deslocado quando das contusões; o Lima era sempre chamado a salvar o time nas horas de necessidade.

Com o Tião Viana fizeram a mesma coisa. Ao longo desses anos, vemos que o Partido, nas tarefas difíceis que encontra, chama o Lima, chama o Tião. E o Tião vem desempenhando essas tarefas.

Na semana passada, fazendo uma referência a isso, eu disse ao companheiro: “ainda bem que o serviço sujo V. Ex^a não aceita e não faz”. Infelizmente, hoje, cabisbaixo, vejo que o meu querido Lima se prestou a isso. Jamais, como membro da Mesa do Senado, poderia trabalhar contra a Casa. Era a pessoa menos indicada para pedir o cerceamento do funcionamento do Congresso Nacional, porque esse é apenas um primeiro passo, Sr. Presidente.

Eu gostaria, em respeito à opinião pública e à Nação brasileira, ler mais uma vez – não sei se já foi lido, mas é bom que se repita – o que o PT argumenta nessa petição ao Supremo. É preciso que os milhões de brasileiros que acreditaram e foram à praça pública na esperança de um outro Brasil, da transparência, da clareza, escutem e vejam, Senador Mão Santa, o que o PT pediu ao Supremo Tribunal Federal: que não permitisse que se falasse na CPI aqui instalada. Vale a pena, mais uma vez, repetir para os que estão em casa ou para os que a nós vão assistir mais tarde.

É proibido, segundo o pedido do PT, falar sobre o assassinato de prefeitos. Brasileiros, como podemos colocar debaixo do tapete assassinatos misteriosos e sem nenhum esclarecimento como os dos Prefeitos de Campinas e de Santo André, que cada dia que passa mais comprometem o PT e o seu modo de agir?

Segundo, a existência de empréstimos entre integrantes de partidos políticos (mais especificamente do PT); a existência de caixa dois partidário (no PT); as denúncias de que em meados de 90 haveria esquema de arrecadação de fundos junto a fornecedoras de prefeituras (do PT); as denúncias de superfaturamento na Prefeitura de Ribeirão Preto (na gestão do PT);

a vinda de pecúnia – Srs. telespectadores e ouvintes, é dinheiro – pretensamente cubana para a campanha eleitoral (do PT); a vida íntima de agentes públicos e políticos que integram as hostes do PT.

Até que concordo com determinada opinião: sim, seria a preservação da intimidade, da privacidade, porque o homem público tem direito a essas opções e não nos é dado o direito de vasculhar sua intimidade. Afora esse item, todos são inerentes da atividade do homem público. Então, o PT em uma linha só podia dirigir-se ao Ministro e dizer: “Não permita, no Brasil, que se apure a promiscuidade na qual nós nos envolvemos, na qual estamos atolados e da qual não sabemos sair”.

Sr. Presidente, hoje é um dia negro para esta Casa, mas é um dia com direito à volta. Dia negro irreversível, sem direito à recuperação desse Partido, pela desfaçatez, pela falta de transparência. Qual é o direito que tem um partido político de pedir a tribunais que não apure mortes de prefeitos, desrespeitando a dor dos familiares? Alguns, Senador Wellington Salgado, tiveram inclusive de deixar o País porque não têm segurança nem tranqüilidade de aqui viver.

Qual é o partido que tem o direito de pedir que não se apure a suposta remessa de dinheiro cubano para usos que a nossa Constituição condena e pune? Querem apurar o quê?

Aliás, o PT, que foi tão pródigo em devassar vidas quando era Oposição; o PT que heroicamente proporcionou ao País, Senador Paulo Paim, a oportunidade de que viesse à CPI, trazido pelas mãos de Eduardo Suplicy, o motorista Eriberto, abrindo aí, de maneira concreta, o caminho da deposição do Collor, é esse PT que hoje cerceia o brasileiro de acompanhar esquemas semelhantes. E aí, Senadora Heloísa Helena, sou obrigado, por dever de justiça, a reconhecer uma coisa do ex-presidente Collor: passou por esse processo, mas não usou desse subterfúgio. Assistiu e acatou, democraticamente, a decisão da Casa do povo.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esta Casa, a partir de hoje, tem que estar atenta e vigilante para que fatos dessa natureza não se repitam. Não podemos, meu caro Senador Wellington Salgado, deixar debaixo do tapete fatos que a Nação quer saber, de propinodutos a cuecas sujas que precisam ser lavadas.

Esse fato, Senadora Heloísa Helena, está, como diria o Senador Mão Santa, igual a Ulysses Guimarães, “encantado no fundo do mar”. Ninguém fala. Não sei se há um silêncio negociado...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – (...) ou se não dão importância ao fato. Sei que é preciso que o Brasil apure; é preciso que o Brasil saiba desses fatos até para que tenha a consciência tranqüila de tomar decisões futuras. Não importa que o Presidente da República continue dizendo que são fatos banais

ou que nada sabia, porque não temos que prestar conta ao que diz o Presidente da República, mas ao que pede a Nação, porque esta Casa é a sua ressonância, e não podemos nos calar diante de fatos que nos comprometem e nos humilham.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a, pelo fato de ser um homem do Piauí, traz a história. O País acompanhou o pronunciamento de V. Ex^a por 21 minutos. Mas eu queria 30 segundos, Senador Heráclito, pela grandeza do Piauí. V. Ex^a se referia ao tempo em que este Congresso foi fechado pelos militares. Senadora Heloísa Helena, quem o presidia era um homem do Piauí, como neste instante. E eu estava ao lado de Petrônio Portela quando ele recebeu a ordem, Senador Wellington Salgado. E ele, com a força de piauiense, disse: “É o dia mais triste de minha vida!”. Isso chegou a Geisel, que refletiu e mandou reabrir o Congresso.

Consultando a lista de oradores inscritos, o próximo seria o Senador Wellington Salgado. Mas como o Regimento dá prioridade aos Líderes e há um documento autorizando o Senador Leonel Pavan a falar pela Liderança do PSDB, em seguida, darei a palavra a Minas Gerais, por meio do seu extraordinário Senador do PMDB, Wellington Salgado.

Com a palavra o Leonel Pavan, de quem esperamos capacidade de síntese.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei apenas por vinte minutos. Estou brincando, será bem menos.

Após o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, certamente não haveria necessidade de continuarmos comentando o que aconteceu hoje no Senado Federal.

Mas, primeiramente, agradeço ao Senador Wellington Salgado, uma das gratas revelações do Senado, um homem que conseguiu, em pouco tempo, amizade unânime aqui dentro, devido a sua simpatia e ao seu espírito de liderança, principalmente pelo trabalho que desenvolve em defesa da querida Minas Gerais. Quero cumprimentá-lo, Senador Wellington!

Permita-me, Senador Mão Santa, mas está aqui presente o Deputado Ivan Ranzolin, do PFL, da nossa Lajes, na região serrana, uma das regiões mais queridas de Santa Catarina. O Deputado Ivan está acompanhando os trabalhos do Senado, atento para que todos possamos levar as melhores informações à sociedade brasileira, mas principalmente possamos levar mais esperança para o povo de Santa Catarina.

Cumprimento o Deputado Ivan Ranzolin, com quem conversava sobre alguns problemas que estão afetando a nossa economia e prejudicando o crescimento e o desenvolvimento sustentável do nosso País, principalmente do nosso querido Estado Barriga Verde.

Sr. Presidente, o Senado Federal hoje, felizmente em tempo, recuperou o prestígio abalado em função do que ocorreu na CPI dos Bingos. Há momentos em que o Congresso avança e consegue tomar algumas posições que resgatam a credibilidade pública, a exemplo quando ocorreu a redução da remuneração dos Parlamentares e do período de recesso.

Em função disso, a sociedade brasileira, por meio de uma pesquisa, ampliou o reconhecimento pelo bom trabalho que desenvolve o Congresso Nacional. Mas depois ocorreram, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, atitudes que trazem uma certa discussão na sociedade, que cobram mais empenho, mais determinação, transparência com a coisa pública por parte dos Senadores e dos Deputados.

Sobre o que ocorreu hoje na CPI dos Bingos. Tenho uma admiração enorme pelo Senador Tião Viana, sou um admirador seu e gosto mesmo dele. Eu não o conhecia antes, mas nesses três anos de trabalho no Senado, passei a admirá-lo. Com certeza S. Ex^a não fez esse requerimento pensando na gravidade do que poderia ocorrer. Mas a paralisação do depoimento do caseiro da mansão que recebia um grupo de paulistas ligados ao Palocci, lá de Ribeirão Preto, a mordaça colocada no caseiro, não pegou bem para a classe política. Só que a sociedade brasileira está vendo que não são todos. Aliás, a atitude tomada foi para impedir uma investigação, não para diminuir o prestígio alcançado pelo Congresso Nacional este ano.

(O Sr. Presidente faz soar campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, fiz apenas um comentário. Tenho dez minutos para falar.

Sr. Presidente, amanhã o Lula estará em Santa Catarina e, olha, já cancelou uma cidade que iria visitar. Ele marcou Imbituba, que tem um porto e é governada pelo Beto, Prefeito do PSDB; Laguna, que tem um porto e é governada pelo PT; Itajaí, que tem um porto e é governada pelo PT. O Lula cancelou uma visita. Sabe qual? A da cidade que tem o Prefeito do PSDB, em função das manifestações que vão ocorrer. Mas pode ser do PT, do PSDB, do PFL, a população não quer saber o partido, vai protestar devido ao péssimo governo que vem sendo desenvolvido pelo Lula.

Temos avisado ao Presidente que a população brasileira não está contente, não está aprovando este Governo. Não sei onde são feitas essas pesquisas que aparecem! Se fizer aqui dentro do Senado Federal, será comprovado que ele não tem mais a maioria. Antes, quando o Lula entrava no Congresso, todos iam correndo abraçá-lo, como a esperança do Brasil. Se passar hoje aqui, corre o risco de não ser percebido, tamanha é a frustração do povo brasileiro! Não vejo mais apoio ao Lula. Falo com taxista, não tem; falo com pedreiro, não tem; falo com agricultor, não tem; falo

com professor, não tem. Estão todos decepcionados, Senador Mão Santa.

E será amanhã a visita de Lula a Santa Catarina. Diz aqui:

Protestos na visita de Lula.

A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à região do Vale do Itajaí, nesta sexta-feira (17), será marcada por protesto de diversas categorias e setores empresariais.

O Senador Leonel Pavan (PSDB) recebeu comunicado de lideranças do setor madeireiro de que haverá mobilização de protesto na BR – 470, em Pouso Redondo [no Alto Vale do Itajaí], contra a política cambial que afeta as exportações do setor [realmente chegaram ao meu gabinete vários comunicados].

Em Balneário Camboriú [minha cidade], os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) pretendem fechar a ponte sobre o rio Camboriú, na BR – 101, das 9 às 10 horas [para chamar a atenção do Presidente, porque eles já mandaram todo o tipo de comunicado e não receberam uma resposta sequer], pedindo a urgente construção de passarela ou rotatória nas proximidades [...].

Espero que, na hora em que estiver sobrevoando a BR – 101, o Presidente veja a manifestação dessas pessoas que pedem apenas a construção de uma rotatória ou de uma passarela, porque todos os dias morrem pessoas naquela rodovia federal.

Ainda na cidade, há insatisfação [também por parte de funcionários e da população] com a possibilidade de fechamento da agência do INSS [na verdade, de inúmeras agências do INSS em Santa Catarina] e do Ministério do Trabalho e sua transferência para Itajaí. Na cidade portuária, a insatisfação é do setor pesqueiro. Desde que assumiu e criou a Secretaria da Pesca, o Presidente prometeu linha especial de crédito para as indústrias renovarem a frota, mas até agora os recursos ainda não foram disponibilizados.

Senador Mão Santa, na BR – 280, o setor moveleiro está protestando, porque não há mais condições de exportarem seus produtos. É o setor moveleiro fazendo protesto; é o setor madeireiro fazendo protesto; é o setor pesqueiro se manifestando, empresários, funcionários e pescadores artesanais; é o setor calçadista também se manifestando. A grande empresa Azaléia está abrindo uma indústria na China, porque não tem mais condições de trabalhar no Brasil. O setor cerâmico está falindo, não tem mais condições de exportar. A agricultura e a pecuária estão morrendo. Isso acontece no Estado de Santa Catarina e no Brasil inteiro.

Pasmem, antes – e falam tanto do passado! –, para se comprar uma máquina colheitadeira de arroz, eram necessárias 11 mil sacas de soja, mas, hoje, conforme me informou, há pouco, o Deputado Ivan Ranzolin, são necessárias 23 mil sacas de soja. E o Governo se orgulha do trabalho que está fazendo. Não é possível que tenhamos de continuar dessa forma. Não é possível que o Governo continue mentindo, levando pelo Brasil aquele discurso fácil, enganando os mais humildes, os menos informados, aqueles que, quando recebem uma pessoa importante, acabam participando do evento, acabam aplaudindo. Mas há uma frustração muito grande entre os desempregados, entre os professores, entre os profissionais liberais, entre os empresários.

(*Interrupção do som.*)

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já vou encerrar, Sr. Presidente. Há uma frustração muito grande dentro do setor produtivo do nosso Brasil.

Há pouco, recebemos, no Senado Federal, Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo e futuro Presidente do Brasil, que disse: “O Governo se vangloria do que ocorre no País hoje. Se diminuirmos os juros, hoje, pela metade, o Brasil empata com o penúltimo” – o Brasil, hoje, é quase o último. Não há como governar o País sem combater os juros; não há como combater os juros sem diminuir os gastos públicos, não em obras, mas com cargos, com viagens e com diárias sem controle nenhum.

(*Interrupção do som.*)

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo-lhe um minuto para encerrar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já encerro, Sr. Presidente.

Senador Mão Santa, o Brasil precisa voltar a crescer definitivamente, não na falácia, não com discursos demagógicos, mas é preciso que volte a crescer em tudo.

Neste ano, a ética prevalecerá nas eleições, disse-me o Governador Alckmin. Não que a ética vá eleger alguém, mas vai impedir alguém que não seja ético seja eleito. A ética será, nessas eleições, o tema mais importante, prioritário, na discussão. E este Governo, quando for falar em ética, ficará como um avestruz: vai colocar a cabeça no buraco, com vergonha de falar em ética.

Muito obrigado, Senador Mão Santa. Viva o Piauí!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno)

Wagner Lucio de Souza

Assunto: ENC: SETOR PESQUEIRO E A VISITA DE LULA - ITAJAI

Saudações :

Segue material de hoje - Dc economia - caso o senador queira registrar ou para tomar conhecimento. É sobre o setor pesqueiro e a visita de Lula a Itajaí.
Recursos prometidos para o setor ainda não chegaram.

*Outra nota , abaixo, dá a dimensão do aumento do consumo entre os mais pobres . O PT se gaba mas esta acontecendo às custas do endividamento dos mais pobres .

Abraços .

Mello

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Estela Benetti – Informe Econômico – Diário Catarinense

14/03/2006

Pesqueiras ainda esperam recursos

O presidente Lula não deverá esperar muitos aplausos do setor pesqueiro na visita que fará ao Porto de Itajaí, nesta sexta-feira.

Desde que assumiu e criou a Secretaria da Pesca, prometeu linha especial de crédito para as indústrias renovarem a frota, mas até agora os recursos mais acessíveis não foram disponibilizados.

O presidente do Sindicato das Indústrias de

Pesca de Itajaí, Antônio Carlos Momm, diz que o setor conseguiu melhorar a produtividade, no ano passado, com recursos próprios. Segundo ele, a ocorrência da gripe aviária no exterior não provocou crescimento da demanda por pescados da região. O que está ocorrendo é uma oferta maior de frango no mercado interno, que disputa mercado com o peixe. Mas o empresário alerta que, se houver um superaquecimento da procura por pescados, caso, infelizmente, ocorra a gripe aviária no país, o setor não terá capacidade instalada para atender demanda maior.

A indústria da região, que responde por 40% da produção pesqueira nacional, projeta vender 40 mil toneladas na Semana Santa, 5% mais do que no mesmo período do ano passado. Os preços ao consumidor deverão ter aumento com base na inflação. A sardinha, espécie mais consumida, hoje custa de R\$ 3 a R\$ 3,50 no Mercado Público de Florianópolis.

Gasto além da renda

Quanto maior o consumo melhor para as lojas? Não é isso o que pensa a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de SC (FCDL), diante da pesquisa da LatinPanel segundo a qual o consumidor das classes mais pobres gastou, ano passado, 5% mais do que a expansão da sua renda.

O presidente da FCDL, Roque Pellizzaro Junior, diz que esse número gera preocupação porque deverá aumentar a inadimplência este ano.

É histórico, no Brasil, que a maioria dos inadimplentes esteja nessa condição por não conhecer a sua capacidade de se endividar.

Por isso, a FCDL e o Sebrae estão treinando crediaristas para que possam avaliar melhor as condições dos consumidores na hora de autorizar crédito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Leonel Pavan, V. Ex^a quase ultrapassa o tempo do Senador Heráclito Fortes. E o Piauí não me perdoaria.

Convidamos para usar a palavra o grandioso Senador Wellington Salgado, do PMDB, que tão bem representa o Estado de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. e Srs. Senadores, quando fui eleito Senador por Minas Gerais, minha prioridade passou a ser a defesa do meu Estado. Essa é a função de um Senador. O Senador é eleito para defender o Estado ao qual pertence. São três Senadores por Estado. E os Deputados Federais, na Câmara, representam o povo.

Eu, que não passei por toda a trajetória política de Vereador, de Deputado, de Prefeito, de Governador, cheguei a esta Casa, onde se encontram homens que fazem a história política deste País.

Todas as vezes que venho à tribuna, sinto um frio na barriga, o que é sinal de que ainda tenho uma paixão imensa e um respeito muito grande pelo Senado. Quem não teve uma paixão por alguém e sentiu aquele frio na barriga ao vê-lo? Então, sinto isso aqui hoje, Senador Mão Santa. E vejam bem o momento que estamos vivendo.

Ontem, tive a oportunidade de participar da reunião da CPMI dos Correios, quando prestou depoimento o Sr. Duda Mendonça. Estava ali um cidadão, um grande publicitário, um homem de sucesso, um homem realizado na profissão. E qual foi seu único pecado, tirando a questão tributária pela qual será responsabilizado pela Receita Federal ou pela Justiça? Ele cumpriu sua função de fazer uma campanha, de fazer seu trabalho, e conseguiu fazê-lo bem feito. Se eleger ou não eleger um Presidente, não importa; ele foi contratado para fazer um trabalho, que fez, como fez muitas outras campanhas.

Seu advogado, que estava a seu lado, orientava-o a não falar, e criou-se um clima constrangedor, terrível, como se fosse um desrespeito àquela Comissão Parlamentar, como se a liminar dada, o **habeas corpus** concedido, fosse um desrespeito também àquela Comissão. Naquele momento, procurei quebrar um pouco o gelo, porque o Duda não falava nada. Conversei com ele, falamos sobre outros assuntos.

Quando cheguei a casa, Senador Heráclito Fortes, não conseguia dormir direito. Aquela cena voltava à minha cabeça a todo momento. Talvez, por eu não ter toda essa experiência política, talvez por não saber ler bem o que estava acontecendo, eu me perguntava: por que eu não disse, naquele momento, ao Duda – e

assim o chamo, porque todos o chamam assim – que ele tinha feito simplesmente o seu trabalho? Por que eu não disse que, independentemente se ele trabalhou para o Presidente Lula ou para outros, ele fez apenas o seu trabalho e foi remunerado por isso? Se não recolheu tributo, vai ter de recolhê-lo, vai ser julgado, vai ser responsabilizado.

Acordei hoje, e isso não saia da minha cabeça. Tomei um café, rodei na cama. Eu não me sentia bem. Faltou alguma coisa, talvez alguma coisa que procuro toda vez que venho ao Senado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Realmente, quando falamos, o tempo passa rápido, Senador Heráclito Fortes.

Talvez, o que eu procure nos discursos dos Senadores Heráclito Fortes, Mão Santa, ACM, Tasso Jereissati, Paulo Paim, não consegui encontrar ainda.

Hoje, fui à reunião da CPI dos Bingos, por indicação do meu Partido. Sentei-me e comecei a observar tudo o que estava acontecendo, já com meu coração dolorido com o que havia acontecido ontem. Na CPI, já me senti mal ao ver um cidadão simples – como se referiu aqui o Senador José Agripino –, de camisa e de calça, sentar-se lá. Não sei, sinceramente, Senador Heráclito, se combinou alguma coisa, se não combinou; se falaram, se não falaram. Vi um cidadão como nós. Eu também vim de baixo, talvez não tenha sido tão simples como aquele cidadão piauiense. Mas não me senti bem vendo aquele cidadão participando de um jogo, numa estrutura pesada como aquela da CPI. Eu disse até que eu estava sentindo como se estivéssemos no Olimpo, e os deuses, brincando. Foi como eu estava me sentindo. Fiquei olhando e eu estava me sentindo exatamente daquela forma.

Muito bem! Ao mesmo tempo, quando já se liam nos jornais notícias de que ia ser discutido isso, aquilo, tudo o que acontecia na casa, comecei a prestar atenção no depoimento daquele cidadão piauiense, simples. Mas não senti segurança, Senador Heráclito – eu tinha certeza de que V. Ex^a ia pedir um aparte, ia querer falar –, sinceramente, quando lhe perguntaram: “O senhor viu o Ministro Palocci? Ele entrava num carro com *insufilm*, chegava...”. E eu, prestando atenção – estou falando do fundo do coração –, pensei: ele vai dar certeza de que viu e vai dizer: “Olha, eu vi”. Mas ele não disse: “Eu vi”. Ele disse: “Falei com ele pelo interfone. Ele entrava, chegava depois, falava...”. Pensei: mas, por que ele não diz: “Eu vi, estive com ele, falei, ele me deu dinheiro: ‘vá comprar cigarro; vá ali fazer isso, um churrasco...’”. Eu não vi, sinceramente.

Não estou aqui para defender o PT. Sou do PMDB.

Eu sabia que V. Ex^a já ia me pedir um aparte, vou conceder-lhe. Mas quero dizer o seguinte: não quero ter outra noite ruim. Senador Heráclito, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr. Presidente, quero ver as coisas, quero entender, quero saber o que está acontecendo, quero a prova, quero que alguém me diga: "Eu vi, estava ali". Eu queria que um daqueles quatro que estavam ali, o Buratti – nem sei o nome deles –, dissesse: "Não, estava lá; o Ministro Palocci estava".

Ao mesmo tempo, o que acontece? Já pregam uma verdade – com todo o respeito aos Senadores desta Casa que fizeram história, aos quais observo muito –, cutucam o Ministro como se fosse manga no pé: "Cai!", "Não cai!", "Derruba o próximo!".

Creio que vivemos um momento difícil este ano, Senador Heráclito. Temos de ter cuidado com tudo o que falamos.

Já vi o Ministro Palocci várias vezes. Não tive nenhum contato pessoal com ele, nunca tive; nunca me sentei com ele para pedir algo no Ministério, para levar uma reivindicação, nada. Tenho o meu Líder e, em qualquer necessidade, converso com ele, o Senador Ney Suassuna. É ele quem me orienta.

Sinto que precisamos analisar os fatos de forma correta, precisamos ter tudo amarrado.

Quando assumi o Senado, recebi o conselho de nunca falar de improviso, de trazer sempre um discurso escrito. Essa foi a primeira lei que me deram no Senado. Morro de inveja do Senador Heráclito, do Senador Pedro Simon e da Senadora Heloísa Helena, que falam com o coração. A Senadora chega ali, pega um papelzinho e fala meia hora, quarenta minutos.

Senador Heráclito, quero mais provas, é uma posição minha. Não quero dormir mal. Também não quero dormir mal por dizer que não acredito naquele cidadão que estava lá. Ele era simples demais para poder ter alguma coisa.

Senador Heráclito, com certeza, aquele cidadão simples vai precisar de alguém para protegê-lo. Não estou falando de crime, de matar, nada disso, mas de proteção na Justiça. Com certeza, vão processá-lo. Quem o levou tem de organizar uma defesa para o cidadão. Creio que disso ele vai ter de se proteger daqui para frente, porque agora começou uma nova história. Talvez, daqui a quinze anos, vamos procurá-lo e querer saber onde ele está e o que aconteceu com ele.

Senador Heráclito e Senador Mão Santa – Senador Mão Santa, não; futuro Ministro do Turismo, se o PSDB ganhar a eleição, Senador Pavan!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Leonel Pavan é democrata e compreensivo. Ele não só

vai permitir o aparte como, tenho certeza, vai concordar com ele. Senador Wellington, V. Ex^a chegou a esta Casa com esse seu jeito simples, bonachão e agradou a todos. O pronunciamento de V. Ex^a é humilde. V. Ex^a diz que está aqui por acaso, e isso lembra um pouco o poeta Carlos Pena Filho, que disse que, de repente, "quando nada mais restasse na vida, que se entrasse no acaso e se amasse o transitório". Estou citando um poeta pernambucano, porque sei das suas relações afetivas com Pernambuco. Mas, acima de tudo, V. Ex^a é um homem iluminado por não ter tido a oportunidade de abordar, nem de dar conselho...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Duda Mendonça veio ontem à CPI não pelos seus acertos, mas pelos seus erros. O Duda Mendonça que foi ontem inquirido foi o mesmo combatido pelo PT quando elegeu o Maluf; o mesmo que foi execrado pelo PT quando elegeu o Pitta, com aquele trenzinho que nunca saiu do papel; e que foi perdoado e consagrado pelo PT. Duda Mendonça, com sua competência, elegeu Lula. Mostrou talvez, quero crer – esta é a minha impressão, Senadora Heloísa Helena –, ao então candidato a Presidente da República, um trabalhador oriundo de Garanhuns, a oportunidade de, pela primeira vez na vida, tomar um vinho de US\$5 mil, enquanto a população que o aplaudia passava fome. Mas V. Ex^a carrega sobre os ombros dois pesos bem maiores do que o meu. V. Ex^a é Senador por Minas Gerais e, se fechar os olhos, vai ver quantos homens públicos estão ocupando a tribuna que, no momento, é de V. Ex^a. Um Senador por Minas Gerais, no meu ponto de vista, meu caro Presidente, tinha de ter um lugar de destaque, pelo que Minas Gerais representa na História do Brasil. Segundo ponto: V. Ex^a é um educador, tem milhares e milhares de alunos pelo Brasil afora. V. Ex^a jamais poderia aconselhar Duda Mendonça a falar só dos acertos e se calar em relação aos erros, porque V. Ex^a estaria sendo conivente com a remessa de dinheiro ilegal para fora do País. E foi exatamente para isso que ele veio a esta Casa: para esclarecer o envio de dinheiro para fora. Sabe V. Ex^a quando isso começou? Na finada CPI do Banestado, quando o PT, ainda virgem e dono de todas as virtudes do mundo, começou a questionar as remessas de dinheiro ilegal de brasileiros para fora do País. Fez vítima o Maluf, mas fez vítima também um diretor do Banco do Brasil, do Banco Central, e fez vítima também o Sr. Duda Mendonça. Aquela pureza do PT, que combatia e esconjurava os que remetiam dinheiro para o exterior, era só falácia. E aí, esse Partido, Senador, foi buscar na sua terra, nas Minas Gerais, o Sr. Marcos Valério,

que já era especialista em ajudar partidos por meio de movimentações financeiras. Não tirou dos seus quadros um militante de confiança que tenha vivido toda a história do PT. Ele fez como faz o Real Madrid, que, como não tem jogador que presta, contrata os nossos Ronaldinhos, os nossos Robinhos, enfim, os nossos jogadores. O PT não quis perder tempo. E aí foi o mal. Hoje, quer execrar o Sr. Marcos Valério, mas o Sr. Marcos Valério, conterrâneo de V. Ex^a, é uma vítima desse processo, é um laranja. Hoje, V. Ex^a, novamente, foi feliz quando não teve a oportunidade de fazer os questionamentos que, por acaso, passaram por sua cabeça, porque, para que a CPI tivesse tido um final, bastava que o Governo sustentasse a tese, se verdadeira – e acredito que sim – de que o Ministro nunca pôs os pés naquela casa. Mas não, quis desqualificar o depoente e distorcer os fatos, chegando ao cúmulo de recorrer ao vergonhoso expediente de ir ao Supremo Tribunal Federal, emasculando um dos Poderes da República, ao qual pertencemos, que é exatamente o Congresso. V. Ex^a fez jus ao que diz Eclesiástico: “O homem é dono da palavra guardada e é escravo da palavra anunciada.”. Tenho certeza de que, com seu pronunciamento, seu reconhecimento e sua sinceridade, V. Ex^a vai sair mais respeitado e mais engrandecido nas Minas Gerais. V. Ex^a tem direito a tudo isso porque é um homem cheio de virtudes. Convivemos aqui. Não acredito que bom filho como V. Ex^a é seja má pessoa. Por isso, é protegido pela sorte e não cometeu dois deslizes, que seriam graves para um Senador de Minas e para um professor de tantos alunos no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Wellington, tenho o maior prazer de lhe conceder mais dois minutos, porque é importante o seu pronunciamento, mas V. Ex^a ultrapassou inclusive o pronunciamento que o Senador Heráclito fez antes.

O seu pronunciamento é brilhante e V. Ex^a deve dar a explicação para o Senador Heráclito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Heráclito, sabe que tenho uma grande admiração por V. Ex^a, não só pelo domínio da tribuna, mas pelo conhecimento amplo que tem. Tive a oportunidade de vê-lo várias vezes demonstrando seu saber, assim como o Senador Mão Santa e vários Senadores.

Quero dizer, Senador Heráclito, que, ao chegar ao Senado, não estou procurando decisão do Supremo, não estou procurando decisão de Partido. Estou procurando dormir sossegado. Estou procurando deitar e não ficar a noite inteira rolando na cama ou procurando algum filme na televisão. Acho que esse é o grande segredo da vida: não condenar antes, mesmo

que, muitas vezes, as provas estejam bem evidentes. Em política sempre há uma saída, que, de repente, eu não sei, pode ser o contrário da verdade.

Senador Pavan, Presidente desta Casa neste momento, futuro Ministro do Turismo se vencer o PSDB nas próximas eleições, o que acho que não acontecerá, do fundo do coração, vejo o Presidente Lula mais maduro, como um presidente – eu sinto isso, não estou analisando politicamente – que antes estava preocupado com o grupo que estava à sua volta, com poder, e que, hoje, quer autoridade e um momento na História. Por isso eu acho que o Presidente Lula poderá ser muito melhor no próximo mandato do que neste, como também acredito, Senador Pavan – para encerrar de vez, pois faltam 13 segundos –, que, um dia, o nosso Governador Aécio também será um grande Presidente.

Muito obrigado, Senador Pavan, pela paciência e por ter batido esse recorde aqui.

Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado de Oliveira, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, esperando a compreensão dos companheiros e o respeito que V. Ex^a tem pelo Regimento, invoco a palavra baseado no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, conforme o art. 14 do Regimento, por ter sido citado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Wellington Salgado, confesso-lhe que a minha admiração por V. Ex^a é crescente. A sinceridade das suas palavras me faz não permitir que alguma dúvida fique entre o que eu e V. Ex^a dissemos.

A diferença que nos separa é que o meu caminho para chegar ao Senado durou 25 anos. Lutei, fiz estágios, aprendi, enlameei os meus sapatos em busca dos caminhos da minha terra. Vi pobreza, vi glória, vi alegria.

V. Ex^a honra Minas em uma circunstância especial, quando sucede o titular que cumpre brilhante missão no Governo que V. Ex^a defende. Isso não lhe tira algum mérito. Pelo contrário, engrandece-o, mas V. Ex^a não pode desrespeitar Minas dizendo que o Presidente Lula amadureceu nesses quatro anos.

Sr. Senador, não podemos tampar o sol com a peneira. Estamos vivendo há dois anos, nesta Casa, em uma crise que teve um começo e não tem fim; numa crise que vai de dólar na cueca a envolvimento de familiares com empresas que concorrem por verbas

publicitárias com a Globo e com empresas de televisão. Não podemos dizer que isso é amadurecimento.

Não podemos dizer que é amadurecimento o Presidente da República posar, como o **Jornal do Brasil** mostra na primeira página, ostentando uma camisa nº 13, desrespeitando a Constituição em prática indevida de propaganda eleitoral fora do tempo. Não podemos dizer que é amadurecimento percorrer o Brasil anunciando obras novas, as quais já foram inauguradas há dois, quatro, cinco e até 30 anos. V. Ex^a sabe que o Aeroporto de Guararapes, que hoje tem o nome de Gilberto Freire, só por ele foi inaugurada duas vezes. Na minha terra, Piauí, na cidade de Parnaíba, um aeroporto inaugurado pelo Presidente Médici, por intermédio do Ministro Reis Velloso, foi reinaugurado. E ele inovou: inaugurou o mar de Luiz Corrêa, de braços abertos, como se tudo corresse às mil maravilhas. Não podemos dizer que o Presidente amadureceu quando se encanta com o fausto e com a riqueza recebidos na Inglaterra, com a pompa e a circunstância da hospitalidade da Rainha, quando os seus súditos brasileiros passam fome e os seus programas sociais demagógicos não cumprem a sua realidade.

V. Ex^a tem terras no Piauí. Vá a Guaribas, vá a Floriano saber se o que prega a propaganda instalada pelo Governo, caríssima, é verdade.

Por que Duda Mendonça é herói e é defendido, Presidente? Porque ele consegue fazer da mentira um agente de crescimento da popularidade do Presidente Lula.

Estamos vivendo num País – e aí eu temo – em que, de repente, há momentos de anestesia e outros de amnésia. Nós nos escandalizamos, há 15 anos, com o Fiat Elba do Presidente Collor e não nos estarrecemos com os milhões que familiares do Presidente recebem. Nós nos revoltamos com denúncias infundadas feitas pelo PT contra o Ministro da Saúde e calamos e concordamos com o “Panamá” de corrupção denunciada – está aí a CPI – pelos fundos de pensão no Brasil.

Isso não é amadurecimento. No máximo, é a conivência. Quando falo na anestesia e na amnésia é porque vejo o País assistir o Presidente Lula passear em um jato de 70 milhões, que foi pago antecipadamente, numa modalidade de compra que não existe no mundo para avião, V. Ex^a sabe melhor do que eu disso, e mais: o avião não ser adequado para atender as condições brasileiras.

Meu caro amigo, o poeta e compositor Billy Blanco diz que “o que dá para rir, dá para chorar”. E nessa campanha eleitoral nós não vamos ter memória seletiva. O PT de ontem que pregava liberdades é o PT de hoje que entra na Justiça para impedir que os Partidos, no horário político, denunciem as suas ma-

zelas, os seus erros e, acima de tudo, a corrupção que aqui campeia.

Tenho a certeza de que V. Ex^a, hoje, dormirá com a consciência tranqüila. Mas será que o Presidente da República fará o mesmo, sabendo que, a todo custo, o seu Partido, com a sua conivência, tenta botar uma pedra em cima da morte de um Prefeito, como o de Santo André, que, se vivo fosse, seria o coordenador da campanha de Sua Excelência, seria o responsável por sua equipe econômica e que, talvez, o tivesse livre do episódio Palocci hoje? Isso é amadurecimento? Em que o Presidente amadureceu?

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não tínhamos o direito de exigir um Presidente maduro, que conhecesse a fundo os problemas brasileiros. O Presidente Lula tinha de se cercar de uma equipe de homens sérios, de homens honrados e de homens preparados e competentes e não com essa camarilha que lhe faz conviver há mais de dois anos no submundo das coisas mal-explicadas. Não é esse o amadurecimento de um Presidente da República. Tenho a certeza de que se Sua Excelência tivesse cumprido o compromisso firmado com o Senador Paulo Paim, o sagrado compromisso do salário mínimo, de dobrá-lo, – e V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que tantas vezes vimos, em lágrimas, aqui neste Plenário –, V. Ex^a pedia apenas que honrasse o que o Partido pregou ao povo brasileiro.

Meu caro Senador Wellington Salgado, o Partido dos Trabalhadores não cumpriu o que prometeu, que era virar as costas para a Alca, romper com o FMI. De inimigo mortal do Fundo Monetário Internacional, tornou-se parceiro e irmão siamês, antecipando inclusive liquidações de débitos para quê? Para aplausos internacionais passageiros em troca da miséria e da fome do povo brasileiro. O amadurecimento do Presidente Lula seria demonstrado no cumprimento de suas promessas com o Fome Zero.

Senador Paulo Paim, a história do PT tem duas faces. É preciso que esse demarcador fique na nossa mente. A silenciosa saída de Frei Betto; a do Assessor de Imprensa Ricardo Kotscho...Estes homens dignos saíram no silêncio do protesto, porque não quiseram denunciar à Nação o que ocorria no Palácio do seu melhor amigo. Saíram! Naquele momento, Senador Paulo Paim, Lula daria uma prova de amadurecimento se perguntasse, de maneira sincera, por que eles estavam desconfortáveis no Palácio. E por que aquela convivência já não era mais tão agradável? Pediram o boné; foram embora. Aí, entraram em campo os Waldomiros, os Silvinhos Pereiras, os Serenos, os Okamoto e outros mais.

Portanto, meu caro Senador Wellington Salgado, espero que a transitoriedade de V. Ex^a nesta Casa tenha-lhe dado gosto à vida pública, e que V. Ex^a, que já cumpriu, de maneira honrada, sua tarefa de empresário, honre Minas, vindo para cá, amadurecido, sem emitir conceitos precipitados contra um Presidente que deve muito a Nação, que nele tanto confiou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Mão Santa, já que S. Ex^a vai viajar.

V. Ex^a dispõe de até dois minutos, com mais dois de prorrogação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço-lhe Senador Mão Santa por haver permitido a permuta.

Sr. Presidente, quero fazer três registros. Em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Júlio Linhares, Assessor da Comissão de Educação, para dizer-lhe que foi muito importante o trabalho de S.S^a, juntamente com o Presidente daquela Comissão, para que, segunda-feira, tenhamos na minha cidade, Canoas, no Rio Grande do Sul, uma audiência pública para discutir o Fundep. Se aprovado, teremos cerca de R\$1 bilhão para ser investido no ensino profissionalizante, o que é muito importante, não só para mim, mas para toda a nossa juventude, para que, efetivamente, os nossos jovens possam, já no ensino básico, ter acesso a uma profissão, para estar, depois, no mercado de trabalho.

Meus cumprimentos ao Deputado Federal Ivan Ranzolin, que não é do meu Partido, S. Ex^a é do PFL de Santa Catarina. O Deputado Ivan Ranzolin, Senador Leonel Pavan, que é do mesmo Estado que V. Ex^a, é autor, na Câmara dos Deputados, do projeto que visa revogar o Fator Previdenciário, como o Senado já o fez. Esse projeto trará um benefício para 180 milhões de brasileiros, porque, quem não é aposentado sonha um dia se aposentar e não terá o famigerado Fator Previdenciário para reduzir a sua aposentadoria, 35% para a mulher 30% para o homem. Meus cumprimentos ao Deputado Federal Ivan Ranzolin e também à Deputada Ângela Guadagnin, relatora do projeto, que, aliás, já deu parecer favorável pela revogação do Fator Previdenciário.

Quero cumprimentar os especialistas em Previdência no Brasil que têm compromisso com os trabalhadores, aposentados e pensionistas, como, por exemplo, o advogado Daison Portanova, que tem artigos nos principais jornais apoiando essa posição do Senado que, por unanimidade, de forma terminativa, já pediu que o Fator seja revogado. São milhares de

correspondências recebidas, pedindo que a Câmara acompanhe o Senado. Tenho certeza, Deputado Ivan Ranzolin, que é irmão de um grande jornalista e radialista gaúcho, por quem tenho o maior carinho e respeito, V. Ex^a sabe disso, pelas suas posições de independência e de uma imprensa livre como todos sonhamos, é a forma como atua, lá, o nosso Ranzolin.

Sr. Presidente, amanhã de manhã estarei no Rio Grande para acompanhar a Ministra Dilma, o Ministro Rossetto e o Ministro Alfredo Nascimento. S. Ex^as vão anunciar uma série de investimentos no Vale dos Sinos – São Leopoldo, Canoas, Osório –, que são de grande interesse do povo gaúcho, principalmente para o Vale dos Sinos, região onde fiz a minha caminhada política e sindical para hoje estar aqui no Parlamento.

Sr. Presidente, entendo que seria muito importante, mas muito importante mesmo, independentemente do mérito, que o Congresso não deixasse de votar matéria relativa ao salário mínimo. Foi um pedido da Comissão Mista, composta por 11 Deputados e 11 Senadores, para que não viesse por medida provisória, e não veio. Contudo, terça-feira, quando haverá reunião da Comissão, já será dia 21, e o novo salário mínimo entra em vigor dia 1º de abril. Temos de nos posicionar e votar, senão o Governo vai baixar uma medida provisória e dizer que o Congresso não fez a sua parte, obrigando-o a isso.

Meu apelo aos Presidentes da Câmara e do Senado, independentemente da vontade de cada um quanto ao valor do mínimo, é que temos de votar a matéria na semana que vem. Cada um expresse aqui a sua posição e vote, porque, senão, o Governo terá de editar uma medida provisória, e não é bom. Todos reclamamos tanto da medida provisória. Eu, inclusive, tenho uma emenda constitucional para acabar com o instituto da medida provisória. O Governo que encaminhe por projeto de lei com o valor de R\$350,00 e, independentemente do mérito, vamos votar, e temos de votar na semana que vem.

Encerro, agradecendo a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, e, principalmente, ao Senador Mão Santa, que permitiu que eu falasse antes dele. Acho que fiquei nos cinco minutos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a é rigorosamente disciplinado. Pediu dois minutos – dei cinco –, e os cumpriu. Boa viagem. Leve um abraço aos gaúchos. Um abraço também ao Deputado Ivan Ranzolin.

Para encerrar a sessão de hoje, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sena-

dor Leonel Pavan, que preside esta sessão de 16 de março, Srs. Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado. Senador Wellington Salgado de Oliveira, a admiração é grande, maior do que o seu tamanho, maior do que Minas, que tem 800 cidades. V. Ex^a e Heráclito Fortes aqui nos antecederam, cada um com uma biografia e um destino grandioso. V. Ex^a, de chofre, disse que está no Senado, e Heráclito mostrou longo e sinuoso caminho para chegar aqui. Mas, Wellington Salgado, a história é bonita para os dois. Fernando Henrique Cardoso foi assim também: de repente, era Senador da República. Era um educador, como V. Ex^a o é no Brasil.

Mas, Senador Heráclito Fortes, que traduz a história de luta de nosso Piauí, quero dizer, Professor Wellington Salgado, Senador, que sou professor de Biologia. V. Ex^a disse que o Lula está maduro. Franklin Delano Roosevelt disse que com cada um que ele via ele aprendia naquele particular: "cada pessoa que vejo é superior a mim em determinado assunto e procuro aprender nisso". Muito tenho aprendido com Heráclito a cada dia e tenho aprendido com Wellington Salgado, mas sou professor de Biologia, e desse assunto de maduro entendo mais. Não, Lula passou – existe isso –, de verde, imaturo, inexperiente para outro estado. Sei que o normal seria a maturidade, e depois a fruta apodrece. Mas o Lula não amadureceu; ele passou esse estado, e a biologia indica.

O Heráclito é muito privilegiado, pois conviveu muito com Ulysses, com Tancredo, Renato Archer e com o Luís Eduardo. O Heráclito sabe tudo sobre Ulysses, com quem teve uma convivência mais intensa. Ulysses disse: "O cupim da democracia é a corrupção". E deu cupim no Lula, no Lula verde, despreparado. Ele não passou pela maturidade; ele entrou na podridão.

Shakespeare, Professor Salgado, em Hamlet escreveu: "Há algo de podre no reino da Dinamarca". Senador Heráclito, ele disse que seria melhor ser um mendigo em Nápoles. Eu não conheço Nápoles. Quando V. Ex^a for, me leve que eu quero conhecer. Vamos tomar aquele vinho, como em Genebra. Mas Shakespeare disse: "É melhor ser um mendigo em Nápoles do que ser rei no reino da Dinamarca" – pela podridão.

Ele disse: "Há algo de podre no reino da Dinamarca". E eu, lá do Piauí, digo: Há tudo de podre na república do PT. Não é algo não, é tudo. Lá, no Executivo, Lula é rodeado por podridão de todos os lados.

Aqui entrou mensalão, corrupção. É o cupim da democracia. E o Judiciário? Está tudo podre. Somos instrumentos da democracia.

O povo está puro, trabalha, é honrado, é honesto. Nunca foi tão explorado. Vamos acabar com esse

negócio de poder, porque nós não temos poder, não. Nós estamos podres. O Executivo, aqui e o Judiciário. Nós vemos e sabemos. Somos instrumentos da democracia. Poder? Poder é o povo que trabalha, que paga a conta.

Eu, quando governei meu Estado, Senador Wellington Salgado... Tem muita história o Piauí. É de suas Minas Gerais Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que foi contra a derrama. Ele quis libertar este País.

Senador Leonel Pavan, ele quis libertar o Brasil. Por quê? Porque os portugueses cobravam um quinto do ouro. Agora, o Lulinha, travesso, traquino, a podridão do Executivo, cobra a metade. É uma banda da riqueza. É!

Oh, Senador Salgado, professor, de cada ano, cinco meses, 40% são impostos. Quarenta por cento. São 76 impostos!

Oh, Minas Gerais, vamos buscar um novo Tiradentes. Que seja V. Ex^a. E vamos afastar os Silvérios dos Reis, os Calabares que Minas, de muita história, também teve. Então, atentai bem, Professor Wellington Salgado, era um quinto.

À Belíssima, novela da Globo, vamos já assistir, mas quem não se lembra do quinto dos infernos? Um quinto era um imposto, 20%. Senador Heráclito Fortes, agora é quase meio. Quarenta por cento dos impostos arrecadados em 12 meses. São cinco meses de cada brasileiro e brasileira que trabalha. De 12 meses, cinco são para a podridão do Governo do PT! E os impostos? O PT dizia que o Lula era o pai dos banqueiros. O Lula é a mãe dos banqueiros. Nunca ganharam tanto, Senador Wellington. Foram oito anos de Fernando Henrique Cardoso e, em três anos, Lula tornou-se a mãe dos banqueiros. Que amadurecimento! É a podridão da imaturidade, da inocência ligada à ignorância. Não viu o que Rui Barbosa disse? Ele está aí para isto: ensinar. Há primazia do trabalho e do trabalhador. Ele veio antes. O trabalho e o trabalhador é que fazem as riquezas. E Cristo disse: "Não se pode servir a dois senhores". E ele o está fazendo. Não pode servir ao povo, ao trabalhador, porque ele está servindo aos banqueiros, aos ricos, às fortunas. E isso não é amadurecimento, mas podridão, até religiosa, em que se ajoelha, serve e tira do nosso para servir aos deuses banqueiros.

Ó, Heráclito, Adalgizinha é filha de bancário. Eles eram felizes. Tenho pena, agora, dos bancários. Quanto o PT explorou os bancários! São os banqueiros... Olhai a lista dos mais ricos do mundo: dos quatro maiores bancos que tiveram lucro, três são do Brasil. Lula é a mãe dos banqueiros.

Senador Leonel Pavan, o Partido de V. Ex^a, o PSDB, é um filhote do meu. Está na hora de o PT, o Senador Paim ou Senador Tião Viana, a quem o Senador Heráclito comparou com Lima... Senador Heráclito, o Tião Viana é assim como o Zico; para mim, é o cara mais educado, o melhor futebolista, simpático. Mas o Zico perdeu aquele pênalti. Hoje, o Senador Tião Viana perdeu o pênalti. S. Ex^a perdeu o pênalti com aquele mandado de segurança, calando um homem do Piauí – Piauí cristão de verdade –, calando a verdade.

Cala-se um humilde piauiense por quê, Senador Wellington? Porque ele estava a mostrar a podridão. E dizem que não tem esse negócio de vida privada e vida pública. Não sejamos hipócritas! Tem a ver, sim. A minha vida privada é pública.

Padre Antônio Vieira, que saía a pé do Ceará, percorria São Luís e passava na minha Parnaíba, dizia que palavras sem exemplo é um tiro sem bala; que o exemplo arrasta. Que exemplo, Heráclito Fortes, um Ministro que mente!!!

Não sei do pai de V. Ex^as, mas do meu, que está no céu, e a quem agradeço, Leonel Pavan, apanhei muito de cinturão. Quem apanhou mais foi o Paulo; Antonio José, menos, não sei por quê. Mas meu pai rodava o cinturão e repetia que quem mente rouba.

Um Ministro mentiroso, segundo o meu pai, que está no céu, e segundo o que acredito, o Ministro é o pai da roubalheira e da corrupção.

Por que calar um piauiense? Porque iria mostrar a podridão, a devassidão. Tem a ver, sim. Ele tem de dar o exemplo. Estamos aqui, a nossa vida é vasculhada. Temos de dar o exemplo; se não dermos, Wellington Salgado, qual será a razão desta Casa? Deus disse a Moisés, que foi ungido por Ele: “Vá libertar o meu povo”. E ele saiu como nós saímos, para lutar pelo Piauí, Heráclito. E Moisés não quis saber se tinha faraó, se faraó tinha exército, se tinha Mar Vermelho, se tinha seca, se tinha deserto, se tinha falta de água. E foram 40 anos. E, quando ele quis desistir, Deus colocou as tábuas da lei em suas mãos, enquanto o povo ia atrás do bezerro de ouro. A malandragem, a traquinagem, a safadeza, o bezerro de ouro. Esta Casa foi entregue por um piauiense. Que vergonha! Temos de dar e de ser exemplo! O exemplo arrasta.

Além da corrupção, a devassidão. Aquela Casa é o bezerro de ouro dos dias de hoje. A traquinagem, a imoralidade, a indignidade; e o piauiense foi calado por essa Justiça. Ó, jovens da Justiça! Justiça, Wellington Salgado, é uma inspiração divina. Leonel Pavan, Deus fez Camboriú uma das mais encantadoras naturezas do mundo. V. Ex^a foi prefeito daquela cidade e tornou-a uma das maiores potencialidades turísticas.

Então, justiça é uma inspiração divina. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.” As leis que Deus entregou são coisa de Deus. Essa é do homem. *Errare humanum est*. O Tião Viana errou, a Justiça errou. É humano. Temos de melhorar, mas teve essa complicação. Mas acabem com o pecado da vaidade. Poder. Poder de quê? Instrumentos da democracia. Poder é o povo que trabalha, poder é o povo que paga a conta, poder é a virtude daquele caseiro piauiense, Francenildo, que, como ele, Wellington Salgado – em verdade, em verdade, eu vos digo, a maior colônia que fez Brasília é a de mineiros, depois, somos nós, são trezentos mil, que a construíram com grandeza – há muitos outros. Hoje foi amordaçada a verdade, porque ele mostrava a podridão.

Mas sou otimista, Wellington Salgado, como Juscelino Kubitscheck. É melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. Então, queremos alternância do poder, fruto da democracia, que é construção nossa, do meu Partido, ao qual Heráclito pertenceu e a quem faço o convite – ninguém se perde no caminho de volta –, para que volte ao PMDB.

E, atentai bem, Ulysses enfrentou o canhão contra a ditadura; o PMDB tinha candidato em 1972. Leonel Pavan, não sei, talvez V. Ex^a nem tivesse nascido, é tão jovem, mas tornávamos da ditadura a prefeitura da minha cidade. Hoje, o PT impede o PMDB de ter candidatos. O PMDB reagiu e, hoje, na mais bela reunião, liderada pelo nosso Líder maior, Michel Temer, unidade de comando e de direção, todos garantimos a prévia.

Então, convidado a todos os brasileiros do PMDB, que é um patrimônio da democracia, do povo, para, no dia 19 de março, participarem da nossa prévia. Por quê, Leonel Pavan? Ó, Carreiro, símbolo da dignidade, do trabalho e da honradez, estou aqui porque o PMDB é grande. Wellington Salgado, você está aí porque o PMDB é grande. Então, quero que ele continue a existir para que outros venham representar os nossos Estados, venham participar do banquete da democracia.

Lula tenta fazer o maior estupro da democracia. Estupro é quando se leva uma mulher para a cama sem ela querer. E o Lula verde, imaturo e podre quer, pela corrupção, levar o PMDB para o banquete das eleições democráticas. E nós ressurgiremos no dia 19 de março, Dia de São José, Patrono do Trabalho. O PMDB vem com uma mensagem de Getúlio – trabalho e trabalhador – e de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek.

São essas as nossas palavras. E aplausos a esse Partido que pertence à Pátria, à democracia e ao povo.

Vamos às nossas prévias como uma contribuição à democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Foram brilhantes os pronunciamentos dos dois grandes piauienses. O Piauí é tão pequeno e oferece pessoas valorosas para o País.

Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes, parabéns pelos grandes pronunciamentos, que certamente fazem com que o Congresso fique mais forte perante a opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Romeu Tuma, Pau-
lo Paim e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apa-
nhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores,...

É importante ressaltar o papel desempenhado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) frente não apenas à conservação e à manutenção do bioma brasileiro, mas também à necessidade de conscientização da população brasileira acerca dos problemas ambientais.

Um dos aspectos mais importantes, quando se fala em equilíbrio ecológico, dentro das políticas públicas, é o aumento do grau de informação da sociedade. Nesse sentido, é de ressaltar o importante papel da Revista Ibama, publicada periodicamente por aquele órgão, cuja tiragem já chega a 10 mil exemplares.

Trata-se de um periódico destinado tanto aos especialistas da área de meio ambiente quanto ao público leigo. São artigos tratando de assuntos variados, mas sempre com uma vertente: a conscientização acerca dos problemas ambientais brasileiros e suas possíveis soluções.

Meus parabéns, portanto, a Marcus Barros, Presidente do Ibama, ao Editor da revista, Senhor Jaime Gesisky e toda a sua equipe.

A propósito deste exemplar que gentilmente me foi enviado, eu gostaria de destacar uma matéria que me chamou a atenção.

Trata-se do artigo “Bossa Verde na Sala de Aula”, assinado pelo jornalista Gilberto Costa, que fala do maior compositor brasileiro:

Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, ou, simplesmente, Tom Jobim.

Segundo relata o texto, Tom era um apaixonado pela natureza. Sua relação com ela iniciou-se na juventude, quando fazia caçadas com amigos no Rio

de Janeiro, subindo pelo morro da Rocinha, e em São José do Vale do Rio Preto.

Foi nessas primeiras incursões mata adentro – com intenções nada ecológicas, diga-se de passagem – que Tom teve seus primeiros contatos com a natureza, aprendeu a conhecê-la e a amá-la.

Conta-se que, certo dia, Tom Jobim saiu para caçar e não trouxe nada. Um amigo ironizou, e Tom explicou: “Piei o inhambu macho e a fêmea veio. Piei a inhambu fêmea, e o macho veio. Saí de mansinho, e deixei os dois namorando”.

De fato, desde o início, a música de nosso maior compositor teve traços naturalistas. Apenas para citar alguns exemplos, podemos lembrar A Montanha, o Sol e o Mar (1954), Água de Beber (1961), Velho Riacho (1962), Inútil Paisagem (1963), Sabiá (1968), Águas de Março (1972), Correnteza (1973), Boto (1975)/Caminho da Mata (1983), Passarim (1985), O Rio da Mi-
nha Aldeia (1985), Pato Preto (1989) e Forever Green (1992).

Esses são alguns exemplos de como a obra de Tom Jobim foi profundamente marcada pelo amor à natureza.

É interessante também lembrar que o compositor costumava dizer que o brasileiro deveria ser obrigado a tirar algo semelhante ao porte de armas para carregar uma caixa de fósforos, tamanha a aversão de Tom Jobim pelas queimadas.

Diante de todo esse amor de seu pai pelo verde, o filho de Tom, Paulo Jobim, propôs à Fundação Roberto Marinho a criação de um projeto de educação ambiental alicerçado na obra do grande compositor.

É assim que, desde 1998, as músicas de Tom Jobim têm ajudado professores a debater questões sobre os biomas brasileiros com os alunos de 5^a a 8^a série. Foram criados kits educativos com vídeos temáticos, fitas e CDs de músicas, livros para professores, cader-
nos de iniciação musical, mapas e jogos eletrônicos para uso em escolas públicas de diversos Estados.

Já foram produzidas as séries Tom da Mata, so-
bre a Mata Atlântica, Tom do Pantanal e Tom da Ama-
zônia. Estão em processo de elaboração o Tom da Caatinga e o Tom do Cerrado. Esse material tem sido usado em parceria com as Secretarias de Educação por todo o nosso Brasil.

Apenas para citar os dados de um único ano, em 2001 o Tom do Pantanal levou kits a 863 escolas da rede pública dos Estados do Centro-Oeste, mais São Pau-
lo, Tocantins, Amazonas e a cidade de Belo Horizonte. Foram 1.726 professores treinados para ensinar nada menos do que 400 mil alunos. Esse, certamente, é um trabalho cujos dividendos receberemos nas próximas gerações, que assumirão o controle deste País num

futuro próximo e que saberão fazê-lo com consciência ecológica, graças, em grande parte, a esse canoro trabalho desenvolvido sobre a obra de Tom Jobim.

Senhor Presidente, mais uma vez, quero deixar meu reconhecimento por essa importante publicação que é a Revista Ibama, que muito tem contribuído para que nossa população aprenda a gerir a bela e exuberante natureza, cujo cuidado Deus nos confiou.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, para falar bem de um problema e apontar as soluções, o primeiro passo é conhecer a sua origem, e conheço bem o assunto que abordo agora.

Ao longo do tempo tive oportunidade de vivenciar a problemática dos servidores administrativos da Polícia Federal, Instituição que tive a honra de dirigir por um longo período.

Acompanhei de perto a árdua luta da Associação dos Servidores de Apoio Logístico da Polícia Federal – Anasa, pela criação do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal de forma a valorizar o trabalho desenvolvido por esses abnegados servidores que mesmo recebendo salário muito inferior, comparado com os demais cargos da Polícia Federal, sempre vestiram a camisa da instituição, buscando otimizar a prestação das atividades fins do órgão.

Tenho certeza que a edição da Lei nº. 10.682/2003, que criou o Plano Especial de Cargos, foi um passo importante no sentido de valorização a categoria. Pôrém, dado o primeiro passo, falta até a presente data, o cumprimento da reestruturação, que compreende: a tabela de vencimentos, as novas nomenclaturas e atribuições dos cargos, um dos objetivos da criação do Plano.

O Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, já encaminhou ao Ministério da Justiça a proposta de reestruturação do plano, na intenção de avançar o processo, ele não teve resposta.

Por isso, conclamo as Sr^{as}s e os Srs. membros desta Casa a somar esforços no sentido de postular junto ao Ministério da Justiça e Ministério do Planejamento, que tem a legitimidade da matéria, a urgência necessária de edição de Medida Provisória ou Projeto de Lei objetivando efetivar a reestruturação, tão necessária para a Polícia Federal e para os servidores do Plano Especial de Cargos, com o que estaremos fazendo justiça a essa parcela importante do servidor público federal.

Meu pedido não trata apenas de aumento de salário para os servidores, mas principalmente da adequação da Tabela à nova realidade do serviço público,

que contribuiria para a consolidação do Plano Especial e a permanência deles no órgão.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na semana que passou, o Senado mais uma vez, em um ato de justiça para com os trabalhadores brasileiros, aprovou um projeto que irá corrigir as grotescas distorções que afigem todos quantos ingressam com o processo de aposentadoria.

Mas, nem sempre é este o entendimento que algumas pessoas têm do assunto. Por um motivo ou outro, alguns se mostram contrários às mudanças que propomos.

Foi exatamente isso que aconteceu em relação ao professor Gilberto Simões Pires, que criticou ferozmente o projeto argumentando que proposições assim só elevam e constroem o chamado risco-país.

Sr. Presidente, com relação a este acontecimento, tomo a liberdade de ler a seguir, texto do Sr. Daisson Portanova, consultor e assessor da Confederação Brasileira de Aposentados, em resposta ao artigo do Sr. Gilberto Simões Pires. “Ilustrado e sempre festejado Professor Gilberto Simões Pires. Esclareço, primeiramente, que estou enviando cópia do presente ao Senador Paim e ao Presidente da Cobap.”

Navegamos na democracia pois dela fortalecemos o respeito e a diversidade. Neste panorama explícito, aqui, minha posição quanto ao tema Fator Previdenciário, pois o fiz na Audiência Pública da Comissão de Direito Humanos no Senado Federal em nome da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – na qualidade de consultor e assessor desta instituição.

Primeiro quero deixar claro, assim como inúmeros doutrinadores e pensadores da área do Direito Previdenciário, cito o prof. Wladimir Martinez defensor da fórmula 95 em parecer específico produzido ao então Ministro Antônio Brito, como também o Prof. Wagner Balera – coordenador do Mestrado PUC-SP, dentre tantos de que, sim, há necessidade de ser produzida uma reforma previdenciária no Brasil, sem dúvida alguma.

Portanto, neste talvegue, navegamos com igual calmaria. Entretanto, se permite o contraponto, é sim importantíssimo se saber onde se gastam os valores contribuídos para o sistema previdenciário. Citei o Prof. Wagner Balera por haver, ele, produzido análise de desvio de valores da Seguridade Social através de legislação específica, para os mais diversos ministérios, material publicado na **Revista de Direito Social** nº 10, editada para Editora Notadez, aqui em nossa terrinha, cujo aporte denunciado do desvio foi de pouco mais de 33 bilhões (valores nominais – sem

correção), documento apresentado no I Simpósio de Direito Social São Paulo, valores apurados no período de 1995 até 2002.

O que não deverá ter acontecido com o dinheiro do sistema de seguridade depois de 2003??!! A prática, por certo foi a mesma.

Outro aspecto que acho significativo, pois o artigo intitulado aborda, também, a questão dos gastos previdenciários. Corretíssima a preocupação!! Entretanto, é de significativa importância saber o que é gasto previdenciário e distingui-lo dos gastos assistenciais, indenizatórios ou outros, como o caso dos EPUs – Encargos Previdenciários da União – muitos deles suportados pelo sistema de seguridade e sub-sistema de previdência social.

Entretanto, não há como se dizer deficitário o sistema quando os repasses devidos não lhes são oferecidos (como o EPUs) e mais, a própria desvinculação de receitas (DRU) da União, comprometendo parcialmente o sistema geral.

Mais, com a super-receita ou receita-Brasil, aí sim é que não teremos nenhum controle. Veja, Professor Gilberto S. Pires, que o ônus não deve recair sobre quem contribuiu e contribui, regiamente, para o sistema.

O fator previdenciário é sim redutor e restringe direitos, especialmente àqueles que foram garantidos na Constituição Cidadã, como cláusula pétreia (direito social igual ao a de propriedade). Com isso, no Estado Social – preconizado por Canotilho, Jorge Miranda, para citar constitucionalistas europeus, ou José Afonso da Silva e Roberto Barroso, da mesma moeda de doutrinadores internacionais – não admitem o retrocesso social, pois violam preceitos fundamentais como o da diminuição das desigualdades e da erradicação da miséria.

O Fator Previdenciário só restringe o acesso à aposentadoria por tempo de contribuição. Mais justo seria os poderes assumirem e, então extirpar da Constituição este direito e não flagelá-lo, aí sim, enganando o cidadão na espera de uma aposentadoria, quiçá digna.

Quanto ao déficit, V. Ex^a sabe muito bem que os dados muitas vezes contém vícios, pois se há déficit, real, há que se computar os créditos (seja da União, dos Estados e Municípios, sem prejuízo dos grandes devedores – só a estes representa em mais de 150 bilhões de débito previdenciário por apropriação indébita da parte do empregado ou não pagamento das contribuições sociais), sem contar com renúncias parciais de arrecadação como simples, refis, etc... Portanto, dizer que o fator previdenciário é a “salvação da lavoura”, com o devido respeito, melhor se o Governo

(seja qual for seu governante) tivesse a coragem de enfrentar a revogação do acesso à aposentadoria por tempo de contribuição.

De resto, acho que não se justifica no projeto de lei do senado, ora referido, ser o vilão para fundamentar alegado enterro da previdência. Pois, ao que vejo, o ínclito Senador tem clara opção: pelos trabalhadores (mesmo contra o governo), pois estudos quanto a aplicação do FP, na prática verificou-se que trabalhadores os quais contribuíram com dois, três ou quatro salários, acabam se aposentando com um (na verdade até com menos, não fosse a garantia constitucional do teto mínimo – que querem revogar – muitos já ganhariam menos que o mínimo).

Na defesa dos aposentados, pugna o documento por tratar de “irresponsável” aludindo festa e com alegado fundamento “burro”, com a máxima vénia, burros foram todos os constituintes de 1988?? Pois lá todos que firmaram a Carta Magna, garantiam o que alegadamente o “irresponsável” quer resgatar. Será que sentezi foi, na verdade, aprovar a MP do bem?? garantindo inúmeros benefícios fiscais, inclusive com desoneração de contribuições sociais e previdenciárias??

Tenho que um fundamento não justifica o outro, mas impingir ao trabalhador brasileiro a fortuna de um salário mínimo, isto sim é irresponsável. Por certo não se faz, nem neste, nem noutro governo, reformas profundas, dentre elas a tributária, ou mesmo (como nos países desenvolvidos – ex. Alemanha, Noruega e outros) a tributação social sobre indústrias de alta tecnologia sem utilização de mão-de-obra, financiando o sistema social, negando-se tributar grandes fortunas, dentre tantas que seriam objeto efetivo de realizações sociais.

Realmente existem vários políticos “portadores de sentimento populistas”, mas o que surpreende é que se o “populista” de plantão atende a interesses como desoneração fiscal, diminuição de tributação, redução de alíquota, ou protege outro segmento, aí vira estatista. Por derradeiro, lembrando o embate produzido pela Emenda Constitucional nº 20/98, a derrota do governo na pretensão de implementar aposentadoria por tempo de contribuição com idade mínima é que gerou o malsinado FP e, através de um mecanismo inteligentíssimo (isto há que se reconhecer, sem ser maniqueísta, do mal) para, na verdade, burlar o que o Constituinte revisor ou reformador, não autorizou.

Neste contexto, há que se verificar melhor quem seria irresponsável e quem representa, efetivamente, a garantia do Estado de Direito que vale para todos, não só para trabalhadores, aposentados, empresários, proprietários. Além do mais, os direitos sociais encontram-se em guarda significativa frente aos direitos patrimoniais”

Sr^{as}s e Srs. Senadores, feitas estas ponderações, que considero oportunas e certeiras, só tenho a dizer que vou continuar na luta, que vou contar com o apoio das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que estão cansados de ver seus direitos pisoteados.

E espero dos nossos nobres Deputados a consciência de que é mais do que tempo de se fazer justiça!

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria também de dizer nesta oportunidade que estarei viajando amanhã para o Rio Grande do Sul com a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, juntamente com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

Em Canoas, será anunciada a liberação de conjunto de recursos e obras, entre outras iniciativas, que irão beneficiar o município e toda a região. Entre as propostas estão a duplicação da ponte sobre o Rio Gravataí, na divisa com Porto Alegre, que irá contribuir para desafogar a BR-116.

Também serão apresentadas a ampliação do trevo de acesso à BR-386, a Tabaí-Canoas, e a confirmação da implantação do trecho da BR-448, a Rodovia do Parque. Dilma, Rossetto e Nascimento comparecerão ainda em outros municípios da Região Metropolitana como São Leopoldo e Esteio. Depois, o roteiro prevê visitação às obras da BR-101.

Essas obras que serão anunciadas irão, por baixo, beneficiar mais de 3 milhões de pessoas de toda aquela região.

Mas, Sr. Presidente, tenho um respeito muito grande pela Ministra Dilma Vana Rousseff. E gostaria aqui, se me permite, resgatar um pouco da história da ministra.

Dilma Rousseff, começou na militância organizada aos 19 anos em 1967.

Em janeiro de 1969, em sessões de tortura em Belo Horizonte, a ditadura alcançou o seu nome e de seu então marido, o também militante e jornalista Cláudio Galeno Linhares.

Em 16 de janeiro de 1970, Dilma foi presa, integrando a lista das mulheres mais torturadas na história de nosso país. Era o desdobramento do Decreto-lei 898 que fixou o “inimigo interno” como alvo da “Segurança Nacional”, em 29 de julho de 1969.

Porém a jovem mulher não se dobrou. Pelo contrário, forjou-se com a característica que a marcaria até os dias atuais. Dilma Rousseff passou três anos presa em São Paulo durante a ditadura militar, ficando detida no presídio Tiradentes, em São Paulo. Foi torturada física, psíquica e moralmente durante 22 dias, conforme seu depoimento ao projeto “Brasil Nunca Mais”.

Em 1974, depois da saída da prisão, mudou-se para o Rio Grande do Sul.

Com doutorado em Teoria Econômica pela Unicamp, foi ex-secretária da Fazenda do Município de Porto Alegre (1986-1988), ex-presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1991-1993), ex-secretária de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul nos governos Alceu Collares e Olívio Dutra (1993-1994 e 1999-2001, respectivamente) e ex-ministra das Minas e Energia do governo Lula (2002-2005). Atualmente é ministra chefe da Casa Civil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o maranhense Josué Montello, que ontem faleceu aos 88 anos de idade, deixou marcas impagáveis não somente de um notável e fecundo escritor, mas também como uma personalidade simples e generosa que para si afluía a simpatia e a amizade dos que o conheceram. Maranhense de São Luís, foi um filho que jamais se desvinculou do seu torrão natal.

Em vários dos seus 135 livros, 27 deles romances – que lhe proporcionaram numerosos prêmios e honrarias –, buscou inspiração na gente e nas coisas da sua terra. Foi um dos mais fecundos escritores brasileiros, assinando obras que o elevaram às posições mais elevadas do ambiente literário de nosso país. O seu **Os tambores de São Luís** é considerado um dos mais importantes romances brasileiros do século 20.

Josué Montello passou 51 anos na cadeira nº 29 da Academia Brasileira de Letras. Era o acadêmico vivo com mais tempo na casa, onde sempre mereceu o prestígio da atenção e do respeito. Na Academia, colaborou assiduamente com as suas publicações, e escreveu regularmente para diversos jornais, revistas e suplementos dominicais dos mais importantes do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pará. Presidiu a Academia no biênio 1994-1995, comandando a ampla reforma administrativa então reclamada pela quase centenária Casa de Machado de Assis.

No Rio de Janeiro, ingressou por concurso público no Ministério da Educação, para as funções de Técnico de Educação, e defendeu a tese “O sentido educativo da arte dramática”. Em 1941, publicou seu primeiro romance, **Janelas fechada**, mas a vocação de Josué Montello nascera com ele. Quando aluno do Liceu Maranhense, dirigiu **“A Mocidade”**, periódico da juventude escolar no qual publicou seus primeiros trabalhos literários.

Foi professor do curso de Organização de Bibliotecas, do antigo DASP, professor da cadeira de Literatura Portuguesa do curso superior de Biblioteconomia e diretor geral da Biblioteca Nacional, ampliando-lhe as instalações e lá promovendo as primeiras grandes exposições em moldes modernos.

Em 1946, a convite do Governo do Maranhão, Josué Montello fez o plano da reforma do ensino primário e normal do Estado, que a seguir se converteu em lei. Ao tempo da interventoria Saturnino Belo, exerceu o cargo de secretário-geral do Maranhão. Em 1953, inaugurou e regeu por dois anos a cátedra de Estudos Brasileiros da Universidade Nacional Mayor de San Marcos, em Lima, no Peru. Em 1954, recebeu da mesma universidade o título de Catedrático Honorário. Em 1955, o Teatro Universitário da Universidade de San Marcos iniciou a temporada com a peça *O Verdugo*, especialmente escrita por Josué Montello para o mesmo teatro. Durante muitos anos foi colaborador permanente do "Jornal do Brasil" e da revista **Manchete**.

Em 1956, Josué Montello exerceu o cargo de subchefe da Casa Civil do Presidente da República. Em 1957, a regeu a cátedra de Estudos Brasileiros, na Universidade de Lisboa e, em 1958, a mesma cátedra na Universidade de Madri. A convite do Instituto de Cultura Hispânica, ministrou um curso sobre literatura brasileira na Cátedra Ramiro de Maeztu. Organizou e instalou o Conselho Federal de Cultura, sendo o seu primeiro presidente no período 1967-1968. De 1969 a 1970, foi conselheiro cultural da Embaixada do Brasil em Paris. De volta ao Brasil, organizou e instalou o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, onde empreendeu a reforma e instalação da nova Reitoria. De 1985 a 1989, foi embaixador do Brasil junto à UNESCO.

Vê-se, Sr. Presidente, quão grande foi a perda do meu Estado com o desaparecimento do seu filho Josué Montello. Jornalista, professor, romancista, cronista, ensaísta, historiador, orador, teatrólogo e memorialista, a sua aplicação ao trabalho, a par do talento como escritor, sempre foi uma marca notável, a explicar a eficiência com que desempenhou tantas funções e tarefas que lhe foram atribuídas.

A morte de Josué Montello deixa em todos nós um sentimento de profundo pesar, já se antevendo o vácuo de que se ressentirá a cultura brasileira. Ele deixa o nosso convívio, mas continuará presente na sua vasta obra literária e na biografia de um homem público que honrou o seu país.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB - SC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 21 minutos.)

(OS Nº 11473/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, inicialmente, aproveitando a calmaria no plenário do Senado Federal nesta segunda-feira, registro o início, em Curitiba, capital do meu Estado, do maior evento ambiental realizado no Brasil desde a Rio-92.

Transcorridos quatorze anos, após sediar a histórica conferência que deu origem à Agenda 21 e a outros importantes acordos ligados à conservação e ao desenvolvimento sustentável, o Brasil, desta vez na capital do Paraná, servirá, mais uma vez, de palco para as negociações diplomáticas sobre meio ambiente, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). A agenda, desta feita, elenca temas da biodiversidade e organismos geneticamente modificados.

Só temos de lamentar que o Brasil, como anfitrião do 3º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, inicia sua participação no evento sem ter chegado a um consenso sobre qual posição vai defender durante o encontro, persistindo o impasse entre as Pastas da Agricultura e do Meio Ambiente do Governo Federal.

Cizânia à parte, Sr. Presidente, é claro que esperamos êxito, que os trabalhos realmente sejam profícuos e que resultados aconteçam. E quero ressaltar, sobretudo, a honra e a satisfação do povo do Paraná em ter a cidade de Curitiba como portal e como sede de um evento dessa magnitude.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Flávio Arns, com prazer.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Associo-me ao pronunciamento de V. Ex^a, que já foi Governador do Estado do Paraná. Sem dúvida alguma, lá, no Paraná, programas voltados para o meio ambiente vêm sendo implantados e consolidados há bastante tempo. Cito, por exemplo, a coleta de lixo reciclável, a separação do lixo, a educação ambiental nas escolas, iniciativas importantes no Município de Curitiba, capital do Paraná, e também em todo o Estado. V. Ex^a é Senador pelo Paraná, e eu me associo a V. Ex^a nesse sentido, para dizer da importância e da alegria de recebemos, em nosso Estado, uma conferência dessa magnitude, com a participação de todos os setores do meio ambiente, da agricultura, nacionais e internacionais. Oxalá tenhamos resultados que ajudem a direcionar

os esforços do nosso País e do mundo nessa área! Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Flávio Arns. V. Ex^a lembra bem dos esforços paranaenses em favor da preservação ambiental, numa permanente demonstração de amor à vida.

Sr. Presidente, trago à tribuna o assunto abordado pelo Presidente da República hoje, durante o programa de rádio Café com o Presidente. O Presidente Lula afirmou que o Governo brasileiro quer atrair mais investimentos dos ingleses. E afirmou textualmente: “Nós convidamos os ingleses para serem parceiros nossos na construção de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro”.

Ora, esse é o típico convite para inglês ver. É inócuo, vazio, não produz.

O volume de investimento estrangeiro direto, britânico, como proporção do total que entra no País, tem caído desde o início do Governo Lula e atingiu, no ano passado, apenas 0,7%.

Temos feito constantemente, desta tribuna, coro às mais expressivas lideranças do setor produtivo, reafirmando que a consolidação do arcabouço regulatório é o único caminho para atrair um volume significativo de investimentos externos, sejam eles britânicos ou de outros países, para obras de infra-estrutura.

Portanto, cabe ao Presidente não um comentário por meio do programa Café com o Presidente, mas uma ação objetiva na direção da regulação que ofereça segurança aos investidores estrangeiros. O atual Governo deixou muito a desejar nesse capítulo.

No setor de telefonia fixa e móvel e transmissão de dados por banda larga, a universalização foi conseguida a partir das privatizações e concessões no Governo passado.

Quando focalizamos a insuficiência do sistema de saneamento básico, problema crônico que faz desperdiçar milhões com gastos em atendimento hospitalar, constatamos que a conduta do Governo é lastimável. E os números são preocupantes.

Segundo o Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base, Dr. Paulo Godoy, mantido o ritmo médio de investimento federal dos últimos três anos, a universalização do atendimento de água e esgoto no Brasil ocorreria em três séculos. Três séculos! Se somados todos os aportes públicos e privados, os cidadãos teriam acesso a esses serviços em 62 anos.

O Senador Papaléo Paes sabe da importância do saneamento básico. Nesse contexto, os investimentos públicos em saneamento nos últimos três anos foram pífios, e as empresas privadas, por sua vez, por mais interesse que demonstrem em investir, não sentem

segurança para os negócios, pois inexistem regras para o investimento e o esboço delas – “mais repele do que atrai”.

Cito alguns números apenas como exemplo em contraponto especificamente na universalização dos serviços de telecomunicações. Somente entre 1998 e 2002, a quantidade de linhas fixas subiu de 20,2 milhões para 49,4 milhões e a de linhas móveis, de 5,6 milhões para 30,9 milhões, o que demonstra a importância do investimento privado em infra-estrutura.

No período entre 1998 e 2002, mais um milhão de terminais públicos, os conhecidos orelhões, foram disponibilizados, e qualquer vila com mais de 600 habitantes recebeu acesso.

Apresento este exemplo de investimento privado, Senador Mão Santa, para demonstrar que estamos perdendo tempo, exatamente porque o atual Governo não se preocupa em oferecer aos investidores o marco regulatório que proporcione segurança em relação aos eventuais investimentos que possam ser feitos.

Sabemos que a infra-estrutura é o setor estratégico para qualquer país, capaz de impulsionar uma economia gerando riqueza e desenvolvimento social. Contudo, não há milagre! Isso não ocorre sem investimentos.

No ano passado, o Governo Federal conseguiu aplicar efetivamente somente R\$3 bilhões em infra-estrutura, apenas 36% do volume autorizado pela equipe econômica. Cerca de R\$1,7 bilhão em restos a pagar também foi gasto em infra-estrutura em 2005. Os limites – fiscais, operacionais e estruturais – são ostensivos. Não foi por outra razão que se buscou a participação do capital privado para expandir a infra-estrutura no nosso País.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Concessões, os recursos vieram em quantidade razoável. Em dez anos, a infra-estrutura brasileira recebeu US\$66 bilhões somente de investimentos externos brutos por meio de privatizações e concessões. Esse volume foi indispensável para ajudar a expandir ou universalizar o atendimento, principalmente na área de telefonia.

Em números atualizados, o Brasil requer US\$26,8 bilhões ao ano de investimento em infra-estrutura. Em 2005, infelizmente, os aportes devem ter atingido de 55 a 60% apenas dessa marca, juntando recursos públicos e privados realmente aplicados.

O que o atual Governo não ofereceu? Um arcabouço regulatório estável, claro, atrativo, com agências reguladoras autônomas financeiramente e independentes politicamente.

O Governo Lula tem-se colocado contra as agências reguladoras, na verdade, demonstrando uma má

vontade com esse mecanismo desde a posse do Presidente da República.

Por fim, não há debate qualificado sobre essa e tantas outras questões. O Parlamento deveria estar, Senador Mão Santa – a quem concederei aparte com satisfação –, capitaneando, liderando discussões e opções apontadas pela sociedade, ou seja, repercutindo as opções que são oferecidas como alternativas, sempre de forma criativa, por diversos segmentos da sociedade.

Um alerta, por exemplo, emitido pelo Prof. Rubens Ricúpero, de que o País dá sinais de perda de competitividade, na esteira do câmbio desfavorável e do juro alto, que deveria ser objeto de uma discussão mais ampla. Esse alerta deveria ser, sim, motivo de um amplo debate, sobretudo a partir das autoridades do Poder Executivo.

A queda nas vendas de manufaturados para os Estados Unidos – 5% menores em janeiro em relação ao mesmo mês de 2005 e 23,7% inferiores a dezembro (apesar de o total das vendas do Brasil para o mundo ter crescido no período), confirma a tendência de perda de competitividade apontada por Ricúpero.

A desindustrialização precoce do Brasil é um tema para o qual não há consenso, mas que merece atenção das autoridades do Governo.

A partir do exemplo paranaense, podemos afirmar, com preocupação, que há, sim, uma desindustrialização precoce do Brasil. Esse fato pode ser identificado, por exemplo, nos indicadores referentes ao crescimento da produção industrial do último ano no meu Estado do Paraná, por meio dos quais constatamos uma queda brutal, com uma redução da oferta de emprego da ordem de 41% em relação a anos anteriores.

Portanto, essa é uma preocupação que deve presidir as ações do atual Governo e, evidentemente, daqueles que postulam o cargo maior na República, já que estamos prestes a iniciar o processo eleitoral.

Com muita satisfação, concedo um aparte ao Senador Mão Santa antes da conclusão do meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Preside a sessão o Senador Ney Suassuna, que está telefonando para o mundo, que hoje é globalizado, moderno. Vamos entrar nesse assunto. Vou tentar aproveitar este quadro para o Lula aprender um pouco – esse é o nosso dever –, este momento é muito oportuno. Espero que o Presidente Lula, depois de encantado com a coroa da rainha, pelo menos nos ouça. Sua Excelência disse que não gosta de ler, porque ler uma página de um livro cansa mais que fazer uma hora de esteira.

O Sr. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senador Papaléo Paes faz esteira lendo, ou seja, pratica as duas atividades ao mesmo tempo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Suassuna, o Presidente Lula precisa saber que essa dívida começou justamente na Inglaterra. Atentai bem: quando o Brasil deu seu grito de independência, os ingleses disseram que só reconheceriam o Brasil como país independente se pagasse parte da dívida de Portugal. Até no intercâmbio comercial quiseram concessões: o imposto era menor para os produtos oriundos da indústria inglesa se comparado ao cobrado sobre os produtos da indústria portuguesa, uma aberração. Mais ainda, Lula: a Inglaterra nos emprestou um bocado de dinheiro para financiar a Guerra do Paraguai, a mais vergonhosa, a mais infame página da história do Brasil. Nos juntamos contra o Paraguai porque ele tinha uma fábrica de têxteis, de tecidos... Lula, aprenda! Há tempo, só não tem jeito para a morte! Eles emprestaram dinheiro para fazermos a Guerra do Paraguai.

(Interrupção do som)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu fico bem como Líder do Partido, e V. Ex^a, como Presidente – eu estou na cadeira do Líder. Então, eles emprestaram dinheiro para o Brasil fazer uma guerra contra o Paraguai. A guerra comercial é pior do que uma política; é perverso esse interesse por dinheiro. Então, eles deram dinheiro e nós ficamos devendo. O Exército, Caxias, tudo começou daí: da Guerra do Paraguai combinada com a conquista da Independência. E o Lula está errado. O Suassuna é um homem muito preparado, eu não sei por que não o colocaram como conselheiro, como o Richelieu de Lula. Ele, que é do nosso PMDB, estaria dando uma grande contribuição. Nós estamos lendo um livro de Thomas L. Friedman: **O Mundo é Plano – Uma Breve História do Século XXI**. Vejam: a Índia, em 1947...

(Interrupção do som)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...era dependente dos ingleses, Lula. Em 2006, vejam a Índia aí. Por quê? Porque a Índia se abriu. Pelo menos isso o Suassuna vai levar, porque todos os dias ele janta ou almoça com Lula. De vez em quando, eu recebo um convite: “Lula vai ao meu apartamento...”. Num desses encontros, pode-se passar a mensagem do Bill Gates – está aí, saiu na **Forbes**, o homem mais rico do mundo. O Bill Gates trabalhou desde menininho. Então, é o seguinte: “Para haver inovação, tem de haver capitalismo. Um movimento que prega que a inovação não merece uma recompensa econômica vai de encontro ao futuro do mundo. Quando falo com os chineses essas são palavras de Bill Gates, eles dizem que o seu sonho é abrir

uma empresa". Esse é o erro, Lula. Quem é que quer abrir uma empresa neste Brasil com os seus 76 impostos? Eu tenho é pena, eles são heróis. Cinco meses, quarenta por cento. Em um ano, o trabalhador dá cinco meses para o Governo. E tem o do banco... Ninguém vive sem esses bancos; até para receber ordenado dependemos dos bancos. Juntem a isso as maquinazinhas: mais um mês. Então, é o único país do mundo em que, dos doze meses do ano, seis são dados para o Governo. E tem mais: tem o negócio do delegado de trabalho – tenho até pena dos comerciantes e dos empresários. Os picaretas – isso não é Ministro do Trabalho não, é do desemprego – assaltam. Você bota uma firma e eles aparecem para ameaçar. Eles não prendem bandido – está aí o Exército. Então, esse é o nosso País. O que houve na Índia? A abertura. Nehru viu isso – uma cabeça aberta, inteligente, preparada – e deixou. Então, os capitalistas investem lá. Há uma cidade que o Suassuna deve conhecer, Bangalore – não é Bangladesh. Professor Suassuna, quando V. Ex^a telefona e recebe uma vozinha: "compre um cartão de crédito...", "faça um turismo em tal país...", aquela voz é lá da Índia, porque montaram empresas lá, é mais barata a informática. Atentai bem para a gravidade: hoje, 500 mil americanos fazem imposto de renda em firmas implantadas na Índia. Fizeram curso, o salário é mais baixo – US\$500 –, e há técnicos capazes que utilizam o sistema revolucionário da *Internet*, buscam no banco. Quinhentos mil ricos fazem imposto e encravam empresas na Índia. Por quê? Porque houve uma abertura. Aqui, é só dificuldade para quem quer trabalhar, é todo mundo sonhando com emprego público – desobedece-se o livro **Reinventando o Governo**, inspirado em Bill Clinton. Como o Governo não pode ser grande, e é grande demais, fica do tamanho de um transatlântico. O Titanic afundou... Só há funcionários públicos? Não. Funcionários do PT, que não estudaram; não se investiu nas ciências tecnológicas das áreas de engenharia, das áreas de ciência e de saúde: investiu-se nas áreas banqueiras, de roubar, dos valeriodutos. Esse é o País que temos. Lamentamos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Foi muito importante o discurso do Senador Mão Santa no meu aparte, não é Senador Suassuna? S. Ex^a é sempre brilhante e suas incursões em todos os discursos neste Plenário são sempre muito bem-vindas.

Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente, revelando uma preocupação: estamos desperdiçando muitas oportunidades, o Brasil está vivendo a época do desperdício de oportunidades. Não há dúvida de que o mundo vem vivendo um bom momento econômico, a economia mundial cresce de forma expressiva. Não

poderíamos deixar de aproveitar a oportunidade, na esteira do crescimento da economia mundial, de propor avanços para elevar o fluxo do capital externo, produtor de emprego, de renda e de receita pública. É evidente que há o fluxo do capital financeiro para especulação financeira em razão das altas taxas de juros praticadas em nosso País, mas não é isso o que desejamos, não é disso que necessitamos. O que o Brasil precisa é de investimento produtivo. E é exatamente o que se pretende conseguir com a proposta de estabelecimento de agências reguladoras que definam com segurança as regras para o investimento, regras que jamais sejam rompidas. Somente assim atrairemos investimento estrangeiro para o nosso País.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela concessão de um tempo maior em função da brilhante intervenção do Senador Mão Santa. Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 15 DE MARÇO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo uma justa movimentação do Plenário no lado esquerdo. E é justa. Afinal de contas, não podemos perder o senso da estética!

Sr. Presidente, no Brasil de hoje, os sentimentos que mais afligem a sociedade são desânimo, apatia e desesperança. É a avaliação que faço da leitura das mensagens que recebo todos os dias pela Internet. Eu as leio todas. Não sei de onde chegam, são do Brasil.

A Sr^a Cristina Azevedo, por exemplo, comecei uma mensagem que acabo de receber, dizendo nunca ter visto o que ocorre hoje no Brasil. Diz ela: "Nem minha mãe, do alto dos seus 84 anos, muito menos meus três filhos". Ela extravasa seu inconformismo: "Temos um Presidente que não governa, que de nada sabe, nada vê, não luta pelo País e que, até agora, vem mostrando que só serve à degradação moral do Brasil. Faz campanha eleitoral, mente e mente".

As incertezas dessa mãe de família são tocantes:

Eu ensino meus filhos a serem honestos [prossegue D. Cristina Azevedo], retos, leais e verdadeiros, a trabalharem sem padrinhos, sem jogo sujo, sem trambique, mas [continua D. Cristina Azevedo], como posso exigir deles comportamento probo, se a impunidade é gritante e me tira toda a autoridade? Como evitar que não se tornem céticos e descrentes? O

que posso fazer para que eles, meus filhos, venham a se orgulhar do Brasil?

Mais expressões de D. Cristina Azevedo: "Não dá! Não tem como! É impossível!"

Esta brasileira, Cristina Azevedo, critica também o Poder Legislativo, considerando que todos nós, Senadores e Deputados, temos sido benevolentes. Eis o que ela diz: "Os senhores falam em chamar o Ministro Palocci para dar explicações sobre os últimos fatos que vieram à luz", como o relato do caseiro da 'República de Ribeirão Preto'. E acrescenta:

De novo, senhores? Até quando os senhores serão benevolentes? Se fôssemos nós, do povo, gente para quem a lei e a ordem existem, esse Ministro já estaria afastado há muito tempo. Ou por acaso não existe um código de ética? Antes de tudo, culpado ou não, ele, o Ministro, é suspeito da prática de crimes graves. E mentiu. Não uma, nem duas, mas várias vezes. É muito cinismo dele e muita conveniência dos Parlamentares.

Ainda prossegue Dona Cristina Azevedo. E diz, sobre o caso Okamotto: "Se houvesse pressão dos Parlamentares, o Judiciário acabaria autorizando a quebra do sigilo de Okamotto. Ele já deveria estar afastado do Sebrae".

Dona Cristina refere-se também à conivência do Executivo, que fecha os olhos às criminosas ações do MST:

O MST invade, afronta a lei e nada, nada mesmo acontece. As ações desse grupo ocorrem sob os olhares benevolentes de sabe-se Deus quem!"

A mensagem de Dona Cristina conclui com um trecho que passo a ler na íntegra. Suas palavras são iguais a muitas outras que ouvimos a todo instante no País:

"Somos governados por figuras suspeitas de envolvimento em crimes de morte, de corrupção grossa, de parceria com o crime organizado, de remessas ilegais de divisas para o exterior. Isso é possível?

São tantos os nomes de autoridades do Governo Lula envolvidas em crimes [avança Dona Cristina Azevedo; e o nome é este mesmo] que me custa acreditar que seria mais fácil lembrar de quem, no Governo, não está envolvido em sujeiras ou em fatos nebulosos.

Meu País [e aí vão as palavras finais dessa grande brasileira] **foi, já não é. Era um País do qual nos orgulhávamos. Hoje, é um País que nos envergonha a todos.**

Com a leitura dessa mensagem, advirto esta Casa: as palavras dessa senhora extravasam o sentimento da grande maioria dos brasileiros, nessa etapa em que esse desgraçado Governo petista a todos infelicitá.

Mas, Sr. Presidente, a bem da verdade, devo expor diálogo que mantive, nesse momento, com o meu prezado amigo Marcelo Itagiba, que hoje é Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – diálogo provocado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Eu, que acredito piamente na seriedade da **Folha de S.Paulo** e dos seus profissionais, relatei a manchete do jornal que diz que o Exército colocou-se em contato com traficantes para liberar as tais armas.

O Senador Suplicy ligou para o Secretário de Segurança, que tem uma versão inteiramente diversa. Apenas registro que diz ele que não foi assim que se deu e que as armas foram encontradas pelo Serviço de Inteligência do Exército que, juntamente com a Polícia do Estado do Rio de Janeiro, possibilitou que o cerco, nesse episódio, desse certo.

Já concedo o aparte ao Senador Suplicy, mas antes digo que faço apenas um esclarecimento.

É a opinião do Secretário Itagiba, figura que conheço pessoalmente e com que me dou muito bem, mas continuo achando muito estranha a operação toda. O Presidente Lula não deu a ordem. A operação aconteceu por trás do Presidente.

A pergunta que faço é: o Exército vai ficar a vida toda lá? Não vai. Vai sair quando? Vai sair logo. E, mais ou menos, ficou subentendido – tenho a impressão de que esse é o entendimento da população brasileira – que tão assim resolvessem o episódio das armas, começariam as tropas a bater em retirada dos morros, ou seja, o tráfico voltaria a fazer seus negócios normalmente. Se eles levam – e eles o fazem – intranqüilidade às famílias que moram nas favelas, toda essa intranqüilidade voltaria, porque nada de mais profundo ocorreu no terreno da segurança pública.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, considero importante que V. Ex^a faça o registro do nosso diálogo de há pouco com o Secretário de Segurança Pública do Rio de

Janeiro, Marcelo Itagiba. Eu também li a matéria publicada, hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**, de autoria do jornalista Rafael Gomide. Impressionou-me o assunto e também procurei dialogar com o Secretário de Segurança Pública. Ontem, inclusive, conversei com autoridades do Exército brasileiro que estavam realizando aquela operação em virtude de algumas circunstâncias que lhe vou relatar. O Secretário Marcelo Itagiba informou-me que não procede a informação de que as armas teriam sido encontradas no domingo. Elas foram encontradas ontem, às 18 horas e 45 minutos, na estrada das Canoas, que liga a Rocinha a São Conrado. Portanto, o local fica próximo da favela da Rocinha, mas não nela. Obviamente, eles estão investigando as razões e quais são os responsáveis pelo roubo das armas, mas ainda não sabemos inteiramente dos fatos. Coincidiu, Senador Arthur Virgílio, que, quando o Senador Roberto Saturnino, há poucos dias, aqui falava sobre os problemas do Rio de Janeiro e da Rocinha, eu propus um dia fazer uma visita. E, no último sábado, fui com o Senador Roberto Saturnino à favela da Rocinha, por onde caminhamos por cerca de duas horas. Visitamos a União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha, a convite do Presidente William de Oliveira, caminhamos por diversos lugares. Fomos à Rádio Brisa, demos entrevista na rádio, na televisão comunitária, e fizemos um diálogo com moradores da comunidade, com os jovens, no CIEP Ayrton Senna, em frente à Rocinha. E até por causa desse diálogo que lá mantivemos, o William de Oliveira, ontem, telefonou-me, pois gostaria de ter contato direto com os responsáveis pela operação, para facilitar o diálogo e a compreensão da operação, que se deu com calma, diferentemente do que ocorreu no Morro da Providência e em outros lugares onde essas operações foram acompanhadas de tiroteios e onde houve até pessoas feridas. Ali, houve um incidente, uma pessoa e outra feridas, mas não por tiroteios para o ar, como, infelizmente, tinha ocorrido nos outros dias. Considero importante que tenha V. Ex^a assinalado o fato. É claro que esses fatos, inclusive o relatado pela Folha, serão mais bem apurados e espero que possamos saber toda a verdade a respeito dos fatos o quanto antes. Obrigado pelo registro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra agora o conceituado jornalista Rafael Gomide, que trabalha no respeitadíssimo, independentíssimo jornal **Folha de S.Paulo** e que, cer-

tamente, vai dar a sua versão a respeito das colocações do prezado Secretário Marcelo Itagiba no mesmo momento em que parabenizo V. Ex.^a pela atenção com que agiu em relação a esse fato, o que é marca da sua trajetória parlamentar.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, e encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, quero-me referir especialmente a outro ponto que foi colocado mas que tem relação com a questão do Exército, que é o da violência no campo, com essa invasão da semana passada. Eu diria que, nesse caso, também é importante a atuação do Exército, porque a continuidade das invasões da maneira bárbara como ocorreu, com destruição de um centro de pesquisa, não pode passar despercebida. Não podemos deixar que esse assunto seja corriqueiro. O Sr. Pedro Stédile é recebido no Palácio do Planalto com todas as honras, ele que fez apologia da violência, apologia da invasão, apologia da destruição do trabalho de cientistas. Isso não pode ficar assim. Há que se ter, realmente, uma ação do Governo para que não haja o desestímulo ao produtor rural e às pessoas que se dedicam a ciência e tecnologia no Brasil. Do jeito que está é uma terra sem lei. De maneira que o Exército, que agiu no Rio, também poderia e deveria agir para coibir a violência no campo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, Senador Antonio Carlos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

V. Ex.^a tem razão. Aquele episódio da Monsanto, de Aracruz, representa a destruição de 20 anos de pesquisas. Segundo a pesquisadora, que se demonstrou desesperada, e com razão, em face do vandalismo, ela precisaria de pelo menos seis anos para recompor, sem avançar um milímetro, aquilo que em vinte anos foi construído. É verdade que o Presidente Lula, por brincadeira, usou o boné do MST, nas seu Governo, ao tolerar essa convivência e esses fatos, veste, sem dúvida alguma, o boné da impunidade, o boné da irresponsabilidade.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O Senador Eduardo Azeredo tem absoluta razão quando coloca esse caso do MST. Já nessa tribuna, chamei a

atenção para o Presidente da República, que hoje – e já está no **O Estado de S.Paulo** – declarou-se amigo e companheiro do MST. Ele está voltando a todos os métodos antigos para destruir a produtividade do País e, ao mesmo tempo, desmoralizar os agricultores. Também em relação ao Exército – e o Senador Suplicy investiga muito bem –, confesso que é uma coisa que me causa espécie encontrarem esses 10 fuzis no mesmo lugar, a pistola no mesmo lugar. Quem colocou ali? Quem fez esse trabalho? Evidentemente, isso não é coisa apenas de traficante. É coisa de traficante aliado a algumas pessoas de poder. Portanto, esse ponto tem que ser esclarecido e não foi. A imprensa falou pouco sobre esse assunto. Não iam aparecer, de uma hora para outra, no mesmo lugar, 10 fuzis! Que coisa é essa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tudo arrumadinho...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Tudo arrumadinho: “Vai aparecer hoje”, depois de 10 dias! Tenha paciência, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a é altamente competente! Por favor, se utilize dos conhecimentos investigatórios do Senador Eduardo Suplicy, para esclarecermos esse ponto realmente difícil de ser desvendado pelo cidadão comum.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Eduardo Suplicy não só é um grande Sherlock, como é um grande Parlamentar e um simpaticíssimo colega nosso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Como havia dito – permita-me Senador Arthur Virgílio – penso que temos de saber melhor dos fatos para, então, chegarmos a conclusões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Certamente, Senador Eduardo Suplicy, o jornalista Raphael Gomide não vai deixar isso ficar assim; ele vai manifestar a opinião do seu jornal e a opinião dele. Enquanto isso, mantendo exatamente o que havia dito: mantenho a minha denúncia, porque considero estapafúrdia essa ação do Exército; considero constitucional; considero que representa mesmo a fragilidade de comando do País; considero que isso é perigoso – inclusive pode, em um choque entre traficantes e militares, haver mortes, e isso andou perto de acontecer, aliás, já morreu um adolescente, qualquer hora dessa morre um oficial ou um soldado –; considero que o Governo transita sob o fio de uma navalha. Isso não pode dar certo a médio prazo. É muito bom que ele incorpore juízo e capacidade de liderança, porque juízo lhe tem faltado e capacidade de liderança ele revela nenhuma, Senador César Borges.

Outro o Senador Sibá Machado e, em seguida, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, não ouvi o pronunciamento de V. Ex^a desde o início, mas vejo que se trata da questão operação Exército no Rio de Janeiro. A reconquista das armas retiradas do Quartel, por mais que pareça uma simbologia, tinha de ser feita. Discordo, em parte, do Senador Eduardo Azeredo em relação à utilização do Exército brasileiro em conflitos agrários. Os excessos cometidos, já tratamos disso, inclusive fomos unâimes em dizer que aquilo foi um exagero. Ontem, o Senador Eduardo Suplicy leu uma carta, se não me engano, apesar de S. Ex^a não haver solicitado nossas assinaturas, mesmo assim, caso S. Ex^a ainda permitir, mesmo que tardiamente, certamente terá a nossa participação. Realmente não podemos nos utilizar de um artifício dessa natureza para qualquer tipo de problema, porque isso poderá inclusive banalizar o papel das Forças Armadas, se tornar corriqueiro e até desprezível. Foi salutar a atitude do Exército em descer e reforçar o aparato de segurança lá, para que possa prender os responsáveis pelo episódio. Quero aproveitar-me do momento para dizer que assinei requerimento de autoria de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, a respeito do nosso artista plástico do Acre, Hélio Melo*. O Senador Arthur Virgílio está mais atento do nós em algumas questões do nosso Estado (o aparteante sorri). Agradeço V. Ex^a por haver se lembrado de um dos grandes personagens da vida artística do nosso Estado, Hélio Melo*, que veio do seringal, uma pessoa que rompeu todas as barreiras. Embora tenha se alfabetizado tardiamente, com certeza honrou, e muito, o nome e a história do Acre com seus quadros e suas músicas. Agradeço-lhe. Foi com muito prazer que assinei também o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Ele é um vitorioso como V. Ex^a também o é. Ele é motivo de orgulho para todos nós da Amazônia e para o povo brasileiro precisamente por esse salto que ele conseguiu dar a sua vida e pela forma como a 27^a Bienal de São Paulo está recebendo a participação dele, de fato, com uma estrela de primeira grandeza.

Já concederei o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

Sobre o Exército, V. Ex^a tem toda razão. Nada de banalizar a participação do Exército, porque, o Exército, para mim, tem de tomar conta das fronteiras, asfixiando, ali, a rota do tráfico, asfixiando, ali, a passagem da droga, procurando dar combate, ali, aos traficantes

que, depois, vão abastecer aqueles que são a fase seguinte desse comércio hediondo, que é o comércio de drogas, que termina sendo o comércio de vidas humanas. Eu não gostaria nunca dessa banalização porque o Exército não é polícia. Arrisca a colocar em contato com a corrupção os jovens recrutas. Mais tarde, vão chamar o Exército para fazer papel de leão-de-chácarra em briga de boate no Lago Sul ou na Zona Sul do Rio de Janeiro. Não é essa a destinação do Exército. Eu o quero nas fronteiras, eu o quero cumprindo seus deveres constitucionais rigorosamente, eu o quero fiel à autoridade do Presidente da República. E percebo que a autoridade do Presidente da República faleceu nesse episódio.

Concedo apartes ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Flexa Ribeiro, respectivamente e encerrando, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, serei breve. Por dever de justiça, quero apenas elogiar a postura do Senador Eduardo Suplicy. Desde cedo, eu vejo o Senador Eduardo atuando aqui como um verdadeiro Líder, procurando dar uma satisfação ao Brasil, em nome do seu Partido, sobre essa questão. Dedicado... É atropelado pelo seu Partido ato após ato, mas nem por isso se abate. É um verdadeiro franciscano na tentativa de resgatar a tão abalada honra partidária. Portanto, quero parabenizá-lo, meu caro Senador Suplicy, pela sua dedicação, pelo seu empenho em dar transparência aos fatos. Embora eu não concorde com as notícias colocadas, a princípio, nos jornais. – espero que o desmentido seja feito e que os fatos sejam esclarecidos –, quero louvar a atitude desse cavaleiro solitário que tenta, a todo custo, salvar o seu Partido da execração popular. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Eduardo Suplicy merece todos esses elogios.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, faço minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes e enaltecer o Senador Eduardo Suplicy pela forma como S. Ex^a se comporta no Plenário, fazendo o papel, de direito e de fato, de Líder do PT. Dias atrás, S. Ex^a permaneceu, sozinho, em Plenário, até às 23 horas, defendendo o PT. Por tudo isso, quero enaltecer o Senador Eduardo Suplicy pela dedicação de S. Ex^a. Parabenizo V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, pelo pronunciamento que faz. Quero dizer ao Senador Sibá Machado que o Exército já foi utilizado, sim, pelo Governo Federal para atuar em áreas de conflito no Pará, com o assassinato da Irmã Dorothy, infelizmente, em Anapu, em que toda aquela área foi ocupada pelo

Exército, em uma cena de pirotecnia pelo Governo Federal; lamentavelmente, por mais de um ano, o Governo não cumpriu nada do que foi acertado naquela oportunidade. Recentemente, tendo em vista todos esses avanços do MST, o chamado “Março Vermelho” que está em andamento, mais uma invasão foi realizada em uma fazenda no Município de Sapucaia, no Pará, por 450 famílias, fazenda esta que contava com 130 mil cabeças de gado, Senador Arthur Virgílio. A Coordenadora do MST em Marabá*, Sr^a Ayala Ferreira, diz que a invasão é um protesto contra a existência de latifúndios na Amazônia. Esse foi o motivo da invasão dessa produtiva fazenda. Tempos atrás, o MST invadiu uma fazenda e fez churrasco de um reprodutor avaliado em mais de R\$1 milhão. Resolveu fazer churrasco de um reprodutor premiado, que valia mais de R\$1 milhão. Há necessidade, como disse o Senador Eduardo Azeredo, de uma ação enérgica por parte do Governo para estabelecer ordem nessa desordem que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo o aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Prezado Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, somo-me aos demais Senadores que trouxeram denúncias para ilustrar o pronunciamento de V. Ex^a. Também eu vou me reportar à invasão, pelo MST, no Estado da Bahia, a um projeto da maior importância no Vale do São Francisco, que está sendo concluído, denominado Projeto Salitre*, Salitrão, que, graças às emendas coletivas da Bancada baiana, está em andamento. É um projeto grandioso, de 30 mil hectares de irrigação, do qual só foi feita a parte inicial, de dois mil hectares. No entanto, é onde existe o canal de adução e a estação de bombeamento. E o que o MST invadiu? Exatamente essa estação de bombeamento onde há equipamentos hidráulicos, elétricos caríssimos e que podem ser danificados. E o que quer o MST? Ocupar os dois mil hectares que foram feitos e para os quais a Codevasf está, no momento, selecionando pessoas que tenham mais vocação para a exploração agrícola daqueles lotes, que agora têm irrigação e onde essas pessoas poderão fazer uma exploração econômica sustentável. Lá, quem coordena a Codevasf é um antigo Deputado do PT, Alcides Modesto, Padre Alcides Modesto, que foi meu colega, Deputado Estadual. Vejam bem, ele não tem como articular absolutamente esse patrimônio que é público, para que possa retornar à própria mão do Poder Público por intermédio da Codesvaf, e lá está ocupado, sendo danificado, perdendo-se recursos pú-

blicos. E o Governo, de certa forma, está omissa, Sr. Senador Arthur Virgílio, nessa situação. Com relação também a essa ação desastrosa do Exército no Rio de Janeiro, para a qual acho que faltou total planejamento, parece-me que o Exército conseguiu uma saída com esses fuzis encontrados. Ontem assisti à reportagem pela televisão, Senador Arthur Virgílio. Os fuzis estão enferrujados, a pistola automática enferrujada. Não é possível que, em dez dias, desde que esses fuzis foram subtraídos do arsenal do Exército, estejam agora já enferrujados e com a sua numeração toda sem identificação porque ela foi danificada, mostrando que esses fuzis podem ter qualquer origem, podem não ter vindo do Exército. Pode ser simplesmente uma saída honrosa do Exército para uma entrada que fez, indevida, num assunto sem planejamento. Portanto, associo-me ao seu discurso, dando essa colaboração. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente...

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, peço licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais uma hora em razão do número de oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A sessão fica prorrogada por mais uma hora.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Até sugiro a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, quando for passar a Presidência, passe ao Senador Mão Santa, porque aí todos vamos conseguir falar a noite toda.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A sugestão será acolhida.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, com a autorização, certamente, do Senador Arthur Virgílio, pois S. Ex^a ainda está na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem toda a minha autorização e confiança o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Neste instante, o PMDB escreve uma das mais belas páginas da democracia deste País, igual àquela de Marcos Freire e Fernando Lyra quando criaram os autênticos. O pai de V. Ex^a, que está no céu, Senador Arthur Virgílio, que foi cassado. A coragem que teve Ulysses de se candidatar pelo MDB contra o Presidente Geisel.

Neste instante, na Câmara Federal, o PMDB destitui o Líder, por 48 votos, maioria, e elege Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul, porque o antigo Líder estava negociando contra os princípios da unidade de direção e comando do Presidente do Partido e do povo brasileiro, que exigiu que o Partido apresentasse candidato nas prévias.

O novo eleito e Líder do PMDB na Câmara dos Deputados é o Deputado Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul, discípulo de Ramez Tebet.

Esse gesto foi, sem dúvida nenhuma, inspirado no grande pronunciamento do mais virtuoso Líder do meu Partido, Pedro Simon, ontem feito nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, com as escusas do Senador Arthur Virgílio, que continua com a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aproveito a interrupção oportuna do Senador Mão Santa para desejar ao PMDB que encontre seus melhores caminhos de Partido, nas suas melhores tradições, na sua melhor respeitabilidade e na sua maior independência.

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, sem querer tomar o tempo de V. Ex^a, nessa questão do Exército, há muito venho dizendo – e me sentindo como um João Batista(*), que clama no deserto –, que este é um grande momento... Há uns três anos, eu já dizia isso na Câmara dos Deputados, e V. Ex^a era meu colega. Eu já era seu fã desde lá, V. Ex^a era o mais brilhante dos 513 oradores daquela Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso diz o tamanho da amizade, não do meu brilhantismo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Não, mas televisão é televisão, o povo vê e ouve V. Ex^a, e sabe que não estou mentindo. E V. Ex^a é testemunha de que eu já dizia, naqueles dias, do estado de exceção que vivemos na segurança pública e que é o momento exato para começarmos a discutir um novo conceito de segurança nacional. O Exército, que por tanto tempo disse que não tinha condições de ir para as fronteiras, com medo de os homens se contaminarem, mostrou muita eficiência agora, ao ocupar os morros, e acho que só esqueceu a tática de guerra, porque na tática de guerra, quando se ocupa o aparelho do adversário, fica-se dentro do aparelho. Eles conseguiram subir e ocupar o morro. Poderiam muito bem ficar lá e preparar uma base na cabeça do morro para manterem a sociedade tranquila do lado de baixo. Poderiam ficar até que se faça um planejamento com o Governo do Rio

ou com o Governo Federal. Creio que a Governadora Rosinha teria a maior vontade de fazer isso, porque há milhares de famílias de bem nos morros. São meia-dúzia de bandidos que fazem refém a sociedade de bem que vive no morro porque não teve oportunidade de ir para a Zona Sul. Acho que ela veria com bons olhos, Senador Arthur, a desapropriação de um terreno para tirar as pessoas lá de cima, criar uma vila para essas pessoas e, ao mesmo tempo, montar um aparelho lá em cima onde o Exército pudesse garantir a paz às pessoas que vivem no lado de baixo e libertar aquelas que são reféns no morro.

Com relação ao que disse o Senador César Borges, aquilo é lama mesmo. Aqueles fuzis estavam debaixo da terra e é lama aquilo mesmo.

Está provado que precisamos discutir um novo conceito de segurança nacional, Senador César Borges, e o Exército pode colaborar muito. O fato de terem ido para as ruas desmistificou até aquilo que eles diziam em contrário, que não poderiam ir. Eles foram por causa de dez armas e ajudaram o Brasil, mostraram que o bandido se encolhe com a força federal. E eles então se dispuseram a colocar as armas em algum lugar para que pudessem ser encontradas.

No dia em que as Forças Armadas se dispuserem a discutir um novo conceito de segurança nacional e vierem ajudar, não para fazerem confronto todo dia, mas em trabalho com a Polícia Estadual, criando uma força nos quartéis, assim como existem pelotão de infantaria, pelotão de intendente, pelotão de pára-quedista, um pelotão de enfrentamento ao narcotráfico e de guarda de fronteiras, conjuntamente com a Polícia Federal, certamente teremos as Forças Armadas cumprindo bem o seu papel. Quero parabenizar V. Ex^a por trazer à luz um tema extremamente importante e dizer que nós ainda acreditamos na Aeronáutica e na Marinha. Essas Forças têm possibilidade, sim, de nos ajudar a guardar nossas fronteiras. Fica patente, agora, Senador Arthur Virgílio – vou encerrar –, que, se os Governadores de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul fizessem um orçamento, juntamente com os Governos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, que são três Estados ricos, para utilizar com uma guarda de fronteira ou com esses pelotões, gastariam muito menos do que gastam para tirar a droga quando chega dentro de seus Estados, fazer prisão de traficante, tratar o mutilado e manter as cadeias. Ganhariam se fizessem um orçamento conjunto para ser gasto na fronteira, por onde entra arma e droga. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Eu encerro, Sr. Presidente, respondendo ao Senador César Borges e ao Senador Magno Malta.

Concedo aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu corri ao plenário para ter a oportunidade de me manifestar, não em relação a tudo o que V. Ex^a coloca, mas a um tema que V. Ex^a feriu e está entalado na minha garganta. Eu tenho a impressão de que também está entalado nas cabeças de muitos brasileiros de bom senso, que estão estarrecidos com a inação do Governo nesse lamentável episódio que envolveu o MST no Dia Internacional da Mulher, no Rio Grande do Sul, quando brigadas daquele movimento invadiram a propriedade privada onde se fazia há mais de vinte anos pesquisa no campo agronômico, que é patrimônio do Brasil. Destruíram-na com atitudes de vandalismo e exibiram a destruição como um troféu. Um movimento que precisa ser social, mas que na verdade apresenta caráter político, quase que partidário, inutiliza um patrimônio nacional que é a pesquisa de um bem que pertence aos brasileiros que vão empregar-se em decorrência daquela pesquisa. Eu estava me lembrando, Presidente Alvaro Dias, de um fato que ocorreu há dois anos ou mais no Palácio do Planalto, quando Sua Excelência o Presidente da República teve a cabeça coroada com o boné do MST, em solenidade de coroação feita por João Pedro Stédile, que corou a cabeça de Lula com o boné do MST, fotografia que foi espalhada pelo Brasil inteiro, contestada por alguns e aplaudida por outros. O fato causa espécie, mas não é anormal. Fato anormal é o mesmo João Pedro Stédile coonestar a atitude de vandalismo de destruição de um patrimônio que é mais do que físico, é patrimônio de pesquisa, de um bem intangível, e a inação do Governo, que não moveu uma palha, como que abençoando e sacramentando aquela atitude. O que mais me preocupa é essa inação, pois isso pressupõe ausência de lei, de ordem, de preservação de garantias individuais no que diz respeito ao cumprimento da Constituição da República Federativa do Brasil. Em última análise, é o cumprimento da Constituição. É a garantia da propriedade privada; é o direito das pessoas e é a agressão ao direito não ser coibido. É o boné que corou a cabeça de Lula estar protegendo o malfeito. É a coonestação do malfeito. E V. Ex^a, em muito boa hora, traz ao Plenário do Senado a apreciação de alguns fatos, dentre eles este a que me refiro, que estava entalado na minha garganta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB AM) – Sr. Presidente, respondo aos três aparteantes, e encerro. Desta vez, encerro mesmo.

Começo pelo aparte do Senador José Agripino, que só enche de brilho o meu modestíssimo pronunciamento. E é verdade. V. Ex^a capta como ninguém que o Presidente Lula não comprehende que o que o MST pretende não é distribuir terras para os necessitados de terras. O MST é uma entidade metida a revolucionária, anacrônica, que defende idéias do século XIX, de caráter ideológico mais ou menos zapatista, que não aceita como legítima nenhuma instituição vigente no País, e que não está interessada, portanto, em reforma agrária nenhuma; está interessada em desorganizar, por exemplo, o agronegócio, porque entende que essa é a forma de convulsionar o País para se chegar à tomada do poder, em uma revolução ridículamente – sei lá como a denominaria – partida do que eles chamam de campesinato em um País onde, se formos considerar a sociologia, Sr. Presidente, não existe a figura do camponês no Brasil. Se quisermos entrar no terreno acadêmico, não existe a figura do camponês no Brasil. Mas, enfim, é anacrônico, mas se imagina revolucionário. E não quer terra, pretende desorganizar a economia brasileira na parte que lhes toca.

Senador César Borges, V. Ex^a tem toda razão. O fato de ser tudo muito arrumadinho despertou a curiosidade da imprensa. Tem aí o desmentido respeitável do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, que é uma figura que tenho em boa conta. Mas é fundamental que agora fale o jornalista, porque, de fato, aquelas armas todas arrumadinhas dão a impressão de exposição; não dão a impressão de algo que suporia o caos, a desarrumação, ao se encontrar a arma no meio de uma quase guerra.

Finalizo com o Senador Magno Malta, cujo carinho e admiração que demonstra por mim merecem reciprocidade porque o acompanho, na sua trajetória de homem que se fez sozinho, pela linha da sua brilhante capacidade de argumentar, pela sua rapidez de raciocínio que, de fato, chama a atenção. Mas V. Ex^a tem razão. Concordaria, inclusive, com uma política nacional de segurança pública que passasse pela presença maciça do Exército durante algum tempo. Quem sabe estado de emergência, 60 dias, prorrogáveis por mais 60, aquilo que a Constituição permite, com supressão de **habeas corpus**. Ou seja, prende tudo que é suspeito, não deixa ninguém solto. E aí caberia a presença do Exército.

Só implico substancialmente com o fato de que o Exército não teve autorização do Presidente da Repú-

blica para agir. Agiu porque quis. Ou seja, quero uma política nacional de segurança pública, Sr. Presidente. E não é política nacional de segurança pública alguém buscar dez armas que foram furtadas de um quartel. Pretendo que o Exército tome conta do seu quartel, não deixe ninguém invadi-lo – reprema a tentativa de invasão. Não durma no ponto. Agora, não aceito que estejam nos morros porque estão ofendidos pelo roubo de dez armas. Não, vão para os morros quando o Presidente da República mandar, quando o Congresso Nacional pedir, num programa nacional de segurança pública que passe inclusive pela decretação do estado de emergência. Isso é algo mais completo, é algo mais justo, é algo mais abrangente. É algo que, somado ao esforço de inteligência da Polícia Federal e ao esforço de inteligência operacional das Polícias Civis e Militares de cada Estado – nesse caso, estamos falando do Rio de Janeiro –, poderia dar bons frutos, porque tudo que nós, os de boa vontade, queremos é que o País se livre dessa chaga do tráfico e dessa figura humilhante para todos nós que é domínio do tráfico sobre substanciais pedaços do território carioca, sobre substanciais pedaços de uma cidade onde me criei. Todas as minhas emoções de jovem, de adolescente, irromperam naquela cidade. Fico muito triste de saber que lugares que visitei estão dominados pelo tráfico. Eu era jovem e cansei de ir a ensaios de escolas de samba. Eu parava com uma namorada ou com um colega em um sopé ou em algum lugar do morro e ia tranquilamente assistir aos ensaios das escolas de samba. Depois, eu voltava e não acontecia nada comigo. Ficava lá um menino tomando conta do carro e, no máximo, roubavam uma calota do veículo, embora esse menino tentasse impedir. Hoje em dia, para se fazer campanha política nas favelas, é preciso pedir licença ao traficante. Isso é humilhante para todos nós e torna ilegítimo o exercício da atividade pública. É contra isso que nós todos temos de nos voltar.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a contribuição e a paciência que teve ao entender a importância não do discurso, mas do tema que estamos abordando, tornando, portanto, tão elástico o tempo dedicado ao assunto. Muito obrigado a V. Ex^a. Era o que eu tinha a dizer.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 15 DE MARÇO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O Senador Arthur Virgílio falou tanto na glória do nosso Governador Geraldo Alckmin que me lembrei do Rei Arthur.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, é uma honra ser confundido com o Senador Arthur Virgílio, não há nenhum problema.

Aproveito a oportunidade, Sr.s e Srs. Senadores, para, na esteira do que disse o Senador Arthur Virgílio, manifestar também minha profunda admiração por essa Liderança inteligente, que tem uma visão estratégica de futuro incomum, do Prefeito de São Paulo, José Serra*. Seu gesto de grandeza, mesmo liderando as pesquisas, entendeu que para livrar o Partido do constrangimento da disputa interna e para permitir ao Partido a coesão necessária para o enfrentamento difícil que se avizinha, renunciou à possibilidade de ser candidato. Certamente isso fica registrado. Não será esquecido, ignorado jamais um gesto dessa natureza que é exemplo a tantos quantos nada renunciam, porque colocam sempre em primeiro plano suas ambições pessoais. Serra é diferente. Preparado, inteligente, com uma trajetória histórica na política brasileira, tem a competência de quem abre mão em benefício do conjunto e contribui, dessa forma, para que o Governador Geraldo Alckmin, com o perfil adequado no momento da crise de identidade do Estado brasileiro, ofereça uma alternativa inteligente de mudança para o nosso País.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje é também outro fato relevante. E lamentável – eu diria – porque hoje o Senado Federal viveu mais um dia melancólico na CPMI dos Correios, com a presença de Duda Mendonça(*), que aqui estivera antes, em depoimento da maior importância. No primeiro depoimento, Duda Mendonça não disse toda a verdade, mas a verdade que disse era suficiente, a meu ver, para que se iniciassem os procedimentos para a instauração de um processo de *impeachment* do Presidente da República. Vejam, portanto, a importância daquele depoimento. Mas omitiu demais. Não falou tudo, deixou de apresentar dados importantes e provas necessárias para que a CPI pudesse cumprir seu dever de forma exemplar.

Voltou hoje Duda Mendonça protegido pelos benefícios de um **habeas corpus** que assegurou a ele o silêncio. E nós vimos a encenação desse lastimável espetáculo do silêncio na CPMI dos Correios.

Senador Tasso Jereissati, em breve concedo a V. Ex^a o aparte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que o silêncio condena. Eu não creio que o silêncio observado hoje possa ser tido como sentença judicial de absolvição. Imagino o contrário. Cabe à CPMI tomar o silêncio como concordância diante das graves acusações que prevalecem.

Ora, Sr. Presidente, o próprio despacho do Ministro Gilmar Mendes, que deferiu o pedido de liminar, autoriza o silêncio diante de fatos que comprometam. Portanto, o silêncio é confissão de que o fato apresentado compromete. É dessa forma que o Relator da CPMI deve encarar a postura do depoente no dia de hoje.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Alvaro Dias, interrompi V. Ex^a porque acho que essa ponderação que faz é de extrema importância. Eu vi parte do depoimento, pela televisão, do publicitário Duda Mendonça. O que ele fez, na verdade, não foi seguir um direito concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Na verdade, o que ele fez foi levar na troça, levar no desrespeito a CPMI dos Correios, do Congresso Nacional. O que ele fez foi desmoralizar todos os integrantes daquela Comissão, todos nós que fazemos parte desta Casa e a própria Casa, porque simplesmente dizer que não responde a praticamente tudo que lhe foi perguntado deixou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito completamente desmoralizada. Foi uma falta de respeito. Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, isso não pode ficar assim, senão ter-se-á acabado o instituto da CPMI aqui. Senador Arthur Virgílio, a partir do depoimento do Sr. Duda Mendonça prestado hoje à Comissão, não existe mais CPMI. Basta vir aqui e dizer: “Não respondo, não respondo, não respondo”, e não existe mais Comissão Parlamentar de Inquérito, deixa de existir esse instituto. Ou seja, um dos instrumentos fundamentais do Poder Legislativo foi simplesmente desmoralizado pelo publicitário Duda Mendonça. Ressalto que, com certeza, isso não foi o direito que lhe foi dado pelo Ministro Gilmar Mendes. O que ele fez foi extrapolar esse direito e desmoralizar esse instituto. Se esta Casa, Senador Romeu Tuma, deixar isso passar em claro, esse instituto estará definitivamente enterrado aqui. Eu peço aqui – não sei qual é a medida – o auxílio de algum advogado, jurista, Senador que tenha essa experiência. Mas que medidas devemos tomar para que isso não fique assim? Porque é muito sério e grave o que aconteceu. E eu gostaria, talvez – e sugerem outros Senadores –, que pedíssemos ao Ministro Gilmar o esclarecimento e que, em vista dis-

so, o publicitário voltasse aqui com a responsabilidade, porque não é possível isso, sob pena – digo novamente, vou repetir – de estar sendo cassado um instrumento fundamental do Poder Legislativo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, Senador Tasso Jereissati. Eu creio que a primeira providência é da própria CPMI. Em seu relatório final, a CPMI tem de determinar a penalização pelo fato de ter o Sr. Duda Mendonça obstruído os trabalhos de investigação. Isso se chama obstrução dos trabalhos de investigação. E já há precedentes.

O Sr. Eurico Miranda tentou obstruir os trabalhos de investigação na CPI do Futebol; e, por essa razão, ele foi condenado a um ano e meio de prisão. Transformou-se a pena de detenção em multa e ele está livre, respondendo pelas outras ações propostas por aquela CPI.

Portanto, cabe ao Relator Osmar Serraglio, Senador Romeu Tuma, propor, em seu relatório, um item impondo a penalidade cabível nos casos de obstrução dos trabalhos de investigação de uma CPI. Essa é a primeira providência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, peço licença a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só um detalhe, a comunicação pedindo providências é imediata, independe do relatório, em minha opinião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É que o relatório será divulgado já no próximo dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas acredito que, se existem fatos consumados do indício do crime, seria muito importante que já se comunicasse à Justiça. É claro que temos de estudar as modificações da ampliação do poder da CPI, porque alguém vir depor e se auto-afirmar como investigado e não como testemunha, já é delicado até pela própria colocação que faz.

Desculpe-me, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador. Vou conceder o aparte ao Senador Arthur Virgílio, depois ao Senador Antonio Carlos Magalhães, antes de dar prosseguimento à nossa narrativa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, nem me refiro ao fato de que o Sr. Duda Mendonça revela menos brio do que os galos que ele, sadicamente, põe a brigar entre eles. Refiro-me à questão técnica mesmo. Para mim, o Supremo Tribunal Federal agiu com correção ao dar o **habeas corpus**, até

porque – e V. Ex^a, se não me engano, era Senador, e eu não era, pois era Deputado – a história é basicamente, primeiro, que ninguém precisa de **habeas corpus** para ter o direito de não se auto-incriminar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato, a Constituição garante.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – A Constituição garante. Acontece que alguns valentões de CPI, numa época em que estavam do outro lado do balcão, cometem algumas arbitrariedades. E uma delas foi gritante: foi com o Sr. Chico Lopes, que reputo um homem de bem, que foi preso precisamente porque alguém resolveu prendê-lo, sem estar estribado no pleno direito. Então, todo mundo que vinha depor numa CPI passou a pedir **habeas corpus** para não passar pelo vexame da prisão arbitrária imposta por algum valentão de CPI. Esse é o fato. Entretanto, o **habeas corpus** garante apenas aquilo que a Constituição já garantia: o direito de o depoente não se auto-incriminar. O **habeas corpus** não lhe dá o direito de mentir, não lhe dá o direito de desfeitar por ações ou omissões a Comissão Parlamentar de Inquérito, não lhe dá o direito ao cinismo, não lhe dá o direito à afronta ao Congresso Nacional. Quando o Sr. Duda Mendonça não respondeu nada hoje, praticando um cinismo que explica bem ser ele detentor de tantas contas irregulares no exterior e possuidor de tanta imbricação com o PT e com o financiamento de campanhas, via caixa dois em dólar, ele fugiu do que lhe facultava o **habeas corpus**. Portanto, ele poderia, sim, ter sido punido pela CPI. Ele poderia ter sido advertido e, quem sabe, até preso. Nesse caso, não seria arbitrariedade nenhuma por esse desacato. Creio que faltou a todos nós que compomos a CPI a acuidade e até a energia para levá-lo a esse constrangimento. Então, sugiro que, daqui para frente, munidos da interpretação técnica mais correta sobre o tema, nós não permitamos que isso ocorra mais nem na CPMI dos Correios, que está findando, nem na CPI dos Bingos, que está em pleno vapor, senão o exemplo do Sr. Duda Mendonça vai grassar. O Sr. Okamoto poderá ir à CPI e não falar coisa alguma. O Sr. Okamoto vai dizer: “Não falo, não sei”. Vai fazer muito menos que um haicai; vai dizer coisa alguma. É fundamental analisarmos essa situação, sob pena de termos de dar razão ao Senador Tasso Jereissati, que diz que, a partir de agora, teríamos de desativar as convocações via CPI, que passa a ser não mais não menos que uma Comissão de Fiscalização e Controle. Alguém que vem convidado ou convocado por uma Comissão de Fiscalização e Controle tem obrigações mínimas, compromissos mínimos, com a

verdade. Por isso, existe a CPI, que é um passo além. Portanto, V. Ex^a é oportuno, assim como o Senador Tasso Jereissati no seu aparte. Nós só deixaremos que isso remanesça se permitirmos que caia mais um bastião da independência do Congresso. Nós, que estamos vendo mensaleiros serem absolvidos a granel, estamos vendo esse fechamento moral dos segmentos do Congresso Nacional, com mensaleiros sendo absolvidos a granel, aquela história de o Conselho de Ética sendo desautorizado pelo Plenário a todo tempo, que sabemos e provamos que o mensalão existiu, precisamos nos definir. Uma outra solução seria nós todos nos reunirmos e fecharmos o Congresso. Damos a chave para o Sr. Lula, e este vê com o Chávez como é que se procede quando o Congresso de um País não funciona a contento. Ou, então, reagiremos. É o que imagino e é o que preconizo. Obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem razão. Devemos utilizar o deboche contra o debochador. Devemos usar o silêncio contra quem silencia diante de acusações de tamanha gravidade. Não podemos permitir que esse instituto imprescindível na tarefa do Congresso de fiscalizar o Executivo seja desmoralizado, como tenta desmoralizar aquele que construiu a imagem do Presidente Lula para que chegasse à vitória, e que, depois, por participar dos escândalos de corrupção, foi daqueles que contribuiu para que essa imagem fosse destruída diante da Nação brasileira.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães e depois ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a está, com muita propriedade, abordando um assunto da maior gravidade. Acho que, a essa altura, ou o Presidente da CPI ou o Presidente do Senado deve dirigir-se, pode ser até telefonicamente, ao Ministro Gilmar Mendes para saber a extensão do seu mandado, porque, evidentemente, houve um exagero do depoente, ou de seu advogado, ou de ambos, que não pode continuar. Do contrário, acaba-se com o instituto, como disse o Senador Tasso Jereissati, da CPI. E isso é indispensável antes que seja feito o relatório. Conseqüentemente, é coisa para hoje, para já, uma ligação do Senador Delcídio Amaral, Presidente da CPI, ou do Presidente Renan Calheiros, como representante do Congresso Nacional. Isso é indispensável e acho que V. Ex^a deve fazer essa solicitação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A sugestão de V. Ex^a é inteligente, em que pese o fato de

que, para nós, o despacho do Ministro é claro: não autoriza o silêncio em relação às investigações, mas apenas em relação àquilo que poderia auto-incriminar o depoente. Ele, portanto, extrapolou as possibilidades oferecidas como proteção a ele pelo Ministro Gilmar Mendes.

E é por essa razão, Senador, que – podem questionar talvez no sentido da prática, ou mesmo tecnicamente – apresentei uma proposta de emenda à Constituição que, creio, não fere nenhum dispositivo constitucional, que estabelece deferimento de liminar relativamente a atos contra o Congresso Nacional só com o pronunciamento do Pleno do Supremo Tribunal Federal, com os Ministros compartilhando responsabilidade. Que digam que isso demora mais. Ora, mas pode demorar a favor dos que são acusados e não pode demorar a favor de quem investiga o acusado?

Creio, Senador Antonio Carlos Magalhães, que se acabarmos com a possibilidade da decisão monocrática no deferimento de liminares, estaremos evitando que um ou outro Ministro atue na contramão da aspiração da sociedade brasileira, que é de ver os escândalos de corrupção investigados com eficiência.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alvaro Dias, o Senador Arthur Virgílio tem sido, no exercício do seu mandato nesta Casa, de uma precisão cirúrgica nas suas críticas e nas suas análises. Agora, eu pediria permissão a S. Ex^a para trocar o cinismo do Duda Mendonça pela conveniência do Duda Mendonça. Duda Mendonça tem um contrato milionário dentro do Governo. Ele é um parceiro do Governo e ele se cala exatamente para não comprometer o Governo, e o Governo mantém as contas em troca do silêncio do Duda Mendonça, Senador Arthur Virgílio. Essa é uma questão que precisa ser vista e que é grave. Não sei por que, Senador Antonio Carlos, a CGU não determinou imediatamente a suspensão de todos os contratos dele e dos envolvidos em questões como essa. Não. Tem contrato milionário com a Petrobras, tem contrato milionário por aí; e, vez por outra, se diz que se tomar o contrato o Duda se zanga. Ora, não é cinismo, é conveniência, e é um fato grave, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, a manutenção de contratos ou novos contratos significa que essa relação promíscua do Governo com o Sr. Duda Mendonça não foi rompida depois das denúncias. Ao contrário, essa relação de promiscuidade prepondera em que pese o fato de estarmos avançando nas investigações e próximos de um rela-

tório final que poderá ser devastador, a meu ver. Tenho esperança de que seja devastador, porque acredito na seriedade do Deputado Osmar Serraglio. Imagino um relatório final devastador, indiciando pessoas, reunindo provas documentais, para que o Ministério Pùblico possa instaurar os procedimentos para responsabilização civil e criminal de todos os envolvidos.

Com a concessão do Senador Amir Lando, concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio, já que S. Ex^a disse que será rápido. Depois, darei a V. Ex^a, Senador Amir Lando, que é um especialista em CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, eu pediria que fosse urgente, para entramos na Ordem do Dia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador. Usarei apenas 10 ou 15 segundos. Cumprimento o Senador Heráclito Fortes pelo aparte que ofereceu ao discurso de V. Ex^a. Este Governo é tão preocupado com o social que arranjou uma nova forma de emprego: o silêncio. Há pessoas que vivem do silêncio: Delúbio vive do silêncio; Dirceu vive do silêncio; o Sílvio vive do silêncio. Eles todos vivem do silêncio agora. Duda, em algum momento, perdeu todos os seus contratos. Ameaçou falar. Devolveram a ele um contrato milionário da Petrobras, esse para tratar dessa fraude da auto-suficiência, que quem tem menos a ver com ela é o Governo Lula. Mas, com esse contrato, ele voltou a ficar quieto. Ou seja, inventou-se uma certa indústria do silêncio que está empregando uma farta mão-de-obra do submundo da vida pública e das empresas neste País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Resumo do aparte de V. Ex^a: R\$35 milhões da Petrobras garantem o silêncio de Duda Mendonça. Concedo o aparte ao Senador Amir Lando, um dos grandes especialistas em CPI.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Alvaro Dias, o assunto é grave e relevante. Portanto, gostaria de assentar alguns pontos em defesa do Congresso. Não quero entrar na peculiaridade do fato em si, de todas as implicações que pode ter, mas gostaria de dizer a V. Ex^a – e V. Ex^a deu aqui as informações necessárias – que o Ministro Gilmar Mendes nada mais fez do que repetir o que está na Constituição e o que está no Código de Processo Penal. É evidente que qualquer depoente tem o direito ao silêncio, exatamente no ponto que V. Ex^a salientou muito bem: no que se refere a respostas que possam auto-incriminar o depoente, não mais. Pelo contrário, o silêncio, como alude o próprio Código de Processo Penal, em determinadas perguntas, poderá prejudicar a defesa e, por

que não dizer, declarar expressamente a confissão. Quem cala consente, diz o dito popular. É exatamente nessa linha de raciocínio que o Supremo deferiu. Quando presidente da Comissão que investigava as vantagens eventualmente recebidas por Parlamentares, não tomava conhecimento de decisões dessa natureza; deixava de lado, porque sabemos e saberemos sempre aplicar a lei corretamente. Agora, é evidente que este fato diminui o Congresso Nacional e sua competência, exatamente num ponto importante da sua capacidade investigativa. Realmente, temos de repelir condutas dessa natureza, sob pena, como dito anteriormente, de desmoralizar o Congresso. Esta é uma instituição perene, republicana, essencial à democracia, e, para tanto, o exercício de sua competência deve sempre ser assegurado na amplitude que a Constituição e as leis garantem. Por isso, neste ponto, minha solidariedade a V. Ex^a, que bem faz a defesa do Congresso. O Congresso exige respeito e, sobretudo, deve aplicar a lei – e não é uma decisão dessa natureza que pode desmoralizar um instituto tão importante, sobretudo na prerrogativa que o povo tem de conhecer a verdade. O povo tem direito à verdade, que deve ser expressa na forma que estabelecem a lei e o Código de Processo Penal, a ser aplicado subsidiariamente, como também os Regimentos da Câmara e do Senado. Parabéns a V. Ex^a! Registro que não podemos admitir essa agressão ao Congresso. O Congresso é mais forte do que o depoente e mais forte do que os representantes de hoje, porque ele é a história da República e, principalmente, é a representação popular, a soberania popular, que deve agir em nome do povo e em nome do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Amir Lando, pelo brilhante aparte. Muito obrigado a todos os aparteantes e ao Sr. Presidente.

Espero que, realmente, a CPMI possa dar literalmente o troco, usando a arma que depoentes de má-fé nos oferecem, para condená-los com o rigor da legislação vigente no País.

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

16-3-2006
quinta-feira

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pau-
ta sobreposta

Plenário do Senado Federa

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006, ADOTADA EM 09 DE MARÇO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO ESPORTE, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 250.500.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA".

Índice de Emendas MPV 286/2006 - EMENDA

Total por Parlamentar

ANDRÉ FIGUEIREDO	00012 e 00013	2
ANIVALDO VALE	00001 e 00002	2
FERNANDO DE FABINHO	00014 a 00016	3
JOSÉ DIVINO	00003 a 00005	3
PEDRO NOVAIS	00006 e 00007	2
ZÉ GERARDO	00008 a 00011	4

Total de Emendas: 16

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**
EMENDA - 00001

 020/2006-CN
 MPV 286/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

 MEDIDAS PRC
 MPnº 286/2006

 PÁGINA
 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, a Medida Provisória nº 286/2006, no Programa de Trabalho do Ministério da Previdência Social Unidade Orçamentária 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social, programa 0083 – Previdência Social Básica, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO:33201 – Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Programa: 0083 – Previdência Social Básica

Funcional Programática: 09.271.0083.2593.XXXX

Subtítulo: Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social – No Estado do Pará (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO:33201 – Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Programa: 0083 – Previdência Social Básica

Funcional Programática: 09.271.0083.2292.0103

Subtítulo: Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir e assegurar o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em Lei, beneficiando os segurados e dependentes do regime geral de previdência social.

CÓDIGO
 3123-1

NOME DO PARLAMENTAR
 ANIVALDO VALE

UF
 PA

PARTIDO
 PSDB

DATA
 09/03/06

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**
EMENDA - 00002

020/2006-CN

MPV 286/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 286/2006PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, a Medida Provisória nº 286/2006, no Programa de Trabalho do Ministério da Previdência Social Unidade Orçamentária 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social, programa 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários, no seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO:33201 – Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Programa: 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários

Funcional Programática: 09.271.0085.5509.XXXX

Subtítulo: Reformulação das agências de atendimento da previdência social – No Estado do Pará (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

UO:33201 – Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Programa: 0083 – Previdência Social Básica

Funcional Programática: 09.271.0083.2292.0103

Subtítulo: Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa, melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, atendendo às expectativas dos cidadãos, beneficiando as empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social.

CÓDIGO

3123-1

ANIVALDO VALE

NOME DO PARI AMFNTAR

UF

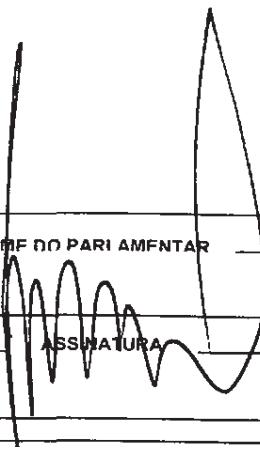
PA

PARTIDO

PSDB

DATA

09/03/06




**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00003
020/2006-CN
MPV 286/2006-CN

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP - 286/2006

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA: FUNCIONAMENTO DE NUCLÉOS DE ESPORTES E DE LAZER - IBAS, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.1246.1D72.0101

VALOR R\$ 1.000.000,00

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR I INSTITUTO BRASIL SOCIAL – IBAS. DE FUNCIONAMENTO DE NUCLEÓS DE ESPORTE E DE LAZER.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

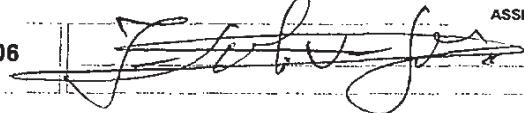
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ DIVINO

RJ PMR

DATA

ASSINATURA

13/03/2006



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIA
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00004**
020/2006-CN
MPV 286/2006-CN**ETIQUETA**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP - 286/2006

PÁGINA

01DE01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA: IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER, EM VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.1246.0847.0101

VALOR R\$ 3.000.000,00

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DE IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL JOSÉ DIVINO

DATA

13/03/2006

ASSINATURA

RJ

PMR

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00005**020/2006-CN
MPV 286/2006-CN**JETA**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP - 286/2006

PÁGINA

01DE01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA: FUNCIONAMENTO DE NUCLÉOS DE ESPORTES E DE LAZER EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.1246.1D72.0101

VALOR R\$ 3.000.000,00

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE FUNCIONAMENTO DE NUCLÉOS DE ESPORTES E DE LAZER. TEM O OBJETIVO PRINCIPAL DE DAR ESPORTES E LAZER PARA A POPULAÇÃO QUE RESIDEM EM VÁRIOS MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

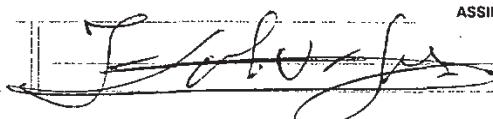
PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL JOSÉ DIVINO**RJ PMR**

DATA

13/03/2006

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00006

020/2006-CN

MPV 286/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 286/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR:

51000 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

51101 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

27.812.1250.5450.4080 – IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTES RECREATIVO E DE LAZER – IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE COBERTA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO

VALOR: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

CANCELAR:

51000 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

51101 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

27.1246.0B47.0101.811 – APOIO A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE OLÍMPICO DO RIO/COMPLEXO DO AUTODROMO NELSON PIQUET-NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ

VALOR: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

JUSTIFICAÇÃO

DOTAR OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO DE MELHORES CONDIÇÕES SOCIAIS E HUMANAS.

CÓDIGO

1649-7

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO PEDRO NOVAIS

UF

MA

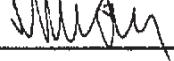
PARTIDO

PMDB

DATA

14/03/2006

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00007

020/2006-CN

MPV 286/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 286/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR:

51000 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

51101 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

27.812.1250.5450.0630 – IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTES RECREATIVO E DE LAZER – CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO

VALOR: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

CANCELAR:

51000 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

51101 – MINISTÉRIO DO ESPORTE

27.1246.0B47.0101.811 – APOIO A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE OLÍMPICO DO RIO/COMPLEXO DO AUTODROMO NELSON PIQUET-NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ

VALOR: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

JUSTIFICAÇÃO

DOTAR OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO DE MELHORES CONDIÇÕES SOCIAIS E HUMANAS.

CÓDIGO		NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
1649-7	DEPUTADO PEDRO NOVAIS			MA	PMDB

DATA		ASSINATURA
14/03/2006		

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**
EMENDA - 00008
ETA

 020/2006-CN
 MPV 286/2006-CN

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO
MPV 286/2006
**PÁGINA
01 DE 01**
TEXTO
ADICIONAR:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 51101 – Ministério do Esporte

27.812.1245.2352.XXXX – Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social – Pintando a Cidadania – em Municípios do Estado do Ceará.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

CANCELAR:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 56101 – Ministério do Esporte

27.811.1246.0B47.0101 – Apoio a implantação do Parque Olímpico do Rio / Complexo do Autódromo Nelson Piquet – No município do Rio de Janeiro – RJ.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar a complementação dos recursos destinados ao OGU 2006, com vistas a produção de material esportivo por comunidades em situação de vulnerabilidade social nos municípios abaixo indicados:

Apuiarés, Barreira, Canindé, Choró, Guaramiranga, Granjeiro, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Ocara, Pacoti, Paramoti, Pindoretama, Potengi e Potiretama.

CÓDIGO

Zé Gerardo

NOME DO PARLAMENTAR
UF

CE

PARTIDO

PMDB

DATA

15/03/2006

ASSINATURA

EMENDA - 00009

020/2006-CN

MPV 286/2006-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO		MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
		MPV 286/2006	01 DE 01
TEXTO			
ADICIONAR: Órgão: 51000 – Ministério do Esporte Unidade: 51101 – Ministério do Esporte 27.812.1245.2352.XXXX – Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social – Pintando a Cidadania – no município de Caucaia, Estado do Ceará. GND: 4 Modalidade: 40 Valor: R\$ 10.000.000,00			
CANCELAR: Órgão: 51000 – Ministério do Esporte Unidade: 56101 – Ministério do Esporte 27.811.1246.0B47.0101 – Apoio a implantação do Parque Olímpico do Rio / Complexo do Autódromo Nelson Piquet – No município do Rio de Janeiro – RJ. GND: 4 Modalidade: 40 Valor: R\$ 10.000.000,00			

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar a complementação dos recursos destinados ao OGU 2006, com vistas a produção de material esportivo por comunidades em situação de vulnerabilidade social no município de Caucaia, Estado do Ceará.

CÓDIGO	Zé Gerardo	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
DATA	15/03/2006	ASSINATURA	CE	PMDB

EMENDA - 00010

020/2006-CN

MPV 286/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 286/2006

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ADICIONAR:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 51101 – Ministério do Esporte

27.812.1250.5450.XXXX – Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – no município de Caucaia, Estado do Ceará.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

CANCELAR:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 56101 – Ministério do Esporte

27.811.1246.0B47.0101 – Apoio a implantação do Parque Olímpico do Rio / Complexo do Autódromo Nelson Piquet – No município do Rio de Janeiro – RJ.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar a complementação dos recursos destinados ao OGU 2006, com vistas a implantação e modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer no município de Caucaia, Estado do Ceará.

CÓDIGO

DATA

Zé Gerardo

NOME DO PARLAMENTAR

15/03/2006

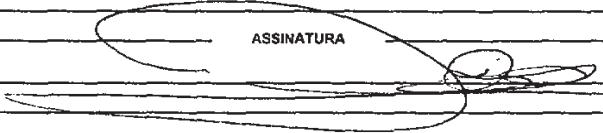
UF

CE

PARTIDO

PMDB

ASSINATURA



EMENDA - 00011

020/2006-CN
MPV 286/2006-CNEMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 286/2006

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ADICIONAR:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 51101 – Ministério do Esporte

27.812.1250.5450.XXXX – Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – em municípios do Estado do Ceará.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

CANCELAR:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 56101 – Ministério do Esporte

27.811.1246.0B47.0101 – Apoio a implantação do Parque Olímpico do Rio / Complexo do Autódromo Nelson Piquet – No município do Rio de Janeiro – RJ.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar a complementação dos recursos destinados ao OGU 2006, com vistas a implantação e modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer em municípios do Estado do Ceará, a saber:

Apuiarés, Barreira, Canindé, , Choró, Guaramiranga, Granjeiro, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Ocara, Pacoti, Paramoti, Pindoretama, Potengi e Potiretama.

CÓDIGO

Zé Gerardo

NOME DO PARLAMENTAR

UF

CE

PARTIDO

PMDB

DATA

15/03/2006

ASSINATURA

EMENDA - 00012

020/2006-CN

MPV 286/2006-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

286/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
DE

TEXTO

Altera a ementa, o Art. 1º e o anexo da Medida Provisória, adotando-se o seguinte:

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Exclui-se do Anexo da Medida Provisória a programação de suplementação referentes a:

ÓRGÃO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Acrescente-se à funcional: 27.811.1246.2430.0103 - REALIZAÇÃO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma distorção comum na edição de Medidas Provisórias.

A inclusão de recursos para o Ministério da Previdência Social, no intuito de aparelhamento e manutenção de postos de atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conjuntamente com a aplicação de recursos para o Pan-Americano 2007 na cidade do Rio de Janeiro, confronta-se com o que rege o Inciso II do artigo 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998:

"Art. 7º

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;"

Uma vez que os recursos não se vinculam por afinidade, pertinência ou conexão, disporá então os recursos para o objeto desta Medida Provisória.

CÓDIGO

ANDRÉ FIGUEIREDO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

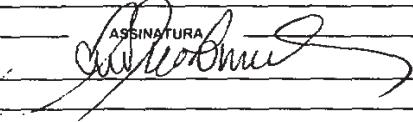
CE

PDT

DATA

15/03/2006

ASSINATURA



EMENDA - 00013

020/2006-CN
MPV 286/2006-CNEMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

E

INSTRUÇÕES NO VERSO

286/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
DE

TEXTO

Altera a ementa, o Art. 1º e o anexo da Medida Provisória, adotando-se o seguinte:

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica.

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Exclui-se do Anexo da Medida Provisória a programação de suplementação referentes a:
ORGÃO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Acrescente-se à funcional: 27.811.1246.XXXX.XXXX - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PREPARATÓRIA PARA OS ATLETAS E PARA-ATLETAS NOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, o montante de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais).

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma distorção comum na edição de Medidas Provisórias. A inclusão de recursos para o Ministério da Previdência Social, no intuito de aparelhamento e manutenção de postos de atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conjuntamente com a aplicação de recursos para o Pan-Americano 2007 na cidade do Rio de Janeiro, confronta-se com o que rege o Inciso II do artigo 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998:

"Art. 7º

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;"

Uma vez que os recursos não se vinculam por afinidade, pertinência ou conexão, disporá então os recursos para o objeto desta Medida Provisória.

Os recursos servirão para dotar as Unidades da Federação de equipamentos esportivos adequados para a preparação de atletas e para-atletas de alto rendimento, descentralizando desta forma, a aplicação dos recursos, e oportunizando um número maior de jovens a se tornarem aptos a competir pelo País.

CÓDIGO

ANDRÉ FIGUEIREDO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

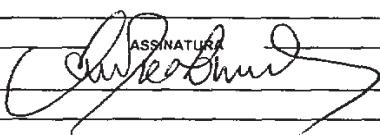
CE

PDT

DATA

15/03/2006

ASSINATURA



MEDIDAS PROVISÓRIAS - CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00014

020/2006-CN

MPV 286/2006-CN

A

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 08.03.2006	PÁGINA DE
---------------------	--	--------------

TEXTO

Cancelamento:

Órgão: 33000 – Ministério da Previdência Social

Unidade: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Programática: 0085 5509 0101

REFORMULAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NACIONAL

Suplementação:

Órgão: 33000 – Ministério da Previdência Social

Unidade: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Programática: 0085 5509 XXX

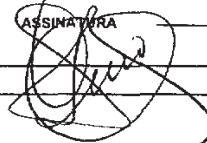
REFORMULAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BAHIA

Valor:

R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia possui noventa e quatro Agências da Previdência Social (APS), unidades de atendimento ao público que se destinam à prestação de importantes serviços, entre eles a concessão de benefícios aos segurados do Regime Geral de Previdência Social. O município de Feira de Santana conta com apenas duas APS, embora a população local seja superior a 500 mil habitantes. A escassez de servidores, a falta de recursos e equipamentos, bem como as precárias condições de instalação dessas unidades comprometem o serviço prestado no município, o que se verifica pelas constantes filas e acúmulo dos processos em tramitação. Observa-se também que as mencionadas Agências não foram incluídas na implantação do Programa de Gestão do Atendimento (PGA), criado pelo Ministério da Previdência Social em 2005 com o fim de melhorar as funções desempenhadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Contudo, as Agências de Feira de Santana estão entre as principais unidades da Previdência Social na região nordeste em razão do grande número de segurados que atendem por mês. Dessa forma, entendemos oportuno garantir a aplicação de uma parcela dos recursos previstos nessa Medida Provisória para as Agências da Previdência Social no município de Feira de Santana - BA, a fim de proporcionar mais rapidez e qualidade aos serviços prestados à sua população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	Fernando de Fabinho		BA	PFL
DATA	ASSINATURA			
15/03/2006				

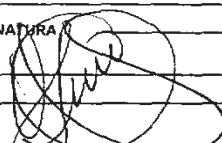
EMENDA - 00015

020/2006-CN
MPV 286/2006-CNEMENDA A MÉDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 08.03.2006	PÁGINA DE
	TEXTO	
Cancelamento: Órgão: 33000 – Ministério da Previdência Social Unidade: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Programática: 0085 5509 0101 REFORMULAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NACIONAL		
Suplementação: Órgão: 33000 – Ministério da Previdência Social Unidade: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Programática: 0085 5509 XXX REFORMULAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JACOBINA - BAHIA		
Valor: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)		

JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia possui noventa e quatro Agências da Previdência Social (APS), unidades de atendimento ao público que se destinam à prestação de importantes serviços, entre eles a concessão de benefícios aos segurados do Regime Geral de Previdência Social. O município de Jacobina conta com apenas uma APS sendo que esta não tem tido condições de atender adequadamente à população local. A escassez de servidores, a falta de recursos e equipamentos, bem como as precárias condições de instalação dessa unidade comprometem a prestação do serviço no município, o que se verifica pelas constantes filas e acúmulo dos processos em tramitação. Observa-se também que a mencionada Agência não foi incluída na implantação do Programa de Gestão do Atendimento (PGA), criado pelo Ministério da Previdência Social em 2005 com o fim de melhorar as funções desempenhadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Dessa forma, entendemos oportuno garantir a aplicação de uma parcela dos recursos previstos nessa Medida Provisória para a Agência da Previdência Social no município de Jacobina - BA, a fim de permitir mais rapidez e qualidade aos serviços prestados à sua população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	Fernando de Fabinho		BA	PFL
DATA		ASSINATURA		
15/03/2006				

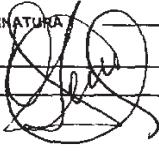
EMENDA - 00016

020/2006-CN
MPV 286/2006-CNEMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 08.03.2006	PÁGINA DE
	TEXTO	
Cancelamento: Órgão: 33000 – Ministério da Previdência Social Unidade: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Programática: 0085 5509 0101 REFORMULAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NACIONAL		
Suplementação: Órgão: 33000 – Ministério da Previdência Social Unidade: 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Programática: 0085 5509 XXX REFORMULAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES - BAHIA		
Valor: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)		

JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia possui noventa e quatro Agências da Previdência Social (APS), unidades de atendimento ao público que se destinam à prestação de importantes serviços, entre eles a concessão de benefícios aos segurados do Regime Geral de Previdência Social. O município de Amélia Rodrigues conta com apenas uma APS que não tem tido condições de atender adequadamente à população local, pois é também responsável pelas demandas do município de Irará. A escassez de servidores, a falta de recursos e equipamentos, bem como as precárias condições de instalação dessa unidade comprometem a prestação do serviço no município, o que se verifica pelas constantes filas e acúmulo dos processos em tramitação. Observa-se também que a mencionada Agência não foi incluída na implantação do Programa de Gestão do Atendimento (PGA), criado pelo Ministério da Previdência Social em 2005 com o fim de melhorar as funções desempenhadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Dessa forma, entendemos oportuno garantir a aplicação de uma parcela dos recursos previstos nessa Medida Provisória para a Agência da Previdência Social no município de Amélia Rodrigues - BA, a fim de permitir mais rapidez e qualidade aos serviços prestados à sua população e aos habitantes do município vizinho.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Fernando de Fabinho	BA	PFL
DATA	ASSINATURA		
15/03/2006			

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quinze do mês de março de dois mil e seis, quarta-feira, às dezoito horas, na sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa. Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 285, adotada em 6 de março de 2006 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.”, com a presença do Deputado Antônio Cambraia, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 15 de março de 2006.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽⁸⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Shhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Shhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULAR(E)	SUPLENTE(E)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPILY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - ¹Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 184 PÁGINAS